



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

FELIPE ARTHUR CORDEIRO ALVES

A COLONIALIDADE DO SABER NA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO NO BRASIL:
influências dos *outsiders* no processo de institucionalização sociocognitiva

JOÃO PESSOA

2025

FELIPE ARTHUR CORDEIRO ALVES

**A COLONIALIDADE DO SABER NA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO NO BRASIL:**

influências dos *outsiders* no processo de institucionalização sociocognitiva

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de pesquisa: Ética, gestão e políticas da informação.

Orientador: Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza.

JOÃO PESSOA

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A474c Alves, Felipe Arthur Cordeiro.

A colonialidade do saber na ciência da informação no Brasil : influências dos outsiders no processo de institucionalização sociocognitiva / Felipe Arthur Cordeiro Alves. - João Pessoa, 2025.
273 f. : il.

Orientação: Edivanio Duarte de Souza.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da informação. 2. Geopolítica do conhecimento. 3. Colonialidade do saber. 4. Institucionalização cognitiva. 5. Institucionalização social. I. Souza, Edivanio Duarte de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 02(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Defesa nº 118

Ata da Sessão Pública de Defesa de Tese do(a) Doutorando(a) **FELIPE ARTHUR CORDEIRO ALVES** como requisito para obtenção do grau de Doutor(a) em Ciência da Informação, Área de Concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de pesquisa em Ética, Gestão e Políticas da Informação.

No vigésimo oitavo dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco (28/03/2025), das quatorze horas às 14h00, na sala virtual do Google Meet, conectaram-se via videoconferência a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar o(a) candidato(a) ao Grau de Doutor(a) em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, o(a) doutorando(a) **FELIPE ARTHUR CORDEIRO ALVES**. A defesa ocorreu de forma remota, com acesso por meio do link: <https://meet.google.com/ypx-dvbf-qbw?hs=224>. A banca examinadora foi composta pelos (as) professores(as): Dr. Edivanio Duarte de Souza – PPGCI/UFPB (Presidente/Orientador), Dr. Edvaldo Carvalho Alves – PPGCI/UFPB (Examinador interno), Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto – PPGCI/UFPB (Examinador interno), Dr. Gustavo Silva Saldanha – UFRJ (Examinador externo), Dra. Luciana de Souza Gracioso – UFSCAR (Examinadora externa), Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire – PPGCI/UFPB (Suplente Interno) e Dra. Wendia Oliveira de Andrade – UFPA (Suplente Externa). Dando início aos trabalhos, o(a) Professor(a) Dr(a). Edivanio Duarte de Souza, Presidente(a) da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra ao(à) discente para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de tese intitulado: “**A colonialidade do saber na implantação da Ciência da Informação no Brasil: influências dos outsiders no processo de institucionalização sociocognitiva**”. Após a apresentação, o(a) doutorando(a) foi arguido(a) na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as arguições, o(a) Professor(a) Dr.(a) Edivanio Duarte de Souza, Presidente(a) da Banca Examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(x)Aprovado ()Insuficiente ()Reprovado.

Observações da Banca:

A banca destacou a qualidade do discurso da redação da pesquisa; a abordagem crítico-epistemológica sobre a colonialidade do saber em Ciência da Informação; a epistemologia histórica, que é desvelada pela pesquisa; a clareza e o rigor dos critérios e do delineamento metodológico; e a qualidade dos esquemas de visualização das ideias.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, Professor(a) Dr.(a) Edivanio Duarte de Souza, Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos(as) participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da tese e da defesa de tese do(a) doutorando(a), devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 28 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **EDIVANIO DUARTE DE SOUZA**
Data: 29/03/2025 07:50:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Edivanio Duarte de Souza
Presidente/ Orientador (a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **EDVALDO CARVALHO ALVES**
Data: 31/03/2025 10:39:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Edvaldo Carvalho Alves
Examinador (a) Interno (a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS XAVIER DE AZEVEDO NETTO**
Data: 31/03/2025 18:13:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto
Examinador(a) Interno(a) – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **GUSTAVO SILVA SALDANHA**
Data: 31/03/2025 14:57:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Gustavo Silva Saldanha
Examinador (a) Externo (a) – UFRJ

Documento assinado digitalmente
 **LUCIANA DE SOUZA GRACIOSO**
Data: 02/04/2025 11:28:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Luciana de Souza Gracioso
Examinador (a) Externo (a) – UFSCAR

Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire
Suplente Interno(a) –PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **FELIPE ARTHUR CORDEIRO ALVES**
Data: 31/03/2025 12:24:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Wendia Oliveira de Andrade
Suplente Externo (a) – UFPA

Felipe Arthur Cordeiro Alves
Doutorando(a)

Dedico esta tese à memória de minha mãe, Maria da Conceição Cordeiro Alves, minha primeira educadora, que, quando criança, disse na fila de um consultório: “Como ficaria bonito e forte: Dr. Felipe Arthur Cordeiro Alves”, semeando em mim o desejo de ser doutor. Já que ela não habita mais este plano, eu fecho meus olhos, caminho pelos “campos e vastos palácios da memória” que a saudade dela construiu no meu ser, e retorno para minha primeira casa, o ventre dela, a fim de nascer de novo, quantas vezes forem necessárias. Assim, ela segue me dando à luz necessária para sobreviver.

AGRADECIMENTOS

“Nenhum dever é mais importante do que a gratidão”¹

Os agradecimentos, embora opcionais em textos acadêmicos, representam um exercício de gratidão que beneficia tanto quem expressa o reconhecimento quanto quem o recebe. Por isso, manifesto minha gratidão a algumas pessoas que contribuíram para a elaboração desta tese.

De modo elementar, à banca examinadora. Com carinho singular, agradeço ao meu orientador, presidente da banca, Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza, por ter sido um encontro inesperado e extremamente frutífero em minha jornada acadêmica. Agradeço por acreditar em mim, pelo incentivo constante, pela autonomia concedida, pelas orientações heterodoxas em conversas informais e pelas provocações epistêmicas, que me trouxeram uma paz inquieta. Sem sua parceria e sua inteira dedicação, esta tese seria apenas um sonho. Celebro o instante mágico em que nossos caminhos acadêmicos se cruzaram, tecendo uma tapeçaria de aprendizado e de cumplicidade. Que os fios desta parceria se entrelacem por longos anos, adornando nossa jornada com sabedoria e amizade.

Com profunda e sincera gratidão, expresso meu reconhecimento ao Professor Doutor Edvaldo Carvalho Alves, meu primeiro e mais constante guia, tanto no mestrado quanto no doutorado. Sua figura transcende a de um mero docente, revelando-se um intelectual de rara estirpe e um ótimo gestor educacional. Sua atuação em sala de aula, marcada pela dedicação e pela paixão pelo ensino, foi uma fonte de inspiração e de aprendizado. Com imensa alegria e profunda gratidão, expresso meu reconhecimento à Professora Doutora Luciana de Souza Gracioso, por sua generosa disposição em participar desta pesquisa, desde a etapa da qualificação. Suas valiosas contribuições teóricas e metodológicas, fruto de sua vasta expertise e de seu olhar perspicaz, foram, absolutamente, fundamentais para o desenvolvimento e o aprimoramento deste estudo. Agradeço por sua dedicação, paciência e por compartilhar seu conhecimento de forma tão generosa e enriquecedora. Ao Professor Doutor Carlos Xavier de Azevedo Neto, manifesto minha profunda gratidão por ter aceitado o convite para integrar esta banca examinadora. Sua presença, por si só, já representa um valioso contributo para esta pesquisa, que será enriquecida por suas copiosas e perspicazes contribuições. Ao estimado Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha, agradeço por sua constante disponibilidade desde a qualificação,

¹ Frase atribuída ao filósofo romano Cícero.

por suas valiosas contribuições na banca e por sua rica influência intelectual. Ao querido Professor Doutor Gustavo Henrique de Araújo Freire, manifesto minha sincera gratidão pela atenção e pelo carinho que dispensou a mim e ao meu orientador durante o convite e a organização desta banca examinadora. Sua gentileza e sua presteza foram fundamentais para que este momento se concretizasse. Por fim, agradeço à Profa. Dra. Wendia Andrade de Oliveira, a quem carinhosamente chamo de “minha intercessora acadêmica”, por sua parceria e por acreditar em mim como pesquisador desde a graduação.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Ao corpo docente, pelos valiosos ensinamentos transmitidos, em especial à Profa. Dra. Gisele Rocha Cortês, que me acompanhou desde o mestrado até parte do doutorado, contribuindo diretamente para minha formação como pesquisador. Aos técnicos administrativos, agradeço pelo suporte constante durante o curso. Aos colegas discentes e egressos do programa, manifesto minha gratidão pela parceria e pelo apoio, mencionando alguns, sem me esquecer dos demais: Rayan Aramis, Esdras Renan, Luciana Moraes, Pedro Felipy, Tereza Ludimila, Anna Raquel, Shaennya Vanderley, Levi Cadmiel, entre outros.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, expresso minha profunda gratidão pela bolsa de estudos concedida através do Programa de Incentivo à Qualificação do Servidor (PIQIFPB), Edital nº 16/22, durante parte do curso. Esse apoio financeiro foi essencial para a aquisição de livros, revisões ortográficas, traduções, participação em eventos e outras necessidades. Agradeço à equipe da Diretoria de Cadastro Acadêmico, Certificação e Diplomação (DCAD/RE), em especial à Diretora Lígia Verônica Marinho Dantas Cabral, pela compreensão e pela flexibilidade na conciliação das minhas atividades laborais e acadêmicas.

À minha amada esposa Marcella, flor que desabrocha em meu jardim da vida; agradeço o amor que me cerca, a cumplicidade que nos une, a paciência que me acalma. Seu apoio foi a brisa suave que me impulsionou a realizar este sonho. Obrigado por ser meu porto seguro, meu refúgio de paz em meio à tempestade. Fazer você feliz é minha maior missão e vocação, a sinfonia que embala minha alma. Amo-te, eternamente, em cada verso do meu ser.

Expresso minha profunda gratidão à minha família, meu alicerce, que conhece meus bastidores, virtudes e limitações. Em especial, agradeço ao meu pai, Cícero José Alves, minha referência de homem, esposo e servidor público. À minha saudosa mãe, Maria da Conceição Cordeiro Alves (*in memoriam*), que me inspirou a almejar o título de professor, sendo meu exemplo de docente e maior incentivadora nos estudos. Meus irmãos, Pedro, Marília e Maria Clara, e a família que me acolheu com carinho, meu sogro Marcelo, minha sogra Dora e minha

cunhada Mariana. Agradeço também ao meu primo Felipe e às minhas tias Silvana e Penha. Embora não possa mencionar todos individualmente, desejo que cada um se sinta incluído nestes agradecimentos.

Por fim, em observância ao ensinamento de que os últimos serão os primeiros, elevo meus agradecimentos a Jesus Cristo, Príncipe da Paz. Louvo e bendigo o Senhor, guia constante em minha jornada pessoal e profissional. “*Grátias agámus Dómino Deo nostro. Dignum et iustum est*”.

O saber deve ser como um rio, cujas águas doces, grossas, copiosas, transbordem do indivíduo e se espraíem, estancando a sede dos outros. Sem um fim social, o saber será a maior das futilidades (Gilberto Freyre).

RESUMO

O colonialismo promoveu transformações profundas nas relações socioeconômicas, geopolíticas, culturais e religiosas em escala global, cujas marcas persistem nas diversas formas de colonialidade, incluindo a do saber. Esta, por sua vez, impacta as ciências em geral e, de modo particular, a Ciência da Informação que, no Brasil, foi inicialmente implementada no âmbito da pós-graduação, fundamentada em modelos educacionais estrangeiros e na atuação de *outsiders*, o que impactou significativamente a formação de uma identidade nacional para o campo. Diante desse cenário, foi concebida essa pesquisa, que parte da seguinte questão: como ocorreu a dinâmica de influências da colonialidade do saber na Ciência da Informação brasileira? Em linha com esta indagação, o objetivo geral desta pesquisa consistiu compreender como ocorreu a dinâmica de influências da colonialidade do saber na Ciência da Informação brasileira. Este estudo sustenta a tese de que a colonialidade do saber não ocupou um papel secundário na trajetória da Ciência da Informação brasileira. Pelo contrário, ela se configurou como um elemento estruturante fundamental, moldando suas bases teóricas, metodológicas e práticas de maneira significativa. Essa influência se manifesta na adoção acrítica de modelos estrangeiros, hierarquização do conhecimento, o estabelecimento de dependências epistêmicas, a marginalização de perspectivas críticas e o silenciamento de saberes nacionais. No que concerne aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se caracterizou como exploratório-descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, buscando “conhecer-com” os sujeitos em uma perspectiva metodológica não-extrativista, arqueológica, indiciária e de imaginação epistemológica. Na execução, foram realizados levantamentos acerca da atuação dos *outsiders* que participaram da implantação da área, no que se refere às suas respectivas produções científicas, às orientações de dissertações e à produção científica de seus orientandos em âmbito nacional. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos em três periódicos da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, a saber, Ciência da Informação, Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Revista de Biblioteconomia de Brasília. Posteriormente, foi realizado o levantamento das dissertações orientadas por *outsiders* no mestrado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Por fim, foram levantadas as produções científicas dos orientandos dos agentes externos, objetivando examinar a influência de estrangeiros nessas produções. Os resultados da pesquisa evidenciam que a colonialidade do saber na Ciência da Informação se configura como um fenômeno complexo e multifacetado, cujos indícios são materializados em diferentes elementos de institucionalização cognitiva e social, tais como pesquisadores estrangeiros, linhas de pesquisa, problemas e temáticas abordados, produções científicas e referenciais teóricos adotados. A pesquisa culmina com a proposição de saídas teórico-metodológicas para a desconstrução da colonialidade de saberes na área, dentre as quais avulta a identificação de conhecimentos emergentes e a implementação de um projeto nacional de descolonização e de libertação da dependência epistêmica moderna e colonial da Ciência da Informação brasileira. Conclui-se que a institucionalização cognitiva e social da Ciência da Informação, no Brasil, evidencia as marcas da colonialidade do saber no pensamento informacional, com destaque para a intervenção direta de *outsiders* na produção do conhecimento, a desvalorização dos conhecimentos locais, a hierarquização epistemológica e a supremacia de conhecimentos do Norte Global.

Palavras-chave: Ciência da Informação; geopolítica do conhecimento; colonialidade do saber; institucionalização cognitiva; institucionalização social.

ABSTRACT

Colonialism transformed socioeconomic, geopolitical, cultural and religious relations globally, which persist in the various colonialities, including that of knowledge, impacting, in general, the sciences and, particularly, Information Science. Given this, the general objective of this research was to analyze the influences of the coloniality of knowledge on the implementation and institutionalization of Information Science in Brazil. To this end, the objective was, specifically, to identify the foreign intellectuals (outsiders) who worked in the implementation and institutionalization of Information Science in Brazil; make visible the participation of identified outsiders in national scientific production, in dissertation guidance and in Information Science institutions; examine elements of the coloniality of knowledge that, directly and/or indirectly, influenced the implementation and institutionalization of Brazilian Information Science; understand the influence of external agents on the social and cognitive institutionalization of the area in Brazil; and investigate silencing of knowledge (epistemicides) in scientific production in the area in Brazil influenced by the coloniality of knowledge. In the research, he assumed that coloniality influenced Brazilian education, including Information Science, initially shaped by foreign models, notably American and European ones; the intervention of outsiders in its implementation as an indication of the coloniality of knowledge; and the permanence of this influence to this day. Regarding methodological procedures, the research was characterized as exploratory-descriptive, with a quantitative and qualitative approach, seeking to “get to know-with” the subjects in a non-extractive, archaeological, indicative and epistemological imagination methodological perspective. During implementation, surveys were carried out on the performance of outsiders who participated in the implementation of the area, with regard to their respective scientific productions, dissertation guidance and the scientific production of their students at a national level. To this end, bibliographical surveys were carried out in three Information Science and Librarianship journals, namely, *Ciência da Informação*, *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais* and *Revista de Biblioteconomia de Brasília*. Subsequently, a survey of the dissertations supervised by these external agents in the master's degree in Information Science at the Brazilian Institute of Information in Science and Technology was carried out. Finally, the scientific productions of external agents' students were surveyed, aiming to examine the influence of foreigners on these productions. The research results show that the coloniality of knowledge in Information Science is configured as a complex and multifaceted phenomenon, whose evidence is materialized in different elements of cognitive and social institutionalization, such as foreign researchers, lines of research, problems and themes addressed, scientific productions and theoretical references adopted. The research culminates with the proposition of theoretical-methodological solutions for the deconstruction of the coloniality of knowledge in the area, among which the identification of emerging knowledge and the implementation of a national project of decolonization and liberation from the modern and colonial epistemic dependence of Brazilian Information Science stand out. It is concluded that the cognitive and social institutionalization of Information Science in Brazil highlights the marks of the coloniality of knowledge in informational thinking, with emphasis on the direct intervention of outsiders in the production of knowledge, the devaluation of local knowledge, the epistemological hierarchization and the supremacy of knowledge from the Global North.

Keywords: Information Science; geopolitics of knowledge; coloniality of knowledge; cognitive institutionalization; social institutionalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa teórico-conceitual das metodologias não-extrativistas	55
Figura 2 -	Mapa teórico-conceitual da geopolítica do conhecimento	61
Figura 3 -	Mapa teórico-conceitual das chaves hermenêuticas da geopolítica do conhecimento	77
Figura 4 -	Mapa teórico conceitual dos elementos da colonialidade do saber	90
Figura 5 -	Mapa teórico-conceitual institucionalização social e institucionalização cognitiva	94
Figura 6 -	Mapa teórico-conceitual das políticas nacionais de informação científica e tecnológica	106
Figura 7 -	Mapa teórico-conceitual da crise da Modernidade e da institucionalização científica	123
Figura 8 -	Mapa teórico-conceitual da institucionalização sociocognitiva da Ciência da Informação no Brasil	151
Figura 9 -	Universo temático de outsiders em revistas nacionais	175

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Dimensões da imaginação epistemológica	43
Quadro 2 -	Número de mortos pelos colonizadores	63
Quadro 3 -	Outsiders implantadores da Ciência da Informação brasileira	157
Quadro 4 -	Produção científica de outsiders Ciência da Informação brasileira	163
Quadro 5 -	Dissertações orientadas e coorientadas por estrangeiros (1972-1981).....	180
Quadro 6 –	Primeiras Linhas de Pesquisa da Ciência da Informação brasileira.	187
Quadro 7 –	Dissertações divididas por linhas de pesquisa	187
Quadro 8 –	Produção dos <i>insiders</i>	192
Quadro 9 –	Índices de referenciais da produção dos <i>insiders</i>	196
Quadro 10 -	Índices de produção dos insiders nos periódicos científicos	197
Quadro 11-	Índices de problemáticas e temáticas abordadas na produção dos <i>insiders</i>	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ancoragens
ADI	American Documentation Institute
ASIS	American Society for Information Science
ASIS&T	Association for Information Science and Technology
BDCI	Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BM	Banco Mundial
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CCN	Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos
CCT	Conselho Científico e Tecnológico
CIAMB	Ciências Ambientais
CINFOR	Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação
M	
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COOPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
DGP	Diretório de Grupos de Pesquisa
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	Expressões Chave
ERECIN	Encontro Regional de Educação em Ciência da Informação
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FID	Federação Internacional de Documentação
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNTEC	Fundo para o Desenvolvimento Técnico-Científico
GTM	Geociências e Tecnologia Mineral
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IC	Ideia Central
IC&T	Informação, Ciência & Tecnologia
ICT	Informação Científica e Tecnológica
IIB	Instituto Internacional de Bibliografia
IID	Instituto Internacional de Documentação
IUPAC	International Union and Applied Chemistry
JASIS	Journal of the American Society for Information Science
LAI	Lei de Acesso à Informação
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MLCTI	Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação
NSF	National Science Foundation
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PADCT	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PBDCT	Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PGCT	Planejamento e Gestão em Ciência & Tecnologia
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
QEQ	Química e Engenharia Química
RBB	Revista de Biblioteconomia de Brasília
RCI	Revista Ciência da Informação
REB	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG
RICI	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação
RPCI	Revista Perspectivas em Ciência da Informação
SB	Síndrome de Burnout
SBIO	Subprograma de Biotecnologia
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SITI	Seminário Internacional de Informação, Tecnologia e Informação
SNM	Subprograma Novos Materiais
SPEC	Subprograma de Educação para Ciência

SINST	Subprograma de Instrumentação
SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SNDCT	Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
SNICT	Sistema Nacional de Informação para a Ciência e Tecnologia
SPM	Subprograma de Manutenção
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção com Síndrome de Hiperatividade
TIB	Tecnologia Industrial Básica
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNMSM	Universidad Nacional Mayor de San Marcos
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development
USJT	Universidade São Judas Tadeu
USP	Universidade de São Paulo
VINITI	Instituto Estatal de Informação Científica e Técnica

SUMÁRIO

1. PRELÚDIO À TESE: BASES PRINCIPIOLÓGICAS DA PESQUISA.....	19
2. METODOLOGIAS NÃO-EXTRATIVISTAS: UMA DOSE DE IMAGINAÇÃO EPISTEMOLÓGICA	36
2.1. Caracterização da pesquisa e do campo de estudos.....	44
2.2. O indiciário em estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação	47
2.3 “Conhecer-com” base na relação sujeito-sujeito: coleta de dados	52
3. GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO, COLONIALIDADE DO SABER E SEUS ECOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	56
3.1. Modernidade e colonialidade: chaves hermenêuticas para a compreensão da geopolítica do conhecimento	62
3.2. Elementos da colonialidade do saber, colonização ideológica e dependência epistêmica na educação brasileira.....	78
4. INSTITUCIONALIZAÇÃO SOCIOCognITVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: ELEMENTOS OBSTANTES E CATALIZADORES	91
4.1. Crise moderna, transição paradigmática e institucionalização das ciências.....	95
4.2. Políticas nacionais de informação científica e tecnológica: conjuntura gestacional de implantação de um campo científico.....	107
4.3 Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: dimensões, aspectos e níveis.....	124
4.3.1. Aspectos e níveis da institucionalização cognitiva.....	125
4.3.2. Aspectos e níveis da institucionalização social	137
5. A INFLUÊNCIA DE OUTSIDERS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO SOCIOCognITVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA: TRILHAS INDICIÁRIAS.....	152
5.1. Perfil dos <i>outsiders</i> que atuaram na implantação e na institucionalização da Ciência da Informação brasileira.....	156

5.2. Descortinando a produção científica dos outsiders em periódicos nacionais.....	162
5.3. O direcionamento estrangeiro: orientações internacionais na Ciência da Informação brasileira	179
5.4. A influência dos <i>outsiders</i> na produção científica dos <i>insiders</i>	191
6. ALTERNATIVAS TEÓRICAS PARA DESCONSTRUÇÃO DA COLONIALIDADE DE SABERES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	206
7. SEMEANDO A DESCOLONIZAÇÃO: REFLEXÕES FINAIS SOBRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA	221
REFERÊNCIAS.....	234
APÊNDICE A – DISSERTAÇÕES ORIENTADAS PELOS OUTSIDERS	260
APÊNDICE B – PRODUÇÃO DOS <i>INSIDERES</i> (1970-1999)	264

1. PRELÚDIO À TESE: BASES PRINCIPIOLÓGICAS DA PESQUISA²

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias? (Santos; Menezes, 2009, p. 7).

O contato com a icônica obra *Epistemologias do Sul* organizada pelo sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos, e pela antropóloga moçambicana, Maria Paula Meneses, foi uma experiência epifânica do ponto de vista epistemológico para o autor deste estudo. Logo nas primeiras linhas do livro, o autor e a autora lançam os questionamentos dispostos na epígrafe desta seção, que ecoaram/ecoam no pensamento do autor deste estudo, provocando inclusive o surgimento de novas perguntas trazidas para seu contexto de atuação acadêmica, a Ciência da Informação, em que, alguns desses questionamentos, estão dispostos no decorrer desta pesquisa.

Todavia, a pressa é inimiga na construção de boas respostas, sobretudo, nas ambiências científicas. Por isso, foi preciso um longo processo de reflexividade para que fosse iniciada uma busca incessante por respostas ou, ao menos, pistas. Destarte, concorda-se com Melo (2019, p. 206): “É em vão procurar uma resposta quando ainda não fizemos a pergunta certa. O conflito seguirá infértil se não receber o benefício da lucidez que só o enfrentamento das perguntas proporciona.”

O enfrentamento das indagações supracitadas foi embasado, principalmente, por meio de leituras de Santos (1995; 2018; 2019). O debruçamento sob tais obras fez com que comessem a cair escamas dos olhos do autor deste estudo, dando início a um processo de desconstrução de uma cegueira epistemológica. Trata-se de uma experiência similar à vivenciada por Paulo de Tarso, que, além de apóstolo do cristianismo, pode ser visto como filósofo político (Dussel, 2014). Neste processo, a primeira coisa que saltou à vista foi que o fim do colonialismo histórico não implicou o fim das dominações coloniais. Isso não se trata de um “óbvio ululante”, pois a Modernidade fez questão de esconder o seu “lado mais obscuro”, a colonialidade (Mignolo, 2017).

A dominação colonial, segundo Maia e Melo (2020), não teve fim com a independência

² Na literatura, o prelúdio costuma ser uma abertura que prepara o leitor para a discussão principal, um tipo de introdução mais ampliada. Embora seja uma prática heterodoxa para uma tese, considera-se que cabe bem aqui, tendo em vista a complexidade do tema principal e dos temas satélites deste estudo.

dos países colonizados, mas permanece viva e atuante, definindo diversos padrões do que é válido e do que não é. Para a autora e o autor, o colonialismo ficou circunscrito a um período histórico, tendo seu fim marcado pela independência³ de países colonizados. Já, a colonialidade é a perpetuação do colonialismo, atuando fortemente na manutenção de uma dominação em diversos âmbitos das populações dos países que passaram pelo processo de colonização.

Consoante Oliveira e Gomes (2021), o conhecimento científico é a face epistemológica da Modernidade, sendo o paradigma científico moderno a forma hegemônica de conhecimento da natureza e da sociedade configurada como Hemisfério Ocidental. No interior da ciência moderna, foram estabelecidos cânones epistemológicos que consagraram um panteão de filósofos que propagaram teses que se puseram a serviço da sustentação da cosmovisão moderna sob os vieses ontológico, epistemológico e axiológico. Vale sopesar que a ação colonialista extrapola a academia, em suas particularidades, e instala-se como uma forma de hegemonia e dominação, em um processo de afirmação de poder do ocidente setentrional sobre o mundo.

Um dos grandes traços coloniais em toda parte é o eurocentrismo que impõe uma condição periférica à boa parte do planeta. “O ‘eurocentrismo’ da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemonizada pela Europa como centro” (Dussel, 2005, p. 30).

A autoproclamação da Europa como centro, sua extensão na América do Norte, notadamente nos EUA, e a imposição de condição periférica a outrem provocaram ranhuras na ciência moderna. Tal modelo mostrou-se insustentável mediante a própria realidade objetiva, pois, inicialmente, hierarquizou e distinguiu conhecimentos e saberes. Além disso, incorreu em flagrante contradição ao produzir conhecimento humano com base na natureza e na razão de forma desumanizada.

Nessa esteira, Santos (2018) pontua que o modelo de racionalidade científica atravessa uma profunda e irreversível crise, podendo se afirmar com segurança que as distinções básicas em que se assenta o dominante moderno estão em colapso. As distinções fundamentais

³ É importante ponderar que ainda existem nações que não conseguiram executar seus processos de independência. A República de Barbados, por exemplo, só foi declarada independente no final de 2021. A Coroa Britânica é chefe de estado de mais de 14 países. Tal cenário é uma demonstração de como o colonialismo permanece vivo por meio da colonialidade. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/barbados-rompe-com-coroa-britanica-e-nomeia-sua-1a-presidente/?fbclid=IwAR1O6P7CLk1QmnfXxHoX2gRh7Ksn9NeKHL5WYN6yTJNFVmvVmIdYTbmD8kc#:~:text=Ex%2Dcol%C3%B4nia%20brit%C3%A2nica%2C%20Barbados%20conquistou,tr%C3%A1s%20o%20s%20passado%20colonial%E2%80%9D>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ocorrem entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum, por um lado, e entre natureza e pessoa humana, por outro. Ao contrário da ciência aristotélica, a ciência moderna desconfia sistematicamente das evidências da nossa experiência imediata. Tais evidências, que estão na base do conhecimento vulgar, são tidas como ilusões.

No entanto, conforme Bachelard (2006, p. 17), “o conhecimento científico é sempre a reforma de uma ilusão”. O autor pontua que para o espírito científico traçar nitidamente uma fronteira, já consiste em ultrapassá-la. Para ele, o racionalismo *a priori* cartesiano, de caráter universal, constitui-se em um racionalismo em recuo sobre a experiência, uma redução da realidade. Um processo filosófico redutivo, torna-se involutivo. Por outro, em oposição ao modelo cartesiano, o racionalismo deve ser integral ou integrante, que se institui após ser levado em consideração um estudo das características das regionalidades e das experiências locais e, por conseguinte, não universal (Bachelard, 2006).

Pode-se flagrar que um organizador da obra que suscitou o desenvolvimento dessa tese e de diversos questionamentos é europeu, bem como os autores supracitados, evidenciando que as críticas ao paradigma científico moderno emergem, em parte, no próprio contexto de produção do conhecimento europeu. Em conformidade com Oliveira e Gomes (2021), a formação da ciência moderna se deu na Europa Ocidental, assim como a crítica epistemológica a ela direcionada. Todavia, tal crítica também estava localizada dentro de uma cosmovisão europeia, tendo em vista as diversas tradições a que pertenciam e de que partiam todos os seus teóricos. A crítica intraeuropeia e pós-positivista representada por autores importantes como Gaston Bachelard, Michel Foucault, Fritjof Capra, Jürgen Habermas, Jean Piaget, Karl Popper e Boaventura de Sousa Santos, entre outros, apesar da inegável relevância, ainda se coloca, parcialmente, no horizonte da tradição ocidental.

Em que pese esse ponto de partida, é importante sopesar e desconstruir um revisionismo histórico despuerado que tenta desqualificar e descartar a obra dos intelectuais supracitados. É uma flagrante contradição e, de certo modo, um revanchismo, a tentativa de replicar com esses autores o que a cultura moderna fez e faz com autores que estão fora do Norte Global⁴. Nesse sentido, o arcabouço teórico deste estudo é composto por fontes da crítica intra-europeia e extra-europeia ao modelo moderno de produção de conhecimento, sem deixar de reconhecer as virtudes e os limites de ambos.

Com efeito, a maior quantidade de “escamas” caiu justamente na percepção de que

⁴ Ramón Grosfoguel dá uma resposta crítica aos fundamentalismos, sejam eles hegemônicos ou marginais. Para ele, todos os fundamentalismos têm em comum a premissa de que existe uma única tradição epistêmica a partir da qual se pode alcançar a verdade e a universalidade (Grosfoguel, 2008).

existe uma corrente robusta de intelectuais latino-americanos críticos à Modernidade e a diversas formas de colonialidade. Trata-se do Grupo Modernidade/Colonialidade, que reúne pesquisadores de diversas áreas, principalmente, latino-americanos. O grupo discute realidades regionais e produzem bibliografias que propiciam outras perspectivas de entendimento sobre a história e as sociabilidades humanas que estavam encobertos nos discursos da Modernidade, principalmente, em relação aos sujeitos colonizados. No ano de 2003, Edgar Lander organiza e publica a obra *A colonialidade do saber – eurocentrismo e ciências sociais*, reunindo os maiores nomes desse grupo de pesquisadores: Alejandro Moreno; Aníbal Quijano; Arturo Escobar; Edgardo Lander; Enrique Dussel Fernando Coronil; Francisco López Segrera; Santiago Castro-Gómez; e Walter D. Mignolo (Damasceno; Amorim; Cardoso, 2021).

Sem embargo, é imprescindível também reconhecer o lugar privilegiado de autores do Sul Global para tecer críticas à Modernidade e à colonialidade, pois em seus respectivos contextos, os descumprimentos de algumas promessas de desenvolvimento moderno se tornam mais visíveis e boa parte da história dos seus locais de nascimento foi diametralmente afetada, inicialmente, pelo colonialismo, e, em seguida, pela colonialidade.

Não por coincidência, o termo colonialidade foi cunhado e amplamente desenvolvido por um dos intelectuais do Grupo Modernidade/Colonialidade, o sociólogo peruano, Anibal Quijano. Para o autor, a colonialidade enquanto elemento atuante de poder possui um viés dominador racista, pois ela se sustenta na imposição de uma classificação étnico-racial da população mundial como elemento basilar do padrão mundial do poder capitalista, atuando em diversos planos da existência social cotidiana. À medida que o capitalismo se torna mundial, configura-se eurocentrado. A colonialidade e a Modernidade tornam-se eixos constitutivos do padrão de poder capitalista até os dias atuais (Quijano, 2009).

A colonialidade se estabelece em três dimensões: poder, ser e saber (Oliveira; Silva, 2021). Sendo a última, o principal foco de estudo dessa pesquisa. Por ora, basta ao leitor a compreensão que a colonialidade do saber é um conceito que se refere à persistência das estruturas de poder e de conhecimento estabelecidas durante o colonialismo, mesmo após os processos de independência política. Essas estruturas, muitas vezes invisíveis e simbólicas, continuam a influenciar as relações de poder na academia, as pesquisas científicas e a valorização de determinadas culturas e tradições epistemológicas em detrimento de outras. Alguns traços coloniais presentes na construção de saberes podem ser destacados, a saber, o eurocentrismo, a desvalorização de saberes dos povos tradicionais, a padronização das formas de produção do conhecimento, imposições de linguagens tecnicistas e formais na construção

epistêmica, a desvalorização de conhecimentos oriundos de tradição oral e não materializados em artefatos documentais.

Então, Quijano (2005, p. 111) discorre, sob a perspectiva latino-américa, como a Modernidade e a racionalidade europeia reclassificaram de forma dualista e arbitrária o restante do mundo que não cabia no conceito de Europa Ocidental.

[...] a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. Mesmo assim, a única categoria com a devida honra de ser reconhecida como o Outro da Europa ou “Occidente”, foi “Oriente”. Não os “índios” da América, tampouco os “negros” da África. Estes eram simplesmente “primitivos”. Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica. Essa perspectiva binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo, impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo.

As categorias criadas pela Modernidade objetivavam basicamente deslegitimar tudo produzido fora da Europa. Segundo Maia e Farias (2020), a dominação europeia ocorreu em todos segmentos e em todas instituições da sociedade latino-americana. As implicações disso foram a construção de paradigmas baseados na racionalidade europeia e o apagamento das construções subjetivas dos povos colonizados, pois, na construção colonial epistemológica, o conhecimento advindo da Europa sempre foi tido como legítimo e superior, enquanto a produção advinda de outras localidades figurava como irracional e inferior. Nesse contexto, as culturas do Sul Global foram extremamente marginalizadas.

Em conformidade com Santos (2009), as noções de Norte Global e de Sul Global configuram uma divisão abissal que é fruto do projeto imperial do colonialismo e do capitalismo globais. Nesse sentido, o pensamento moderno é abissal e consiste em um sistema de distinções visíveis e invisíveis, estas estabelecidas por linhas que dividem em dois universos distintos, o universo “deste lado da linha” (sociedades metropolitanas) e o universo “do outro lado da linha” (territórios coloniais). Tudo que está “do outro lado da linha” é dado como irrelevante, inexistente. Em outras palavras, tudo que está fora do Norte Global é deslegitimado, descartado.

É possível divisar que a construção de uma cultura monoepistêmica não é obra de mera casualidade, mas uma construção social elaborada e articulada sob uma lógica de dominação hegemônica. Nesse sentido, Munanga (2005) considera que não podemos esquecer que somos frutos de uma educação eurocêntrica, o que contribui para a reprodução de preconceitos presentes na sociedade. Com efeito, o universo acadêmico, em seus diversos campos do

conhecimento e, por conseguinte, a produção científica não estão imunes à reprodução da mentalidade colonial e dos preconceitos dela derivados. Ocorre isso, pois o pensamento moderno abissal atua de modo estrutural em perspectiva global, ou seja, em qualquer lado da linha, de diversas formas, como pode, por exemplo, ser observado na implantação das universidades.

De acordo com Bortolanza (2017), com a chegada da Coroa Portuguesa, em 1808, começa a estruturação do ensino superior do Brasil. As primeiras escolas superiores funcionaram até 1934. Nesse momento, o modelo de ensino superior estava direcionado para a formação de profissionais liberais. Barreto e Filgueiras (2007) destacam que ocorreram inúmeras tentativas de criações de universidades brasileiras por nomes da história brasileira, tais como José Bonifácio de Andrada e Silva, José Cesário de Miranda, e Pedro Américo de Figueiredo e Mello, entre outros.

Em rigor, o ensino superior brasileiro é baseado na importação de concepções estrangeiras de universidade. Paula (2009) aponta modelos que basearam o ensino superior brasileiro, dentre os quais se destacam os modelos francês, alemão e norte-americano. O modelo francês se caracteriza por escolas isoladas e de cunho profissionalizante, marcando profundamente a Universidade do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo. O modelo alemão, por sua vez, caracteriza-se pelo foco na pesquisa e na unidade entre ensino e investigação científica, marcando os debates sobre a autonomia universitária. E, por fim, o modelo norte-americano, que influenciou a Reforma Universitária de 1968, especialmente na estrutura organizacional, caracteriza-se pela associação entre ensino-pesquisa e serviços.

Assim como as universidades brasileiras foram precedidas por instituições anteriores - escolas superiores, seminários, faculdades, colégios, entre outras -, a Ciência da Informação brasileira foi precedida de uma infraestrutura pré-existente, advinda, principalmente, da Bibliografia e da Documentação. Oddone (2006) pontua que a Ciência da Informação no Brasil não surgiu em “um terreno estéril”. Ao contrário, sua emergência ocorreu em uma ambiência onde outros saberes já estavam constituídos, deixando vestígios em sua concepção e sua formatação.

A Ciência da Informação, como campo do conhecimento surgido neste contexto histórico, não está imune às estruturas da colonialidade do saber. Essa herança histórica se manifesta de diversas formas em nosso país, moldando as práticas, as teorias, as instituições e os sujeitos que compõem a área. Embora possa ser considerada um campo relativamente novo, quando comparado a outros das Ciências Sociais Aplicadas, como, por exemplo, Direito, Economia, Administração, e Comunicação, entre outras, a sua concepção é influenciada

diretamente por aquilo que Santos (2009) nomeia “Norte Global”, sobretudo, pelos Estados Unidos da América (EUA) e por alguns países europeus. Desse modo, há, na partida, alguns indícios de influências da colonialidade e da Modernidade na conformação do campo desde a sua gênese.

Definir um ponto de partida para a Ciência da Informação no mundo é uma tarefa penitente, pois observando a literatura da área é notável um dissenso acerca deste assunto. De tal modo que não há um marco fundador específico, mas um conjunto de momentos que poderiam ser apontados como indícios do surgimento da área. Com efeito, Pinheiro (2002) estabelece que, com o nascimento da ciência moderna, em meados do século XVI, começaram os encontros científicos e a comunicação científica; a última, inicialmente, dava-se por meio de cartas e, posteriormente, dos primeiros periódicos. O aumento do número de cientistas, da produção e da comunicação científica foram catalisadores da Ciência da Informação. A autora, com base em Shera e Cleveland, enumera alguns marcos como lastros para a emergêcia da Ciência da Informação, a saber:

- Em 1895, criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), por Paul Otlet e Henri La Fontaine, resultante da 1ª Conferência Internacional de Bibliografia, realizada em Bruxelas. O IIB pode ser considerado a nascente da Ciência da Informação.
- Em 1931, a transformação do IIB em Instituto Internacional de Documentação (IID).
- Em 1935⁵, a publicação do *Traité de Documentation* de Paul Otlet.
- Em 1937, a fundação do então *American Documentation Institute* (ADI), nos EUA.
- Em 1938, a denominação do IIB passa para Federação Internacional de Documentação (FID).

Além desses eventos pontuais, a conjuntura geopolítica internacional foi um importante elemento catalisador no desenvolvimento da informação científica e tecnológica, sobretudo, no período pós-Segunda Guerra e, seguidamente, na Guerra Fria. Nesse contexto, surge uma das obras mais importantes para a discussão acerca da origem da Ciência da Informação, *As We May Think*⁶, de autoria de Vannevar Bush, publicada em 1945.

Para Barreto (2007), Vannevar Bush pode ser considerado o pioneiro da Ciência da

⁵ A autora discorre que a publicação foi em 1935, mas, na verdade, o correto é 1934. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003043331.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

⁶ Publicado na revista *The Atlantic Monthly*, é o ensaio mais conhecido de Bush e faz parte de um conjunto de elementos concernentes à origem da Ciência da Informação, reforçando o argumento proposto neste estudo e em boa parte da literatura da área que sua gênese é dispersa e multifatorial. (Medeiro; Vanti, 2011).

Informação, na medida em que, no celebre artigo, problematizara a informação em ciência e tecnologia, bem como os possíveis obstáculos à organização e à disseminação da informação na sociedade. Ele destaca que o artigo de Bush teve o máximo de exposição que poderia receber na mídia da época e, por conseguinte, sendo concebível o ano de sua publicação (1945), a data fundadora da Ciência da Informação.

Em uma conjuntura pós-Segunda Guerra, Bush (1945)⁷ discorre acerca da participação dos cientistas nesse conflito mundial, os benefícios dos avanços tecnológicos, bem como os desafios atrelados ao aumento substancial no volume de produção científica.

Há um crescimento no volume de pesquisa, entretanto isto a evidencia ainda mais que estamos nos especializando. O pesquisador é influenciado pelas descobertas e conclusões de milhares de outros trabalhos — conclusões ao quais ele não consegue encontrar tempo para utilizar, muito menos para lembrar onde estão disponíveis. Contudo, a especialização torna-se cada vez mais imprescindível para o progresso, e o esforço para construir pontes entre disciplinas é proporcionalmente superficial. (Bush, 1945, p. 2).

É admirável como a obra de Bush e suas considerações acerca do aumento exponencial da informação seguem como questões contemporâneas inquietantes para a Ciência da Informação em temáticas como competência em informação, competência crítica em informação e “obesidade informacional”⁸, entre outras. Em outras palavras, é notório que a humanidade, os cientistas da informação e os cientistas de outras áreas do conhecimento ainda não conseguiram lidar satisfatoriamente com alguns problemas informacionais acirrados desde a Segunda Guerra Mundial.

Avançando para contexto da Guerra Fria, Freire e Freire (2015) discorrem que, em meados da década de 1950, o ADI lutava para sobreviver nos EUA. Em 1957, na Conferência da Filadélfia, apenas 75 dos 200 associados compareceram. Todavia, neste mesmo ano, um acontecimento provocou os americanos a se movimentarem mais nesse sentido. A URSS conseguiu produzir o primeiro artefacto humano capaz de orbitar ao redor da Terra, o *Sputnik*, revelando ao ocidente o alto nível de sofisticação científica e tecnológica do bloco socialista no tocante à informação científica.

O campo de estudo relacionado à URSS é apresentado pela nomenclatura *Informatika*. O país foi um dos pioneiros na produção de computadores e tinha um campo em Ciência da Computação independente e sofisticado que mantinha relações com a Ciência da Informação.

⁷Tradução: Fábio Mascarenhas e Silva, disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7635638/mod_resource/content/1/BUSH_as%20we%20may%20think.pdf. Acesso em: 31 jul. 2023.

⁸ Excesso ou sobrecarga de informações. Disponível em: <https://www.rhlab.co/post/obesidade-informacoes>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

Um dos pesquisadores mais prominentes dessa articulação entre as duas áreas foi Alexander Ivanovich Mikhailov (1905-1988). Ele foi diretor e coordenador do principal órgão de pesquisa em Ciência da Informação na URSS, o Instituto Estatal de Informação Científica e Técnica (VINITI), e por duas vezes vice-diretor da FID (Santos Júnior, 2015).

Alguns eventos e periódicos também contribuíram para o surgimento da Ciência da Informação. No que se refere aos eventos, destacam-se a Conferência de Informação Científica, promovida pela *Royal Society*, em 1948, em Londres; também em Londres, a Conferência do *International Union and Applied Chemistry* (IUPAC), no ano de 1955; e a Conferência Internacional de Informação Científica, realizada em Washington, em 1958. Quanto às publicações, mencionam-se o surgimento dos periódicos *Journal Documentation* (1945) – Grã-Bretanha; *Nachrichten für Dokumentation* (1950) - antiga URSS; e o *American Documentation* (1950) - EUA (Queiroz; Moura, 2015).

Há ainda outros eventos tratados como marco para a Ciência da Informação, as conferências do *Georgia Institute of Technology*, conhecido como *Georgia Tech*. Diante da preocupação com o tratamento de diversos tipos de informação nos EUA, ocorre a primeira conferência em 1961, na cidade de Atlanta. Na ocasião, foram discutidos por quatro grupos métodos de treinamento para bibliotecários e em informação de modo geral para cientistas. Depois dessa conferência, o grupo da *Georgia Tech* criou duas comissões: uma dedicada aos programas de curta duração e outra aos programas de currículo acadêmico. Ambas trabalharam na formação de princípios gerais e de solução de problemas específicos para o novo programa acadêmico. A partir disso, emergem colocações científicas que apontam que a Ciência da informação tem uma origem Acadêmica. A segunda conferência foi realizada no ano seguinte, 1962, e contou com a participação de 50 cientistas, bibliotecários pesquisadores, especialistas em informação, além de representantes de institutos e associações americanas como o ADI (Garcia, 2002).

Pinheiro (2002) elenca acontecimentos que gestaram a Ciência da Informação, como o avanço científico e tecnológico em função da Segunda Guerra Mundial; a necessidade de registro e de transmissão dos conhecimentos e informações, resultante do desenvolvimento da Ciência e Tecnologia; o surgimento de tecnologias, como o microfilme, mas, principalmente, o computador. Nesse sentido, Souza (2012) discorre que os movimentos de transformações científicas e tecnológicas, juntamente com o aumento da produção técnica e científica em meados do século XX, especialmente nos EUA e em alguns países europeus, são diretamente responsáveis pela implantação da Ciência da Informação.

A influência norte-americana na Ciência da Informação se evidencia quando a primeira

instituição de área se estabelece nos EUA. Segundo Araújo (2014), em 1968, o ADI mudou seu nome para *American Society for Information Science* (ASIS)⁹. Nessa época, eram desconhecidos por muitas pessoas o que este campo científico representava e o que faziam os cientistas da Informação.

Moraes (2002) desenvolveu um estudo baseado em um índice da ASIS&T sobre os pioneiros da Ciência da Informação nos EUA. Os resultados desse estudo evidenciaram a predominância norte-americana e europeia na área. Na categoria nacionalidade, foram apontados como pioneiros dois russos (George Vladutz, e Myer Kessler), um alemão (Hans Peter Luhn), um austríaco (Alfred James Lotka), três ingleses (Hillman, Solla Price, e Mary Herner) e 93 norte-americanos. O destaque fica por conta dos sete europeus, tendo em vista o *site* referir-se a pioneiros norte-americanos. Importante ressaltar a inexistência de qualquer menção, ainda que honorífica, a intelectuais advindos da América do Sul, da África, da Ásia ou da Oceania.

Conforme Garcia (2002), em um dos marcos da Ciência da Informação, as conferências *Georgia Tech*, não se faz menção a participante de outra nacionalidade que não fosse a americana dentre os 59 participantes do evento. O destaque positivo apresentado pela autora é que quase metade dos participantes, precisamente 27, eram ligados à Biblioteconomia.

Pinheiro e Loureiro (1995) consideram que a Ciência da Informação foi introduzida no contexto brasileiro em 1970, por meio do curso de mestrado em Ciência da Informação ofertado pelo então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Nessa mesma perspectiva, Oddone (2006) reitera que, em se tratando de Ciência da Informação no Brasil, qualquer recuo histórico esbarra no marco erguido por esta instituição, que implantou o primeiro curso de Mestrado da área na América do Sul. Tal qual outros cursos de pós-graduação brasileiros, este primeiro curso teve forte influência estrangeira, principalmente dos EUA e da Grã-Bretanha. Face ao exposto, é possível considerar esta conjuntura um sinal visível da colonialidade do saber na Ciência da Informação brasileira.

⁹Atualmente, a instituição denomina-se *Association for Information Science and Technology* (ASIS&T.) <https://www.asist.org/>. Acesso em: 05 de fev. de 2025.

A Ciência da Informação começa a ser implantada paulatinamente no Brasil com a construção das condições técnico-científicas estabelecidas a partir da associação crescente na década de 1950 entre a tradicional Biblioteconomia e a moderna Documentação. O marco teórico-metodológico mais próximo, por assim dizer, corresponde ao aprimoramento de práticas biblioteconômicas e documentárias em um espaço necessitado¹⁰ e, ao mesmo tempo, privilegiado de IC&T (Souza, 2011, p. 176).

A influência estrangeira se deu a partir de várias perspectivas, mas, inicialmente, destacam-se a composição do corpo docente do primeiro curso, as orientações de trabalhos finais de curso e a participação em eventos, com forte presença de pesquisadores originários de diferentes países, o que aponta para a conformação de um pensamento informacional brasileiro de base exógena, privilegiada e, sobretudo, hegemônica. Aqui também há um traço visível da intervenção epistêmica estrangeira no campo.

Entre os professores vindos do exterior, conhecidos e reconhecidos internacionalmente, destacamos Frederick Wilfrid Lancaster, Tefko Saracevic, LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce, Jack Mills, John Joseph Eyre, Ingetraut Dahlberg e Suman Datta [...]. Até 1981, esses professores também exerceram o papel de orientadores: Lancaster, com 34 orientações; Tefko Saracevic, 13; Lavan Overmyer, 3; Jack Mills e Bert Boyce, ambos responsáveis por duas orientações. A presença de estrangeiros também ocorreu através de conferências, como as de Derek de Solla Price, físico e especialista em história da ciência, cujas obras são fundamentais sobretudo para os estudos de comunicação científica. Solla Price manteve, durante a sua vida, freqüentes contatos com professores brasileiros de Ciência da Informação, notadamente Gilda Braga. (Pinheiro; Loureiro, 1995, n. p.).

Aqui, é importante mencionar que a participação de estrangeiros em atividades científicas é comum e continuam, como, por exemplo, em palestras, sobretudo, na abertura de eventos científicos. Contudo, há uma diferença no contexto supracitado, pois não se trata apenas de mera participação, já que os mencionados fizeram parte da implantação e do desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil.

No presente estudo, preliminarmente, o autor toma como alguns dos implantadores da Ciência da Informação, no Brasil, os pesquisadores que, além de atuarem como professores, orientaram trabalhos acadêmicos: Frederick Wilfrid Lancaster, Tefko Saracevic, LaVahn Marie Overmyer, Jack Mills e Bert Boyce. Todavia, ao longo da pesquisa podem ser acrescentados outros pesquisadores que também atuaram na implantação da área no Brasil. E, por conseguinte, maiores detalhes sobre esse processo serão abordados nas análises e discussões dos dados empíricos.

¹⁰ É pertinente ressaltar uma das primeiras iniciativas que marcaram o afastamento de uma perspectiva positivista na Ciência da Informação: o projeto "Socialização da Informação: desenvolvimento de metodologias para a sua efetivação. Estudo aplicado às áreas de Ciência da Informação e de Saúde" (Projeto Saci). Tal projeto aborda a socialização da informação como um processo colaborativo de construção, tratamento e disseminação de informações diversas. Essa colaboração se concretiza por meio da definição conjunta de necessidades entre produtores e usuários – que, nesse contexto, se interligam – e da identificação dos caminhos (metodologias) mais apropriados para satisfazê-las (Freire, 2000)

Outro indício da presença da colonialidade na constituição do pensamento informacional brasileiro é o silenciamento de alguns conhecimentos (epistemicídios) oriundos de povos historicamente excluídos e subalternizados em alguns espaços da área, sinalizando a presença de violências epistêmicas na conformação do campo da informação no território nacional. A título de *exempli gratia* destacamos alguns estudos que evidenciam esse fenômeno: Ortolan *et al.* (2017); Alves (2021); Almeida, Alves e Silva (2021); Silva, Garcez e Silva (2022); Alves e Cortês (2023); e Alves, Oliveira e Souza (2023); entre outros.

Consideramos que esses e outros indícios violências epistêmicas na produção científica da área devem ser objeto de preocupação da comunidade de cientistas da informação, pois um dos elementos centrais da colonialidade é uma hierarquização de raças, de gêneros, de classes e de credos, entre outras, que se reflete em uma sobreposição ontológica e epistemológica dos seres. Conforme Alves (2021, p. 52), “O epistemicídio é a manifestação contumaz do racismo na ambiência acadêmica.” Nesse sentido, Noguera, Duarte e Ribeiro (2019) tratam o epistemicídio como sinônimo de racismo epistêmico, considerando que a desqualificação de conhecimentos não-europeus é sinal do desenvolvimento científico sob a égide de um hegemonismo epistêmico.

Não obstante o exposto, vale sopesar que apenas a influência do Norte Global na institucionalização da área e os indícios de epistemicídio não bastam para a constatação de uma influência profunda da colonialidade no pensamento informacional brasileiro. Faz-se necessário, portanto, investigar, descortinar, descobrir, descrever e sistematizar a presença e/ou a ausência de elementos que atestem ou rechacem tal traço colonial. É certo que este cenário apresentado desafia a comunidade de cientistas da informação a volverem seus olhares para a influência do pensamento moderno abissal, do eurocentrismo e da colonialidade de modo geral no pensamento informacional brasileiro. Tomando por base essa reflexão, emerge o seguinte problema de pesquisa: **como ocorreu a dinâmica de influências da colonialidade do saber na Ciência da Informação brasileira?**

Desta feita, é preciso identificar elementos da colonialidade do saber e compreender os seus ecos no pensamento informacional brasileiro, considerando, pelo menos, três pressupostos¹¹, a saber:

- Pressuposto 1: A colonialidade exerceu influência direta no mundo ocidental, e a Ciência da Informação não permaneceu imune a essas influências.

¹¹ Os pressupostos desta pesquisa se fundamentam na análise de discursos preexistentes sobre a história do campo da Ciência da Informação, ou seja, em um conjunto de trabalhos que, em sua própria construção, já compartilhavam, ao menos parcial ou indiretamente, a perspectiva analítica desta tese.

- Pressuposto 2: A implantação da Ciência da Informação no Brasil ocorreu com base em modelos educacionais estrangeiros, o que, inicialmente, obstaculizou a emergência de uma identidade nacional singular no campo científico brasileiro.
- Pressuposto 3: A intervenção direta de pesquisadores estrangeiros, notadamente norte-americanos e europeus, com destaque para os ingleses, permanece influente na Ciência da Informação brasileira até os dias atuais. Essa atuação contínua representa um forte indício da persistente colonialidade do saber no campo.

Diante dessa indagação, a presente pesquisa sustenta a **tese** de que a colonialidade do saber não ocupou um papel secundário na trajetória da Ciência da Informação brasileira. Pelo contrário, ela se configurou como um elemento estruturante fundamental, moldando suas bases teóricas, metodológicas e práticas de maneira significativa. Essa influência se manifesta em diversos aspectos cruciais, como a adoção acrítica de modelos estrangeiros, a persistente hierarquização do conhecimento, o estabelecimento de dependências epistêmicas, a marginalização de perspectivas críticas e o sistemático silenciamento de saberes nacionais. Essa conjuntura complexa reverberou diretamente na implantação, institucionalização e consolidação do campo da Ciência da Informação no país.

Nesta perspectiva, o presente estudo tem como **objetivo geral compreender como ocorreu a dinâmica de influências da colonialidade do saber na Ciência da Informação brasileira**. Para operacionalizar o alcance desse objetivo, lançamos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os intelectuais estrangeiros (**outsiders**) que atuaram na implantação da Ciência da Informação no Brasil;
- Visibilizar a participação dos intelectuais estrangeiros identificados na produção científica, nas orientações de dissertações e nas instituições da Ciência da Informação;
- Examinar elementos da colonialidade do saber que, direta e/ou indiretamente, influenciaram/influenciam a Ciência da Informação no Brasil;
- Investigar silenciamentos de saberes na produção científica da área no Brasil influenciados pela colonialidade.

O presente estudo é fruto de um processo de amadurecimento intelectual que perpassou a graduação, a especialização, o mestrado e, atualmente, o doutorado. O eixo desta pesquisa foi o contato com a obra de Boaventura de Sousa Santos, concomitantemente ao desenvolvimento do trabalho de dissertação de mestrado: “A Mediação da Informação como epicentro do protagonismo social negro: do epistemicídio à [des]colonialidade” (Alves, 2021), no qual é

evidenciado um epistemicídio negro nos anais ENANCIB. No andamento da pesquisa citada, foi possível observar que a Ciência da Informação foi/é influenciada por traços da colonialidade e do pensamento moderno ocidental. No entanto, em Alves (2021), focou-se apenas na análise do epistemicídio no que concerne à população negra em nesse evento. Na ocasião, foram localizadas apenas 40 pesquisas acerca da população negra entre 1994 e 2019, dentre um universo de 4.139 trabalhos, representando menos de 1% do total de trabalhos, mais precisamente 0,96%. Os resultados foram apontados como um sinal visível do epistemicídio negro no evento, despertando a curiosidade para que fossem descortinados outros silenciamentos de saberes em outras fontes de pesquisa na Ciência da Informação.

Diante disso, emergiu a necessidade de analisar a ingerência do pensamento colonial na área de modo mais abrangente, em uma perspectiva macro epistemológica. Ademais, o autor desse estudo foi provocado a dar alguns passos para trás e refletir sobre as causas do epistemicídio negro, questionando-se onde se inicia esse fenômeno. Tal reflexão culminou no artigo “Raízes do epistemicídio negro: análise da produção científica do ENANCIB (1994-2019)” (Alves; Côrtes, 2023). Neste estudo, de cunho teórico, a revisão de literatura sinalizou que o colonialismo e a escravidão são dois fenômenos que ajudam a explicar as origens do epistemicídio negro. O autor e a autora sopesaram que a discussão, acerca do epistemicídio negro na área, precisa de um salto quantitativo e qualitativo, em que as pesquisas encontrem as lacunas epistemológicas, mas também ações de resistência na área que buscam combater esse fenômeno e fomentar mais pesquisas nesse viés epistemológico.

Consideramos que esses traços da colonialidade no pensamento informacional brasileiro e esses indícios de epistemicídio na área compõem justificativas para o desenvolvimento desta pesquisa, pois a mentalidade colonial não prejudica apenas os grupos que possuem seus conhecimentos suprimidos ou subvalorizados, mas a Ciência da Informação como um todo. A prática do epistemicídio em qualquer campo científico, por exemplo, significa uma área mutilada, desconfigurada em sua totalidade. Consideremos que a luta contra essas assimetrias deve ter o protagonismo das populações afetadas. Todavia, deve ser objeto de interesse de todas as pessoas comprometidas com a justiça social e epistêmica. Em face do exposto, faz-se necessário problematizar, investigar, discutir e apontar caminhos para a desconstrução do pensamento colonial na Ciência da Informação e fazer emergir novas narrativas orientadas aos sonhos emancipatórios em torno do pensamento informacional brasileiro.

É evidente, no entanto, que o impacto da colonialidade recai de modo mais abrangente sobre grupos que passaram por processos históricos de colonização, subjugação e exploração, sendo, portanto, impelidos a habitar nas periferias sociais, epistemológicas e “existenciais”.

Conforme Ulloa e Guimarães (2019), o termo “periferias existenciais” foi cunhado pelo Papa Francisco¹² ao expor que nestes ambientes o discípulo cristão encontra os pobres e as pessoas que sofrem as chagas da vida. Diante do exposto, salientamos em nível de justificativa pessoal, que o autor desse estudo foi motivado em sua formação religiosa católica a se identificar com as causas dos mais pobres e vulneráveis. Ao sintetizar esta justificativa particular, tomamos como base principiológica a frase do bispo espanhol radicado no Brasil, Dom Pedro Casaldáliga: “na dúvida, fique do lado dos pobres”¹³. Os pobres, consoante Ratzinger (2021, p. 61) são “os destinatários privilegiados do amor de Deus”.

É patente, conforme Grosfoguel (2009), que o espaço de manobra das regiões periféricas é demasiadamente resumido, devido a constrangimentos impostos pelo sistema interestatal global que não aceitam a soberania das nações periféricas. Em síntese, a solução para superação das desigualdades sociais exige o surgimento de alternativas descoloniais globais que superem os modos binários de pensamento em termos colonialistas, nacionalistas, fundamentalistas eurocêntricos e fundamentalistas de terceiro mundo. Consideramos que o presente estudo pode contribuir com o fomento ao surgimento de alternativas descolonizadoras de conhecimento no contexto da Ciência da Informação, provocando a comunidade científica da área a perceber em seus constructos científicos a influência da colonialidade e em contrapartida a valorização de outros saberes subvalorizados.

Em nível de justificativa profissional, salienta-se que o autor deste estudo é arquivista e atua no setor público. Consideramos que os profissionais que lidam com a informação devem ter responsabilidade social e contribuir com a democratização do acesso à informação, sobretudo, aqueles que desempenham seu trabalho no serviço público, que tem como base o interesse da coletividade. Nesse sentido, Santana e Aquino (2009) enunciam que os profissionais da informação devem assumir uma responsabilidade social e ética. Para as autoras, a responsabilidade social implica formar profissionais da informação a partir de uma abordagem ética que vise o respeito aos grupos socialmente vulneráveis. Assumir a responsabilidade social e ética significa que a atuação dos profissionais da informação não se resume ao trabalho técnico, pois estes podem e devem ter outras atribuições no que concerne às novas formas de produção de conhecimento e de disseminação da informação.

¹² Importante salientar que não buscamos com esse parágrafo fazer qualquer tipo de proselitismo religioso. Santos (2009) considera que o pensamento abissal concedeu à ciência moderna o monopólio da distinção universal entre verdadeiro e falso, em detrimento dos conhecimentos de dois alternativas: a filosofia e a teologia. Como o autor incentiva a ecologia de saberes, consideramos que poderia ser usada a teologia para justificativa pessoal.

¹³ Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/ethel-maciel/na-duvida-fique-ao-lado-dos-pobres-1022>. Acesso em: 02 jan. 2025.

Entendemos que tal engajamento com a luta dos mais pobres e a desarticulação da colonialidade se coaduna com a responsabilidade social da área, justificando a importância social dessa pesquisa. Segundo Silva e Aquino (2011), a Ciência da Informação como ciência social não pode ficar alheia às causas dos grupos sociais historicamente marginalizados. Nesse sentido, Garcia, Targino e Dantas (2012) consideram que a responsabilidade social é um fundamento intrínseco à Ciência da Informação; tal responsabilidade se refere à capacidade de priorizar a informação em diferentes nuances, como elemento principal da comunicação, com enfoque social que justifica o ciclo informacional sempre em prol da humanidade em ações contínuas, sistemáticas e que expressem o comprometimento das organizações envolvidas.

No que concerne à estrutura, esta Tese é composta por seis seções, das quais este prelúdio com considerações iniciais é a primeira.

Na seção 2, **Metodologias não-extrativistas: uma dose de imaginação epistemológica**, o autor descreve o desenho metodológico da pesquisa, enfatizando a importância do método e a valorização de conhecimentos científicos e saberes diversos. A seção é composta por três subseções. Na subseção 2.1, *Caracterização da pesquisa e campo de estudos*, o autor apresenta a metodologia da pesquisa, juntamente com uma breve descrição do campo de estudos onde os dados foram coletados. Na subseção 2.2, *O indiciário em estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação*, o autor apresenta as características do método indiciário e sua aplicabilidade no contexto do estudo. A subseção 2.3, intitulada *Conhecer-com base na relação sujeito-sujeito: coleta de dados*, descreve o percurso da coleta de dados da pesquisa, o campo empírico e o *corpus* do estudo.

Na seção 3, **Geopolítica do Conhecimento, Colonialidade do Saber e seus Ecos na Educação Brasileira**, o estudo explora como a geopolítica do conhecimento define os papéis dos cientistas no cenário da produção científica, com base na diferença colonial. Na subseção 3.1, *Modernidade e Colonialidade: Chaves Hermenêuticas para a Compreensão da Geopolítica do Conhecimento*, o estudo discute as relações entre o pensamento moderno ocidental, o colonialismo histórico e a colonialidade, além de apresentar os diferentes tipos de colonialidade. Na subseção 3.2, *Elementos da Colonialidade do Saber e Dependência Epistêmica na Educação Brasileira*, o estudo apresenta um panorama histórico do ensino superior no Brasil, analisando a influência de modelos estrangeiros e como isso pode gerar dependência epistêmica. Por fim, o estudo identifica elementos da colonialidade do saber que podem estar presentes na Ciência da Informação Brasileira.

Na seção 4, **Institucionalização Sociocognitiva da Ciência da Informação no Brasil: Elementos Obstantes e Catalisadores**, são explorados os fatores que facilitam e dificultam a

institucionalização social e cognitiva da Ciência da Informação no Brasil. A subseção 4.1, *Crise Moderna, Transição Paradigmática e Institucionalização das Ciências*, oferece uma análise macrossocial da crise da Modernidade, da transição paradigmática e seu impacto na institucionalização científica. Na subseção 4.2, *Políticas Nacionais de Informação Científica e Tecnológica: Conjuntura Gestacional de Implantação de um Campo Científico*, o estudo apresenta uma análise teórica de como o contexto anterior e simultâneo à implantação formal da área contribuiu para o desenvolvimento do campo no país. Finalmente, na seção 4.3, *Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: Dimensões, Aspectos e Níveis*, e nas subseções 4.3.1, *Aspectos e Níveis da Institucionalização Cognitiva*, e 4.3.2, *Aspectos e Níveis da Institucionalização Social*, é apresentada a institucionalização social e cognitiva específica da Ciência da Informação brasileira, discutindo seus respectivos níveis de institucionalização.

Na seção 5, *A Influência de Outsiders na Institucionalização Sociocognitiva da Ciência da Informação Brasileira: Trilhas Indiciárias*, são apresentados os achados científicos interpretados à luz dos conceitos de colonialidade do saber, ciência moderna colonial e institucionalização sociocognitiva. Na subseção 5.1, *Perfil dos Outsiders que atuaram na implantação e institucionalização da Ciência da Informação Brasileira*, o estudo oferece uma breve biografia dos *outsiders*, com o objetivo de contextualizar sua atuação profissional no Brasil e no exterior. Na subseção 5.2, *Descortinando a Produção Científica dos Outsiders em Periódicos Nacionais*, são apresentados os estudos produzidos por esses intelectuais no âmbito nacional. Na subseção 5.3, *O Direcionamento Estrangeiro: Orientações Internacionais na Ciência da Informação Brasileira*, são apresentados e analisados os dados da segunda etapa da coleta de dados, com foco nas dissertações orientadas pelos *outsiders* no Brasil. Na subseção 5.4, *A Influência dos Outsiders na Produção Científica dos Insiders*, a investigação científica identifica a influência dos *outsiders* na produção científica de seus orientandos.

A seção 6, *Alternativas Teóricas para a Desconstrução da Colonialidade de Saberes na Ciência da Informação*, apresenta possíveis caminhos teóricos para a Ciência da Informação brasileira desconstruir a colonialidade do saber. O objetivo é reunir abordagens teóricas que favoreçam essa desconstrução, visando a um nível ainda maior de institucionalização social e cognitiva.

Na seção 7, *Semeando a Descolonização: Reflexões Finais sobre a Ciência da Informação Brasileira*, são apresentadas as considerações finais do estudo. Nesta seção, são retomados os objetivos, tese e limitações da pesquisa, além da apresentação da tese e das perspectivas de ampliação do estudo e continuidade da produção científica do autor nessa temática.

2. METODOLOGIAS NÃO-EXTRATIVISTAS: UMA DOSE DE IMAGINAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

*Dê-me, Senhor, agudeza para entender, capacidade para reter, **método** e faculdade para aprender, sutileza para interpretar, graça e abundância para falar, acerto ao começar, direção ao progredir e perfeição ao concluir... (São Tomás de Aquino, 1225-1274, grifo nosso).*

Iniciamos esse ponto com a prece do santo italiano, um dos maiores filósofos medievais, para ressaltar que o método tem sua importância reconhecida muito antes do surgimento do método científico. É, também, uma provocação retórica ao pensamento abissal de parte da comunidade científica que subjuga saberes, dentre eles o teológico, em detrimento de conhecimentos científicos.

O presente estudo se propõe a construir conhecimento em uma perspectiva crítica ao eurocentrismo e ao pensamento moderno abissal, portanto, há uma tentativa do estabelecimento de uma metodologia coerente com essa postura epistemológica. No entanto, por mais desconstruída e crítica que uma pessoa pesquisadora tente ser metodologicamente, é relevante considerar que há “uma mentalidade portuguesa encravada na América Latina” (Krenak, 2021, p. 17).

Conforme Santos (2019), para as epistemologias do Sul, conhecimento e saber devem ser entendidos quase como sinônimos, embora apresentem diferenças sutis no uso da linguagem. Essas diferenças estão escritas na própria origem etimológica das duas palavras. “Conhecer”, do latim “*cognoscere*”, com o grego “*gnosis*” + “*cum*”, significa “obter conhecimento de”, “passar a ter conhecimento de” um processo acentuadamente intelectual. Por sua vez, “saber”, do latim “*sapere*”, significa “ter conhecimento” como sentido por meio do gosto (de “*sapio*”, ter gosto, ter bom paladar). “Sabor” tem exatamente a mesma etimologia de “saber”. A tensão criada na cultura ocidentocêntrica talvez explique o porquê de “conhecimento” deslizar facilmente para “ciência” e “saber” ser vinculado a uma “sabedoria”, “sagacidade”. Em outras palavras, na perspectiva dominante, o conhecimento estaria ligado a uma atividade cognitiva e intelectual, enquanto os saberes seriam resultados de percepções, de observações e dos sentidos, quase sempre traduzido no eufemismo pejorativo de “sabedoria popular” e não em “conhecimento popular”.

A superação da hierarquia entre saber e conhecimento enfrenta resistência em diversos contextos de produção intelectual, notadamente no ambiente acadêmico. Tal obstáculo decorre da persistência do paradigma colonial europeu, que ainda exerce influência significativa na

América Latina, no Caribe e no Sul Global como um todo. Em conformidade com Krenak (2021, p. 17), o “[...] olhar colonialista/colonial que incide sobre nós de uma maneira que cega a vista. Cega a vista daqueles que se sobrepõem a esse mundo e ocultam as imagens dos que vivem a realidade profunda desse mundo”.

As elucubrações supracitadas são relevantes para o desenho metodológico desta pesquisa, visto que a coleta de dados não buscará meramente extrair dos sujeitos da pesquisa respostas acerca da temática do estudo, mas também de observações empíricas oriundas de experiências pessoais e inter-relacionais.

Como é possível produzir saberes confiáveis e aceitáveis utilizando métodos não convencionais aqueles que a ciência moderna privilegia? A natureza colonialista das metodologias desenvolvidas pelas ciências modernas abissais é desenvolvida com base na lógica do extrativismo, especificamente do extrativismo cognitivo que caracteriza o colonialismo, capitalismo e patriarcado (Santos, 2019).

O processo de construção da estrutura metodológica de uma pesquisa é uma das partes mais importantes na elaboração de um trabalho científico. As conjunturas históricas, socioeconômicas, políticas e epistemológicas podem subjazer a escolha do desenho metodológico da pesquisa. Diante disso, é importante que as decisões metodológicas sejam fruto de um longo processo de reflexividade por parte do pesquisador, percorrendo um itinerário de construções, de desconstruções e de ressignificações. Por isso, a metodologia de uma pesquisa deve ser compreendida como “um instrumento útil e seguro para a gestação de uma postura amadurecida frente aos problemas científicos, políticos e filosóficos que nossa educação universitária enfrenta.” (Severino, 2000, p. 18).

No presente estudo, buscamos que sua arquitetura metodológica seja desenvolvida sob o *lôcus* de metodologias não-extrativistas e em perspectiva pós-abissal, na medida em que, segundo Santos (2019, p. 12), “Esse trabalho metodológico requer uma dose significativa de imaginação epistemológica.”

No cenário nacional, um exemplo notável de método não extrativista reside na obra seminal de Paulo Freire (1970) e em toda a sua pedagogia. Seu método educativo singular capacita o aluno a desenvolver sua educação de maneira integral e a aprimorar a leitura a partir de sua própria realidade. De fato, conforme assinala Saviani (2021), Freire não apenas estabeleceu um método, mas sim uma concepção crítica de educação. Ele compreendia o ser humano como um ser de relações sociais, um sujeito ativo de sua própria existência, construída em comunhão com outros, definindo-o como um ser essencialmente dialógico e crítico. Lamentavelmente, o Brasil sofreu significativas perdas educacionais tanto durante o exílio de

Freire no período do regime militar quanto em um período mais recente, após as eleições presidenciais de 2018 e o subsequente governo de direita (Saviani, 2021).

Definir a imaginação não é fácil. Uma rápida consulta a sua origem etimológica nos remete ao verbo latino *imaginari*, que significa formar quadro ou desenho de alguma coisa. No cotidiano, o termo imaginar é usado amplamente, podendo significar um ideal, uma habilidade na solução de problemas. Na filosofia, uma das definições aceitas remete à criação de objetos em um sistema de símbolos.

Conforme argumenta Bronowski (1997), a palavra "imaginação" deriva da criação de imagens na mente; uma concepção que ressoa com a noção de Wordsworth acerca do "olho interior". Para o autor, as atividades intelectuais humanas encontram-se profundamente interligadas à visão, de tal maneira que a ideia de livre arbítrio se concretiza na habilidade de visualizar diferentes possibilidades e, por conseguinte, de realizar escolhas. Em sua análise, Bronowski (1997) enfatiza que as capacidades humanas concernentes à memória, à imaginação e ao emprego de símbolos estão essencialmente condicionadas pela visão. Em diálogo com essa perspectiva, e retomando as ideias de Krenak (2021), pode-se inferir que indivíduos que interpretam o mundo sob uma lente colonialista tendem a apresentar uma imaginação igualmente influenciada pela colonialidade.

Vale pontuar que imaginar é um verbo cada vez mais difícil de ser conjugado no nosso cotidiano, tornando a imaginação algo em completo desuso.

A imaginação passa, atualmente por uma enorme desvalorização devido à ênfase na imagem e no som decorrente das mídias sociais, dos filmes e das séries televisivas. A imagem entra externamente no lugar da imaginação, que seria fruto de um esforço interno. Livros, que são, talvez, a melhor representação e objetificação da capacidade humana da imaginação e da fantasia, são cada vez menos procurados¹⁴ (Souza, 2021, p. 43).

Segundo Gurgel e Pietrocola (2011), a imaginação, para ser “científica”, não pode ser uma atividade puramente livre. Por mais que seja um ato complexo e de grande subjetividade, por se relacionar com uma construção simbólica mental de um indivíduo, não pode estar desvinculada dos compromissos e dos valores científicos.

Em complemento ao exposto por Gurgel e Pietrocola (2011), é possível considerar que, atualmente, a maior dificuldade de exercer a imaginação na ambiência científica não é

¹⁴ Segundo pesquisa encomendada pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), 84% dos brasileiros acima de 18 anos de idade não compraram nenhum livro nos últimos 12 meses. As motivações apresentadas para o distanciamento da leitura foram: falta de tempo, altos preços dos livros e falta de livros nas lojas. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/vidaarte/2023/12/08/mais-de-80-dos-brasileiros-nao-compraram-livros-em-2023-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 16 dez. 2023.

propriamente o vínculo com os “ditames” científicos, mas “ter tempo” para imaginar ou até mesmo conseguir parar uma rotina frenética do nosso século para saber sobre o que se pode imaginar. Atualmente, a massiva quantidade de informação e de comunicação parece ter sequestrado a imaginação da vida cotidiana.

O começo do século XXI é marcado por uma violência neuronal, de tal modo que doenças neuronais como depressão, Transtorno de Déficit de Atenção com Síndrome de Hiperatividade (TDAH) ou Síndrome de Burnout (SB) determinam a paisagem patológica desse século. Essas doenças são causadas, dentre outros fatores, por um excesso de positividade que se manifesta na abundante quantidade de estímulos, de informações e de impulsos. A multitarefa não representa nenhum processo civilizatório, mas um retrocesso. A multitarefa está amplamente disseminada entre os animais em estado selvagem, tratando-se de uma técnica de atenção indispensável para viver na vida selvagem (Han, 2015).

A comunidade científica não é imune aos males do nosso século e também é afetada pelo excesso de positividade, de informações e de comunicação. Em muitos momentos, a vida acadêmica exige de docentes, de discentes e de pesquisadores de modo geral uma quantidade hiperbólica de leituras, de produção científica, de divulgação científica, entre outras coisas, restando pouco tempo para explorar a imaginação epistemológica e observar os fenômenos estudados. Trata-se de uma ambiência onde “o excesso de trabalho e desempenho agudizam-se numa autoexploração” (Han, 2015, p. 30).

E agora um breve exercício de imaginação. Tomando como exemplo a lenda¹⁵ de como se deu a formulação da teoria da gravidade, é bem possível inferir que, se a maçã tivesse caído na cabeça de Isaac Newton no século XXI, ele poderia ter se distraído com notificações de suas redes sociais em seu *smartphone* ou já tivesse com a mente repleta de informações, sofrendo com o “estresse digital”¹⁶ e o evento não resultasse em descoberta científica alguma. Moral da história: para grandes descobertas científicas é imprescindível tempo e atenção para uma boa observação e posterior contemplação e imaginação acerca dos eventos ocorridos ao nosso redor e/ou que estejam relacionados com nossos interesses de estudo.

Outro grande cientista que teve, nitidamente, a imaginação na elaboração de suas teorias foi Albert Einstein. A obra de Einstein permite afirmar que se trata de alguém que colocou a imaginação a serviço da criação de ideias, pois ele se interessou por problemas científicos

¹⁵ Alguns manuscritos indicam que a maçã caiu no campo de visão de Newton e não em sua cabeça. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-ma%C3%A7%C3%A3-de-newton/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

¹⁶ Segundo Madruga, Costa e Oliveira (2021), o estresse digital pode ser definido como consequência do uso intenso ou constante das tecnologias de informação e de comunicação devido ao acesso a uma imensurável quantidade de conteúdos informacionais.

importantes, com fartas referências empíricas, mas que foram abordados a partir de idealizações distantes do cotidiano científico da época. As noções de espaço e de tempo foram estudadas segundo uma abordagem epistemológica que não se preocupava em se manter comprometida com as ideias em voga até então. Além disso, Einstein documentou muitas de suas reflexões sobre o trabalho científico, o que torna possível o estudo histórico-epistemológico do seu processo criativo. Conta, também, a favor a visão de Einstein, como cientista-filósofo, para abordar a questão da imaginação criativa nas ciências, o fato de haver diversos intelectuais que se debruçaram sobre a sua obra (Gurgel; Pietrocola, 2011).

É bem provável que Newton e Einstein fossem prejudicados pelo regime massivo de informações que nos cerca se vivessem em nossos tempos, impactando o desenvolvimento de suas pesquisas. Segundo Han (2017), a massa de informações de hoje atua de modo deformativo, elevando copiosamente a entropia do mundo e o nível de ruído¹⁷. O pensamento requer silêncio. É uma expedição para o silêncio. A atual crise teórica tem muito em comum com a crise da literatura e da arte. Há uma crise, uma inundação de publicações, mas uma estagnação espiritual. As novas ambiências comunicacionais são admiráveis, mas causam um barulho monstruoso marcado por uma desmedida positividade.

Dentro desse contexto, o pesquisador que deseja exercitar a imaginação epistemológica deve buscar um refúgio silente que lhe permita minimizar, ainda que parcialmente, a exposição a uma sociedade marcada pelos excessos de positividade, de trabalho, de estímulos e de autoexploração. Nesse sentido, o que pode ajudar no desenvolvimento da imaginação epistemológica e de “pesquisas de fôlego” é um distanciamento da pressa e um regresso à vida contemplativa. “Só o demorar-se contemplativo tem acesso também ao longo fôlego, ao lento. Formas ou estados de duração escapam à hiperatividade” (Han, 2015, p. 36).

Retomando o exercício de Imaginação feito no caso de Isaac Newton, na formulação da teoria gravitacional, é importante ponderar algo. Uma postura contemplativa e de imaginação epistemológica, diante do que se observa como pesquisador, não combina com uma atitude reacionária que resulte em conclusões apressadas. É possível presumir que Newton não formulou a teoria da gravidade naquele momento ou nos meses seguintes, apesar de sua genialidade. Provavelmente, ele amadureceu a ideia, escreveu, apagou, reformulou e,

¹⁷ O ruído nas comunicações já estava descrito na Teoria Matemática da Comunicação desenvolvida por Claude Shannon, teoria tão cara para a Ciência da Informação. Evidentemente, na época desta emblemática publicação os ruídos eram substancialmente menores na comunicação, talvez incomparáveis. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/6773024>. Acesso em: 18 fev. 2025.

finalmente, chegou à conclusão do estudo, apresentando-o aos pares e à sociedade em segundo momento.

Nessa perspectiva, Han (2015), fazendo menção a Nietzsche discorre que:

A vista contemplativa pressupõe uma pedagogia específica do ver. No Crepúsculo dos ídolos, Nietzsche formula três tarefas, em vista das quais a gente precisa de educadores. Devemos aprender a ler, devemos aprender a pensar, devemos aprender a falar e a escrever. A meta desse aprendizado seria, segundo Nietzsche, a “cultura distinta”. Aprender a ver significa “habituar o olho ao descanso, à paciência, ao deixar-aproximar-se-de-si”, isto é, capacitar o olho a uma atenção profunda e contemplativa, a um olhar demorado e lento. Esse aprender-a-ver seria a “primeira pré-escolarização para o caráter do espírito” (Geistigkeit). Temos de aprender a “não reagir imediatamente a um estímulo, mas tomar o controle dos instintos inibitórios, limitativos”. A falta de espírito, falta de cultura repousaria na “incapacidade de oferecer resistência a um estímulo”. Reagir de imediato e seguir a todo e qualquer impulso já seria uma doença, uma decadência, um sintoma de esgotamento (Han, 2015, p. 51-52).

Face ao exposto, é possível considerar que a imaginação epistemológica atrelada a uma vida contemplativa perpassa por um processo contínuo de silêncio contemplativo, reeducação do olhar, do sentir e dos modos que a pessoa pesquisadora busca se expressar, principalmente, quando o pesquisador se propõe a desenvolver estudos críticos às mais variadas formas de colonização. Mas não basta seguir apenas o que foi exposto até então para o desenvolvimento de uma boa imaginação epistemológica. Há algo que é inescusável, nesse sentido, a virtude da coragem e da resiliência. Infelizmente, ao que parece senso comum e academia não entram em consenso no que se refere à imaginação, relacionando-a à infância ou a algo de segunda grandeza.

Souza (2021) assinala que, nas esferas das epistemologias e da educação, a imaginação é separada das ciências, sendo considerada limitada, e, no melhor dos cenários, relegada às áreas de arte e filosofia, também considerada de segundo valor perto das ciências modernas. No caso em que adultos fazem qualquer pequena menção ao termo imaginação, podem ser considerados lunáticos enquanto na verdade podem estar sendo bastante lúcidos.

Araújo (2015), baseado em Gilbert Durand, discorre acerca de três grandes responsáveis pelo sufocamento da imaginação. O primeiro surge no contexto da ciência moderna, uma vez que o cientificismo e o cartesianismo pregam o pensamento racional, claro e objetivo, tendo na matemática o seu expoente. Além disso, o empiricismo segue nessa linha ao buscar causas concretas e a necessidade percorrer cadeias explicativas para compreender determinado fenômeno. O segundo é o conceitualismo de base aristotélica, que estimula a criação de conceitos sobre tudo o que há, almejando conhecer e consolidar o conhecimento com base em sínteses conceituais. O terceiro é o dogmatismo religioso que objetiva sempre chegar a verdades

estabelecidas, não permitindo questionamentos e ambiguidades, entre outras coisas. As consequências dessas três linhas encontram seu ponto máximo no século XIX, que banuiu a imaginação por considerá-la “não ciência”.

Araújo (2015) discorreu acerca do conceito de imaginação e sociabilidade para os estudos de usuários da informação, inclusive constando como resultado desta pesquisa uma hegemonia da perspectiva positivista nesse tipo de estudos. Porém, o autor já destacara na época a necessidade de avançar nesse sentido, e sinalizou para um progressivo desenho de estudos que contemplem suas mais variadas dimensões – humana, simbólica, cultural e social. O autor discorre ainda que teorias e conceitos utilizados na Sociologia, na Psicologia, na Antropologia e na Comunicação podem contribuir para a sofisticação teórica e metodológica de estudos na Ciência da Informação.

O modelo de racionalidade que preside à Ciência moderna é um modelo global, logo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a formas de conhecimento que não se enquadrem em seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. A Ciência moderna desconfia sistematicamente de evidências da nossa experiência. Tais evidências são tidas como vulgares, são ilusórias (Santos, 2018).

Diante dessa conjuntura, o presente estudo pode ser enquadrado no “crime” de “transgressão metodológica”, visto que buscamos explorar a imaginação epistemológica e a subjetividade dos sujeitos envolvidos neste estudo. A transgressão metodológica é expressa nos estilos e gêneros literários que presidem à escrita científica. A ciência “pós-moderna” não segue um estilo facilmente identificável, mas é, sobretudo, uma configuração de estilos construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista (Santos, 2018).

Adotando ainda uma perspectiva metodológica transgressora, torna-se imperativo, em consonância com Krenak (2020), “suspender o céu”. Tal ação evoca o cantar, o dançar e a vivência da experiência mágica de suspender o firmamento, prática comum em diversas tradições. Suspender o céu, nesse sentido, transcende a mera ampliação do horizonte prospectivo, alcançando a dimensão existencial. Consiste em enriquecer nossas subjetividades, precisamente a essência que o tempo presente busca consumir.

Enfim, sintetizamos o pensamento de Santos (2019) no Quadro 1, em que o autor propõe algumas dimensões da imaginação epistemológica.

As dimensões da imaginação epistemológica requisitam da comunidade científica um desprendimento dos paradigmas metodológicos dominantes, sendo um processo contínuo de desconstrução do olhar e do imaginário colonial que subjazem o inconsciente coletivo. Isso se deve ao entendimento, segundo considera Castro (2019), que há diferenças de lógicas e de

formas de pensar que escapam ao entendimento ocidental sem os filtros da interpretação a partir do lugar e dos contextos. Estudos pós-coloniais, decoloniais e da ecologia política formam uma linha de interpretação com base na inversão do olhar e no trabalho de descolonizar os imaginários, a partir de vivências em diferentes espaços não hegemônico. Logo, o exposto nas subseções seguintes é oriundo de muita inspiração, transpiração e, sobretudo, imaginação.

Quadro 1 – Dimensões da imaginação epistemológica

Dimensão	Descrição
1	Comparar ou contrastar o conhecimento científico e o conhecimento artesanal, a fim de imaginar as diferentes preocupações que cada um deles transmite e os diferentes interesses a que cada um deles serve ou pode servir. Esse exercício permite identificar possíveis exemplos de cooperação ou de concorrência entre os dois tipos de conhecimento [...]
2	Imaginar perspectivas surpreendentes. As epistemologias do Sul incentivam perspectivas surpreendentes, aquilo que, inspirando-se em Nietzsche, Kenneth Burke denomina “perspectivas por incongruência (1945, p. 69), ou seja, perspectivas que fundem ou relacionam categorias que, por convenção, se excluem mutuamente [...] Por exemplo, o conceito de sociologia das ausências alia duas realidades aparentemente incompatíveis, ou seja, estudar na realidade social o que parece aí não existir. [...]
3	Imaginar, com a possibilidade de verificação posterior, as diferentes formas através das quais diferentes tipos de conhecimentos podem contribuir para uma dada luta social, a partir do ponto de vista das diferentes partes envolvidas. Os contributos em questão podem ser diretos ou indiretos, explícitos ou disfarçados do seu contrário [...]
4	Imaginar com base em dados históricos aparentemente não relacionados, diferenças e até contradições entre posições convencionalmente entendidas como estando do mesmo lado numa luta social. A impertinência do registro histórico, revisto ele próprio de um modo impertinente, é crucial para despertar a imaginação epistemológica.
5	Imaginar formas de aprendizagem combinadas com formas de desaprendizagem. Lembrando que, entre os muitos disfarces da imposição unilateral e da unilateralidade epistemológica, a abertura tolerante, a curiosidade superficial e a solidariedade filantrópica são as mais insidiosas e eficazes.
6	Imaginar sujeitos onde as epistemologias no Norte apenas veem objetos. Imaginar sujeitos ausentes onde existem saberes ausentes ou conhecimento construídos como ausentes pela linha abissal. [...]
7	Imaginar novas cartografias da linha abissal para identificar novas divisões invisíveis entre a sociabilidade metropolitana e a sociabilidade colonial. [...] Considerar os mapas de exclusão social sendo redesenhados, passando as exclusões não-abissais a exclusões abissais. [...]
8	Imaginar as consequências da não separação entre vida e investigação. Transformar o investigador social pós-abissal num artesão que usa as ferramentas metodológicas de forma criativa, ao ponto de conseguir construir o seu próprio método. Imaginar os riscos e as frustrações que o investigador pós-abissal poderá correr, consciente de que conhecer segundo a lógica pós-abissal (conhecer com e não conhecer sobre) implica a razão esquecida, isto é, o <i>corazananar</i> [...]
9	Imaginar questões civilizacionais subterraneamente, permanecendo sem resposta e nunca vindo à superfície nos debates e opções técnicas dentro dos limites da ciência moderna. Perguntar por que razão um dado problema é relevante ou mesmo crucial para um determinado conjunto de conhecimentos. Efetuar esse exercício imaginativo entre o conhecimento científico e o conhecimento artesanal. Imaginar situações nas quais a oposição entre o contexto da descoberta e o contexto da justificação configura um dilema menor do que aquele que, segundo as epistemologias do Norte, aparenta ser. [...]
10	Imaginar a busca de posições ecológicas contra as posições monopolistas para além da ecologia de saberes. [...] a imaginação epistemológica deverá incluir não só ecologia de saberes, mas também ecologias de classificação social, ecologias de escalas, ecologias de temporalidades e ecologias de produtividade [...]
11	Imaginar as ausências que não podem ser descritas pela sociologia das ausências, as emergências que nunca são mais do que potenciais ou que nunca deixam de ser ruínas por antecipação. Imaginar as epistemologias que virão depois das epistemologias do Sul para lidar com os problemas

	sociais e políticos por elas identificados, mas não resolvidos, ou até problemas que as epistemologias do Sul nem sequer identificaram, apesar de a sua importância ser apenas reconhecida, <i>ex post facto</i> .
--	--

Fonte: Adaptado de Santos (2019, p. 189-192).

2.1. Caracterização da pesquisa e do campo de estudos

A caracterização da pesquisa é uma etapa delicada no desenvolvimento de uma investigação científica, pois em muitos casos a fronteira entre um método e outro podem ser demarcados por uma linha tênue, principalmente, quando a pesquisa propõe algo diferente do ordinário em um campo científico.

Face ao exposto, entendemos que o presente estudo, em relação aos objetivos, caracteriza-se como descritiva, posto que conforme Gil (2022, p. 41):

As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis. São em grande número as pesquisas que podem ser classificadas como descritivas e a maioria das que são realizadas com objetivos profissionais provavelmente se enquadra nessa categoria. [...]

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

No presente estudo, descrevemos as características dos pesquisadores estrangeiros que atuaram na implantação da Ciência da Informação no Brasil, sua produção científica em território nacional e as relações de coautoria. Além disso, levantamos as percepções de pesquisadores brasileiros acerca da participação dos pesquisadores estrangeiros na gênese do campo no contexto nacional.

Qualquer trabalho científico, desenvolvido em dado momento histórico, reflete as mudanças e as contradições desse contexto, tanto em seu método, quanto em suas aplicações. Se por método, deve-se entender o caminho dado à investigação, esse caminho pode resultar de opções ou perspectivas como as que se definem entre o tratamento quantitativo e o qualitativo, em decorrência do peso específico e representativo de cada um para a pesquisa em questão (Bufrem, 2001).

No que concerne à abordagem, esta investigação científica busca explorar aspectos quantitativos e qualitativos do objeto de pesquisa. Conforme Minayo e Sanches (1993), a abordagem qualitativa propicia uma proximidade íntima entre sujeito e objeto, pois ela se envolve com empatia às motivações, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e

as relações tornam-se significativas. Para a autora e o autor, a abordagem quantitativa objetiva trazer à luz dados, indicadores e tendência.

A fim de responder à questão de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, iniciamos o estudo com uma pesquisa bibliográfica. Conforme Fonseca (2002), qualquer trabalho científico é iniciado pela pesquisa bibliográfica em diversos meios, tais como livros, capítulos de livros, artigos científicos, dissertações, teses, entre outros.

Quanto aos procedimentos, esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (Boccatto, 2006, p. 266).

O método de pesquisa documental foi escolhido para ajudar na identificação dos pesquisadores estrangeiros que atuaram na implantação da Ciência da Informação no Brasil, bem como suas produções científicas em revistas nacionais, orientações de dissertações, entre outras atividades. Oliveira e Molina (2018) destacam a abrangência desse método de pesquisa e estabelecem que o conceito de pesquisa documental não se restringe apenas a textos escritos ou impressos, pois o documento é uma unidade de informação que independe do suporte, podendo ser considerados documentos: slides, fotografias e filmes, entre outros.

Para conhecer a produção científica em território nacional dos intelectuais estrangeiros, foram escolhidas as três revistas científicas mais antigas da Ciência da Informação e da Biblioteconomia do país, sendo pioneiras desses campos: Ciência da Informação, do IBICT¹⁸, Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)¹⁹ e Revista de Biblioteconomia de Brasília²⁰ (RBB).

O periódico Ciência da Informação, do então IBBD, atualmente IBICT, foi lançado em 1972, configurando-se como o periódico pioneiro nesta área de conhecimento. Sua publicação foi motivada pela implantação do primeiro mestrado em Ciência da Informação na América Latina pelo IBBD em 1970. É costumeiro que periódicos científicos nascidos em instituições

¹⁸ Link de acesso da revista disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/index>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

¹⁹ Link de acesso da revista disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/index>. Acesso em: 26 de maio de 2023

²⁰ Link de acesso da revista disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/index>. Acesso em: 26 de maio de 2023

que oferecem programas de pós-graduação sejam criados para escoar a produção científica, mas, posteriormente, o espaço editorial é expandido para autores de outras entidades científicas (Alvares, Pinheiro, 2017).

Conforme o site da Revista Ciência da Informação (RCI)²¹ possui 53 volumes publicados, distribuídos em 136 números. O foco e o escopo da revista compreendem estudos que contemplem atividades do setor de informação em ciência, tecnologia e inovação. A revista foi classificada com conceito *Qualis A4* na última Avaliação Quadrienal (2017-2020) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em conformidade com Alvares e Pinheiro (2017), convém salientar que, no mesmo ano de criação da RCI (1972), foi lançada Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG (REB), que, posteriormente, foi substituída pela Revista Perspectivas em Informação (PCI).

A REB ocupa espaço de grande relevância na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, sendo uma das revistas brasileiras mais antigas da área, mantendo por muito tempo uma publicação regular, veiculando importantes trabalhos de pesquisadores nacionais e estrangeiros sobre diversas temáticas relativas ao campo. A revista foi publicada regularmente até 1995, quando passou a ser denominada: PCI (Araújo *et al.*, 2009).

Segundo o site da REB (conferir nota de rodapé nº. 6), o periódico teve 24 volumes publicados. Cada volume publicado é subdividido em dois números, representando um total de 48 números da revista. As publicações seguiram até o segundo semestre de 1995. A revista contou com a atuação de importantes referências do campo da Biblioteconomia, tais como Etelvina Lima; Edson Nery da Fonseca; Paulo da Terra Caldeira; Anna da Soledade Vieira; Briquet de Lemos; Nice Menezes de Figueiredo; Regina Maria Marteleto; e Kira Tarapanoff; entre outros.

Segundo Araújo *et al.* (2009), um ano após a criação da REB, em 1973, foi criada a RBB. Tanus, Silva e Oliveira (2023) discorrem que a RBB é uma das pioneiras na Biblioteconomia e se manteve ativa durante 28 anos, sendo encerrada em 2001, contemplando diversos trabalhos de autores nacionais e internacionais das mais variadas temáticas. A Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI) deu continuidade às publicações de artigos científicos nesta área de conhecimento na UnB.

Em conformidade com o site da RBB (conferir nota de rodapé nº. 14), essa base científica teve 25 volumes publicados. Cada volume publicado é subdividido em dois números,

²¹ O periódico não utiliza o termo revista antes do seu nome, porém optou-se por utilizar a sigla RCI para que a revista não fosse confundida com a abreviatura da área, Ciência da Informação (CI). Para maiores informações, conferir nota de rodapé número 12.

representando um total de 50 números da revista. Os arquivos físicos estão disponíveis em bibliotecas e unidades de informação vinculadas ao periódico.

2.2. O indiciário em estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação

O que a história oficial da Ciência da Informação, registrada em livros, artigos, revistas, teses e dissertações, não falou? Bem, a resposta a essa pergunta daria uma ou mais teses de doutorado, não é mesmo? Uma leitura ou escuta pouco crítica e apressada abre possibilidades para que uma história seja aceita como verdade, quase como um dogma. No entanto, é muito improvável, para não dizer impossível, que uma narrativa seja completa devido às limitações humanas no registro, na disseminação e na preservação de memórias. Quase sempre o dito é construído por não ditos, propositadamente ou não.

Com efeito, “Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala” (Ginzburg, 2007, p. 07).

Parafraseando Ginzburg e trazendo a discussão para a Ciência da Informação, a passagem da mitologia grega poderia ser reescrita assim: Por impulso da ONU, de guerras, do aumento da produção/disseminação/mediação da informação no mundo, e de outros acontecimentos, intelectuais estrangeiros implantaram a Ciência da Informação no Brasil. Porém, dos rastros que esses intelectuais deixaram na Ciência da Informação brasileira, nada ou pouco se fala.

O presente estudo se enquadra dentro da perspectiva do GT 01 da ANCIB – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, tendo em vista que uma de suas proposições é revisitar um passado recente que não chega a um século, o início da área e observar a influência estrangeira nela (im)posta. Por sinal, cabe refletir: os indícios apresentados, até então, já permitem afirmar que a influência estrangeira, tal como apresentada nesse estudo, é uma “verdade”? Quantos ou quais indícios seriam suficientes para sustentar tal afirmação? Sobre a verdade, Ginzburg (2007, p. 14) discorre que “[...] o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida”.

O método indiciário pode contribuir na tentativa de elucidação de questões envoltas em uma conjuntura passível de ser caracterizada como nebulosa, como é o caso da influência de intelectuais estrangeiros na Ciência da Informação. Conforme Rodrigues (2006), pensadores consagrados como Michel Foucault, Walter Benjamin, Gilberto Freyre, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Mikail Bakhtin, Robert Darnton, Carlo Ginzburg, e Peter Burke, entre outros,

escreveram obras caracterizada pelo apreço aos pormenores e à conciliação entre razão e sensibilidade. O fio condutor de algumas obras desses pensadores é a pesquisa indiciária baseada na investigação de micro-estruturas políticas, econômicas e sociais.

O método indiciário “[...] está fundamentado na investigação de fatos – ou dados – pequenos, isto é, pormenores geralmente menosprezados pelos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento” (Coelho, 2006b, p. 09). O fato é que os historiadores, escreveu Aristóteles, falam do que foi (do verdadeiro), ao passo que os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Ambos têm como ofício algo que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo (Ginzburg, 2007).

Ginzburg considera que faz parte da vida de todos analisar as relações entre a ficção e a realidade. As origens da Ciência da Informação no Brasil já foram bastante estudadas pela comunidade científica, todavia, esta pesquisa pode apresentar, de novo, possíveis rastros, pistas ou indícios que tenham passados despercebidos.

Sobre Ginzburg e o método indiciário, Martins (2012, p. 21) discorre que:

Com o seu olhar marginal e sua técnica de buscar os rastros que foram deixados ao se construir determinado imaginário social e sua narrativa histórica, o autor possibilita argumentar que temas que tenham sido demasiadamente explorados ainda sim podem trazer novas descobertas nos lembrando de que o verdadeiro é um ponto de chegada e não necessariamente um ponto de partida.

O ponto de chegada que esperamos alcançar com este estudo diz respeito aos rastros evidentes e incontrolados deixados pelos pesquisadores estrangeiros na implantação, na institucionalização e no desenvolvimento da Ciência da Informação, no Brasil. Nesse sentido, as metodologias não extrativistas e o método indiciário se complementam.

Ler os testemunhos do passado a contrapelo, como Walter Benjamin sugeria, contra as intenções de quem os produziu – embora, naturalmente, deva-se levar em conta essas intenções – significa supor que todo texto inclui elementos incontrolados (Ginzburg, 2007, p. 11).

Assim, é imperativo que a metodologia escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa guarde coerência com os objetivos propostos. Desse modo, é possível divisar que o método indiciário é uma peça feita quase que sob medida pelo “artesão”²² Carlo Ginzburg para o *corpus* dessa investigação científica. “O núcleo do paradigma indiciário é o postulado

²² Ginzburg considera o trabalho do historiador como um ofício artesanal, considerando esse profissional erudito, especializado e que, com um olhar treinado, domina uma técnica, examina a realidade com método e está comprometido com a averiguação dos fatos (Rodrigues, 2005).

segundo o qual a realidade, pelo menos em certos aspectos, se apresenta opaca, mas existem certos pontos privilegiados – os indícios, sintomas - que tornam possível decifrá-la” (Rodrigues, 2005, p. 9).

O pesquisador que adota a perspectiva dos estudos indiciários busca encontrar vestígios, sinais e/ou sintomas das marcas na tentativa de desvendar os acontecimentos históricos. Essa metodologia científica se insere na micro-história e recorre aos mesmos artifícios que o médico utiliza para analisar o paciente e descobrir a patologia, assim como o psicanalista que objetiva desvendar traumas, conhecendo o que permeia o inconsciente da pessoa interessada (Lene, 2012).

Consoante Rodrigues (2006), o indiciarismo é uma prática de interpretação interdisciplinar, situada no âmbito da microanálise e da análise compreensiva. A dimensão micro diz respeito a uma postura metodológica de observação. Estes procedimentos exigem um estudo intensivo e esmerado do material documental, rastreando as fontes como peças de um quebra-cabeça intricado e multifacetado.

Coelho (2006a) enuncia que, a partir dos anos 1970, consolidou-se, em torno da revista *Quaderni storici*, um pequeno e ativo grupo de historiadores, que foi considerado o núcleo central da Micro-História Italiana. Esse grupo foi notabilizado por uma produção inovadora e contestadora da historiografia contemporânea, sendo representado principalmente por Eduardo Grendi, Giovanni Levi, Carlo Poni e Carlo Ginzburg. A grande referência intelectual em nível teórico e metodológico desse grupo foi o antropólogo norueguês Fredrik Barth, que inovara na sistematização de conjuntos teóricos e procedimentos metodológicos ao propor a compreensão macrosociológica a partir da análise microsociológica. Para ele, o pesquisador deve partir de baixo (indivíduos) para cima (sociedade).

Diante do cenário exposto, vale salientar que é possível conciliar questões macrosociológicas como a colonialidade e suas diversas expressões juntamente com questões micro como a atuação de intelectuais estrangeiros na Ciência da Informação e o modo como se comportavam na produção científica, no trato com os pares, nas orientações de dissertações, entre outras coisas. Segundo Coelho (2006a, p. 58), “[...] a perspectiva micro-histórica não é incompatível com a análise de grandes problemas, ou seja, de fenômenos macro-históricos”.

A pesquisa indiciária utiliza, entre outras técnicas, o método indiciário desenvolvido pelo intelectual italiano Carlo Ginzburg com base em estudos realizados do final do século XIX por Giovanni Morelli, que buscava identificar falsificações de pinturas famosas utilizando-se de pormenores mais negligenciados e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia (Lene, 2012). Além de Morelli, Ginzburg fazia análise das práticas indiciárias

de Arthur Conan Doyle, médico e literato, criador do personagem Sherlock Holmes e ainda, de Freud, médico e criador (pai) da Psicanálise (Rodrigues, 2005).

O paradigma indiciário pode ser encontrado em boa parte da história da humanidade. Conforme Rodrigues (2005), da Mesopotâmia à Grécia antiga, o paradigma indiciário esteve presente de diversas formas, até que no final do século XIX, começou a se firmar silenciosamente nas ciências humanas baseado na semiótica.

Coelho (2006b), com base nos escritos de Ginzburg, considera que o método indiciário é milenar e remonta às origens da própria humanidade, com destaque para cinco momentos:

1. **A sociedade dos caçadores-coletores e o paradigma venatório:** na sociedade dos caçadores neolíticos, o método indiciário não se restringia às atividades relacionadas à caça. Outras atividades dependiam estritamente da análise de indícios. Atividades relacionadas à alimentação, à proteção, à moradia, à religião, à racionalidade, à arte, à procriação, à sexualidade e às relações políticas e econômicas, entre outras.
2. **Adivinhos da Mesopotâmia e o paradigma divinatório:** os adivinhos tal qual os caçadores valorizavam os detalhes. Os adivinhos observavam entranhas de animais, astros, óleo na água, etc. A diferença é que enquanto o modelo investigativo da adivinhação voltava-se para o futuro, a decifração dos caçadores voltava-se para o passado. A adivinhação, neste contexto, não ocorria de modo aleatório, mas seguia modelos investigativos.
3. **A medicina hipocrática e as raízes do paradigma semiótico na Grécia antiga:** Hipócrates de Cós, considerado o pai da medicina ocidental, escreveu, juntamente com seus discípulos o Corpo Hipocrático, formado por mais de 50 tratados completos sobre medicina. A medicina hipocrática estava fundamentada mais em intervenções preventivas que curativas. Nesse sentido, para desvendar as enfermidades, o médico deveria se deter à investigação indiciária dos sintomas que o paciente apresenta. Os parâmetros fundamentais da medicina hipocrática ajudaram a estabelecer o paradigma indiciário ou semiótico.
4. **O pensamento moderno e a consolidação de um modelo paradigmático centrado na investigação de indícios:** o médico Guilio Mancini investigava doenças com base em detalhes, cheirando fezes, provando urinas, entre outros procedimentos comuns da medicina da época. Além disso, o médico conseguia distinguir obras de artes originais e falsas com base na observação de detalhes que

o copiadador poderia distinguir do que era praxe para artistas de uma dada escola artística. Também é possível observar o método indiciário em romances e novelas do século XVIII, com destaque para Voltaire e o método indiciário de Zadig: o sábio da Babilônia. O paradigma indiciário ainda foi demonstrado em romances policiais do século XIX e XX. Edgar Allan Poe com obras policiais acerca da atuação do detetive Auguste Dupin; Arthur Conan Doyle com contos de Sherlock Holmes; Agatha Cristie com obras sobre o detetive Hercule Poirot e outros investigadores.

5. **Semiótica, Literatura e Indiciarismo:** Umberto Eco, linguista, escritor e um dos mais respeitados teóricos da semiótica, desenvolve, em “O nome da Rosa”, uma ficção instigante sobre mortes de monges em um convento italiano no século XIV. Os crimes ocorrem no cenário da biblioteca do mosteiro e estão associados à leitura de um livre sobre o “Riso”. O frade franciscano Guilherme de Baskerville é dotado de uma notável capacidade de observação e de dedução de fatos pequenos, pormenores que poderiam passar despercebidos. O personagem consegue decifrar os fatos obscuros da narrativa com base em detalhes banais, muita observação e dedução.

Vale destacar, neste sentido, que o paradigma indiciário difere de pesquisas empíricas. Segundo Braga (2008, p. 78)

Apesar da proximidade com o concreto, o indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o empírico. A base do paradigma não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências. Uma perspectiva empiricista ficaria apenas na acumulação de informações e dados a respeito do objeto singular. Diversamente, o paradigma indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos.

O método indiciário é, portanto, mais robusto do ponto de vista metodológico, pois não se resume a reunião de uma grande quantidade de informações a respeito de um objeto de pesquisa. Esse método requer o que foi dito no início desta seção, uma dose de imaginação epistemológica, pois ele “une razão e sensibilidade” (Lene, 2012, p. 37).

A valorização da proximidade emocional do observador com seu objeto, os traços e os conhecimentos individuais em detrimento à generalização são características do método indiciário. O verdadeiro é o que se consegue provar, em alguns casos, com auxílio da sensibilidade e da razão, pois o absoluto é inatingível. O método indiciário não se restringe ao controle do racionalismo e do positivismo. O conhecimento é possível nesse método através da

relação razão e emoção na oposição lógica binária, por exemplo, entre parte e todo, sujeito e objeto, teoria e prática, entre outras (Rodrigues, 2005).

Uma pergunta inevitável decorre do exposto até então: afinal o que são indícios? Rodrigues (2006, p. 5) nos fornece uma resposta:

Os documentos oficiais e extra-oficiais, as fontes secundárias e voluntárias, ou seja, aquelas buscadas intencionalmente pelo pesquisador, que, se submetidas à análise do discurso, semiótica ou sintomal, podem revelar muito mais do que o testemunho tomado apenas como um dado. Entretanto, outras fontes podem e devem ajudar o trabalho de interpretação e de construção da narrativa histórica, referimo-nos às fontes involuntárias, isto é, àquelas que não foram convidadas a testemunhar – achadas por acaso, não intencionalmente – e que, às vezes, teimam, insistem e se intrometem na pesquisa.

É importante pontuar que os tipos de indícios supracitados são referentes ao domínio histórico e documental. Os indícios podem variar conforme o campo de atuação e o tipo de investigação adotada, porém é importante sempre levar em conta os indícios ocultos e revelados, ditos e não-ditos, evidentes ou recônditos. Em outras palavras, em estudos indiciários, nenhuma evidência, nenhum rastro ou nenhum indício pode ser desprezado.

Toda e qualquer pesquisa é dotada de previsibilidade, envolta em um arcabouço teórico-metodológico. Porém, a imaginação epistemológica e o método indiciário estabelecem que o pesquisador precisa deixar-se surpreender pelo acaso, por imprevistos intrometidos que clamam em ser ouvidos. O pesquisador que adota esse tipo de pesquisa precisa de certo modo parece adentrar no clima mistagógico da clássica canção “Epitáfio”²³ do grupo de rock brasileiro Titãs que diz: “O acaso vai me proteger enquanto eu andar distraído”.

2.3 “Conhecer-com” base na relação sujeito-sujeito: coleta de dados

Visando aumentar a revocação dos estudos encontrados, o período analisado corresponde desde a primeira edição das revistas até as últimas edições do ano de 2023, pois compreendemos importante analisar o que esses intelectuais pesquisaram enquanto atuaram no curso de Mestrado em Ciência da Informação do IBICT e posteriormente. Para tanto, buscamos nos sites da RCI, REB e RBB, no campo autoria pelo nome dos autores estrangeiros identificados, preliminarmente, na pesquisa, a saber: Frederick Wilfrid Lancaster, Tefko Saracevic, LaVahn Marie Overmyer, Jack Mills, Douglas Foskett e Bert Boyce. Os dados de cada revista foram sistematizados, separadamente, e, posteriormente, agrupados, considerando

²³ Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/titas/48968/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2024.

todos os tipos de publicações (artigos, ensaios, relatos, resumos, entre outros) desses autores e foram dispostos em ordem cronológica. Esses achados corresponderam aos aspectos quantitativos da pesquisa e, a partir deles, foram feitas análises qualitativas concernentes às relações de autoria e de coautoria, de ênfase temática, de metodologias, entre outros aspectos, objetivando identificar marcas da colonialidade do saber na Ciência da Informação.

Além disso, através de consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), ao Pantheon (Repositório Institucional da UFRJ) ao Repositório Institucional do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (RIDI) e ao Catálogo online da Biblioteca da Biblioteca do IBICT Lydia de Queiroz Sambaqui²⁴, foram identificadas as dissertações que esses pesquisadores estrangeiros orientaram em seu período de atuação no Mestrado em Ciência da Informação da Instituição.

A terceira etapa da coleta de dados consistiu no levantamento da produção científica dos orientandos dos *outsiders* na BRAPCI. Nessa etapa, foram coletados dados sobre o número total de referências, o número de referências nacionais e estrangeiras, bem como a identificação de referências aos *outsiders* nas pesquisas analisadas.

Segundo Souza (2011), os pressupostos teórico-metodológicos e os procedimentos metodológicos adotados na coleta, na análise dos dados e nos resultados alcançados, exigem a compreensão da pesquisa em uma perspectiva geral e específica. A perspectiva geral procura observar a pesquisa em sua completude com fundamento na cooperação entre os métodos quantitativo e qualitativo.

Face ao exposto, nesse aporte metodológico, o autor deste estudo se posiciona não apenas como mero mediador ou observador, mas como um dos sujeitos. Nesta conformação, verdade, o sujeito desta pesquisa, a rigor, corresponde ao sujeito coletivo, que representa a comunidade de cientistas da informação. Com efeito, consideramos que a relação dialógica entre os componentes do sujeito coletivo, observando seus lugares de enunciação privilegiados do ponto de vista observacional, favorecem uma análise a partir de uma relação sujeito-sujeito. Logo, aquilo que seria tido tradicionalmente como “objeto de estudo” em uma relação exploratória foi encarada enquanto sujeito. Santos (2019, p. 12), enuncia que: “Defendo a necessidade de descolonizar as ciências sociais e a procura de metodologias não-extrativistas, metodologias fundadas na relação sujeito-sujeito, e não em relações sujeito-objeto.”

Respeitando os limites desse estudo, do seu autor e de seu espaço de atuação, buscamos desenvolver uma metodologia que se aproxime das práticas científicas pós-abissais, que,

²⁴ Disponível em: <https://catalogo.biblioteca.ibict.br/cgi-bin/koha/opac-main.pl>. Acesso em: 31 jan. 2025.

segundo Santos (2019), resulta no conhecimento pós-abissal, ou seja, o “coconhecimento” que sempre surge de processos de “conhecer-com” em vez de “conhecer-sobre”.

Para analisar os resultados desse estudo, especialmente a primeira parte referente à coleta de dados nas revistas científicas, utilizamos como aporte teórico-metodológico do método arqueológico, sob orientações da obra “Arqueologia do Saber” do filósofo francês Michel Foucault. Segundo Medeiros e Vanti (2012, p. 32), “[...] o método arqueológico possibilita a visão entre o dito e a sua representação relativa a outras dimensões (filosóficas, econômicas, políticas etc.).”

Importante salientar que o autor utiliza o termo “arqueologia” em sentido metafórico, remetendo ao trabalho dos arqueólogos de escavar e tentar descobrir elementos históricos até então “encobertos”. Nesse sentido, pretendemos revisitar o início da Ciência da Informação brasileira, “escavando” a genealogia do saber-poder em sua história, com o intuito de identificar elementos da colonialidade em sua formação. Com efeito, diante da complexidade do objeto de estudo dessa pesquisa, consideramos que o método arqueológico é o mais adequado, pois Foucault (2015) rompe com a noção de temporalidade linear. Logo na introdução do estudo, ao fazer referência ao trabalho historiográfico, o autor discorre que “[...] cada um tem suas próprias rupturas específicas, cada um permite um corte um que só a ele pertence.” (Foucault, 2015. p. 3).

O texto justifica o uso do método arqueológico para analisar a colonialidade do saber, destacando sua capacidade de romper com a linearidade cronológica e questionar a periodização histórica. Essa abordagem permite relacionar elementos comuns em diferentes fenômenos, analisar acontecimentos díspares e revelar as discontinuidades, recorrências e dispersões dos discursos.

Para uma análise de indícios perspicaz, é crucial romper com a linearidade. Convido os leitores a abraçarem essa abordagem, pois, em certos momentos, eventos simultâneos serão examinados, e temáticas já abordadas serão revisitadas. Afinal, não é assim que um investigador procede ao se deparar com novas pistas? Tal como Sherlock Holmes, a inspiração do método indiciário, o investigador tece uma tapeçaria de evidências, onde o tempo se dobra e os fios do passado se entrelaçam com o presente.

Figura 1 - Mapa teórico-conceitual das metodologias não-extrativistas



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

3. GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO, COLONIALIDADE DO SABER E SEUS ECOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Todo ponto de vista é a vista de um ponto.
(Boff, 2014, n. p.).

O conhecimento tal qual uma infinidade de construções humanas não é obra do acaso, mas é fruto das condições materiais e contingenciais inerentes ao local de produção, aos sujeitos produtores de conhecimentos e aquilo que é estudado. Em verdade, o local de inserção e as opiniões dizem muito a respeito sobre o que é dito, quem diz, a forma de comunicação, entre outras coisas.

Não deveria ser assim, mas a realidade é que a naturalidade do produtor de conhecimento influencia, consideravelmente, na valorização do conhecimento produzido. Segundo Mignolo (2005, p. 38), “o imaginário moderno/colonial apresenta-se de modo muito distinto de acordo com o ponto de vista do qual olhamos.” A epígrafe desta seção busca provocar no sentido de que há uma geopolítica do conhecimento atrelada ao posicionamento geográfico e epistêmico do pesquisador. O olhar colonial parte de um ponto de vista construído por si para atender às suas necessidades e aos seus interesses, desqualificando, negando ou anulando quase tudo que é produzido fora de uma matriz colonial de poder²⁵.

Grosfogel (2008), baseado em algumas intelectuais chicanas negras e outros estudiosos do dito terceiro mundo, recorda que os pesquisadores se pronunciam a partir de um determinado local situado nas estruturas de poder. Ninguém escapa às diversas hierarquias do sistema-mundo colonial moderno. Com efeito, nossos conhecimentos são sempre situados.

Segundo Mignolo (2021), houve uma época em que intelectuais supunham que o sujeito com repertório em um assunto é etéreo, separado do assunto que conhece e intocado pela configuração geopolítica de um mundo em que as pessoas são racialmente classificadas e as regiões são configuradas em critérios étnico-raciais. Houve uma época em que estudiosos supunham que, se você é oriundo da América Latina, você precisa necessariamente falar sobre América Latina, representando sua cultura.

Ganha vigor hoje, ao lado de tantas metáforas do nosso tempo, reflexões que tornam a espacialidade um fator significativo para a produção de conhecimento e para o entendimento do mundo. Contra uma visão descontextualizada do conhecimento, que deu origem à figura de um sujeito epistêmico ou observador neutro capaz de cartografar o mundo por se colocar para além das relações contingenciais entre

²⁵ Segundo Mignolo (2021), a matriz colonial de poder é um sistema racial de classificação social que inventou o Ocidentalismo, que criou as condições para o Orientalismo; distinguiu o sul da Europa de seu centro e reclassificou o mundo como primeiro, segundo e terceiro durante a Guerra Fria.

pensamento e espaço, entra em cena a noção de geopolítica, mas precisamente o que tem sido chamado por autores latino-americanos como geopolíticas do conhecimento (usar o plural é sempre um bom exercício). Como a noção de *geopolítica* diz respeito bem amplamente às relações entre espaço e poder, esse viés das geopolíticas do conhecimento tem procurado explicitar as hierarquias consolidadas entre diferentes sistemas de conhecimento quando relacionamos espaço, poder e saber. (Almeida, 2011, p. 04).

Tal qual existe uma divisão internacional do trabalho e uma geopolítica global que regem as relações diplomáticas e econômicas, há também geopolíticas do conhecimento em curso no mundo. A geopolítica do conhecimento distribui de modo imperativo os papéis de protagonistas, de antagonistas, de coadjuvantes e de figurantes no cenário epistemológico de produção do conhecimento. Quase sempre, o protagonismo científico é concedido a países europeus ou norte-americanos, em contrapartida, os papéis de menor expressão têm que ser conquistados por países que passaram pelo processo de subalternização colonial.

Essa geopolítica do conhecimento assume diversas expressões, mais ou menos, conforme o contexto, o ponto de partida e/ou a perspectiva adotados. Grosfoguel (2008) recorda que as feministas negras estudaram esse tema sob a perspectiva de “epistemologia afrocêntrica”. Já Enrique Dussel, filósofo da libertação latino-americano, abordou o assunto sob o *locus* denominativo de “geopolítica do conhecimento”. O próprio Grosfoguel (2008), na esteira de Frantz Fanon e Gloria Anzaldúa, adota a expressão “corpo-política do conhecimento”. Sem embargo, para fins deste estudo, julgou-se mais apropriado o caminho teórico da geopolítica do conhecimento, reconhecendo as virtudes e os limites possíveis das outras perspectivas teóricas.

A geopolítica do conhecimento resume-se, grosso modo, em um terreno fecundo para toda sorte de vaidades despudoradas, trata-se de uma crença de superioridade criada para desqualificar tudo aquilo que está fora da ótica colonial dominante. “[...] A geopolítica do conhecimento é colonizadora e é imposta pela diferença colonial epistêmica da superioridade dos imperialistas em detrimento dos povos conquistados e subjugados.” (Pertile, 2021, p. 315).

Cabe questionar: por que a epistemologia eurocentrada escondeu suas próprias localizações geográficas e históricas e conseguiu criar a ideia de conhecimento universal, como se os sujeitos conhecedores também fossem universais? (Mignolo, 2021).

Para além de uma geopolítica do conhecimento, o pensamento moderno ocidental implementou uma “egopolítica do conhecimento”, nos termos propostos por Grosfoguel (2008). Enquanto a primeira se volta para a análise das relações de poder que moldam a produção e a circulação de saberes em escala global, a segunda se concentra na figura do “Ego” não situado, um sujeito epistêmico desprovido de seus marcadores sociais de diferença (gênero, classe, raça

etc.). Ao romper a ligação entre o sujeito de enunciação e o lugar epistêmico, a filosofia e as ciências ocidentais engendram um mito de conhecimento universal verdadeiro que não apenas oculta a identidade de quem enuncia, mas também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual os sujeitos se pronunciam.

Diante do exposto, revela-se a diferença colonial enquanto conceito-chave para a compressão das relações entre a geopolítica do conhecimento e a colonialidade.

A diferença colonial no/do mundo colonial/moderno é também o lugar onde se articulou o “ocidentalismo”, como imaginário dominante do mundo colonial/moderno. Posteriormente o Orientalismo e, mais recentemente, os estudos de área, são aspectos complementares desse imaginário sobrepujante. O final da Guerra Fria e, conseqüentemente [sic], a falência dos estudos de área correspondem ao momento no qual unia nova forma de colonialismo, um colonialismo global, continua reproduzindo a diferença colonial em escala mundial, embora sem localizar-se em um determinado estado-nação. O colonialismo global revela a diferença colonial em escala mundial quando o “ocidentalismo” se defronta com o Oriente como precisamente sua própria condição de possibilidade - da mesma forma que, paradoxalmente, nos séculos 18 e 19, o Ocidentalismo foi a condição da possibilidade do Orientalismo. (Mignolo, 2003, p. 10).

As diferenças coloniais são um espaço de discursividades, de ideologias e de narrativas locais que propagam os projetos globais (neoliberais) que, em decorrência de sua alta escala de implantação, tendem a negar a multiculturalidade e a diversidade identitária dos povos locais. Em outras palavras, trata-se do conflito local onde as ideias globais se chocam às identidades e às territorialidades locais onde deseja se instalar. Tal conflito ocorrem no território das narrativas, das crenças, das ideologias, das espiritualidades e das epistemologias, dentre outros domínios (Missiato; Missiato, 2022).

Uma das características mais preponderantes da diferença colonial é a negação da conjugação da existência de outrem subalternizado no verbo ser, uma negação ontológica, ou seja, nega-se o direito de ser quem ele é e da forma como ele é.

Nesse sentido, a diferença colonial, além de ser uma diferença política, econômica e social, é uma diferença ontológica que atua em selecionar vidas a serem humanizadas daquelas que serão desumanizadas, agindo em nome do Ser e do não Ser. A ideia das raças é uma expressão dessa ontologia fragmentária que produziu, desde o início da colonização das Américas, identidades passíveis de serem escoadas para as periferias do Ser. (Missiato; Missiato, 2022, p. 99).

Em se tratando de geopolítica do conhecimento, é inescusável não lembrar das concepções de Norte e Sul Global, Epistemologias do Norte e do Sul, bem como as linhas abissais desenvolvidas pelo sociólogo Boa Ventura de Sousa Santos, quando se discute geopolítica do conhecimento.

As epistemologias do Sul referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas de injustiça, opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Chamo o vasto e muito diverso em âmbito dessas experiências de Sul anti-imperial. [...] O objetivo das epistemologias do Sul é permitir que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e nos próprios termos, pois apenas desse modo serão capazes de o transformar de acordo com as suas próprias aspirações. (Santos, 2019, p.17).

Notamos que as epistemologias do Sul possuem um caráter emancipatório dos povos vítimas do pensamento moderno colonial, do modelo econômico capitalista e da divisão sexual do trabalho representada no patriarcado, dentre outras opressões. É importante ponderar, em conformidade com Santos (2019), que, apesar de abarcar a temática geopolítica do conhecimento, o Sul é epistemológico e não-geográfico. O Sul epistemológico e o Sul geográfico sobrepõem-se parcialmente, especialmente no que se refere a países vítimas do colonialismo histórico. As epistemologias do Norte também florescem no Sul geográfico, nas “pequenas europas” epistemológicas da América Latina, do Caribe, da África, da Ásia e da Oceania. Igualmente, o Sul epistemológico pode ser encontrado no Norte geográfico, em muitas lutas protagonizadas por trabalhadores imigrantes, vítimas de racismo, refugiados, mulheres vítimas de violência doméstica, entre outras opressões.

Outrossim, é possível considerar que, embora a naturalidade do pesquisador seja considerada para validar o conhecimento produzido, é provável que existam pesquisadores do Sul que defendam, consciente ou inconsciente, de modo direto ou indireto, o pensamento hegemônico moderno ocidental. O oposto também é verdade. Logo não se trata do local de nascimento ou de posição geográfica, mas de uma postura de compromisso com os mais oprimidos, respeitando quem eles são. Não obstante, é importante investigar nos mais diversos campos, qual seu nível de comprometimento com uma perspectiva hegemônica de conhecimento.

É importante distinguir “lugar epistêmico” e “lugar social”. O fato de alguém estar inserido, socialmente, no lado oprimido das relações de poder não implica necessariamente que pense a partir de um lugar epistêmico subalterno. O êxito do sistema-mundo reside em levar sujeitos socialmente no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemologicamente como aqueles que se encontram em posições de dominação. Todo conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominador, ou no lado subalterno das relações de poder, isto diz respeito à geopolítica do conhecimento e a corpo-política do conhecimento. (Grosfoguel, 2008).

Nem sempre as violências ocorrem de modo retumbante. Por vezes, interessa ao opressor exercer sua violência de modo silente e sob disfarces “benevolentes”. De acordo com

Silva, Baltar e Lourenço (2018), a ideia de conhecimento universal legitima o pensamento eurocêntrico como único, operando de forma silenciosa a calar formas de pensar à margem do padrão eurocêntrico, em uma espécie de genocídio intelectual.

A produção acadêmica latino-americana de um modo geral é atravessada por diversos fatores relacionados a seu passado colonial. No processo de colonização, as relações de poder desenvolvidas na região engendraram processos de constrangimento, silenciamento e subordinação que se manteriam e se reinventariam após o fim do colonialismo histórico. A colonização na América finda, mas estruturas de dominação e dependência internacional se mantêm. (Silva; Baltar; Lourenço, 2018)

As chaves hermenêuticas para a compreensão da geopolítica do conhecimento devem abrir o pensamento por meio do entendimento dos conceitos de colonialidade, de suas tipologias e da Modernidade.

Figura 2 - Mapa teórico-conceitual da geopolítica do conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

3.1. Modernidade e colonialidade: chaves hermenêuticas para a compreensão da geopolítica do conhecimento

O itinerário que instituiu o mapa *mundi* tem suas raízes na história, e, para pesquisadores latino-americanos, a noção de colonialidade é importante chave de leitura. A colonialidade difere do colonialismo, sendo a lógica fundamental a partir do século XVI que institui um novo padrão de dominação e de exploração que interliga a conquista territorial, a formação racial, o controle do mercado de trabalho e a produção de conhecimento (Almeida, 2011).

O colonialismo foi um momento histórico que provocou várias transformações nas relações sociais, geopolíticas, econômicas e históricas, no mundo moderno. Tal fenômeno foi marcado por variadas formas de opressão: um ignominioso processo de escravização, o genocídio de povos originários de diversos grupos étnicos, a exploração de recursos naturais e as expropriações culturais, entre outras repressões. Não obstante, houve ainda uma violência silente, que foi capaz de produzir efeitos retumbantes, o apagamento e o silenciamento de conhecimentos dos povos colonizados.

O Brasil foi um dos países mais impactados pelo cenário suprarreferido, atingindo inicialmente, os povos originários do país, às populações indígenas e, posteriormente, a população negra. Porém, boa parte dessa história é desconhecida. “[...] Efetivamente, quantas pessoas até os dias de hoje sabem que o maior genocídio da história humana ocorreu com os povos originários das Américas? O que aconteceu com eles?” (Viezzzer; Grondin, 2021, p. 21).

A matança de nações originárias significou o apagamento de memórias, a negação da história profunda de milhões de seres humanos, ainda à margem do que viria a se constituir nos séculos vindouros como a civilização ocidental – uma monstruosa configuração de povos abalados pelas guerras de conquista e dominação de novos continentes, e não somente americano, haja vista a imensa destruição de nações africanas, removendo um continente inteiro (Krenak, 2021, p.18).

Maia e Melo (2020) consideram que o período colonial atuou no sentido de invisibilizar e apagar todos os aspectos que pudessem deixar florescer as origens e os costumes dos povos colonizados.

No Quadro 2, é retratado o genocídio dos povos originários nas Américas a partir do qual é possível observar que este fato foi atroz e implacável, dizimando boa parte dessa população. Todavia, inevitavelmente, surge uma série de questionamentos: por que boa parte da população desconhece esse genocídio? A quem interessa silenciar esses fatos? Por qual motivo guerras, genocídios e conflitos ocorridos no Sul Global não possuem o mesmo tomo

nas redes sociais, nos debates públicos nas grandes emissoras de televisão, nos debates científicos e nas conversas cotidianas?²⁶

Quadro 2 – Número de mortos pelos colonizadores

Territórios estudados nesta obra	Ano de chegada dos colonizadores	Número de habitantes na chegada dos colonizadores	Número de vítimas do genocídio
Caribe	1492	4 milhões	4 milhões
México	1500	25 milhões	23 milhões
Andes	1532	15 milhões	14 milhões
Brasil	1500	5 milhões	4 milhões
Estados Unidos	1607	18 milhões	16 milhões
Total		67 milhões	61 milhões

Fonte: Viezzer e Grondin (2021, p. 24).

Além desses números, segundo Viezzer e Grondin (2021), é possível acrescentar um mínimo de 10 a 12 milhões de vítimas a mais na conta do genocídio dos povos originários, chegando à constatação do maior genocídio da história humana com mais de 70 milhões de vítimas no atual território das Américas.

Gomes (2019) apresenta números um pouco diferentes, porém, não menos estonteantes. Segundo o autor, estima-se que, na época da chegada de Pedro Álvares Cabral, houvesse entre 3 e 4 milhões de indígenas no Brasil, distribuídos em centenas de tribos e falavam mais de mil línguas. Três séculos depois, em 1808, ano da chegada da corte portuguesa, a população brasileira ainda era de cerca de 3 milhões, porém, a composição étnica havia mudado drasticamente. A essa altura, mais de $\frac{3}{4}$ da população era constituída de brancos de ascendência europeia ou de africanos e de seus descendentes. Os indígenas foram reduzidos a 700 mil, aproximadamente 20% do contingente atual. Atualmente, 900 mil pessoas compõem a população indígena, menos de meio por cento da população brasileira, representando uma contínua política genocida.

O genocídio massivo das populações indígenas nas Américas teve sua gênese no início das navegações ultramarinas empreendidas pelos europeus no século XVI. O genocídio de povos originários das Américas supera em proporção grandes genocídios ocorridos durante o século XX, a saber: armênios (1915) - 1,5 milhão de mortos; ucranianos (1932-1933) – 2 milhões de mortos; judeus na Alemanha (1939-1945) – 6 milhões de mortos; tutsis em Ruanda – 800 mil mortos, entre outros (Viezzer; Grondin, 2021).

²⁶ As principais guerras em curso no mundo em 2023 ocorrem em/entre Burkina Faso, Somália, Sudão, Mianmar, Rússia-Ucrânia, Israel-Gaza, Nigéria e Síria, e Iêmen. No entanto, é possível perceber a discrepância entre a relevância dada a esses conflitos. A falta de visibilidade de guerras e de conflitos pode afetar diretamente o desenvolvimento e a pressão por corredores humanitários, cessar-fogo, envio de remédios, etc. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c192m733912o>. Acesso em: 02 dez. 2022.

A palavra genocídio tem datação exata. Anteriormente, havia o vocábulo russo *progrom*, que designava os movimentos populares acompanhados de assassinatos, com cumplicidade ou omissão de entes públicos. Foi o jurista polonês Raphael Lemkin no estudo *Axis rule in occupied Europe*, de 1944, que propôs a criação do termo genocídio. Outros termos foram propostos por outros juristas, tais como genticídio e democídio, entre outros. Todavia, foi o termo genocídio que ganhou mais aceitabilidade internacional (Campos, 2008).

Vale ponderar em conformidade com Peres (2015), que o genocídio se apresenta como o mais terrível crime contra a humanidade, sendo um fenômeno que transcende as fronteiras do debate sobre como combatê-lo. Pesquisadores de diversas áreas coadunam que intervenções humanitárias internacionais são um mecanismo legítimo para interromper o crime de genocídio.

Na III Sessão da Assembleia Geral Organização das Nações Unidas (ONU), concluída em Paris, em 11 de dezembro de 1948, foi aprovada a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. A promulgação da mesma no Brasil ocorreu através do Decreto 30.822, de 6 de maio de 1952, artigo II, que contém a seguinte definição do crime de genocídio:

Artigo II - Na presente Convenção entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:

- a) matar membros do grupo;
- b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) submeter intencionalmente o grupo a condição de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;
- d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio de grupo;
- e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo. (Brasil, 1952).

Desde o início da implantação do projeto colonial no Brasil, originalmente habitado apenas pelos povos indígenas, a estrutura do Estado foi se enraizando por meio de medidas violentas que culminaram no extermínio de povos indígenas. Num primeiro momento, questionou-se até se esses indivíduos teriam alma, o que veio a ser reconhecido, posteriormente, por meio de Bula Papal promulgada pelo Papa Paulo III. O Estado brasileiro foi constituído a partir de atitudes autoritárias que desconsideraram os modos de ser, de estar e de pensar dos povos indígenas (Amado, 2019).

O Estado brasileiro tem sido o principal violador dos direitos humanos dos povos indígenas com a implementação de políticas que afetaram drasticamente os territórios e a vida desses povos. Aplica-se ao Estado brasileiro o termo etnocídio que se refere à violência marcada pela cultura impositiva de uma cultura sobre a outra, valendo-se de uma suposta

soberania racial. Etnocídio é derivado da terminologia genocídio e ambos sintetizam as práticas coloniais de subjugação dos povos indígenas, a dominação, a escravidão e o consequente extermínio (Amado, 2019).

A relação entre o Estado Imperial Português e o Cristianismo foi um matrimônio funesto para os povos originários. Conforme Viezzer e Grondin (2021), embora os missionários católicos não concordassem com o regime escravocrata aplicado pelos colonos portugueses aos povos originários brasileiros, acabaram servindo aos interesses da Coroa Portuguesa. O trabalho de catequese foi também um genocídio cultural, pois incluía a eliminação das expressões culturais, espirituais e artísticas para se ater à formação cristão-católica-europeia²⁷. No século XX, essa invasão cultural foi reforçada pela aculturação estadunidense promovida por igrejas evangélicas nas aldeias. As práticas etnocidas promovidas por missionários católicos e protestantes eram repletas de “boa vontade”, mas havia grande despreparo em como lidar com as culturas indígenas por eles encontradas. Dificilmente, os missionários aceitariam a morte física dos indígenas, entretanto, contribuíram para matar a sua cultura, que é sua “alma”.

É importante lembrar que outro elemento essencial para a cultura indígena foi vilipendiado, a natureza. Em pleno século XXI, a nação *crenaque* sofreu forte abalo material, moral, psicológico e espiritual de dimensão incalculável. Seu habitat venerado, o Rio Doce, foi morto em consequência do desastre socioambiental causado pela empresa Samarco, que tem entre suas donas a Vale do Rio Doce, uma estatal brasileira que se redeu ao capital internacional e foi privatizada, no ano de 1997.

Esse tom eufemístico e benemérito acerca da relação do cristianismo com as populações indígenas é corriqueiramente questionado por intelectuais indígenas. “[...] Com uma mão faziam o sinal da cruz e com a outra baixavam o ferro sobre a cabeça das nações que viviam o sonho de um mundo que todos caberiam: os humanos em comunhão com todos os seres não-humanos” (Krenak, 2021, p.19). Porém, vale ponderar que o professor indígena parece se referir mais aos guerreiros colonizadores leigos e não propriamente aos religiosos cristãos. Não obstante, a violência praticada por cristãos de qualquer espécie é diametralmente

²⁷ Em 2022, o Papa Francisco em visita ao Canadá pediu desculpas aos povos indígenas do país por internatos católicos que retiraram forçosamente crianças indígenas de suas famílias, cometendo com elas diversos abusos, dentre eles uma imposição linguística, religiosa e cultural. O Pontífice classificou o sistema escolar como “deplorável” e externou “vergonha profunda e dor”. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/07/28/papa-fala-de-colonizacao-ideologica-ao-pedir-desculpas-a-indigenas-no-canada.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2023.

contraditória aos valores cristãos pregados pelo cristianismo²⁸.

Todos os países que hoje compõem as Américas, incluindo as ilhas do Mar Caribe, onde o extermínio foi quase total, tornaram-se espaço de atuação genocida, que dizimou os povos originários que aqui habitavam. Tal cenário foi provocado, principalmente, pela expulsão dos nativos de suas terras, o trabalho forçado, a mestiçagem induzida, as guerras e, sobretudo, as enfermidades epidêmicas (Viezzler; Grondin, 2021).

No que concerne à população negra, Gomes (2019) discorre que o Estado brasileiro foi o maior território escravista do ocidente por mais de trezentos anos, tendo recebido, sozinho, quase 5 milhões de africanos cativos. O país também foi o mais resistente em acabar o tráfico negreiro e o último em relação à abolição do cativeiro na América. Devido a isso, o Brasil é o segundo país em população negra do mundo, ficando atrás apenas da Nigéria.

Em consonância com Nascimento (2019a), rechaçamos a falsa imagem de uma escravidão humanizada, com certa liberdade. Na América Central e na América do Sul, não era permitido aos africanos a prática livre de seus costumes e de suas tradições. O autor exemplifica a proibição dos africanos tocarem seus tambores e outros instrumentos trazidos de seus países, mas pondera que, a partir dessa sanção, os africanos passaram a batucar em qualquer lata vazia para não sucumbirem sua cultura. Consideramos que tal proibição de preservação de costumes e de tradições dos povos escravizados é uma tentativa de epistemicídio, morte do conhecimento, por meio da imposição cultural religiosa.

Conforme Santos (1995, p. 328),

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais).

²⁸ Segundo Gomes (2019), diversas razões religiosas e culturais contribuíram para o fim da escravidão indígena na colonização europeia. O frade dominicano espanhol Antônio de Montesinos denunciava a captura e o uso da população nativa como mão de obra escrava. A visão espanhola que prevaleceu foi que os indígenas eram seres com alma e passíveis de redenção, como se julgavam ser os europeus. Essa perspectiva influenciou os jesuítas, de tal modo que o padre Manuel da Nóbrega, superior provincial dos jesuítas, escreveu uma série de tratados filosóficos e teológicos no qual “defendia a inocência” dos indígenas. Esses documentos serviram de base para a decisão da Coroa portuguesa que, em 1570, declarou todos os nativos súditos do rei e não poderiam ser objeto de escravização. O padre Antônio Vieira acabou aprisionado e expulso pelos moradores do atual estado do Maranhão por defender a liberdade dos indígenas. Porém, a solução defendida por ele era a substituição da mão de obra indígena por africanos escravizados.

Esse fenômeno pode ser entendido sob a perspectiva de intelectuais como Boaventura de Sousa Santos, Sueli Carneiro, e Renato Nogueira, entre outros, considerando que “o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural” (Carneiro, 2005, p. 27).

Em uma revisão de literatura da temática na Ciência da Informação é possível encontrar estudos acerca do epistemicídio. Ortolan *et al.* (2017) realizaram um levantamento na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) acerca de pesquisas sobre a população negra, considerando o período 1979-2014. Os resultados do estudo apresentaram que a temática é pouco frequente na Ciência da Informação, de tal modo que foram recuperadas apenas 36 publicações com um grande lapso temporal entre si, podendo ter sido suscitadas por ações de inclusão da comunidade negra na sociedade, como, por exemplo, ações afirmativas.

Alves (2021) em uma pesquisa de dissertação de mestrado, realizou um levantamento nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), desde sua gênese (1994) até 2014, em busca de pesquisas com foco na população negra. Os resultados da pesquisa apontaram para indícios de epistemicídio negro na produção científica do evento, visto que foram recuperadas apenas 40 pesquisas sobre o tema no recorte realizado, número equivalente a menos de 1% do universo explorado. O primeiro estudo acerca da população negra no evento ocorreu apenas na sexta edição do evento, em 2005 e os estudos subsequentes também foram desenvolvidos com grandes lapsos temporais entre si.

Outro indício de violência epistêmica na Ciência da Informação brasileira ocorre na formação de cientistas da informação nos programas de pós-graduação. Almeida, Alves e Silva (2021) analisaram as referências utilizadas nas disciplinas de fundamentos da Ciência da Informação e correlatas de 16 programas de pós-graduação em Ciência da Informação do país e constataram que 75% das fontes são estrangeiras e apenas 25% são nacionais. Vale salientar que, dentre as referências estrangeiras, a grande maioria é masculina, demonstrando também uma predominância patriarcal nos referenciais teóricos da área.

Silva, Garcez e Silva (2022) advogam a descentralização do paradigma epistêmico para evocar a diversidade de saberes e de conhecimentos técnico-teóricos oriundos da academia e dos saberes tradicionais. Também é enfatizado o desejo de que os conhecimentos que sempre estiveram inseridos à margem façam parte do pensamento, da educação e da prática bibliotecária.

Em estudo teórico, Alves e Cortês (2022) consideraram que dois fenômenos explicam a origem do epistemicídio negro: o colonialismo e a escravidão. O autor e autora também

pontuaram a baixa produção científica acerca da população negra no ENANCIB, concluindo que há necessidade de salto quantitativo e qualitativa nas discussões acerca do epistemicídio, de tal modo que se acompanhe o epistemicídio em diversas fontes da área.

Alves, Oliveira e Souza (2023) realizaram levantamento na BRAPCI, considerando todas as revistas e a cobertura temporal da base no momento do estudo (1972-2023), constatando apenas seis estudos acerca do epistemicídio na base de dados, sendo o primeiro estudo de 2021. Como considerações conclusivas, o estudo salientou a necessidade de discutir a temática no domínio da Ciência da Informação, devido à sua orientação interdisciplinar e pôr a ter como constructo teórico para reflexões críticas sobre a produção científica da área, contemplando ditos e não ditos.

Outro elemento utilizado pelo colonialismo para tentar silenciar os povos colonizados foi a imposição linguística. Segundo Nascimento (2019b), a língua, como todo produto ou subproduto da colonialidade, é um espaço de atuação do epistemicídio. O autor recorda que as populações africanas e indígenas foram obrigadas a terem a língua portuguesa de Portugal como seu primeiro idioma. O combate à língua desses povos gerou, concomitantemente, o epistemicídio e o linguicídio. Este tem uma relação próxima com aquele, pois é o epistemicídio mediado pela linguagem ou por políticas linguísticas.

Consoante Moraes (2021), o processo colonial culminou em um glotocídio²⁹ (marginalização de uma língua em favor de outros idiomas), epistemicídio e extermínio de boa parte dos povos originários, embora os jesuítas tenham tornado “viável” a vida desse grupo, isso é feito com um conjunto de retaliações e desemboca em problemas futuros, sobretudo, após a extinção dos aldeamentos missionários³⁰.

O idioma é a alma de um povo. É através dele que o ser humano aprende a nomear tudo o que existe em seu mundo. Estima-se que a maioria dos 7.000 idiomas falados

²⁹ O genocídio, o consequente glotocídio e o português como sendo a língua representante da civilização foram determinantes para o desaparecimento da língua geral de São Paulo e pela drástica redução do espaço de atuação da língua geral da Amazônia (falada até hoje), assim também aconteceu com a língua geral do Sul da Bahia (Argolo, 2013).

³⁰ Os missionários jesuítas se opuseram à escravidão e aos maus-tratos recebidos pelos indígenas nos aldeamentos de ‘repartição’. Por isso, após várias negociações, conseguiram do rei Dom João IV a regularização de povoamentos autônomos estabelecidos por eles e chamados de ‘reduções’ ou ‘missões’, nas quais os indígenas se fixavam voluntariamente, fosse para fugir dos bandeirantes, ou para evitar serem colocados nos aldeamentos oficiais. Historiadores estimam que os bandeirantes escravizaram mais de 250 mil indígenas das missões e das aldeias ao redor. O fim do período das missões jesuíticas foi marcado pelo Tratado de Madri, assinado em 1750, de acordo com o qual o território dos Sete Povos das Missões, então pertencente ao reino da Espanha, passaria a pertencer ao de Portugal. Os jesuítas e os índios ali aldeados deveriam retirar-se para outra margem do rio Uruguai. Em troca, Portugal cederia à Espanha a colônia do Sacramento. Todavia, os jesuítas e os indígenas não aceitaram a decisão e passaram a defender suas terras em lutas contra espanhóis e portugueses, dando origem ao conflito denominado Guerra Guaranítica, na qual foi assassinado o líder Sepé Tiarajú, marcando a destruição final das reduções jesuíticas e a dizimação do povo guarani, naquelas regiões do país (Viezzler; Grondin, 2021).

no mundo são de povos originários. Não se tem conhecimento de como esses povos foram construindo seus idiomas, alguns deles bastante complexos, vários deles verdadeiras obras artísticas como o *quíchua*, o *aimará*, o *guarani*, o *nahuatl*, por exemplo. Faz pouco tempo que alguns idiomas dos povos originários vêm sendo escritos. Durante milênios, a construção e transmissão da língua se deu e ainda se dá através da oralidade, como parte da vida da comunidade (Grondin, 2021, p. 9).

Um exemplo de continuidade da dominação colonial são dois fenômenos já mencionados nesse estudo: a escravidão e a política indigenista. Gomes (2019) estima que atualmente existem mais escravizados no mundo que em qualquer período durante os 350 anos de escravidão. Seriam 40 milhões de pessoas vivendo em condições análogas à escravidão, mais que o triplo do total de cativos traficados no Atlântico até meados do século XIX. Nesse sentido, Viezzer e Grondin (2021) sopesam que o genocídio indígena no Brasil não acabou. Muitos indígenas brasileiros têm seus direitos humanos ignorados e sofrem de uma discriminação semelhante ao *apartheid* instalado no continente africano. Os indígenas brasileiros têm sido despojados de seus territórios e bens, em um genocídio que ainda não acabou, obrigando esses povos a continuarem lutando por sobrevivência³¹.

Um dos mitos mais poderosos do século XX foi a noção de que a eliminação das administrações coloniais conduziu a uma descolonização do mundo, originando o mito “pós colonial”. As múltiplas e heterogêneas estruturas globais implantadas no período colonial não desapareceram com a descolonização jurídico-política da periferia nos últimos 50 anos. O que ocorreu com tal descolonização foi a saída de um “colonialismo global” para um período de “colonialidade global”. Contudo, o mundo continua sob égide da mesma “matriz de poder colonial”, onde os povos não europeus continuam a viver sob uma atroz exploração e dominação europeia/euro-americana. Aqui reside a diferença entre colonialismo e colonialidade. A colonialidade nos permite compreender a continuidade do colonialismo após o fim das administrações coloniais (Grosfoguel, 2008).

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura [sic] que o colonialismo. (Quijano, 2009, p. 73).

³¹ O direito à terra indígena é corriqueiramente ameaçado. Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou com vetos a Lei nº 14.701, de 31 de outubro de 2023, que trata do reconhecimento, da demarcação, do uso e da gestão de terras indígenas. Os vetos do presidente ocorreram após o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar inconstitucional a tese do marco temporal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1009716-nova-lei-sobre-terras-indigenas-e-sancionada-com-veto-ao-marco-temporal/>. Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

Nesse sentido, Santos (2019) discorre que o colonialismo histórico não implicou o fim do colonialismo enquanto forma de sociabilidade baseada na inferiorização étnico-cultural e ontológica do outro. Ao contrário do que vulgarmente se pensa, a independência política das colônias não significou o fim do colonialismo, e sim apenas a substituição de um tipo de colonialismo por outros (imperialismo, racismo, xenofobia, neocolonialismo e colonialidade do conhecimento, entre outros).

Destarte, para Mignolo (2017), a colonialidade propiciou a transformação de um modo policêntrico e não capitalista antes do início do século XVI para uma ordem mundial monocêntrica e de mentalidade capitalista de 1500 a 2000. Não obstante, para além do exposto, a colonialidade também promoveu uma transformação epistemológica associada ao Renascimento Europeu. Entenda-se porque essa transformação abrange não apenas a Ciência, mas também a arte.

Na transição da Europa Medieval para o “mundo moderno”, ocorreram uma série de injunções do Norte Global especialmente da Europa para com as colônias. O sistema mundo moderno-colonial impõe valores, perspectivas religiosas, concepções de coletividades, modelos de estado de direito, matrizes econômicas e epistemologias, entre outros. O pensamento moderno-colonial é intolerante a outras formas de ser, de pensar e de agir, pois invariavelmente reprime o que é diferente do seu *modus operandi*.

O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera. (Mignolo, 2005, p. 40).

Consoante Almeida (2011), Modernidade e colonialidade formam um par conceitual cujos termos relacionam e se definem reciprocamente. Segundo Mignolo (2017), o lado mais obscuro da Modernidade é a colonialidade. Por trás da retórica moderna, práticas econômicas dispensavam vidas humanas e o conhecimento científico justificava o racismo e a inferioridade entre seres humanos.

A produção histórica da Modernidade enquanto uma racionalidade técnico-científica ocidental é inseparável do seu lado obscuro, a colonialidade, entendida como um conjunto de processos objetivos e subjetivos pelos quais os países e os povos colonizados foram impelidos

à subalternização. Lado obscuro faz referência aquilo que nunca aparece (lado escuro da lua)³², justamente o caráter constitutivo da experiência colonial e da colonialidade que despreza quando se pensa diferente do mundo moderno (Almeida, 2011).

A colonialidade atuou como uma colonização dupla, do tempo e do espaço. Sobre isso, Maldonado-Torres (2008, p. 18) discorre que

À primeira vista, parece existir uma dissonância entre o tema da modernidade e a relação imperial/colonial. Um dos conceitos tem a ver com tempo (o moderno), enquanto o outro faz referência ao espaço (expansionismo e controlo das terras). Dir-se-ia que a modernidade implica a colonização do tempo pelo europeu, isto é, a criação de estádios históricos que conduziram ao advento da modernidade em solo europeu. Todavia, os próprios laços que ligam a modernidade à Europa nos discursos dominantes da modernidade não conseguem deixar de fazer referência à localização geopolítica. O que o conceito de modernidade faz é esconder, de forma engenhosa, a importância que a espacialidade tem para a produção deste discurso. É por isso que, na maioria das vezes, aqueles que adoptam o discurso da modernidade tendem a adoptar uma perspectiva universalista que elimina a importância da localização geopolítica. Para muitos, a fuga ao legado da colonização e da dependência é facultada pela modernidade, como se a modernidade enquanto tal não tivesse estado intrinsecamente associada à experiência colonial.

Diante do exposto, descontrói-se qualquer pressuposto de que há neutralidade nas ciências. O racionalismo tentou maquiavar uma ideia de neutralidade baseada no uso da razão. Todavia, a neutralidade é um dos princípios que oferece poder e *status* à Ciência Moderna. Porém, é necessário descortinar que esta ciência é influenciada diretamente por interesses políticos, econômicos e sociais que refletem nas questões de gênero e de raça. A Ciência moderna é masculina, androcêntrica, branca, ocidental, assentada nas classes mais abastadas da sociedade e que se auto sobrepõe sobre outros saberes, decidindo o que conhecer, para que conhecer e quem pode conhecer (Silva, 2008).

Em conformidade com Santos (2019), as ciências sociais modernas reconheceram a existência do colonialismo histórico, baseado na ocupação territorial estrangeira, mas não reconheceram o colonialismo como parte integrante da dominação capitalista. Essas ciências

³² Essa expressão costuma ser utilizada na ambiência cultural pop norte-americana em âmbito cinematográfico e musical, entre outros. Na cultura cinematográfica, por exemplo, há o antagonista *Superman*, o vilão *DarkSeid*. O nome do vilão é uma alusão a expressão *Dark Side* que em tradução livre significa “lado negro. No cenário musical, a banda californiana *Red Hot Chili Peppers* em seu penúltimo álbum “*Unlimited Love*” (2022) lançou a música “*Black Summer*” (Verão negro ou sombrio em tradução livre), que faz uma crítica à crise climática, ao aquecimento global e à extinção de animais, entre outros temas. Em dado momento, a letra da canção discorre que “*And China's on the dark side of the Moon*”, que em uma tradução livre rápida seria equivalente “A China está no lado obscuro da lua”. Há diversas teorias sobre o significado do trecho da música, mas não nos deteremos a isso. O objetivo de trazer o exposto é demonstrar como a expressão lado obscuro se faz presente na cultura ocidental, quase empregando o termo negro ou termos relacionados em um tom negativo. Esta nota é um exercício de aproximação entre conhecimentos científicos e saberes, conforme enuncia Santos (2019). Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2022/02/04/red-hot-chili-peppers-lanca-black-summer-primeira-faixa-de-novo-album-e-que-marca-retorno-de-john-fusciante.ghml>. Acesso em: 05 ago. 2023.

<https://ligadajustia.fandom.com/pt-br/wiki/Darkseid>

conceberam a humanidade como um conjunto hegemônico, sujeita à tensão entre a regulação e a emancipação.

A colonialidade atua no exercício das formas mais variadas de poder, interferindo nas relações socioeconômicas, no modo de ser das pessoas e nas suas produções de conhecimentos. Sobre isso, Oliveira e Silva (2021, p. 164) expõem que:

A colonialidade que se estabelece em três dimensões, poder, ser e saber que se constitui como uma continuidade do colonialismo, incidindo diretamente no modo de vida dos corpos colonizados, classificando as pessoas e suas culturas, impondo sobre elas uma civilização, visão de mundo pautada numa racionalidade branca, cristã e capitalista, uma epistemologia, regimes de produção de conhecimento construído a partir da Europa e seus padrões modernos de humanidade, bem como a colonialidade do ser em sua dimensão ontológica.

As dimensões da colonialidade estabelecem relações constitutivas. O poder se constrói e se sustenta nas interações diversas dos seres que, por sua vez, produzem conhecimento oriundo dessas inter-relações. Do mesmo modo, o saber é produto dos seres influenciados por relações de poder. Em que pese a imbricação entre as três dimensões, o foco deste estudo é a colonialidade do saber. Essa esfera da colonialidade se materializa nos constuctos epistêmicos que foram mediados por regras de produção e de comunicação científica.

Dentre as dimensões de colonialidade, a colonialidade do poder é tomada como basilar, pois o poder emanado das relações coloniais é tão proeminente que se faz capaz de estruturar de modo construtivo, destrutivo, disruptivo e reconstrutivo as ambiências, as pessoas, os conhecimentos, entre outras coisas. Com efeito, a “[...] colonialidade do poder refere-se ao poder que é ontologicamente colonial em sua origem e cuja articulação como ordem mundial surgiu após a invasão europeia da atual América Latina e Caribe” (Lyssovoy; Bailón; 2021, p. 102).

No epicentro do conceito de colonialidade do poder está a ideia de raça como fundamento do padrão universal de classificação e de dominação social.

Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de ‘raça’. Essa ideia e a classificação social e baseada nela (ou racista) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder. (Quijano, 2002, n. p).

Raça é uma construção sociopolítica. É a categoria discursiva que norteia um poder socioeconômico de exploração e de exclusão, em síntese, o racismo. O ideário racista possui uma lógica própria para justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinção genéticas e biológicas (Hall, 2003).

Segundo Munanga (2003, p. 17), “etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie”. O autor destaca que o conceito foi transportado de áreas como Botânica e Zoologia para legitimar a dominação da nobreza em relação à plebe, assim como, para nomear diversos povos encontrados pelos europeus em suas expedições. Tal classificação resultou em um processo de hierarquização de seres humanos. O conceito de raça ancora-se em características morfo-biológicas, ao passo que a etnia reside em dimensões socioculturais, históricas e psicológicas. Assim, um conjunto populacional categorizado como raça "branca", "negra" ou "amarela" pode abrigar em seu interior uma diversidade de etnias. Uma etnia, por sua vez, consiste em um grupo de indivíduos que compartilham, seja por laços históricos ou mitológicos, um ancestral comum; possuem uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; compartilham uma cultura e habitam, tradicionalmente, um mesmo território geográfico (Munanga, 2003).

Gomes (2012), ao analisar a obra de Quijano, destaca a importância de ressignificar o conceito de raça, sob uma perspectiva latino-americana, que contemple a colonialidade. A autora considera que o autor revela uma dimensão mais profunda da invenção da raça, trazendo-a para o contexto latino-americano. Antes mesmo de se consolidar como conceito científico, ela foi sendo formulada como categoria de representação social, e, portanto, uma forma de hierarquização social imbricada nas estratégias de poder da colonialidade. Paulatinamente, a racialização foi se tornando um instrumento de poder econômico, político, cultural, epistemológico e pedagógico. A empreitada colonial sempre esteve impregnada da ideia de raça.

Em síntese, a ideia de raça e, por conseguinte, o racismo, podem ser considerados “estruturas estruturantes³³” da Modernidade e da colonialidade. Essas estruturas conferem poder ao pensamento hegemônico moderno-colonial que, por sua vez, munido de uma autoridade autoproclamada, impulsiona diversas formas de opressão aos seres que não se

³³ O conceito de *habitus* de Bourdieu estabelece como essas estruturas atuam. “Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro” (Bourdieu, 1983, p. 15).

enquadram em seus ditames. A colonialidade do poder sequestra o direito dos grupos subalternizados de serem, de julgarem e de agirem conforme suas idiossincrasias.

Grosfoguel (2008) considera avançar na conceitualização de colonialidade do poder de Aníbal Quijano que tem a centralidade na raça. Aquele autor percebe a colonialidade do poder como um “enredamento” (“emaranhado”) ou aproximado do conceito feminista de interseccionalidade. Raça, diferença sexual, sexualidade, espiritualidade e epistemologia são parte integrante, entrecidade e constitutiva desse amplo “pacote enredado”. Para o autor,

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN³⁴ (Grosfoguel, 2008, p. 9).

Os marcadores sociais de diferença presentes no “pacote enredado”, enunciado por Grosfoguel, bem como outros não mencionados e a “colonialidade global”, possibilitaram que a colonialidade interferisse nas relações sociais por ela hierarquizadas, atingindo, concomitante, a dimensão ontológica dos sujeitos. Na esteira das reflexões acerca de Modernidade e colonialidade, poder e conhecimento, emerge a colonialidade do ser.

“A colonialidade do Ser refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades” (Maldonado-Torres, 2008, p. 49). Em outras palavras, a colonialidade do ser esvazia a existência de outrem com base na imposição de uma inferioridade baseada em aspectos religiosos, étnico-raciais, fenotípicos, entre outros. Independentemente do tipo de inferioridade imposta, o objetivo é sempre manter e fortalecer a dominação e a exploração de povos subalternizados.

Além de uma relação de poder que hierarquiza os seres com base em critérios étnico-raciais e uma destituição do direito de ser por parte do colonizado, há ainda uma colonização do saber. O projeto da colonialidade parece óbvio e arborescente. Primeiro, cria-se uma estrutura de poder que autoproclama o colonizador como superior em detrimento ao colonizado. Em seguida, nega-se o direito de ser das pessoas colonizadas, impondo-lhes religião, costumes, vestes, línguas, entre outras. Não satisfeitos, de modo insaciável, os grupos hegemônicos da colonialidade impõe uma condição de subalternidade epistemológica aos colonos intelectuais,

³⁴ Organização do Tratado do Atlântico Norte.

desqualificando o conhecimento e os saberes por ele produzidos. É importante ponderar que, embora tenha sido utilizada a figura de etapas para ilustrar as violências da colonialidade, essas violências ocorrem de forma concomitante.

Para que esses desígnios dos poderes globais do ocidente fossem concretizados, o pensamento moderno precisou esconder o lócus de enunciação dos seres. Ao fazer isto, a dominação e a expansão coloniais europeias/euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquização do conhecimento e de povos. Os que estavam fora dos *loci* europeu e euro-americano passaram de “povos sem escrita”, do século XVI, para “povos sem história”, dos séculos XVIII e XIX. Passaram, ainda, dos “direitos dos povos” para os “direitos do homem” e, recentemente, para os “direitos humanos”. Todas essas concepções fazem parte de desenhos globais, articulados simultaneamente com a produção e a reprodução de uma divisão internacional do trabalho feita sob medida de uma definição de centros e de periferias, que coincide com a hierarquia étnico-racial global estabelecida entre europeus e não-europeus. O pensador Enrique Dussel já denunciava que o ego cartesiano basilar da imposição de superioridade epistemológica foi precedido em um século e meio pela conquista colonial (Grosfoguel, 2008).

Consoante Dussel (2015, p. 37), a subalternidade epistemológica ocorre no âmbito do *ego conquiro*.

Em Descartes ou Husserl o ego cogito constrói o Outro (neste caso colonial) como *cogitatum*. Porém, antes, o *ego conquiro* o constituiu como “conquistado” (*dominatum*). Em latim *conquiro* significa buscar com diligência, inquirir com cuidado, reunir. Por isso, *conquisitum* é o buscado com diligência. Porém, na Reconquista espanhola contra os muçulmanos, a palavra passou a ter o sentido de dominar, submeter, sair para recuperar territórios para os cristãos. Usaremos agora este novo sentido ontologicamente.

Conforme Porto-Gonçalves (2005), para além do legado de desigualdade e de injustiças sociais deixados pelo colonialismo e pelo imperialismo, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir da própria conjuntura em que estamos inseridos e das epistemes que lhe são próprias.

Segundo Ferreira e Pita (2020), o conceito de colonialidade do saber/conhecimento deriva do conceito de colonialidade do poder, remetendo à construção do conhecimento dentro das relações de poder. Nos processos de construção de saberes, a escola desempenha o papel de padronizar e de separar a “civilização” (europeia) da “barbárie” (sul Americana).

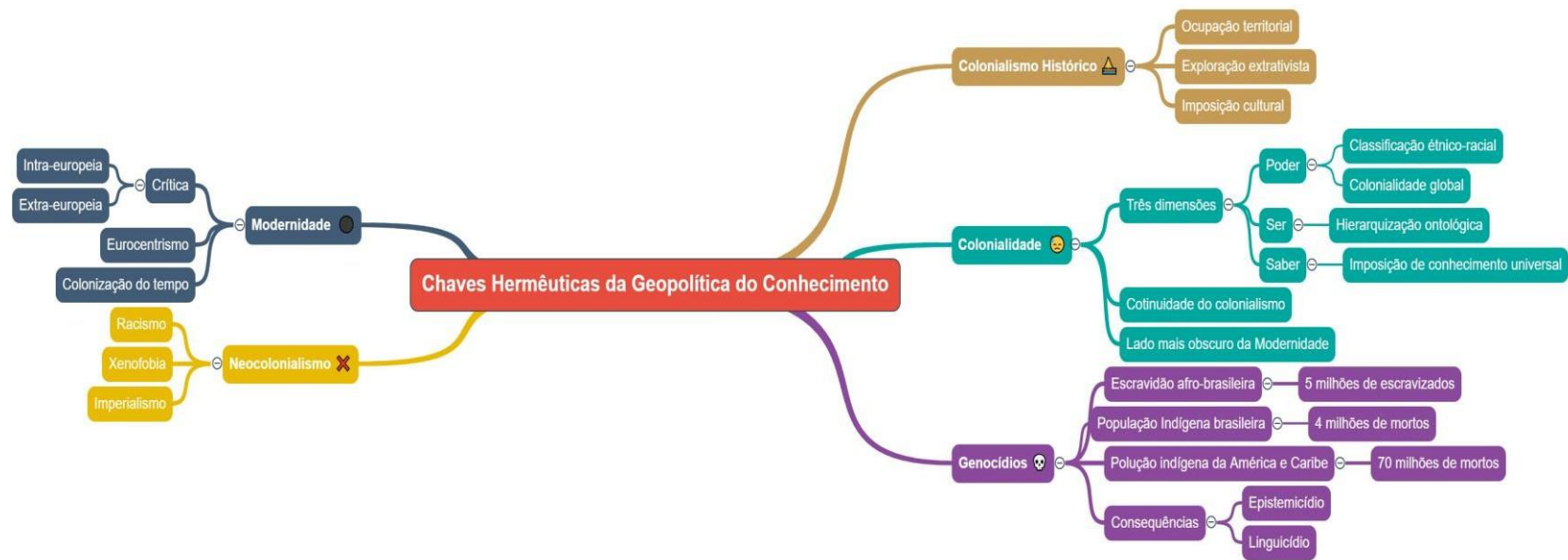
A colonialidade do saber funciona impondo um parâmetro universalizante da produção de conhecimento nas universidades ocidentalizadas. A estrutura do conhecimento moderno teve sua legitimidade arquitetada em cima de uma lógica racista e sexista. Conhecimentos de origem

popular, indígena, negra sofrem epistemicídio não só nas universidades, mas em qualquer instituição erguida e mantida pelos postulados ocidentais (França, 2023).

O aspecto mais ignominioso na colonialidade do saber e do silenciamento de saberes é que a supremacia e a predominância do eurocentrismo e do Norte Global nas construções epistêmicas foram autoproclamadas e fundadas em falácias históricas e científicas endossadas por algumas ciências (Alves; Oliveira; Souza, 2024).

Para Alves, Oliveira e Souza (2024, p. 8), “a colonialidade do saber é um sinal visível da perpetuação da colonialidade na história”. Por isso, é importante que as ciências investiguem e identifiquem a existência ou a inexistência de elementos da colonialidade do saber em suas respectivas ambiências. Uma vez percebida a manifestação deste tipo de colonialidade, faz-se imprescindível um diagnóstico que identifique causas, repercussões e possíveis saídas dessa realidade.

Figura 3 – Mapa teórico-conceitual das chaves hermenêuticas da geopolítica do conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

3.2. Elementos da colonialidade do saber, colonização ideológica e dependência epistêmica na educação brasileira

A colonialidade do saber continua atuante na produção do conhecimento no Brasil e no mundo, endossando incansavelmente exclusões e silenciamentos de conhecimentos com base no mito da superioridade europeia nas mais diversas searas. Com efeito, “a colonialidade do conhecimento (tal como a do poder) continua a ser instrumento fundamental para a expansão e o reforço das opressões geradas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado”. (Santos, 2019, p. 27).

Assim, a América Latina, especialmente o Brasil, teve um desenvolvimento tardio no que concerne à implantação de universidades no mundo ocidental. Enquanto na Europa as universidades foram criadas ainda no primeiro milênio, na parte da América do Sul colonizada pela Espanha, as primeiras universidades emergem na metade do segundo milênio e no Brasil, de modo formal, apenas no século XX.

O início das universidades no mundo é difuso e ponto de discussão entre pesquisadores de diversas áreas. Segundo Bortolanza (2017), ainda antes de Cristo, sobre outra estruturação, surge a primeira Universidade, a de Alexandria, que precede todas as demais. Algumas universidades foram implantadas ainda no primeiro milênio, porém, a Europa é tida como berço da Instituição Universitária prevalecente atualmente. A Universidade de Bolonha e a Universidade de Paris foram modelos para outras no mundo, permanecendo atuantes até a contemporaneidade. Barreto e Filgueiras (2007) corroboram com o exposto, pontuando que a primeira instituição que mais se aproxima do conceito de universidade, embora nunca tenha sido assim denominada, foi o conjunto constituído pela Biblioteca e pelo Museu de Alexandria. A criação da universidade europeia foi uma das grandes realizações da Idade Média, sendo a Universidade de Bolonha, a mais antiga delas. Essas instituições se assemelham mais às escolas atenienses de Plantão e de Aristóteles, que são anteriores à instituição alexandrina.

Bortolanza (2017) expõe que as universidades na Europa eram consideradas pelos papas e pelas realezas importantes fontes de apoio político. As mesmas eram instituídas por bulas papais e leis, com objetivo de as proteger e nelas poderem intervir, conforme constam nos registros de criação das Universidades de Bolonha e de Sorbonne, inclusive noutras da América. Barreto e Filgueiras (2007) vão ao encontro do exposto e discorrem que a universidade europeia medieval surgiu dos estudos e das escolas dos mosteiros e das cátedras, tendo como marcos fundadores cartas ou bulas papais. A palavra *Universitas* designava uma comunidade de mestres e de alunos, passando depois a ter a conotação que conhecemos hoje,

enquanto *Studium* se referia a uma faculdade ou conjunto delas.

A implantação de universidades na América possui estreita relação com o colonialismo histórico. Porém, a rapidez dessa implantação variava conforme o país colonizado. Logo após a conquista da América, os espanhóis começaram a fundar universidades em seus territórios, sendo a primeira delas em Santo Domingo (atual República Dominicana), tendo recebido o título de universidade plena pela bula *In apostolatus culmine*, do Papa Paulo III, em 1538, composta pelos cursos de medicina, direito, teologia e artes. Ainda no século XVI, outras foram fundadas na América Espanhola, como as do México, de Lima e de Quito. Ao longo de pouco mais dois séculos e meio, a Espanha havia fundado cerca de 24 universidades, muitas das quais ainda existem (Barreto; Filgueiras, 2007).

Sem prejuízo do exposto, Bortolanza (2017) discorre que as primeiras universidades das Américas foram implantadas nos primeiros anos de 1500, sendo a Universidade Nacional de San Marcos do Peru a primeira implantada formalmente. O autor enuncia que em praticamente todo território americano havia em alguma medida ensino universitário, enquanto o Brasil foi um dos últimos a implantar a universidade, tanto pela falta de interesse da Coroa Portuguesa, quanto pelo desinteresse dos detentores de poder do país nesse período.

Diante desse contexto, notamos que Portugal e Espanha tinham perspectivas colonizadoras diferentes. Segundo Santos e Cerqueira (2009), o investimento de Portugal na Colônia possuía um viés fielmente voltado para exploração. Para a Coroa Portuguesa não interessava a criação de universidades, pois não era importante dar autonomia para as Colônias. Por outro lado, a Espanha não buscava fazer de suas colônias apenas uma feitoria comercial (Barreto; Filgueiras, 2007).

Levando em conta a conjuntura apresentada, traçar a origem das universidades brasileiras é uma tarefa complexa. Bortolanza (2017), Santos e Cerqueira (2009) e outros pesquisadores datam o século XIX como origem do ensino superior no Brasil. Todavia, nesse estudo, corroboramos com as ponderações de Barreto e Filgueiras (2007, p. 1780), ao esclarecerem que:

Dizer que a universidade só surgiu no Brasil no início do século XX é uma meia verdade. De fato, o nome universidade só passou a ser utilizado para conjuntos de escolas superiores nessa época, bem tardia em relação ao resto do mundo ocidental. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que as universidades brasileiras fundadas nos albores do século passado não surgiram do nada. Havia já uma larga tradição de ensino superior, e foi sobre esta tradição que se constituíram as primeiras universidades no país. As universidades brasileiras foram precedidas por escolas profissionais, algumas bastante vetustas, além de academias militares e outras escolas e sociedades de tipo variado. O Brasil teve antes do século XX, desde a época colonial, algumas instituições docentes notáveis em certos aspectos. Em várias delas havia algum ensino

científico ou técnico. A criação de universidades, e não mais apenas escolas superiores isoladas, só se efetivou no século XX, num fenômeno singular brasileiro.

É possível observar que a educação superior brasileira se desenvolveu de modo singular, diferentemente de parte da América colonizada pelos espanhóis. O ensino superior no Brasil nasceu no modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante em faculdades divorciadas organizacionalmente entre si, apresentando muitas distorções, provocando inúmeros questionamentos de ordem estrutural e de funcionamento (Bortolanza, 2017).

As escolas superiores que antecederam a criação de universidades no país são inúmeras. Boa parte dessas escolas surgiram por demandas de cunho religioso, militar e de saúde, conforme apontaram Barreto e Filgueiras (2007).

No contexto religioso, é inegável a participação católica na educação brasileira e de outros países. A Companhia de Jesus fundada por Santo Inácio de Loyola teve uma enorme importância no ensino superior de diversos países católicos. Na Universidade de Coimbra, os jesuítas atuaram no Colégio de Artes que pode ser descrito como centro propedêutico à Universidade. Os jesuítas fundaram o primeiro curso de Filosofia do país em Salvador no ano de 1572. O Colégio da Bahia assumiu feições de universidade, concedendo graus de bacharel, licenciado e mestre em artes. O provincial do Colégio da Bahia, Inácio Talosa, em Salvador, teve seu curso de Teologia equiparado ao da Universidade de Évora. O historiador Pedro Calmon ao provincial o título de “primeiro professor universitário do Brasil”. Os jesuítas³⁵ estabeleceram cursos de Filosofia em outros estados e, ao longo do século XVII, vários pedidos foram feitos para que o Colégio de Salvador se tornasse uma universidade, porém, todos os pedidos foram negados pelo Reitor da Universidade de Coimbra, quando consultado pelo Rei. Nos pareceres enviados ao Rei, o Reitor se posiciona contrariamente baseado em visões arrogantes, mesquinhas e preconceituosas acerca do Brasil e dos brasileiros. Outra notável instituição de ensino foi o Seminário de Olinda, fundado em 1798 pelo Bispo de Pernambuco, Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. O ensino dado nesse seminário extrapolava a tradição luso-brasileira, pois lá também se lecionava disciplinas como desenho, matemática, física e química, entre outras (Barreto; Filgueiras, 2007).

No domínio militar, uma vertente importante do ensino que se praticou no Brasil no século XVIII esteve ligado à engenharia. Em 1711, a cidade do Rio de Janeiro foi facilmente conquistada pelos franceses, demonstrando a fragilidade de suas defesas em um momento que

³⁵ Até mesmo as iniciativas dos jesuítas na formação de um clero mais erudito pararam na reforma efetuada pelo Marquês de Pombal, que culminou na expulsão dos jesuítas de territórios portugueses no final do século XVIII (Santos; Cerqueira, 2009).

crescia a produção de ouro em Minas Gerais, cujo principal escoadouro era o Rio de Janeiro. Diante disso, a Coroa Portuguesa criou, em 1738, um “terço de artilharia” no Rio de Janeiro, compreendendo o ensino militar. Nesse período, destacou-se o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, que veio de Portugal para o Brasil e desenvolveu trabalhos militares como engenheiro, arquiteto e urbanista. Em 1792, é fundada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho para formar engenheiros militares. O ano de 1792 é tido como data de início das atividades do ensino contínuo em engenharia que viria a compor a Universidade do Rio de Janeiro, criada com este nome apenas em 1920 (Barreto; Filgueiras, 2007).

Na área da saúde, cabe destacar que, entre as várias carências do Brasil Colônia no tocante à educação, uma das mais agravantes era a inexistência de qualquer instituição que formasse médicos e cirurgiões. Somente em 1801, o príncipe regente Dom João criou no Hospital de Vila Rica, uma instituição para o ensino das especialidades médicas. Esta não foi ainda uma Escola de Medicina, mas se assemelhava a uma instituição formadora de médicos. Com a vinda da Coroa Portuguesa, foram fundadas as duas primeiras escolas médicas do país entre 1808 e 1809, as Academias Médico-Cirúrgicas da Bahia e do Rio de Janeiro (Barreto; Filgueiras, 2007).

O clichê reverberado em praticamente todas campanhas políticas - “Educação será prioridade do governo” - parece desconstruído desde os primórdios do país. Salta aos olhos como a educação brasileira desde sua gênese esteve ligada ao interesse das elites políticas e econômicas, de tal modo que algumas áreas relevantes para qualquer nação só vieram a ter algum tomo quando as necessidades foram sentidas pelos detentores de poder da época.

É importante salientar que os pontos de partida da colonialidade do saber no Brasil não estão apenas na criação de escolas superiores e, posteriormente, das universidades. Consoante Ferreira e Pita (2020), a colonialidade do saber no país remonta aos primeiros escritos na “real língua vernácula”, em que os escritores eram porta-voz dos colonizadores. Desde o primeiro escrito do período Quinhentista, a primeira escola literária, temos a literatura brasileira influenciada pelo olhar estrangeiro. Na verdade, essas produções falavam sobre os nativos, mas não eram feitas por eles.

Segundo Barreto (2017), as primeiras obras literárias do país escritas no período do Brasil Quinhentista foram desenvolvidas com base no olhar de *outsiders* (estrangeiros): relato de navegantes, oficiais da coroa lusitana, membros eclesiásticos, mas principalmente observadores não vinculados à Igreja. Tais escritos delinearam as perspectivas do pensamento colonizador sobre o papel dos nativos nas colônias, das quais construíram permanências discursivas na identificação de povos indígenas. Tal identificação variava entre selvagem, bom

selvagem na ótica de Jean-Jacques Rousseau, ou como simples objeto de ação catequética cristã. A partir do exposto, identificamos alguns elementos da colonialidade do saber: Supremacia do Conhecimento Ocidental, Eurocentrismo, Etnocentrismo e supressão do direito de fala ao subalternizado, entre outros discutidos mais à frente.

O cenário supracitado demonstra a sobreposição do olhar do outro sobre o povo brasileiro desde sempre. As nossas produções literárias, científicas, artísticas e culturais a todo o momento foram feitas com base na forma como os outros (estrangeiros) nos enxergavam e não considerando a população brasileira, desconsiderando nossas potencialidades, virtudes e idiossincrasias.

Diante do exposto, podemos divisar que a importação de modelos educacionais, profissionais e científicos estrangeiros não são mera casualidade. Segundo Silva, Baltar e Lourenço (2018), como resultado do legado cultural, histórico e político do colonialismo se desenvolveu uma relação de dependência no âmbito da produção do saber, resultante de uma estrutura de dominação epistêmica que se manifesta através da colonialidade do saber.

Vale salientar que não foi apenas o ensino superior em nível de graduação que foi influenciado por modelos estrangeiros, mas a pós-graduação também. É pertinente essa observação, pois o campo de pesquisa desse estudo, a Ciência da Informação brasileira, é profundamente vinculada às atividades de pós-graduação, uma vez que, como campo de investigação, a área se desenvolve principalmente nesse nível (Stumpf, 2008).

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por diversos movimentos que reivindicavam uma reforma no ensino superior brasileiro, do qual participaram os corpos docente e estudantil, bem como suas entidades representativas. A inserção dos jovens nessa mobilização traduzia o desejo de jovens cientistas que haviam sido formados no exterior de produzir conhecimento em território nacional. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) constituiu um fórum importante dessas reivindicações. O movimento estudantil realizou seminários sobre a reforma universitária, nos quais foram tecidas críticas ao caráter elitista das universidades e a existência do regime de cátedra vitalícia, indicando a necessidade de concursos públicos para a admissão de professores, a atualização dos currículos, entre outras coisas. Todavia, com a instauração do regime militar ocorreu uma série de medidas repressivas aos discentes e aos docentes brasileiros, gerando um clima de insatisfação desses sujeitos com a formação da estrutura universitária existente, que levaram vários professores e alunos a buscarem formações paralelas, expressando suas insatisfações com os currículos existentes até então. Além disso, em 1960, 29 mil estudantes não conseguiam vagas nas

instituições para as quais haviam sido aprovados; o número que aumentou para 162 mil em 1969 (Martins, 2009).

Conforme Martins (2009), esse clima de tensão social fez com que o governo ditatorial militar fosse pressionado a formular uma política reformista na estruturação do ensino superior brasileiro.

Ao contrário do que ocorrera no período populista, durante o qual vigorou uma discussão pública visando à construção de uma universidade crítica de si mesma e da sociedade brasileira, a política educacional do regime autoritário seria confiada a um pequeno grupo designado pelo poder central. O governo encomendou determinados estudos com o objetivo de propor medidas para o ensino superior, entre os quais se destacam o documento elaborado pelo professor norte-americano Rudolph Atcon; o Relatório Meira Mattos, que o abordou como uma questão de “segurança nacional”, e o Relatório da Equipe de Assessoria do Ensino Superior, cuja comissão foi integrada por professores norte-americanos e brasileiros. (Martins, 2009, p. 19).

A intervenção da *United States Agency for International Development* (USAID) na América Latina foi concebida como estratégia de hegemonia. A mesma ocorreu de modo integrado nos anos 60 em várias áreas e sobre três linhas de atuação: assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compras de equipamentos nos EUA, e assistência militar, traduzida na vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros naquele país, bem como o fornecimento bélico militar (Fávero, 2006).

Os acordos MEC-USAID cobriram todos os aspectos da educação brasileira, isto é, desde o ensino primário ao ensino superior, contemplando a articulação entre os diversos níveis, bem como o treinamento de professores e a produção e a veiculação de material didático. A proposta da USAID não deixava brecha. Somente a reação estudantil, o amadurecimento dos docentes e a denúncia de alguns políticos com acesso à opinião pública evitaram a total demissão brasileira no processo decisório da educação nacional (Cunha; Goés, 2002).

Vale salientar que o golpe militar brasileiro ocorreu com a justificativa de afastar o “fantasma” do comunismo no Brasil com apoio direto norte-americano³⁶. Evidentemente, tal apoio não foi um gesto altruísta que visava ajudar o Brasil, mas visava à adesão do maior país da América do Sul ao bloco capitalista na Guerra Fria. Conforme demonstrado acima, a ação imperialista estadunidense não ficou restrita a questões militares e econômicas, atuando também nos âmbitos cultural e educacional.

³⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2024/03/31/o-que-foi-a-operacao-brother-sam-apoio-dos-eua-ao-golpe-de-64.htm>. Acesso em: 17 dez. 2024.

A tomada de poder pelos militares em 1964 não foi um simples golpe latino-americano, mas uma articulação política profunda de raízes internas e externas, vinculada a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais importantes. Não foi coisa de amadores. O Estado que se organizava optou pela coerção, uma vez que a “educação com” só poderia ser subversão. A repressão se abateu sobre os intelectuais comprometidos com as reformas necessárias e o Estado foi buscar outros quadros. Não precisou procurar muito, pois a USAID abriu mão da missão de reformar a educação brasileira. A princípio, a missão foi assumida de forma sigilosa nas gestões de três ministros da educação (Suplicy de Lacerda, Raymundo Moniz de Aragão, e Tarso Dutra). Somente com a denúncia do deputado Márcio Moreira Alves, o Sr. Tarso Dutra prestou depoimento e o véu do segredo começou a ser dissipado. A interferência norte-americana na educação brasileira camuflada de assistência técnica já vinha de longe e não era exclusividade brasileira. Esses interesses se manifestaram desde a Guerra Fria e cresceram no final dos governos Dutra e Juscelino Kubitschek. Porém, foi no governo Castelo Branco que a desnacionalização do campo educacional tomou formas nunca vistas (Cunha; Goés, 2002).

Fernandes (2020) considera que a regime militar chegou ao poder com duas ambições. Primeiro, destruir o processo que fazia da crise da escola superior uma crise do controle conservador da universidade. Segundo, encaminhar a solução conservadora da reforma universitária, desenvolvendo alterações qualitativas em um sentido aparente puramente técnico, mas, na verdade, tomado pelo empenho de criar mecanismos de tutela conservadora do ensino superior e do tipo emergente de universidade.

Ao investigar as influências estrangeiras na pós-graduação em educação no Brasil, Verhine (2008) constata que a universidade brasileira foi originalmente baseada no modelo europeu, especialmente, no francês. Neste contexto, alguns poucos cursos de doutorado foram criados nas principais universidades do país, como na Universidade de São Paulo (USP), na década de 30, especialmente em 1934. Porém, a pós-graduação era vista essencialmente como uma aprendizagem para pessoas já integradas à vida acadêmica. O doutorado era obtido mediante a defesa de uma tese diante de um comitê de professores catedráticos. Este modelo foi mudado em 1968 com a reforma universitária, realizada no conjunto do acordo Ministério da Educação (MEC) / *United States Agency for International Development* (USAID) integrado por pesquisadores brasileiros e americanos.

A Reforma Universitária de 1968 objetivou fundamentalmente a modernização e a expansão das instituições de ensino públicas, principalmente as federais. Por outro lado, propiciou o surgimento do “novo” ensino superior privado, visto que a disponibilidade nas universidades federais não atendeu satisfatoriamente ao aumento das matrículas diante da alta

demanda existente. O ensino superior privado, que emergiu após a reforma universitária, possuía uma tendência qualitativamente distinta da que existia anteriormente. Trata-se de outro sistema, estruturado nos moldes de empresas educacionais voltadas à obtenção de lucro econômico e a uma rápida resposta às demandas do mercado educacional (Martins, 2009).

Moritz, Moritz e Melo (2011) discorrem que com a Reforma Universitária substituiu o modelo de cátedras pela organização departamental, instituiu a contratação de professores em tempo integral e substituiu o sistema tradicional de cursos sequenciais pelo sistema de créditos. Nesse sentido, Verhine (2008) esclarece que, no tocante ao corpo docente, foi determinado que os professores assistentes deveriam ter o grau de mestres e os adjuntos de doutor. Esta nova ênfase na pesquisa e na titulação provocou uma rápida proliferação dos programas de pós-graduação brasileiros.

Considerando este percurso, observamos que, atualmente, a educação pós-graduada no Brasil é resultado de uma combinação dos modelos americano e francês ajustados às particularidades brasileiras. Por exemplo, no Brasil, o mestrado foi criado como um grau de entrada para o ensino universitário, tendo uma natureza altamente acadêmica, enquanto nos EUA, o grau de mestre serve para outros propósitos, inclusive mais inclinados à vida profissional. No que tange ao doutorado, o Brasil se afasta mais do modelo americano e se aproxima mais do modelo europeu em termos de admissão, exames de qualificação, comitês de teses/dissertações, aprovações de teses e dissertações, avaliações dos cursos, entre outros (Verhine, 2008).

Os ditames de modelos europeus na educação brasileira em nível de graduação ou de pós-graduação são um sinal visível de que “[...] a colonização na América finda, mas estruturas de dominação e dependência internacional são mantidas.” (Silva; Baltar, Lourenço, 2018, p. 68).

Com efeito, com base no que fora exposto ao longo desse estudo, é possível considerar que a educação brasileira foi entregue aos interesses capitalistas norte-americanos pelos militares brasileiros em um sinal visível de entreguismo e postura antipatriótica. A colonização de saberes na educação brasileira tem como pedra fundamental a imposição ideológica do capitalismo ao Brasil.

Chauí (2016, p. 247) concebe ideologia como

um corpus de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir. Por sua anterioridade, a ideologia predetermina e pré-forma os atos de pensar, agir e querer ou sentir, de sorte que os nega enquanto acontecimentos novos e temporais.

Por vezes, algumas ideologias são trazidas do Norte para o Sul Global e aceitas sem reservas. Trata-se de uma importação que não ocorre sob pedido, mas sob regime de imposição. São ideologias que podem fazer as pessoas mudarem seu modo de ser e estar no mundo, afetando aspectos de vida de cunho cultural, religioso e socioeconômico. Lara Junior, Klunck e Führ (2020) consideram que a ideologia pode ser uma estratégia de colonização da subjetividade em uma sociedade capitalista, trazendo diversos males para os povos subalternizados em diversos campos, inclusive, na educação.

A colonização de saberes na educação brasileira possui uma peculiaridade. Tal fenômeno foi mediado e implementado com base em outra forma de dominação, a colonização ideológica. A origem do termo pode surpreender algumas pessoas, pois essa forma de colonização foi reconhecida, denunciada e cunhada pelo representante máximo de uma das maiores expressões do ocidente, o Papa Francisco, chefe máximo da Igreja Católica Apostólica Romana.

Em síntese, a colonização ideológica consiste em uma tentativa de imposição de uma ideologia sem considerar as idiossincrasias dos povos onde se busca difundi-la. Em um país relativamente conservador como o Brasil, tal colonização provoca um afastamento de parte da população da academia e acentua polarizações político-ideológicas.

O Pontífice, em visita ao Canadá, reconheceu abusos cometidos a crianças indígenas por escolas confessionais católicas e discorreu que:

[...] No passado, a mentalidade colonialista desconsidera a vida concreta das pessoas e impunha certos modelos culturais predeterminados. [...] No entanto, também hoje existem várias formas de colonização ideológica que se chocam com a realidade da vida, sufocam o apego natural dos seus povos aos seus valores e tentam desarraigar suas tradições, histórias e laços religiosos.

O colonialismo foi a antessala do capitalismo. “O colonialismo como fenômeno antecede o capitalismo enquanto sistema mundial e o acompanha como “política” em suas diferentes fases de desenvolvimento” (Ferreira, 2014, p. 255).

A sociedade capitalista utiliza a ideologia como uma estratégia de colonização da subjetividade humana, causando um mal-estar, articulando o sofrimento em duas dimensões: a primeira, como apontam Marx e Engels, ocorre quando a ideologia encobre as formas de dominação e de opressão dos modos de produção capitalista, gerando sofrimento material (pobreza, insalubridade, baixos salários), em decorrência da exploração econômica; a segunda, refere-se à fantasia ideológica que causa no sujeito e no laço social sob a forma de colonização da subjetividade, tornando o indivíduo subserviente ao modelo exploratório capitalista, causando-lhe sofrimento mental materializado em problemas como: ansiedade, stress e até

mesmo o suicídio (Lara Júnior; Klunck; Führ, 2020).

A sociedade de mercado liberal capitalista opera geopoliticamente na produção de conhecimento, acirrando relações de dependência econômica, dependência política e produtiva. Em consonância com Mignolo (2021), vale salientar que é importante perceber a introdução de configurações geo-históricas e biográficas em processos de conhecimento. Para o autor, não basta mudar o conteúdo da conversa, mas mudar os termos da conversa. É necessário focar no conhecedor e não no que é conhecido.

A percepção da introdução de configurações geo-históricas e biográficas em processos de conhecimento evidencia relações de dependência, centro-periferia e subdesenvolvimento em diversos contextos sociais. É lugar comum que a América do Sul foi fortemente influenciada por tais configurações. Ao discorrer sobre subdesenvolvimento, periferia e dependência, Cardoso e Faletto (2010) consideram que a noção de dependência alude diretamente às condições de existência e de funcionamento do sistema político-econômico, evidenciando a relação entre ambos, tanto que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um nível de diferenciação do sistema produtivo sem acentuar as pautas de controle de decisões e de consumo, seja interna (capitalismo, socialismo, etc.) ou externamente (colonialismo, periferia mundial no mercado, etc.). As concepções de centro-periferia destacam funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial, desconsiderando os fatores político-sociais implicados na relação de dependência.

É bem verdade que as enunciações de Cardoso e Faletto (2010) compreendem uma abordagem teórica mais voltada à dependência do desenvolvimento econômico e social entre as nações³⁷. Contudo, essas relações de dependência também impactam a produção de conhecimento que depende dos arranjos socioeconômicos. Para os autores, a dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta em algumas características no modo de atuação e orientação dos grupos tidos como consumidores ou produtores no sistema econômico. Em casos extremos, as decisões econômicas de um país são tomadas em função das dinâmicas e dos interesses dos países desenvolvidos. As economias baseadas em enclaves coloniais são um exemplo dessa situação radical (Cardoso; Faletto, 2010).

³⁷ Na América Latina, a maioria dos teóricos dependentistas dão ênfase às relações econômicas em processos sociais, em detrimento dos elementos culturais e ideológicos. Em parte, os dependentistas reproduziram a ilusão de que o desenvolvimento e organização racional podem ser alcançados por meio do controle do Estado-nação. Nenhum controle desse tipo pode alterar a localização de um país na divisão internacional do trabalho. O Estado-nação é um espaço limitado para transformações socio-políticas radicais. Os dependentistas empenharam esforços para combater as formas universalistas de conhecimento, mas observando-as enquanto uma “superestrutura” ou epifenômeno de uma infra-estrutura econômica. (Grosfoguel, 2008).

Face ao exposto, é possível conjecturar que a decisão nacional pela importação do modelo estrangeiro norte-americano para a educação brasileira pode ser enquadrada em uma dessas condições extremas. O Estado brasileiro tomou decisões econômicas e educacionais em função do país mais desenvolvido do mundo e das Américas, um de seus maiores “parceiros” comerciais. O custo dessa decisão histórica parece ser a construção e a manutenção de uma relação de dependência epistêmica do país em relação aos norte-americanos e a outros países do Norte Global. A utopia de uma educação superior libertadora parece cada vez mais distante do horizonte epistemológico brasileiro.

Um dos efeitos inevitáveis de uma educação baseada na importação de modelos estrangeiros de conhecimento é a possibilidade do estabelecimento de uma relação de dependência epistêmica.

Trata-se de uma relação que no campo das ideias implica na dominação de padrões de investigação, ensino e estudo. Essa dependência, apesar de não impedir a produção de conhecimento fora da perspectiva hegemônica, nega espaço para o seu reconhecimento e desenvolvimento. (Silva; Baltar; Lourenço, 2018, p. 72).

A dependência epistêmica atende aos interesses do pensamento moderno colonial, sendo produto das diversas formas de expressão da colonialidade, sobretudo, da colonialidade do saber. Tal qual qualquer experiência da colonialidade, o colonizador espolia as riquezas do colonizado. Nesse caso, é sequestrada a liberdade do sujeito produtor de conhecimento e as suas subjetividades epistêmicas são submetidas ao cárcere em uma prisão situada nas mais longínquas ambiências do Sul Global. Em síntese, o produtor de conhecimento no Norte Global fica preso em uma ótica colonial que lhe impele a ver, julgar e agir sob a perspectiva do Sul Global.

Consoante a Müller e Sousa (2021), as diferenças abissais entre Norte e Sul são ampliadas pela dependência epistêmica, que se reflete na ausência de autonomia para produzir as próprias bases teóricas e na validação do discurso científico.

Nas sociedades latino-americanas em formação, as ciências sociais herdaram uma posição periférica, estando envoltas em problemáticas relacionadas ao seu lugar de desenvolvimento e às suas condições de legitimação interna e externa. Observar os processos que resultam em uma dominação na produção do conhecimento é vital para a compreensão da situação das ciências sociais latino-americanas. Essa tarefa tem sido enfrentada por intelectuais latino-americanos desde a segunda metade do século XX, a partir de perspectivas críticas diversas como a marxista, dependentista, pós-estruturalista, pós-colonial, decolonial, entre outras. (Silva; Baltar; Lourenço, 2018).

Diante disso, é importante que a Ciência da Informação enquanto Ciência Social Aplicada se aproxime das epistemologias críticas à Modernidade e à colonialidade, sobretudo, em uma perspectiva pós-colonial e decolonial.

A Ciência da Informação brasileira na condição de ciência social aplicada também foi afetada em sua história por elementos do pensamento moderno colonial, dentre elas a colonialidade do saber, pois, conforme discutido nesta seção, foi a educação brasileira de modo geral impactada por esse fenômeno, não se encontrando esta área específica de conhecimento alheia ou alienada a esse contexto, principalmente, por ter surgido sob a égide de programas de implantação, ampliação e aprimoramento da infraestrutura tecnológica brasileira, processos reconhecidamente influenciados por países desenvolvidos, como, por exemplo, EUA e Inglaterra. Desse modo, faz-se relevante conhecer a genealogia de saberes na Ciência da Informação, identificando elementos da colonialidade na criação, na institucionalização e na consolidação da área no Brasil.

Findando esta seção, considerando tudo que foi exposto, podemos elencar alguns elementos da colonialidade do saber que podem estar presentes na Ciência da Informação. É importante salientar que não se trata de um rol taxativo, mas de um rol exemplificativo que se encontra aberto à entrada de novas categorias que possam vir a ser identificadas em outras ocasiões.

Como esforço de síntese, os elementos foram sintetizados em um mapa mental dos elementos da colonialidade do saber (Subseção 3.2) (Figura 4).

Figura 4 – Mapa teórico conceitual dos elementos da colonialidade do saber



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4. INSTITUCIONALIZAÇÃO SOCIOCOGNITIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: ELEMENTOS OBSTANTES E CATALIZADORES

A institucionalização da Ciência da Informação (CI), no Brasil, acompanhou os contextos histórico e econômico do país, balizada, também, pelo desenvolvimento cognitivo desse campo científico, em nível internacional (Arboit; Bufrem; Kobashi, 2011, p. 45).

A seção em tela aborda os elementos catalisadores e obstantes da institucionalização social e cognitiva da Ciência da Informação. Inicialmente, apresenta uma análise conceitual desses dois tipos de institucionalização, detalhando seus componentes e níveis. Em seguida, destaca a importância de examinar a ontogênese da área, ressaltando que sua implantação informal precedeu a formalização, exemplificada pelo primeiro curso de Ciência da Informação no Brasil e na América Latina.

Esta seção também revela que a formalização da área dependeu de uma conjuntura gestacional específica, caracterizada pela convergência de fatores geopolíticos, econômicos e informacionais, que se materializaram em políticas de informação científica e tecnológica nos últimos 75 anos. Por fim, identifica outros elementos cruciais do contexto histórico, como discentes, docentes, instituições e a documentação produzida por esses atores.

Para fins deste estudo, a institucionalização científica da Ciência da Informação e suas dimensões (social e cognitiva) serão observadas em conformidade com Whitley (1974), Palermi e Polity (2002), Eliel (2008) e Martins (2014), entre outros estudos.

A institucionalização social refere-se à criação e à manutenção de estruturas formais que distinguem os membros da comunidade e lhes fornecem a base de uma identidade social. Diz respeito tanto ao grau de organização interna e de definição das fundações, como ao nível de integração nas estruturas sociais de legitimação e de atribuição de recursos (universidades, grandes organizações e programas de investigação). A institucionalização cognitiva diz respeito ao grau de consenso e de clareza dos conceitos, à relevância dos problemas colocados, às formulações utilizadas, à aceitabilidade das soluções, dos métodos, das técnicas ou das instrumentações apropriadas, à capacidade comum de distinguir o domínio entre outros e determinar se um problema se enquadra dentro dele (Palermi; Polity (2002).

A institucionalização social de um campo, sua implementação e sua formalização, depende da criação de estruturas e de infraestruturas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. A criação dessas estruturas em grande medida ocorre por meio do Estado, por meio de seus órgãos representativos como MEC e CAPES, que estabelecem parâmetros para a criação e a

manutenção das estruturas formais dos campos científicos. A institucionalização cognitiva está relacionada aos conhecimentos próprios de uma área, aos conceitos consensuais, aos problemas abordados, à aceitabilidade das soluções propostas para problemas de pesquisas, e aos métodos, entre outros pontos (Eliel, 2008).

A instituição social evidencia a formação especializada, as redes de relacionamento entre os pares, a divulgação científica e a cooperação entre os pesquisadores. A institucionalização cognitiva busca identificar se há, dentro da área específica, semelhanças cognitivas e consenso quanto às investigações de seus fenômenos, sem a necessidade de definições idênticas. Nesse sentido, quanto maior o consenso referente ao “objeto”/fenômeno, ao arcabouço conceitual, à aplicação de técnicas e aos métodos apropriados, maior será o nível de institucionalização cognitiva (Martins, 2014).

A institucionalização cognitiva abrange conceitos, teorias, problemas, métodos, técnicas e leis próprias de um campo. São tomadas como referência de institucionalização social as instituições formais que constituem o campo, como associações científicas, cursos de graduação, cursos de pós-graduação, grupos de pesquisa, periódicos científicos, livros, encontros e eventos acadêmicos (Câmara; Alves: Bufrem, 2020).

Para facilitar a compreensão, no início desta seção, apresentamos de forma separada a institucionalização social e a cognitiva. Contudo, é fundamental destacar que essas duas dimensões são intrinsecamente ligadas e se complementam. A institucionalização cognitiva se difere da institucionalização social para fins exemplificativos e discursivos, mas o fato é que ambas são imbricadas, uma vez que uma interfere na outra.

Whitley (1974) pondera que não entende que há uma separação entre o cognitivo e o social, onde a atividade dos cientistas é dissociada das relações sociais. Os cientistas são seres sociais e a ciência é uma atividade social. Ao distinguir institucionalização cognitiva e social, apontou que é benéfico analisar as diferenças no grau de coesão e de coerência entre as investigações científicas, o seu modo de produção e as circunstâncias sociais que estão envolvidas a sua produção, avaliação e revisão. Uma estrutura cognitiva institucionaliza em nível de especialidade pode existir sem que aja necessariamente uma estrutura social coesa nesse nível, visto que os campos científicos podem ser formados por grupos heterogêneos que concordam com princípios teóricos básicos, mas que diferem em termos de aplicabilidade.

Whitley (1974) sopesa que o que se espera de uma área institucionalizada socialmente é um grau paralelo de institucionalização cognitiva. No entanto, não há nenhum corolário necessário entre o grau dos dois tipos de institucionalização. Diferentes graus de institucionalização social vão desde a troca rotineira de impressões até o contato contínuo e

altamente organizado dentro de um pequeno número de instituições, podendo estar associados através de vários níveis de organização cognitiva, embora existam certos pontos limiares nos quais um aspecto não pode ocorrer sem a proximidade com o outro. É improvável que haja um baixo grau de institucionalização cognitiva com um elevado grau de institucionalização social em toda uma área de investigação.

É possível elucubrar que os caminhos para a institucionalização social e a institucionalização cognitiva são percorridos simultaneamente, mas que é possível que em determinados momentos do percurso a Ciência da Informação uma esteja mais visível que outra. É de mais fácil percepção a existência e a coesão de elementos sociais (institucionalização social) do que a observação de consensos conceituais e teóricos (institucionalização cognitiva).

A institucionalização social interna de um campo científico se dá, em grande medida no reconhecimento do trabalho de outros cientistas estar diretamente relacionado ao seu próprio. Este reconhecimento pode levar a um dos três tipos de organização social. Primeiro, cooperação e divisão do trabalho dentro de um consenso cognitivo. Ocorre quando os cientistas concordam com uma abordagem comum para um conjunto particular de situações problemáticas e dividem o trabalho de modo que cada grupo tenha um subconjunto de problemas ou técnicas – e lide apenas com eles. Em segundo lugar, podem competir dentro de um consenso cognitivo. Uma abordagem geral pode ser aceita com algum consenso sobre os problemas “relevantes” e “interessantes” e sobre como avaliar soluções, mas diferentes grupos sociais trabalham nas mesmas situações problemáticas com técnicas semelhantes e competem. Ambos os tipos de organização social implicam um grau razoável de institucionalização cognitiva da área de investigação que, por sua vez, implica a existência de modelos articulados, embora a especialidade não precise ser altamente institucionalizada cognitivamente, pois pode haver modelos concorrentes. A terceira categoria ocorre quando os cientistas competem numa situação de baixo consenso cognitivo. Por definição, haverá algum acordo sobre o problema básico em consideração, mas haverá diferenças marcantes sobre como enfrentá-lo e quais soluções são aceitáveis. Cada grupo é caracterizado por uma técnica diferente, um modelo explicativo ou ambos. Pode haver alguma sobreposição nas teorias de observação, com apenas certas evidências geralmente aceitas como admissíveis (Whitley, 1974).

Em esforço de síntese, foi elaborado um mapa teórico-conceitual para sintetizar os elementos da institucionalização social e cognitiva, conforme Figura 5.

Figura 5 - Mapa teórico-conceitual institucionalização social e institucionalização cognitiva



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4.1. Crise moderna, transição paradigmática e institucionalização das ciências

Ao longo da história diversas definições de ciência surgiram, inclusive, boa parte dessas percepções são anteriores ao surgimento da Ciência da Informação e de outras ciências sociais no mundo e no Brasil.

Várias concepções se formaram ao longo da história da ciência sobre o processo de construção intelectual de conhecimentos. Nesse percurso, apesar da Ciência receber influências filosóficas que datam desde a Antiguidade, é a partir do século XVI, em um período regido por acontecimentos como a ruptura hegemônica religiosa e a quebra do modelo geocêntrico, que se instalaram os valores filosóficos que, por mais tempo, influenciaram a produção de conhecimento científico (Ramos; Neves; Corazza, 2011).

Segundo Araújo (2006), a ciência, num sentido mais específico, é uma forma de conhecimento que surge historicamente no século XVI³⁸, dentro do processo da Modernidade de ruptura com o mundo feudal e eclesiástico, embasada filosoficamente pelo Iluminismo e originada com o Renascimento³⁹. Nesse sentido, vale ponderar que a ciência deve ser encarada como um tipo de conhecimento e não como “o conhecimento”. O que fora produzido nos séculos anteriores também é conhecimento, porém diferente daquele de caráter científico moderno.

³⁸ Para alguns pesquisadores, a data mítica início do estado moderno é a “Paz de Vestefália”. Nesse ponto, esse estudo adota a mesma postura no que concerne o ponto de partida da Ciência da Informação. Não será definido um especificamente em uma tarefa penitente. Tal postura é justificada, metodologicamente, com base na noção foucaultiana de arqueologia do saber e de ruptura da temporalidade linear. França Filho (2006), com base no pensamento de Paolo Ruffia, sopesa que, para muitos autores, pela primeira vez em que se afirmou a paridade jurídica dos Estados entre si foi ao cabo na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), nos tratados de “Paz de Vestefália”, representando o início da moderna sociedade internacional assentada em um sistema de estados independentes.

³⁹ O renascer da civilização ocidental foi marcado por inovações econômicas, políticas e culturais. Os intelectuais tiveram que se esforçar para atender as essas novas demandas à luz de novos paradigmas. Desde o início da Idade Moderna, há uma congruência de fatores culturais e epistemológicos que soam conflitantes; ao passo em que as práticas científicas se tornaram mais experimentais e quantitativas, o racionalismo dedutivo cartesiano emergiu sob bases mecânicas, para lançar as bases do sujeito cognoscente moderno. O Renascimento não só proporcionou o surgimento da ciência moderna, mas também do ateísmo. Embora seja falsa a premissa, defendida por historiadores da ciência e de outros pesquisadores, de que O Renascimento marcou uma ruptura inconciliável entre ciência e religião, vale lembrar que os “primeiros cientistas modernos” ainda eram indivíduos religiosos durante o Renascimento. Além disso, que clérigos intelectuais propuseram uma modernização da Igreja que rompia em parte com a lógica escolástica aristotélica. A título de *exempli grati*, é importante rememorar a batalha epistemológica entre nominalistas e essencialistas. Durante o Renascimento, sob influência de Pitágoras, autores quiseram encontrar “o número de Deus”. É bastante conhecida, também, as tentativas de Copérnico e de Newton de encontrar a união plena entre o movimento dos astros e a vontade divina. O que houve no Renascimento, conforme Weber, foram processos de desencantamento e racionalização, que tornaram possíveis a criação de versões ateias das filosofias e das práticas científicas. Enfim, o Renascimento foi variedade, jogo de contrários, exploração e esboço de um universo de novidades (Damião, 2018).

O modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e se desenvolveu nos séculos seguintes nas ciências naturais. Ainda que com alguns prenúncios no século XVIII, é só no século XIX que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes. A partir de então, pode-se falar de um modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna, mas que se distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não científico (irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíram, entre outros, os estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos) (Santos, 2018).

O modelo moderno se demonstrou insustentável e inconciliável com outras formas de conhecimento, bem como com a sociedade contemporânea, pois a Modernidade não conseguiu entregar plenamente o que prometera⁴⁰, dentre outras coisas o lema da Revolução Francesa (Liberdade, Igualdade e Fraternidade). Embora essas promessas da Modernidade sejam válidas, somente com outros meios, instrumentos e outra racionalidade poderão ser plenamente conquistados (Gonçalves, 2011).

O surgimento de novas áreas de estudo e a busca por novos objetos de conhecimento ocorrem dentro de um marco teórico pré-estabelecido. Para ser considerada científica, uma nova descoberta deve se encaixar nos parâmetros já definidos de conhecimento objetivo. Essa subordinação à unidade do paradigma científico leva à identificação entre racionalidade e racionalidade instrumental, ou seja, a razão se torna um instrumento para alcançar objetivos práticos. A ideia cartesiana de que a natureza dos objetos pode ser uniforme, independentemente de sua diversidade, reforça essa visão. Essa hegemonia da razão instrumental tem um impacto significativo na forma como entendemos a emancipação, a autonomia e o progresso na sociedade moderna. Historicamente, a prevalência de um único modelo de pensamento (paradigma) inverteu o conceito de autonomia. O progresso passou a

⁴⁰ Tal qual o colonialismo histórico, a Modernidade também promoveu totalitarismo e genocídios. A título de exemplificação, destacam-se o fascismo e o nazismo. Segundo o historiador francês e ex-militante comunista, Stéphane Courtois, não resta dúvida que o século XX ultrapassou o século anterior em catástrofes. O século XX foi marcado por conflitos ignominiosos – duas guerras mundiais, o nazismo, sem falar de tragédias mais circunscritas, como as da Armênia, de Biafra, da Ruanda e de outros países. Com efeito, a Alemanha entregou-se ao genocídio dos judeus e dos ciganos. A Itália de Mussolini massacrou os etíopes. Além disso, Courtois *et al.* (2020) considera que o comunismo teria sido responsável pela morte de cerca de 100 milhões de pessoas no mundo. É importante ressaltar que os dados apresentados pelo historiador são controversos e objeto de debate entre especialistas. No entanto, apesar das críticas à metodologia empregada, a obra em questão ainda é considerada uma referência relevante.

ser visto como a mera adição de novas informações a uma estrutura mental já estabelecida, sem questionar seus fundamentos (Silva, 1997).

Nesta conjuntura, especialmente no século XX, estudos críticos emergem para questionar os princípios e os métodos científicos existentes. Consoante Santos (2018), a racionalidade científica atravessa uma profunda crise de ordem irreversível. A crise do paradigma dominante é resultado de condições teóricas e sociais.

Conforme enunciado no prelúdio deste estudo, os estudos críticos da racionalidade moderna ocorrem, em âmbito intra-europeu e extra-europeu. No contexto de crítica intra-europeia, destaca-se o surgimento da Teoria Crítica, que surge a partir da compreensão dos limites da razão instrumental e propõe, em oposição, o estabelecimento de uma razão crítica e emancipatória.

Segundo Carnaúba (2010), o modelo de teoria crítica foi desenvolvido por Max Horkheimer na terceira década do século XX no artigo Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Neste estudo, Horkheimer apresenta de modo negativo do que se trata a teoria tradicional, apresentando as características do modelo tradicional e, permitindo que os leitores percebem que tudo aquilo que é tradicional perde seu sentido com o tempo. Porém, ponderando que nem tudo que é tido enquanto crítico é destituído de um caráter tradicional.

Para Horkheimer (1980), a gênese da Teoria Tradicional remonta as origens da ciência moderna, principalmente a Descartes. Processo visibilizado pelo avanço das nomeadas “ciências naturais”, especialmente, da Matemática e da Física. O sistema universal da ciência aparece como meta da teoria em geral, sendo a dedução matemática estendida à totalidade das ciências. Tal modelo passa a ser seguido pelas “ciências do homem” e “ciências da sociedade”. Contudo, passa-se a questionar a aplicabilidade de uma teoria esboçada de cima para baixo e o contato direto com os problemas de uma ciência empírica particular.

A Teoria Crítica questiona a Teoria Tradicional por sua abordagem puramente descritiva da realidade. Ao se concentrar apenas nas representações de uma classe e ignorar as estruturas sociais mais amplas, esta teoria reduz a análise social a uma espécie de psicologia social. Essa visão fragmentada impede a compreensão das relações de poder e das possibilidades de transformação social (Carnaúba, 2010).

Interessante flagrar que, com as devidas proporções, as ideias de Horkheimer e a concepção de Teoria Crítica se aproximam da perspectiva crítica latino-americana no tocante à visão crítica da Teoria Tradicional. Grosfoguel (2008) sopesa que a neutralidade e a objetividade desinteressada e não situada podem ser tidas como mitos ocidentais. René Descartes, fundador da filosofia ocidental moderna, inaugura um novo momento no

pensamento ocidental. Este substitui Deus, fundamento da teopolítica do conhecimento da Europa na Idade Média, pelo homem, mas, não pela humanidade. O homem que substitui Deus é o homem ocidental, fundamento do conhecimento moderno europeu. Todos os atributos divinos são agora transportados para o Homem (ocidental). As noções de Verdade Universal para além do tempo espaço, bem como o acesso privilegiado às leis do universo, e a capacidade de produzir conhecimento e teorias científicas, entre outras construções científicas, estão a partir daí situado na mente do homem ocidental. O *ego-cogito* cartesiano é o fundamento das ciências modernas ocidentais.

Consoante Cavalcante (2023), a Teoria Crítica possui influência marxiana, podendo ser entendida, concomitantemente, como um projeto teórico, um movimento intelectual e um círculo de críticos ao império de poder capitalista. Essa teoria percebe a ciência como interdisciplinar e integrante da sociedade, onde o cientista crítico é consciente de sua responsabilidade social e das contingências que determinam sua atividade. Nesta perspectiva teórica, há uma integração entre objetividade e subjetividade, entre a dimensão técnica e emancipatória.

A Teoria crítica e outras críticas intra-europeias, juntamente com algumas descobertas científicas e algumas conjunturas sociais, levaram o modelo de racionalidade moderna para um estado permanente de crise, culminando, a posteriori, no início de um inevitável processo de transição paradigmática.

As condições teóricas se referem a descobertas científicas que evidenciam as limitações do modelo tradicional moderno, a saber: as descobertas de Einstein que relativizaram as leis de Newton; os estudos de Heisenberg e Bohra acerca da mecânica quântica no domínio da microfísica; as investigações de Gödel demonstrando os limites do rigor matemático e que em determinadas situações há proposições que não são passíveis de demonstração e refutação; as investigações do físico-químico Ilya Prigogine acerca das teorias dissipativas e o princípio de “ordem através das flutuações”, entre outras (Santos, 2018).

No tocante as condições sociais, a industrialização da ciência provocou o compromisso desta com o poder econômico, social e político. Essa industrialização ficou visível na Segunda Guerra Mundial na construção de bombas, produzindo dois efeitos principais: por um lado, a comunicação científica se estratificou e as relações de poder entre cientistas aumentaram consideravelmente. Por outro lado, houve um agravamento da desigualdade no desenvolvimento tecnológico e científico entre países do Norte Global e Sul Global (Santos, 2018).

A partir desse contexto, podemos considerar, entre outras possibilidades, que “[...] nos encontramos numa fase de transição paradigmática, entre o paradigma da Modernidade [...] e um novo paradigma [...] ainda sem nome e cuja ausência de nome se designa por pós-modernidade (Santos, 1995, p. 34).

Aqui, não pretendemos delongar na seara acerca da polêmica definição do contexto social em que vivemos: pós-modernidade, modernidade líquida, sociedade do cansaço, sociedade do conhecimento entre outras. Contudo, em consonância com Santos (2019b), ponderamos que uma revolução social e cultural ocorreu ao final dos anos 1960. Estes acontecimentos sociais sucederam o incrível desenvolvimento econômico que o mundo experimentou após perdas catastróficas causadas pela Segunda Guerra Mundial. A pós-modernidade é esta revolução nos costumes que começa a ser preparada ao longo de 50 anos, período em que muitas nações conhecem um crescimento industrial e tecnológico jamais visto, melhorando significativamente a qualidade de vida e o acesso ao consumo por parte de uma boa parcela da população.

A ambiência pós-moderna é evidenciada por uma crise de relatos ou de narrativas. O pós-moderno diz respeito à posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas. As metanarrativas dos eventos disruptivos do século XX foram invalidados, conforme seus próprios critérios. Isso é um problema, pois gera uma incredulidade em relação aos metarrelatos. Somente por meio de narrativas que o trabalho científico pode receber autoridade e propósito (Lyotard, 2015).

A transição paradigmática ou, em outras palavras, o movimento contemporâneo, que surge em 1945, mas se intensifica a partir dos anos 1960, pode ser vista sob diferentes perspectivas. No entanto, parece que é incontestável que a Modernidade e a colonialidade podem ter frustrado expectativas de melhores condições de vida em alguns lugares do mundo. Isso pode explicar parcialmente a incredulidade nos metarrelatos por parte dos cientistas do “movimento contemporâneo”.

A transição paradigmática tem vindo a ser entendida de dois modos antagônicos. Por um lado, há os que pensam que a transição paradigmática reside numa dupla verificação: em primeiro lugar, que as promessas da modernidade, depois que esta deixou reduzir as suas possibilidades às do capitalismo, não foram nem podem ser cumpridas; e, em segundo lugar, que depois de dois séculos de promiscuidade entre modernidade e capitalismo tais promessas, muitas delas emancipatórias, não podem ser cumpridas em termos modernos nem segundo os mecanismos desenhados pela modernidade. O que é verdadeiramente característico do tempo presente é que, pela primeira vez neste século, a crise de regulação social corre de par com a crise de emancipação social. Esta versão da transição paradigmática é o que designo por pós-modernismo inquietante ou de oposição. A segunda versão da transição é a dos que pensam que o que está em crise final é precisamente a idéia moderna de que há promessas objetivos trans-históricos a cumprir e, ainda mais, a idéia de que o

capitalismo pode ser um obstáculo à realização de algo que o transcende. As sociedades não têm de cumprir nada que esteja para além delas, e as práticas sociais que as compõem não tem, por natureza, alternativa nem podem ser avaliadas pelo que não são. Esta versão da transição paradigmática é o que designo por pós-modernismo reconfortante ou de celebração (Santos, 1995, p. 35).

Em uma perspectiva do Norte Global, a pós-modernidade ou movimento contemporâneo é mais evidente, pois a concretização de algumas das promessas modernas pôde ser melhor observadas. Porém, em países pobres do Sul Global, sobretudo nos que passaram por processo de colonização, essas promessas, notadamente, em desenvolvimento tecnológico e econômico ocorreu de modo tardio e desacelerado. Destarte, enquanto a Europa viveu um período de estado de bem-estar social (*Welfare State*) bancado em parte pela contínua exploração colonial que permanece até os nossos dias, muitos países do Sul Global ainda não alcançaram altos níveis de sofisticação tecnológica e industrial, e pautas sociais elementares como saneamento básico. Provavelmente, as diversas formas de colonialidade provocaram um tipo de *delay* no estabelecimento do desenvolvimento pós-moderno no mundo.

Em um cenário de crise e transição paradigmática, a Ciência da Informação emerge no Norte Global e se espalha em países do Sul Global, como o Brasil, que não puderam observar o cumprimento das promessas modernas. Em termos de geopolítica do conhecimento, para um cientista da informação do Sul Global é paradoxal estudar a pós-modernidade, observando que o seu local de enunciação não viveu plenamente a Modernidade. Algumas características da pós-modernidade podem dificultar a institucionalização deste campo do conhecimento que acabara de surgir.

A implantação, a institucionalização e a consolidação de um campo científico costumam ser influenciadas por fatores externos e internos a essa ambiência de produção de conhecimento. Novas demandas sociais, crises socioeconômicas, disputas ideológicas e rupturas paradigmáticas em nível epistemológico podem ser tidas como elementos importantes inscritos na pedra fundamental de um campo. A história da Ciência da Informação, de certo modo, perpassa, pelo menos, parte desses elementos mencionados.

O campo pode ser entendido como um espaço com autonomia relativa, sendo um microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, enquanto macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa as imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada (Bourdieu, 2004).

Conforme Bourdieu (2004), as pressões externas só se exercem por intermediação do campo. A autonomia de um campo científico é diretamente proporcional à capacidade de refração/retradução dos fenômenos externos, ou seja, ressignificar ou transfigurar esses

fenômenos a ponto de se tornarem plenamente irreconhecíveis. Inversamente, a heteronomia ocorre quando fenômenos políticos se manifestam de modo incisivo no campo. Logo, a politização de uma disciplina não é indício de uma grande autonomia, uma das maiores dificuldades das ciências sociais para chegarem à autonomia é o fato de que pessoas pouco competentes do ponto de vista normativo possam sempre intervir na área em nome de princípios heterônomos sem serem imediatamente desqualificadas.

Atualmente, um grande risco para as ciências sociais, inclusive para a Ciência da Informação, é transformar a área em um palco de militância político-ideológica despudorada, levando a um esquecimento deliberado da sua própria razão de ser em âmbito epistemológico. Com base no que Bourdieu (2004) discorre, torna-se um “óbvio ululante” que não serão ideologias que conduzirão qualquer campo científico para uma maior autonomia científica. Ao contrário, esse tipo de politização pode ser demasiadamente prejudicial.

Na busca por diminuir as desigualdades sociais, boa parte da academia brasileira inebriada ideologicamente abraçou temáticas de pesquisas relacionadas a questões étnico-raciais, de gênero e identitárias, entre outros. Isso foi benéfico para a sociedade na busca por equidade social, porém, é possível questionar se o holofote lançado sobre essas questões importantes não tirou o foco do desenvolvimento epistemológico próprio de algumas ciências sociais.

Nas últimas décadas, uma grande pista da politização das ciências sociais são as políticas identitárias que vem ganhando grande tomo nas pesquisas científicas dessa área. É possível perceber empiricamente que há pesquisadores que tratam essas políticas enquanto tema dos temas, dedicando uma vida inteira de pesquisas para o desenvolvimento de estudos sobre as temáticas satélites inerentes a esse contexto. Porém, o foco em políticas específicas pode atrapalhar o desenvolvimento epistemológico de um campo de modo geral e também para outras lutas sociais importantes.

Grosfoguel (2008, p.1) lança um questionamento. “Será que podemos criar uma política anticapitalista que vai além da política identitária”. Haider (2019) aponta a identidade e as políticas identitárias como armadilhas que acabam neutralizando movimentos contra a opressão racial. O autor considera que devemos rejeitar a “identidade” para pensar a política identitária e rejeitar a tríade “raça, gênero e classe” como categorias identitárias. Cada elemento desse trio nomeia relações sociais completamente diferentes, e elas em si são abstrações que precisam ser explicadas em termos materiais específicos, se perder de vista as possíveis interseccionalidades em diferentes contextos.

A identidade se torna uma armadilha quando se converte em política ou em política de identidade ou identitarismo. Não é possível compreender uma ideologia por meio de concepções igualmente ideológicas. A identidade é um fruto histórico que só pode ser alcançado por meio de um mergulho em relações sociais concretas. A identidade como ideologia existe nas relações concretas e se manifesta na prática de indivíduos assujeitados pelo *modus operandi* de funcionamento de instituições políticas e econômicas, orientadas pela sociabilidade capitalista. A armadilha da identidade não está em considerar a identidade nas análises sobre a sociedade, mas em analisá-las como algo exterior as determinações materiais da vida social. Apartada da dimensão social, a identidade passa a ser, concomitantemente, um ponto de partida e um ponto de chegada, colocando o pensamento em um *loop* infinito contraditório. Assim, o debate intelectual sobre identidade jamais ultrapassa a si mesmo. O identitarismo, como forma de pensamento, tem o seu limite máximo na manifestação ideológica identitária (Almeida, 2019).

O fato é que a “[...] Neutralização de movimentos contra opressão racial. É a ideologia que surgiu para apropriar esse legado emancipatório e colocá-lo a serviço do avanço das elites políticas e econômicas” (Haider, 2019, p.37). Desse modo, o autor define as políticas identitárias, delimitando o quanto esse tipo de política pode prejudicar a discussão étnico-racial. Vale destacar que esse tipo de política endossa aspectos do neoliberalismo, outra ideologia trazida do Norte Global para o Sul Global.

A identidade e a política identitária podem inserir o campo progressista em um estado de catatonia. Em conformidade com Almeida (2019), a política identitária faz com que as esquerdas se tornem refém dela de dois modos: primeiro, quando a esquerda só fala de identidade. Nesse caso, esse campo político se restringe a movimentos que forcem o sistema a atender às suas demandas na forma de direitos, não havendo nada mais antirrevolucionário que uma esquerda neoliberal que corrobora para a divisão social e atomização que marcam o capitalismo. Segundo, quando a esquerda se esquia de falar de identidade. A esquerda anti-identitária pode ser tão ou mais benéfica ao neoliberalismo do que os mais convictos identitaristas. Esse tipo de esquerda assume uma identidade “de classe”, porém, apartada da realidade. Há ainda uma direita identitária que luta “pelo direito de ser branco”.

Tecer qualquer crítica às políticas identitárias exige uma postura corajosa em uma conjuntura de tamanha polarização. Parte do campo progressista que se enuncia democrática e aberta à pluralidade de ideias não aceita qualquer tipo opinião minimamente divergente, ainda que justificada. É um contexto dogmático e acrítico, no qual a pessoa que ousar pensar um pouco fora do cânone pode ser punido. Não é incomum o cancelamento de intelectuais ou

artistas por uma justa discordância⁴¹. Haider (2019) discorre que com frequência os pensadores e os militantes da esquerda radical ficam relutantes em criticar expressões elitista da ideologia racial, por receio de poderem estar deslegitimando qualquer movimento contra o racismo e o sexismo. Outros de modo corajoso e ousado tentam estabelecer a gradação de políticas identitárias, como se houvesse uma dose mínima eficaz e os problemas surgissem apenas quando levados ao extremo.

No tocante às ciências sociais, inclusive, a área desse estudo, a armadilha da identidade pode consistir em um erro metodológico elementar, um erro de princípio. Em primeiro lugar, coloca-se as políticas identitárias, somente, em seguida, surgem os fenômenos informacionais e desinformacionais. Em uma observação empírica de cientista social da informação, por exemplo, é possível perceber que alguns pesquisadores têm seus temas caros e acabam dando um jeito de fazê-los caber na Ciência da Informação. Desse modo, acabam colocando a política identitária no epicentro que deveria ser a informação em suas diversas nuances. Em outro campo do conhecimento, a teologia, Boff (2023, p. 85) denomina essa prática como “inversão de primado epistemológico. [...] uma inversão dessas é um erro de prioridade; por outras, é um erro de princípio e, por isso, de perspectiva. E isso é grave, para não dizer fatal”.

Parafraseando Boff (2023), consideramos que, quando a política identitária recebe o estatuto de “*primum* epistemológico”, o que acontece é uma instrumentalização dos campos científicos. Caímos no utilitarismo ou no funcionalismo da área. Sem dúvidas, tal equívoco epistemológico pode influenciar diretamente na autonomia relativa do campo. Talvez, uma chave hermenêutica necessária para uma maior autonomia do campo científico seja um contínuo exercício de filosofia da ciência, um olhar sobre si mesma, um processo de reflexividade.

Não é arriscado dizer que nunca houve tantos cientistas-filósofos como atualmente, e isso não é fruto de uma evolução arbitrária do interesse intelectual. Depois do momento eufórico científico no século XIX e da consequente aversão à reflexão filosófica, simbolizada pelo positivismo, chegamos ao final do século XX com o desejo quase desesperados de completarmos o conhecimento das coisas com o “conhecimento do conhecimento das coisas”, ou seja, o conhecimento de nós próprios. A análise das condições sociais, dos contextos

⁴¹ Em dezembro de 2022, a filósofa brasileira Djamila Ribeiro foi “cancelada” nas redes sociais por uma suposta transfobia ao criticar o termo o uso do termo “pessoas que menstruam”. Segundo ela, o termo poderia reduzir o papel das mulheres na sociedade. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/12/05/noticia-diversidade,1429675/djamila-ribeiro-e-acusada-de-transfobia-nas-redes-sociais.shtml>. Acesso em: 27 mar 2025.

culturais, dos modelos organizacionais da investigação científica, antes circunscrita na sociologia da ciência, passa a ter grande tomo na reflexão epistemológica (Santos, 2018).

Em nível microssocial, é importante pontuar que todo campo científico é um campo de forças e lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que são os princípios desse campo, tendo a capacidade de determinar o que esses agentes podem ou não fazer. O que comanda os pontos de vista, os espaços de inserção das produções científicas, os temas escolhidos e os sujeitos da pesquisa, entre outros, são justamente as relações objetivas entre os agentes. Os agentes sociais estipulam as regras do jogo na distribuição dos capitais simbólicos e posicionados na estrutura desse campo buscam transformar ou conformar sua realidade (Bourdieu, 2004).

Não obstante, é cada vez mais comum na ambiência acadêmica que essas disputas se transformem em diversas formas de violências, em uma perspectiva bourdieusiana, “violências simbólicas”. Infelizmente, não são incomuns casos ignominiosos de assédio moral e sexual entre professores e alunos, disputas sorrateiras por cargos de liderança em departamentos ou associações científicas, competições para o desenvolvimento de publicações em revistas conceituadas que pouquíssimas pessoas irão ler, entre outras coisas. Enfim, no campo educacional, as disputas não envolvem propriamente competições por recursos financeiros, mas por migalhas de capitais simbólicos intelectuais. Nesse sentido, consideramos que as regras do jogo também podem ser elementos influentes na autonomia dos campos científicos.

O capital científico é uma espécie particular de capital simbólico que consiste no reconhecimento dos pares no interior do campo científico. O capital de Einstein, por exemplo, não era de natureza financeira, mas sobre o reconhecimento de competência e de autoridade em temas específicos. Há, portanto, estruturas objetivas e lutas em torno dessa capital, onde os agentes sociais não agem de forma passiva. Pelo contrário, eles têm disposições adquiridas (*habitus*) que podem levá-los a resistir às estruturas do campo, tentando modificá-las em razão de suas disposições (Bourdieu, 2004).

Em uma perspectiva bourdieudiana, a dominação ou a opressão ocorrem em relações sociais assimétricas dotadas de violência simbólica, onde os dominados podem internalizar a visão hegemônica. Vasconcellos (2002, p. 80) explica que “a violência simbólica é desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que as animam e sobre a qual se apoia o exercício da autoridade”. No ambiente científico, a ocorrência dessa forma de violência não é rara, especialmente quando perpetrada por agentes externos que detêm autoridade intelectual para instruir.

Bourdieu (2003, p. 7-8) apresenta a violência simbólica como:

violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

As ideias da autonomia da ciência e do desinteresse do conhecimento científico, que durante muito tempo constituíram a ideologia espontânea dos cientistas, colapsaram perante o fenômeno global da industrialização da ciência a partir, sobretudo, das décadas de 1930 e 1940. Tanto nas sociedades capitalistas como nas sociedades socialistas, a industrialização científica acarretou o compromisso desta com os centros de poder econômico, social e político, os quais passaram a ter um papel decisivo na definição das prioridades científicas. A industrialização da ciência manifestou-se tanto ao nível das aplicações da ciência como ao nível da organização da investigação científica. Quanto às aplicações, as bombas de Hiroshima e Nagasaki, por exemplo, foram um sinal trágico, a princípio visto como acidental e fortuito, mas hoje, perante a catástrofe ecológica e o perigo do holocausto nuclear, cada vez mais visto como manifestação de um modo de produção da ciência inclinado a transformar acidentes em ocorrências sistemáticas (Santos, 2018).

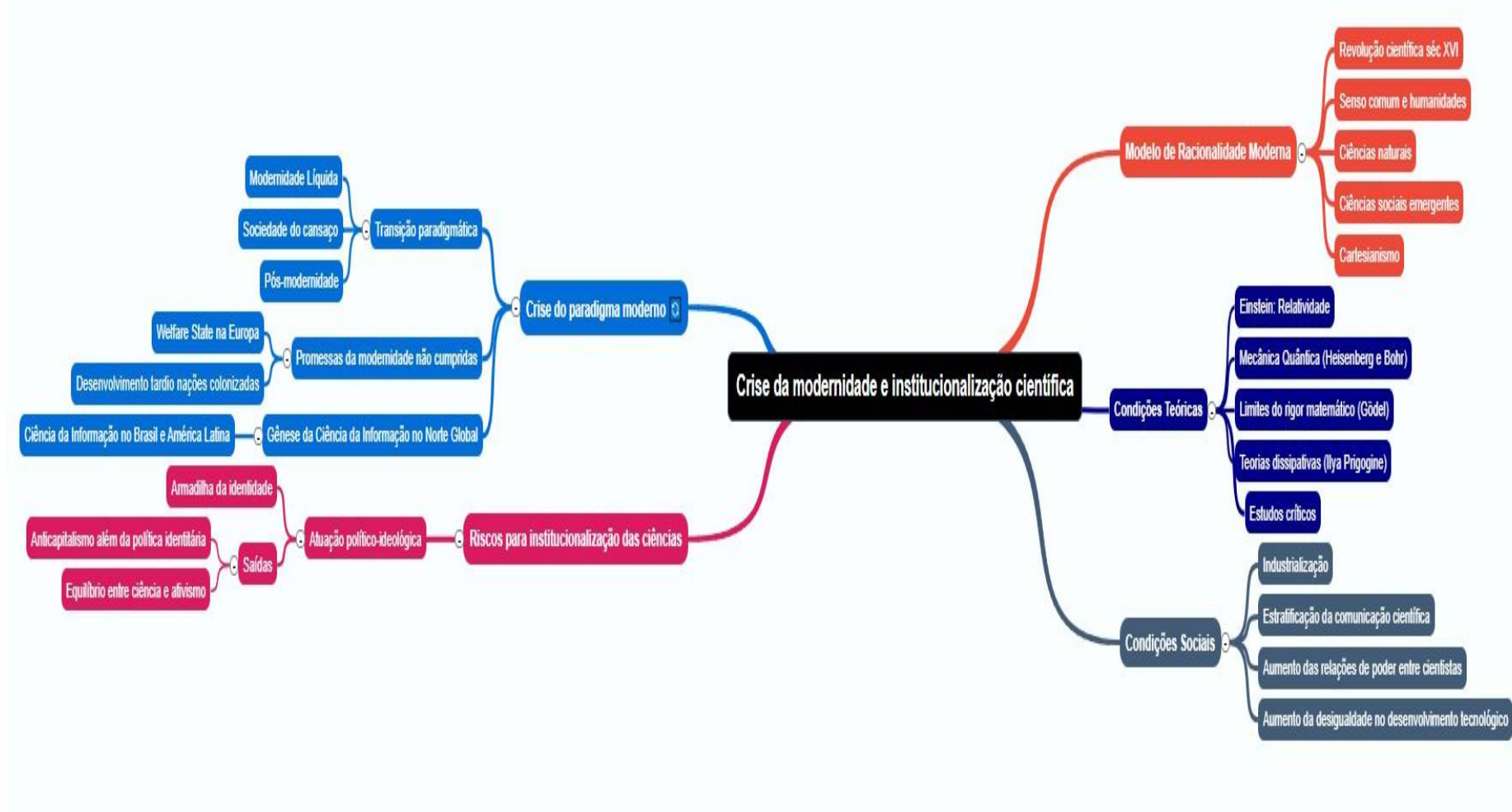
Vale ponderar que a fática industrialização das ciências não desconstrói todo o arcabouço teórico que abrange a autonomia do campo, mas demonstra que o peso das estruturas macrossociais é demasiadamente influente na autonomia relativa dos campos. Inclusive, é nessa conjuntura de ruptura e de transição paradigmática que a área deste estudo surge, emerge no Norte Global e se espalha por todo o mundo.

Um campo institucionalizado e consolidado se auto afirma enquanto tal, porém, o recebimento desse *status* só ocorre de fato quando corroborado pelos pares, pela comunidade científica e pela sociedade. Além disso, é necessário a comunhão de diversos elementos que atestam o caráter científico de uma área do conhecimento.

Uma disciplina científica, para reivindicar tal condição, necessita de um conjunto de componentes claros, definidos e organizados. Eles são, por sua vez, construídos e delimitados por meio de processos que se validam pelo compartilhamento das informações produzidas. A ciência pode ser considerada como um sistema de teorias, leis e métodos científicos que expliquem as realidades às que se dedicam, tendo objetos e objetivos claros que demonstrem sincronia com o fundo de conhecimento a que pertencem; e apresentando estruturas formais e informais que permitam disseminar os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores. Enfim, uma ciência, para constituir-se e institucionalizar-se, deve congrega de forma coesa e coerente, todos estes componentes (Bazi; Silveira, 2007, p. 129-130).

A figura 6 sintetiza o conteúdo desta subseção.

Figura 6 – Mapa teórico-conceitual da crise da Modernidade e da institucionalização científica



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4.2. Políticas nacionais de informação científica e tecnológica: conjuntura gestacional de implantação de um campo científico

A colonialidade, como força estrutural e global, exerce uma influência profunda e duradoura na produção de conhecimento em todas as suas formas. É difícil conceber um campo do saber que tenha escapado completamente à violência epistêmica inerente a esse sistema. A Ciência da Informação brasileira não é exceção. As políticas nacionais de informação científica e tecnológica, desde sua gênese, foram moldadas por essa violência, comprometendo a autonomia e a originalidade do campo.

A informação é um dos alicerces da Ciência e Tecnologia, na medida em que sua potencialidade de preservar, disseminar e gerar novos conhecimentos foi fundamental para o desenvolvimento de ambas as áreas. Sem a informação, seria impossível acumular o conhecimento científico e tecnológico ao longo da história, pois este se constrói a partir da observação, da experimentação e da comunicação entre os pesquisadores (Silva; Smit, 2008).

A Ciência da Informação brasileira tem suas raízes em um contexto global marcado por diversas influências. A criação do IBBD e de seu mestrado, fortemente influenciada por políticas internacionais, como as da UNESCO, representou um marco fundamental para a consolidação da área no país, evidenciando sua importância estratégica para o desenvolvimento científico e tecnológico.

A década de 1950 marcou o início do interesse do governo brasileiro em fortalecer a infraestrutura de informação científica. Impulsionado pelas recomendações da UNESCO, que buscava promover a criação de centros nacionais de documentação em países em desenvolvimento, o Brasil, por meio da FGV e do CNPq, deu um passo crucial nesse sentido. A fundação do IBBD, em 1954, consolidou essa iniciativa, visando atender à crescente demanda por acesso à informação científica e tecnológica e fomentar o intercâmbio com a comunidade científica internacional⁴².

Com efeito, investigando mais a fundo, a pressão geopolítica internacional começa na construção das agências científicas brasileiras, notadamente, em um contexto pós-segunda guerra mundial e de primeiros anos de guerra fria. Conforme Lemos (1986), no Brasil, acentuava-se a preocupação com a energia nuclear, marcada pela defesa de jazidas de minérios radioativos. Na verdade, a questão nuclear foi a principal motivação para a criação do CNPq.

⁴² Até a delimitação da nota de rodapé, o parágrafo foi escrito com base no editorial comemorativo aos 45 anos do IBICT, tendo sido escrito pelo então diretor do IBICT, José Rincon Ferreira. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19651999000100001>. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

O CNPq foi criado pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, e, no mesmo ano, foi criada a Capes pelo Decreto nº 29.741, de 11 de julho de 1951. Desde então, estas instituições passaram a atuar em complementaridade uma à outra (Tarapanoff, 1992).

Nessa conjuntura, o IBBD “foi o solo fértil para que novas idéias [*sic*] em circulação nos Estados Unidos e na Europa fossem semeadas em território nacional.” (Pinheiro, 2007, n. p.).

A forte influência estrangeira em áreas estratégicas como informação, ciência e tecnologia, especialmente em países como o Brasil com histórico de colonização, é um claro indicativo da persistência da colonialidade. A imposição de agendas externas limitou a autonomia nacional no desenvolvimento desses campos, moldando-os de acordo com interesses externos. Nesse sentido, Grosfoguel (2008, p. 90) expõe que “[...] as zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial”.

Nessa conjuntura, o Estado brasileiro se mostrava forte de dentro para fora, mas demonstrava fraqueza geopolítica para tocar uma modernização “à la Brasil”. Consoante Marteleto (2009), nos anos de 1950, as fundações do CNPq, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e do IBBD marcam uma forte presença do Estado nas políticas públicas de ciência e tecnologia e também nos programas de informação científica e tecnológica (Marteleto, 2009).

O IBBD surge com finalidades específicas tomadas por um elitismo que reproduz a flagrante distinção moderna abissal entre conhecimentos e saberes, visto que sua atuação era toda voltada para bibliotecas especializadas e, por conseguinte, usuários especializados. Ao menos, inicialmente, o dito “povão” não parece ser objeto de preocupação do Estado brasileiro cooptado por interesses estrangeiros.

As finalidades do IBBD eram: a) promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação; b) estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e internacional; e c) incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do País, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores [...] De acordo com essas três linhas de atuação, dedicou-se à elaboração de um catálogo coletivo nacional de publicações periódicas, ao fornecimento de cópias de artigos científicos obtidas em bibliotecas do País e do exterior, à compilação e publicação de bibliografias especializadas da produção científica brasileira por áreas do conhecimento, e à realização de um curso regular de especialização, ao qual se seguiu, em 1970, a criação do curso de mestrado em Ciência da Informação. (Lemos, 1986, p. 108).

No contexto da ciência e tecnologia, o Brasil largou atrás em relação a países do Norte Global, principalmente, a alguns países da Europa e aos EUA. A comparação não é totalmente justa, visto que o país passou por um longo processo de colonização e, conseqüentemente, teve

seu ensino superior iniciado tardiamente. Todavia, já fora demonstrado neste estudo que a parte da América Latina colonizada pela Espanha teve o ensino superior iniciado já no século XVI.

Esse desenvolvimento tardio causou uma lacuna de pensamento crítico frente à intervenção estrangeira em áreas estratégicas, resultando em uma colonização ideológica flagrante e outras formas de colonialidade. Conforme Tarapanoff (1992, p. 150):

Vamos considerar aqui o contexto da ciência e tecnologia brasileira, que, como processo, tem os seus aspectos:

- “internacional”, que não conhece fronteiras ideológicas, econômicas, sociais ou políticas, mas apenas as fronteiras de sua capacidade;
- “com fronteiras”, o contexto do país, no qual essa ciência e tecnologia ocorrem e se desenvolvem e através deste sofre também influências internacionais. O Brasil é considerado um país de desenvolvimento “derivado”, em oposição aos países de desenvolvimento “espontâneo” [sic] os países europeus e os Estados Unidos, onde a iniciativa privada foi a grande propulsora do desenvolvimento.

É perceptível, no contexto supracitado, um certo nível de utopia da neutralidade, por sinal, um traço bastante premente de uma premissa cartesiana e da teoria tradicional. É falacioso o aspecto internacional desvinculado de fronteiras ideológicas, pois os modelos estrangeiros trazidos goela a abaixo para a educação são todos do Norte Global. Acaso, os EUA e os membros do acordo MEC/USAID ficariam felizes se o Brasil decidisse trazer elementos educacionais da cultura oriental ou de adversários políticos dos estadunidenses, da URSS, por exemplo? Essa possibilidade sequer existiu?

A sociedade capitalista, por meio da ideologia, coloniza a subjetividade humana ao dissociar as relações econômicas e sociais das esferas culturais e identitárias. Ao fragmentar os elementos que constituem a identidade histórica dos indivíduos, o capitalismo impõe um novo modelo identitário centrado no consumo, alienando as pessoas de suas raízes e promovendo uma homogeneização cultural (Klunck; Júnior; Führ, 2020).

Conforme Lemos (1986), nesse momento de desenvolvimento científico e tecnológico, o país encontrava-se, então, no início de um novo ciclo de desenvolvimento industrial, marcado por uma crescente intervenção do Estado na economia, tendo como marcas centrais a política de substituição de importações e a construção da indústria nacional.

Segundo Tarapanoff (1992), a experiência brasileira revela que o governo motivou e interveio no seu processo de desenvolvimento, primeiro com ações pontuais, intervindo em setores estratégicos, e depois mudou o curso para um planejamento global centralizado. Os EUA, conhecidos por sua economia liberal de mercado, não renunciava ao protecionismo e intervenção estatal nas políticas de informação científica e tecnologia. Naquele momento, as atividades de informação científica e tecnológica norte-americanas eram promovidas e financiadas pelo Estado, especialmente pela *National Science Foundation* (NSF), responsável

pelo fomento à pesquisa em informação (Pinheiro, 2000). Tal cenário denota que os norte-americanos sempre foram adeptos de um certo liberalismo de conveniência, onde incentiva a participação privada em alguns setores, mas não abre mão da tutela do Estado em áreas estratégicas.

Sem embargo, é preciso reconhecer, a bem da verdade, que embora o país tenha tomado decisões questionáveis, sob o ponto de vista de autonomia em áreas estratégicas, houve um desenvolvimento nas áreas de informação, ciência e tecnologia. Segundo Marteleto (2009), a visão de ciência como poder do Estado situa-se no embrião da criação do CNPq e ressurgiu com toda força no período militar, a partir dos anos de 1960. Nesse contexto, ocorre o “milagre econômico” e o governo federal aumenta sua capacidade de arrecadação de impostos, expandindo os recursos para pesquisa, sobretudo, em projetos militares.

Lemos (1986) pontua que, na década de 60, o IBBD já havia conseguido lograr um razoável prestígio perante a comunidade científica, graças, principalmente, aos serviços que a instituição lhes prestava. No mesmo período, Tarapanoff (1992) destaca a criação do Fundo para o Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC) sob a estrutura do então Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE).

O FUNTEC foi criado para ocupar um lugar relevante no ensino na concepção de desenvolvimento econômico e universitário, tendo a ideia central de que o investimento em educação era imprescindível para tal desenvolvimento. Este fundo tinha como meta principal no ensino superior promover a excelência acadêmica, buscando equiparar a formação de nossos estudantes e pesquisadores aos padrões internacionais, principalmente àqueles encontrados nas universidades e nos centros de pesquisa dos EUA e da Europa. Com foco em engenharia, o programa visava estimular a criação de cursos de pós-graduação que permitissem aos brasileiros obterem títulos de mestre e de doutor com a mesma qualidade e rigor dos oferecidos em instituições estrangeiras de renome (Penholato, 2016). É importante salientar que, com o passar do tempo, o Estado brasileiro não perdeu a monomania de ter como referência em praticamente tudo os EUA e a Europa. As causas disso podem ser o notável sucesso desses em diversos níveis de desenvolvimento, mas, também, um sinal de um país colonizado do Sul Global que só enxerga valores em nações do Norte Global.

Um evento histórico, porém, modificou totalmente a realidade brasileira, tendo ecos na política nacional de informação científica e tecnológica. Em 1964, o Golpe militar provocou mudanças na vida econômica, política e administrativa do país. No ano seguinte, o IBBD passa por uma grave crise de liderança suscitada pelo afastamento de sua fundadora e diretora (Lydia de Queiroz Sambaquy) durante mais de dez anos (Lemos, 1986). No mesmo ano, a ciência

brasileira sofre outro golpe impetrado pelo regime militar. “Em 1964, também o CNPq teve os seus objetivos modificados. As novas diretrizes vieram através da Lei de nº 4.533, de 8 de dezembro de 1964, que alterou a Lei nº 1.310, aumentando os objetivos e responsabilidades do Conselho.” (Tarapanoff 1992, p. 150).

Dentro dessa conjuntura, o Ministério da Indústria e do Comércio sugere ao governo a criação de uma rede nacional de informação e tecnologia. Foi essa sugestão que levou o governo a incluir em seu Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1973) a implantação de um sistema de informações sobre ciência e tecnologia que objetivava integrar os esforços realizados até então (Lemos, 1986).

Nesse sentido, Tarapanoff (1992, p. 150) complementa que:

A ideia de um programa geral para ciência e tecnologia tomou forma em setembro de 1970 e foi expressa no documento: Metas e Bases para a Ação do Governo. Este documento, uma coleção de objetivos e ações a serem tomadas pelo governo enquanto preparava o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, para 1972-1974, incluiu a aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico como uma das prioridades para ação setorial. Esta ação listava 10 objetivos a serem alcançados no período de 1970-1973 que incluíam entre eles: a implementação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT); a estruturação do Sistema Nacional para Ciência e Tecnologia; a criação do Sistema Nacional de Informação para a Ciência e Tecnologia (SNICT).

Um capítulo importante para a política científica brasileira foi a criação do I PBDCT que estava inserido no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1972-1974). As ações desse plano se orientavam no desenvolvimento tecnológico, infraestrutura tecnológica, entre outros pontos. A criação de um SNICT também compunha o plano em certo destaque, onde o IBBD figura entre as instituições principais. Um grupo de trabalho chegou a ser criado em 1973 pelo CNPq, objetivando estudar sua implantação, mas os resultados desse trabalho não foram aproveitados (Gomes, 1988).

Face ao exposto, vale ressaltar que o grupo de trabalho, o qual definiu a forma que teria o almejado SNICT, foi desvalorizado. Entregues os resultados ao governo, em 1973, eles caíram, pouco a pouco, no total esquecimento. Por motivos até hoje ignorados, mencionar sigla SNICT havia se transformado em tabu (Lemos, 1986).

Conforme Costa (1973), o SNICT formulado pelo Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 1971, estabelecia que o sistema teria como pontos centrais os subsistemas de informação científica, de informação tecnológica industrial livre, de informação tecnológica patenteada, de informação acerca de infraestrutura e serviços, entre outros. Todavia, conforme complementa Tarapanoff (1992), o SNICT não passou de uma ideia, não sendo formado como um sistema. Ele consistia em uma série de subsistemas independentes,

objetivando coordenação e descentralização. Entre a expressão da ideia, a criação do sistema e o esboço do decreto passaram-se três anos (1970-1973). O rascunho do projeto foi preparado pelo CNPq e entregue à Presidência da República, mas nunca foi submetido a sua aprovação.

O SNICT também teve influência estrangeira, mas em menor medida que outras ações. Esse sistema buscava se adaptar a interesses estratégicos do Brasil, mas, coincidentemente, ou não, uma proposta mais alinhada aos interesses nacionais não foi à frente.

Segundo Gomes (1988), após a tentativa frustrada de implantação de um SNICT, é elaborado o II PND (1975-1979), que dispunha de um II PBDCT. Nesse sentido, Tarapanoff (1992) discorre que o II PND aumentou os poderes do CNPq, ligando-o diretamente à Secretaria do Planejamento e à Presidência da República. Nesse contexto, finalmente, o país passa a contar com um Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT).

A fim de cumprir as orientações definidas nesse II PBDCT, o CNPq é novamente reestruturado, a partir de novembro de 1974, e transformado em fundação, com o nome de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, conservando a mesma sigla. Sua principal atribuição será a de implantar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), o qual será criado em 1975, com objetivo de definir uma estrutura político-institucional destinada a permitir implantação da política científica e tecnológica estabelecida pelo governo, de forma descentralizada e articulada. Em 1976, o CNPq cria o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que absorve o IBBD, a fim de coordenar a ICT no âmbito do SNDCT e segundo os objetivos explícitos no II PBDCT. (Gomes, 1988, p. 112).

Conforme Marteleto (2009), a alteração de IBBD para IBICT visou acompanhar a evolução do CNPq e as transformações da área da informação científica e tecnológica. Essa mudança reflete a transição de um enfoque em Bibliografia e Documentação para o campo emergente da Ciência da Informação.

Dentro dessa conjuntura, a informação científica e tecnológica representada no IBICT possuía protagonismo na política governamental do Estado brasileiro. Em consequência disso, ocorreram várias mudanças no IBICT em contraste com sua antiga estrutura de IBBD. Nesse momento, o IBICT tinha três grandes projetos prioritários: “a) o Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos (CCN); b) o sistema integrado de bibliografias especializadas, e c) a implantação de um Centro Piloto de Acesso em Linha à informação no exterior.” (Gomes, 1988, p. 112). Os projetos do IBICT demonstram que, de certo modo, a instituição e a Ciência da Informação são vanguarda no que se refere à organização, preservação e disseminação da informação científica e tecnológica do país. Nesse momento, a área gozava de certo protagonismo institucional no Estado brasileiro, quiçá no debate público de modo geral.

Apesar de estar situada em uma posição de protagonista no cenário nacional, o IBICT ainda se deparava com certas limitações. Consoante a isso, Tarapanoff (1992) aponta que a avaliação de 1978 sobre o *status quo* e as perspectivas em Ciência da Informação, Bibliotecas e Arquivos no Brasil, requisitada pelo CNPq, como parte do documento “Avaliação & Perspectivas” revelou que as questões básicas de informação para o desenvolvimento ainda não tinham sido satisfatoriamente respondidas e que o IBICT ainda não havia encontrado as condições necessárias para um pleno desenvolvimento de suas atribuições.

A ICT é um campo multidisciplinar que exige a colaboração de profissionais de diversas áreas, como cientistas, técnicos, bibliotecários e analistas de sistemas. Essa diversidade de profissionais é fundamental para atender à complexidade das demandas por informação. O documento "Avaliação e Perspectiva" destaca a importância de integrar a CI, a Biblioteconomia e a Arquivologia, dada a inter-relação entre essas áreas na prática. A Biblioteconomia tenha uma tradição mais consolidada no Brasil, o que lhe oferece certa precedência sobre as demais, de tal modo que os cursos de pós-graduação nessas áreas têm tido suas raízes na Biblioteconomia (Garcia, 1980).

A partir dos anos de 1980, o modelo educacional brasileiro e a política de informação científica e tecnológica entram em crise com o agravamento da situação econômica e, mais adiante, o fim dos governos militares (Pinheiro, 2009). Nesse período, o III PND (1980-1985) criou o III PBDCT que apresentava uma avaliação das medidas tomadas anteriormente, evidenciando os limites da política científica e das ações orientadas para a organização de uma infraestrutura de informação científica e tecnológica, com destaque para a incapacidade de articulação dos sistemas científico e informacional com o sistema produtivo. (Gomes, 1988).

A ingerência internacional nas políticas de informação científica e tecnológica, bem como os planos e sistemas dela derivados podem não ter logrado o êxito esperado, pois, com base na literatura disposta aqui, tal intervenção levou em maior consideração o alinhamento com as práticas internacionais de informação científica e tecnológica do que as práticas nacionais. Em termos metafóricos, seria equivalente a imposição de uma roupa de outrem imposta para o Brasil que não coube na nossa corporeidade.

Durante o III PND e o III PBCT, o IBICT foi fortalecido e reorganizado. Em conformidade com Gomes (1988, p. 113).

Dotado de meios materiais mais importantes, o IBICT procurou reorganizar suas atividades na tentativa de traduzir na prática as orientações definidas no III PBDCT. Contudo, vários fatores vão dificultar enormemente o êxito dos esforços despendidos e, após análise detalhada desses fatores, o IBICT, em seu Plano Diretor definido para o período 1982-85, apresenta as linhas e os programas prioritários que viriam sanar,

em um curto período de tempo, aqueles fatores mais prejudiciais ao desenvolvimento do setor de informação. As linhas prioritárias de atuação estabelecidas foram: a) o fortalecimento do IBICT como centro coordenador do Sistema Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia; b) o desenvolvimento da indústria nacional de serviços de informação; c) o desenvolvimento de instrumentos de tratamento e transferência da informação; e d) a cooperação internacional na área de informação em ciência e tecnologia.

Em primeiro lugar, vale destacar novamente o protagonismo do IBICT na condução das políticas de informação científica e tecnológica. Em segundo, o momento desenvolvimentista e de notável industrialização atrelado aos serviços de informação. Por fim, o tratamento e a transferência de informação por meio de cooperação internacional. A literatura não descortinou plenamente como seria essa transferência de informação, quais critérios, entre outras coisas. Contudo, a cooperação pode ser um instrumento de imposição extrativista entre os países.

Consoante Silva (2007), a cooperação internacional é regida por interesses políticos e econômicos, sendo conduzida por chefes de Estado e por servidores de alto escalão. Governos se utilizam da cooperação internacional para diversos fins pós Guerra Fria, combinado ICT, geopolítica e economia. Dado o protagonismo brasileiro no Mercado Comum do Sul (Mercosul), o país tem sido referência nesse recorte. Porém, a cooperação Sul-Sul tem sido muito fraca. Via de regra, a política externa do Estado brasileiro tem procurado parceiros da Tríade EUA-Europa Ocidental e Japão. A cooperação internacional abre janelas de oportunidade, ajuda a alcançar objetivos de modernização, propicia compartilhamento de custos, acesso a experiências e tecnologias. Contudo, pode, também, trazer riscos para o país, a saber: perda da liberdade, criação de dependências, transferência indesejada de tecnologia sensível, entre outras coisas.

Ainda no Conselho Científico e Tecnológico, contexto do III PND e do III PBCT, o CNPq através do CCT promoveu uma intensa discussão acerca das questões de informação científica e tecnológica com a participação de cientistas, técnicos, empresários e órgãos do SNDCT. Tal debate deu origem a “Ação Programa em Ciência e Tecnologia”, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) e seu respectivo que deveria ser revisto anualmente (Tarapanoff, 1992). É reconhecido que “O PADCT constituiu fonte significativa de recursos para fomento à pesquisa em C&T, tendo investido no setor em doze anos de atividade até dezembro de 1996, recursos da ordem de US\$ 462 milhões” (Castro; Prescott, 1997, p. 15).

Dentro da conjuntura de grandes programas e projetos nacionais, como os PNDs e os PBDCTs, é importante avaliar o processo de financiamento da pesquisa em Ciência da Informação. Ao longo das décadas de 70 e 80, o financiamento à Ciência da Informação no

Brasil, especialmente por meio do PADCT, esteve fortemente ligado à construção de infraestrutura de informação. Instituições como a FINEP e o CNPq direcionaram recursos para a criação de serviços, bases de dados e sistemas de informação, em resposta à crescente demanda por informações especializadas em diversas áreas do conhecimento. Essa abordagem, embora fundamental para o desenvolvimento inicial da área, limitou-se à provisão de serviços de informação e não priorizou a pesquisa e a formação de recursos humanos, que seriam essenciais para a consolidação da Ciência da Informação como campo de conhecimento autônomo (Pinheiro, 2000).

O percurso da Ciência da Informação no Brasil poderia ter sido outro. Ao analisar os investimentos realizados, percebe-se que as escolhas metodológicas e as prioridades de pesquisa foram moldadas por um conjunto de fatores históricos e sociais. Uma possibilidade seria ter desenvolvido um campo científico mais conectado com as realidades locais, valorizando os saberes populares e as práticas informacionais de diferentes comunidades. Essa abordagem, além de inovadora, poderia ter contribuído para a construção de uma identidade brasileira na área da informação. No entanto, é preciso considerar que as condições sociais e políticas da época podem ter limitado a implementação de projetos mais ousados e transformadores.

Face ao exposto, é possível divisar que o financiamento do PADCT I estava alinhado aos seus objetivos, quais foram:

- suprimir lacunas no atendimento a áreas prioritárias, através de ações de grande amplitude;
- reforçar a infraestrutura de apoio e serviços essenciais à operação do setor de C&T;
- fortalecer as ligações entre o esforço de desenvolvimento de C&T e o setor produtivo;
- organizar as ações em sua área de atuação, de modo a contribuir para reforçar a coordenação, pelo CCT, do SNDCT como um todo.
- Mais especificamente, deveria tratar de:
 - fortalecer os quadros de pessoal técnico-científico nos seus diversos níveis;
 - fortalecer a infraestrutura física de ensino, pesquisa e desenvolvimento, bem como de difusão de resultados;
 - apoiar a realização de pesquisas científicas e tecnológicas;
 - criar e fortalecer serviços de manutenção e suprimento de insumos específicos;
 - fortalecer e aperfeiçoar as atividades relacionadas à metrologia, normalização e qualidade industrial;
 - fortalecer e aprimorar os sistemas de informações técnicas e científicas;
 - fortalecer as ligações entre o setor produtivo e o sistema de C&T, tanto na definição de prioridades, como na promoção da transferência dos resultados da pesquisa ao setor produtivo;
 - fortalecer a capacidade de formular e gerenciar a implementação das políticas e atividades de C&T. (Tarapanoff, 1992, p. 153).

No contexto do PADCT, a informação tecnológica possuía o duplo papel de ser elo integrador dos diferentes conhecimentos básicos e especializados sobre tecnologias de processos e de gestão e elemento desencadeador de inovação. Sua incorporação ao Subprograma PADCT materializou-se com a criação, em 1984, da Rede de Núcleos de Informação Tecnológica (Vieira, 1996).

Conforme Castro e Prescott (1997), em cada uma das fases do I PADCT, do II PADCT e do III PADCT foram definidas áreas prioritárias e cada uma dessas áreas correspondeu a um subprograma. No I PADCT, os recursos foram mobilizados nos seguintes subprogramas: Química e Engenharia Química/QEQ, Geociências e Tecnologia Mineral/GTM, Biotecnologia/SBIO, Instrumentação/SINST, Educação para Ciência/SPEC, Informação em C&T/ICT, Planejamento e Gestão em C&T/PGCT, Tecnologia industrial Básica/TIB, Manutenção/SPM.

Ao menos em tese, áreas como Educação, Informação, Ciência e Tecnologia já foram elencadas enquanto áreas prioritárias do Estado brasileiro. Vale refletir se atualmente a área sequer seria mencionada. Em outras palavras, é possível afirmar que as áreas mencionadas, sobretudo, a área de Informação Científica e Tecnológica já foi de grande tomo nas políticas nacionais, mas tudo indica que com o passar do tempo essa área específica parece ter perdido o papel de protagonista e se tornado mera coadjuvante.

Após o fim da ditadura militar em 1985, é iniciada a Nova República, modificando a ambiência política, econômica e social. Porém, o I PND da Nova República não divergia muito dos que o antecederam. Passados dois anos da publicação do documento, observamos que as metas propostas não passaram de um plano de intenções, constituindo-se em mera retórica. O fracasso dos Planos “Cruzado” e “Bresser” trouxe consequências negativas para a economia, prejudicando a continuidade e a implementação de novos programas nos setores de ciência e tecnologia, educação e cultura, entre outros. O cenário é agravado pela falta de recursos financeiros causados pelas dívidas externas e internas que comprometeram o pleno funcionamento de vários centros e instituições de pesquisa do país (Gomes, 1988).

No I PND da República Nova, foi sugerida a redefinição do SNDCT a partir da constituição do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) como órgão central do sistema. O CCT foi reformulado como representante de diversas áreas, porém, apesar de formado, nunca existiu na Nova República. Nesse momento, a política científica e tecnológica do país ficou a cargo do MCT e não mais do CNPq. A articulação com a CAPES continuava em nível de SNDCT. De fato, o III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989) reforça e detalha a capacitação de pesquisadores com ênfase na institucionalização da pós-graduação, na formação

de recursos de alto nível e na melhoria de qualidade dos cursos de pós-graduação. No tocante a um sistema informacional, o Plano Nacional de Pós-Graduação não apresentou uma ação específica para o setor, mas apenas ações relacionadas a bibliotecas e centros de documentação enquanto estratégia de aprimoramento da pós-graduação (Tarapanoff, 1992).

Na Nova República, o financiamento à política de IC&T continuou, principalmente, com o fomento oriundo dos PADCTs. Conforme Silva Júnior (2002), o PADCT II teve seu início em 1991 e levava em consideração o debate acerca da inovação tecnológica, da política industrial, do comércio exterior e da política de informática. Nesse sentido, foram introduzidos dois novos subprogramas: Novos Materiais/SNM e Ciências Ambientais/CIAMB.

No III PADCT, os recursos previstos foram US\$ 360 milhões, buscando consolidar os objetivos estabelecidos no II PADCT. O III PADCT possuiu três componentes básicos: Componente de Ciência e Tecnologia, Componente de Desenvolvimento Tecnológico e Componente de Suporte Setorial. As ações no âmbito do III PADCT são encerradas no final de 2002 (Silva Júnior, 2002).

Os subprogramas e as ações contemplados no III PADCT são:

- Química e Engenharia Química/QEQ;
- Geociências e Tecnologia Mineral/GTM;
- Biotecnologia/SBIO;
- Ciência e Engenharia de Materiais/CEMAT;
- Ciências Ambientais/CIAMB;
- Física Aplicada/SFA;
- Tecnologia Industrial Básica (TIB);**
- Assistência Tecnológica a Micro e Pequena Empresa (AMPE)*
- Projeto Cooperativo Regional/Setorial (PCRS)*
- (CE)*

* Pertecem [sic] ao Componente de Desenvolvimento Tecnológico

** Pertence ao Componente de Suporte Setorial (Silva Júnior, 2002, p. 14).

É flagrante a prevalência das ditas ciências naturais ou ciências duras. As ciências humanas e sociais não são mencionadas. Um programa de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico descontextualizado socialmente e, sem hipérbole, desumanizante, não tende a dar certo. Em rigor, o desenvolvimento informacional, científico e tecnológico deve ter como atividade fim o ser humano. Para Paula (1999), é possível descrever a trajetória do desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil como um processo estruturalmente limitado pelo constrangimento representado pela existência de uma nação dilacerada pelas desigualdades socioeconômicas, marcada pela exclusão social e pela fragilidade do mercado interno, e imediatamente limitado por crises econômicas cíclicas debilitadoras de toda perspectiva de política de desenvolvimento estruturante de médio e longo prazos.

Com efeito, as políticas nacionais de informação científica e tecnológica, ao longo dos anos, têm sido caracterizadas por uma série de iniciativas fragmentadas e de curta duração, muitas vezes, inspiradas em modelos estrangeiros, sem uma visão estratégica de longo prazo. Essa fragmentação impede a construção de um projeto de Estado sólido e consistente para essas áreas, que transcenda os limites e as virtudes de cada governo. Embora o fim do século passado e o início deste tenham alimentado esperanças de um avanço mais significativo, tais expectativas não foram plenamente realizadas.

Ainda no final do século XX, Pinheiro (2000) destaca algumas ações no tocante ao desenvolvimento científico e tecnológico. O Programa Sociedade da Informação que integra um conjunto de projetos do Plano Plurianual (2000-2003). Entre seus méritos está o de reunir e articular ações de comunicação, informação e computação, geralmente, abordadas de forma isolada. Além disso, o programa dispõe de uma preocupação com a socialização da informação e do conhecimento e a apropriação social de tecnologias, conforme enunciado no Livro Verde. Além do Programa Sociedade da Informação, o Plano Plurianual (2000-2003) contempla a Ação de Desenvolvimento de Pesquisas em Informação Científica e Tecnológica, coordenada pelo IBICT e vinculada ao Programa Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico.

É notável a grande relevância do IBBD e do IBICT para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e também da América do Sul. Conforme Pinheiro (2007, n. p.), “[...] o IBICT assumiu o papel de criador e gestor de atividades pioneiras de ICT e de ações políticas e de coordenação, contribuindo para a implantação de outros órgãos e cursos no Brasil e mesmo na América Latina.”

Além do citado “Livro Verde”, há de se fazer menção também ao “Livro Branco”. O primeiro é resultado da criação do “Programa Sociedade da Informação” em 1996, enquanto o segundo teve como base, entre outras diretrizes, a implantação de um “Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação” (SNCTI).

Segundo Silva, Silva e Freire (2013), ambos são programas do governo brasileiro que objetivaram inserir a população brasileira na sociedade da informação, em um sinal de conversão, ao menos em tese, ao grosso da população e não apenas a usuários especializados de serviços de informação científica e tecnológica.

No Livro Verde, com destaque ao uso da Internet, existe a concepção de que os recursos tecnológicos serão vitais para o alcance da inclusão digital – alfabetização digital – inclusão social. [...]

Quanto ao Livro Branco, percebeu-se a preocupação com ações que promovam a construção de conhecimento, fato este representado pela denominada sociedade do conhecimento (Silva; Silva; Freire, 2018, p. 166).

O Livro Branco representou alguns avanços em relação ao Livro Verde. O primeiro não se deteve apenas na distribuição e no barateamento de computadores, mas contemplou também a promoção da banda larga, entre outras questões de acesso à Internet. O Livro Branco, por sua vez, revela uma preocupação com a cooperação internacional em pesquisas ante à concentração de conhecimento e à inovação em países “mais avançados” tecnologicamente (Silva; Silva; Freire, 2018).

O Estado Brasileiro é notadamente adepto de simbologias. As iniciativas de livros com as cores da bandeira brasileira costumam quase sempre apresentar uma carta de boas intenções, mas que, não necessariamente, implicam em políticas públicas efetivas dotadas de orçamento, objetivos, projeto e, não menos importante, uma verificação dos resultados. O país não carece de símbolos, mas de políticas concretas. Não obstante, no tocante ao livro branco é salutar a percepção de concentração de conhecimento em países do Norte Global, sinalizando para cooperações internacionais mais criteriosas que em outros momentos do país.

Em 2010, entre 26 e 28 de maio, foi realizada a IV Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável a partir da qual se originou o Livro Azul que sintetizou os grandes temas debatidos na conferência, bem como a consolidação das propostas que ocorrem nas conferências regionais, estaduais e municipais. Um dos objetivos do livro consistiu em uma política de longo prazo de desenvolvimento sustentável, ancorado na ciência, tecnologia e inovação (Davidovich, 2011).

Um ponto positivo do Livro Azul em relação aos demais foi ter estabelecido um planejamento mais longo, cerca de 10 anos. Contudo, a conjuntura da política brasileira no tocante à informação científica e tecnológica parece ter estagnado após o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de tal modo que o evento ficou sem ocorrer por quase uma década e meia⁴³. É ignominioso que a descontinuidade de iniciativas como esta tenha ocorrido ao longo de um mandato e meio de uma presidente do mesmo partido de Lula, Dilma Rousseff.

Não obstante, duas iniciativas do Governo Dilma, merecem destaque positivo: a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), e a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, denominada de Marco Legal da Ciência, Tecnologia e

⁴³ Maiores informações em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/sergio-rezende-bussola-para-procurar-o-caminho/>. Acesso em: 15 jan. 205.

Inovação (MLCTI) (Brasil, 2011, 2016). Vale salientar que ambas as iniciativas acompanham o modelo de experiências internacionais, tais quais outras políticas do passado.

Consoante Paes (2011), a LAI surge no país como uma legislação infraconstitucional que regulamento o direito à informação de forma ampla. A experiência do México e dos EUA da América influenciaram fortemente tal legislação. É importante considerar que o texto final da lei teve o êxito de reunir em um só diploma as principais disposições sobre o tema, representando uma mudança cultural da burocracia brasileira para uma transparência ativa.

A criação do MLCTI ocorreu em 2016, mas teve início no mesmo ano da promulgação da LAI, por meio de formulações apresentadas pelas fundações estaduais de amparo à pesquisa e pelos secretários de estados em um fórum realizado em Belo Horizonte. No âmbito parlamentar, o tema foi tratado com grande tomo, de modo suprapartidário, sendo a legislação aprovada por unanimidade. O setor de CT&I carecia de uma melhor regulamentação. A formulação do texto contou com ampla participação e representatividade da sociedade civil. Dentre os objetivos, há de se destacar o interesse de impulsionar um SNCTI que envolvesse todos os ministérios e não ficasse recluso a uma só pasta. Porém, essa ampla participação resultou em uma série de vetos de diversos ministérios ao marco, logo em sua promulgação. O marco foi uma medida importante, mas sofreu com uma idiosincrasia paralisante do Estado brasileiro, a descontinuidade das políticas públicas (Rosa, 2018).

É de conhecimento geral que o mandato da presidente Dilma Rousseff foi interrompido por um processo de *impeachment* gestado por um conluio legislativo com o então vice-presidente (Michel Miguel Elias Temer Lulia) para derrubar um governo fragilizado por uma grave crise econômica⁴⁴. O êxito deste “grande acordo nacional” levou o então vice-presidente à presidência. Segundo Rosa (2018), no ano seguinte, a promulgação do marco legal e do *impeachment*, o governo brasileiro implementou o congelamento de investimentos em áreas prioritárias (ciência, tecnologia e saúde), resultando em diversos prejuízos nessas áreas. A dependência tecnológica brasileira e a subordinação internacional nestas áreas seguem sendo objeto de preocupação para o setor de CT&I.

Os dois últimos governos presidenciais concluídos, respectivamente, Michel Miguel Elias Temer Lulia e Jair Messias Bolsonaro representaram uma tragédia para o

⁴⁴ Um ano antes do *impeachment*, o governo Dilma entregou o desastroso resultado econômico da maior inflação oficial em 13 anos, encerrando 2015 com dois dígitos de inflação (10,67%). A perda de apoio popular, no congresso nacional e outros fatores fizeram com que a presidente tivesse o seu mandato cassado. Para entender melhor o contexto, acessar: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/08/economia/1452253515_364203.html. Acesso em 16 jan. 2025.

desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, com os investimentos mais baixos da história no setor. Em conformidade com Gomes (2020, p. 158),

Desde 2016, o governo federal tem cortado dramaticamente gastos com ciência, tecnologia e inovação, o que agravará fortemente nosso atraso tecnológico. Em 2017, o governo tinha gasto o percentual de investimento mais baixo da história do país em ciência e tecnologia até então: 0,2%. O governo Bolsonaro bateu esse recorde vergonhoso na previsão do orçamento para o ano de 2020, 0,18%, ou míseros R\$ 7 bilhões. Programas estratégicos para nossa segurança energética e militar, como o nuclear, foram estrangulados pela falta de recursos. Ao abrir mão da pesquisa em setores que ainda estão próximos da ponta tecnológica, estamos comprometendo o futuro do que restou de nossa indústria.

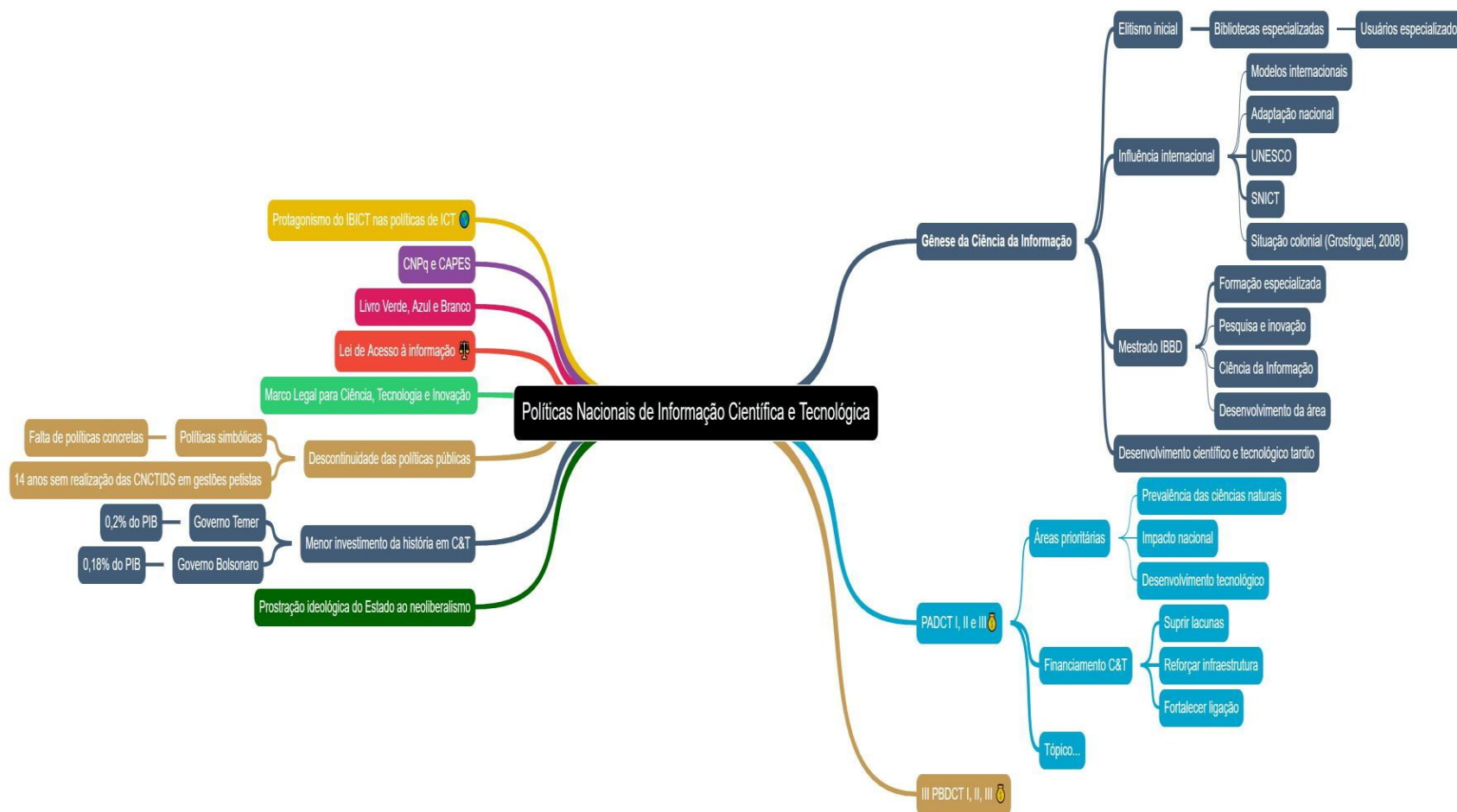
Infelizmente, os últimos governos brasileiros não têm dado a devida atenção ao desenvolvimento científico e tecnológico. Considera-se um contrassenso o descaso que os últimos governos tiveram com a ciência e a tecnologia, distanciando-se cada vez mais do seu apogeu desenvolvimentista no século passado. A colonização ideológica em âmbito econômico é patente, onde o neoliberalismo foi assimilado e posto em prática por governos de esquerda e de direita. Se o curso não for mudado, o país pode se apequenar ainda mais no cenário científico e tecnológico internacional. Infelizmente, o Brasil parece estar à deriva no cenário científico-tecnológico, onde não há programas estratégicos orientados ao desenvolvimento para nenhum setor. O que há são iniciativas isoladas e desconexas, mas um projeto de Estado parece uma utopia.

A globalização do modelo econômico neoliberal é uma das transformações históricas de ordem econômica global que se expressam sucessivamente no regime colonial, o padrão ouro, o acordo de *Bretton Woods* e a supressão das fronteiras comerciais. Em todos esses esquemas, há relações de dominação entre os países ditos centrais e os periféricos, mas também há acordos indispensáveis para a convivência pacífica e a ordem de transações financeiras entre as nações. O neoliberalismo se impõe não apenas nas relações internacionais, mas também no direcionamento do conteúdo das políticas internas e externas dos países, eliminando a possibilidade de outros modelos. Tal cenário provoca alterações profundas nos países, particularmente na divisão do trabalho entre Estado e Mercado. O neoliberalismo e a globalização postulam critérios que devem satisfazer aos governos, mas sem nenhuma anuência dos cidadãos afetados. A ordem social interna dos países foi alterada no que concerne a oportunidades de progresso e à estratificação social. O Estado cedeu ao mercado o direcionamento e os resultados do manejo socioeconômico. A autonomia estatal ante o exterior também foi abalada, o protecionismo econômico dos países foi parcialmente comprimido (Ibarra, 2011).

A prostração ideológica neoliberal por parte dos governos brasileiros levou setores inteiros da economia do Estado para o mercado, por meio de uma suposta ineficiência estatal. A América Latina não conseguiu seguir o exemplo dos países asiáticos e manter uma relação harmoniosa entre mercado e Estado. Boa parte do Estado brasileiro foi desmontando em nome do equilíbrio das contas públicas, enquanto ele foi saqueado com os juros reais mais altos do mundo (Gomes, 2020).

A influência estrangeira mediada por uma colonização ideológica neoliberal imposta pelo Norte Global ao Brasil e toda América Latina possui relações intrínsecas com a história da Ciência da Informação brasileira. Esse indício evidencia em partes o porquê da própria implantação da área na América Latina, especialmente no Brasil, maior economia da região e uma das maiores do mundo.

Figura 7 – Mapa histórico-conceitual das políticas nacionais de informação científica e tecnológica



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

4.3 Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: dimensões, aspectos e níveis

Consoante Guimarães *et al.* (2018), as comunidades científicas desempenham um papel central na produção de conhecimento e de tecnologias, definindo as características da pesquisa por meio de regras formais e informais, valores, padrões de conduta e comportamentos que orientam seus membros. O processo de institucionalização de uma comunidade científica segue quatro estágios principais:

1. **Diferenciação:** emergência de temáticas, métodos e técnicas distintas das disciplinas existentes.
2. **Relevância:** ascensão de temas considerados cruciais para a área.
3. **Formação:** desenvolvimento de recursos humanos especializados no novo campo.
4. **Consolidação:** estabelecimento do campo por meio de redes de comunicação, associações científicas e publicações especializadas.

Esses estágios abrangem as duas dimensões fundamentais da institucionalização de uma comunidade científica propostas por Whitley, a saber, institucionalização cognitiva e a institucionalização social. Whitley (1974) evidencia que a institucionalização social se refere à criação e à manutenção de estruturas formais que demarcam os membros de uma estrutura cognitiva. Em grau, varia desde o conhecimento de outros cientistas que trabalham em áreas relacionadas e trocam ideias ou resultados acerca de sociedades profissionais, revistas principais e códigos de conduta ética. Nesse sentido, vale sopesar em conformidade com Guimarães *et al.* (2019) que a institucionalização cognitiva ocorre entre os estágios 1 e 3, enquanto a institucionalização social se manifesta no estágio 4. Essas duas dimensões são interdependentes, influenciando-se mutuamente e tornando difícil a separação.

Adicionalmente, Whitley (1974) destaca que ambas as formas de institucionalização, social e cognitiva, manifestam-se em dois níveis: alto e baixo. A institucionalização cognitiva se divide em dois níveis. No nível baixo, observa-se clareza e consenso sobre os elementos básicos da disciplina, mas a falta de ordem intelectual leva a um trabalho científico desconexo e a uma identidade individual pouco definida. Cientistas precisam justificar suas atividades, pois o campo carece de institucionalização. No nível alto, o consenso da comunidade científica, baseado em teorias e paradigmas, permite prever a pesquisa e seus resultados. A área demonstra um entendimento coerente das normas, com acordo sobre o universo e a forma de estudá-lo. A

institucionalização social se manifesta em dois níveis. O primeiro (baixo) caracteriza-se pela organização interna do campo, evidenciada pela criação de periódicos, grupos de pesquisa, cursos e associações. O segundo (alto) refere-se à organização externa, ou seja, à integração com outras comunidades científicas, englobando inclusive alocação de recursos. A institucionalização social compõe a identidade social da área, revelando a totalidade dos agentes do campo. Nesse contexto, destacam-se as sociedades profissionais, redes de contato, eventos, cursos e periódicos que definem o círculo social e profissional dos cientistas (Whitley, 1974).

Para conhecer a institucionalização da Ciência da Informação no Brasil, seus estágios e níveis de institucionalização, é inevitável volver o olhar em direção ao pensamento moderno que a moldou em suas crises, transições paradigmáticas e institucionalização das ciências de modo geral. Além disso, é imprescindível voltar a um passado recente, cerca de 75 anos, e observar os indícios que marcam a implementação desse campo científico em níveis social e cognitivo. Ademais, é importante pontuar que a institucionalização dessas duas dimensões ocorre de forma concomitante. De tal modo que, ao passo em que as estruturas formais se consolidam, o arcabouço teórico do campo se estrutura. O processo de estabelecimento da área não torna o campo científico estanque. Pelo contrário, a característica científica de construção, desconstrução e reconstrução estrutural e epistemológica podem influenciar dinamicamente a consolidação de um campo científico.

4.3.1. Aspectos e níveis da institucionalização cognitiva

A institucionalização cognitiva de uma área científica evolui em estágios, variando do baixo ao alto nível de consolidação. No estágio inicial, há um esforço para definir os contornos da disciplina, buscando clareza e consenso sobre problemas, métodos e soluções. À medida que a área amadurece, essa dimensão da institucionalização se fortalece através do consenso gerado pelas atividades dos cientistas, como teorias, modelos e paradigmas, que se tornam amplamente aceitos pela comunidade científica.

Nesse contexto, o conhecimento científico em Ciência da Informação, no Brasil, decorre de pesquisas realizadas por professores e por alunos que atuam em programas de pós-graduação. É importante reconhecer que há conhecimento científico produzido no país em cursos de graduação (apenas um, conforme será demonstrado na subseção posterior) e nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Objetivando facilidade didática e de disponibilidade de dados, para os efeitos deste estudo, a comunidade científica brasileira da

área será considerada, aqui, constituída por professores e por alunos de cursos de mestrado e doutorado dessa área no país.

A análise preliminar sugere um possível fator que pode dificultar a consolidação cognitiva da área: a heterogeneidade da formação dos pós-graduandos em Ciência da Informação. Frequentemente, os programas de pós-graduação recebem discentes com formação inicial em áreas distintas, que não necessariamente possuem uma base sólida no domínio epistêmico da Ciência da Informação. O autor desta pesquisa exemplifica essa situação, pois, embora bacharel em Arquivologia, teve contato limitado com a Ciência da Informação durante sua graduação. O conhecimento inicial da área foi adquirido por meio de leituras preparatórias para o processo seletivo do mestrado e iniciativas de leitura extracurricular. Naturalmente, após o ingresso no mestrado, o conhecimento da área foi aprofundado. Não obstante, tal composição heterogênea do campo também pode ser enriquecedora para a produção de conhecimento da área, agregando conhecimentos de outros campos na composição epistemológica da área.

Tal cenário coloca a Ciência da Informação em contato com outras fronteiras epistemológicas por meio de relações disciplinaridades de diversos tipos: disciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar e até mesmo transdisciplinar.

Segundo Saracevic (2008), três características gerais constituem a razão da existência e da evolução da Ciência da Informação. Primeira, é sua natureza interdisciplinar, embora a relação da Ciência da Informação com outras ciências venha mudando. Segunda, a área está intrinsecamente ligada à tecnologia da informação, pois o imperativo tecnológico tende a influenciar a área como ocorre em outros campos⁴⁵. Em sentido amplo, o imperativo tecnológico vem impondo uma transformação da sociedade moderna em uma sociedade da informação ou sociedade pós-industrial. Terceira, este campo científico, junto com outros, participa, ativa e deliberadamente, da evolução da sociedade da informação, tendo um papel importante a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que transcende a tecnologia. Essas três características constituem um modelo para a compreensão do presente, passado e futuro da Ciência da Informação.

Passadas três décadas da clássica e parcialmente profética afirmação de Tefko Saracevic, é importante investigar os indícios deixados nas trilhas do tempo e verificar a

⁴⁵ Vale salientar que no GT 01 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação do ENANCIB observa-se uma ampla contestação acerca das supostas três características gerais de existência e evolução da Ciência da Informação enunciadas por Tefko Saracevic. A título de exemplo, destacamos o trabalho de Silva e Oliveira (2017) no que concerne à desconstrução da natureza interdisciplinar da área. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/448/1090. Acesso em: 02 fev. 2025.

sustentação ou não dos argumentos do autor. Neste momento do estudo, cabe focar no primeiro ponto levantando pelo outsider, a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação.

Contudo, antes de mais nada, é importante salientar que, como quase tudo do mundo contemporâneo, as disciplinas acadêmicas e suas relações também são atravessadas pelo pensamento moderno colonial. Neste sentido, vale um rápido parêntese com um autor decolonial para a reflexão sobre as três características gerais da Ciência da Informação enunciadas por Saracevic (2008).

Segundo Maldonado-Torres (2016), as “disciplinas acadêmicas” estão profundamente enraizadas na universidade ocidental moderna, uma instituição caracterizada por transformações lentas e legitimada por processos históricos de longa duração. Um exemplo notável é a distinção entre revelação religiosa e conhecimento secular. Um argumento central é que a universidade ocidental e suas disciplinas não apenas refletem a divisão entre o religioso e o secular, mas também uma “linha de cor”, como diria W. E. B. Du Bois, que separa o mundo europeu (*humanitas*/humanidades) das comunidades colonizadas e desumanizadas (*anthropos*). No tocante à segunda e à terceira características da Ciência da Informação, é possível refletir com base no mesmo autor que a Modernidade nos confronta com um dilema: não é a tecnologia que ameaça o Ser, mas a nossa negligência ou cumplicidade na produção da 'zona do não ser', um fenômeno tanto do Ser moderno quanto da própria tecnologia (Maldonado-Torres, 2016).

Em síntese, a análise das três características da Ciência da Informação, conforme delineadas por Saracevic (2008), revela traços do pensamento moderno-colonial. Primeiramente, a atribuição de uma condição natural à interdisciplinaridade, sob uma perspectiva eurocêntrica, reflete a lógica moderno-colonial de naturalização, assimilando-a a um atributo biológico. Em segundo lugar, a ênfase nas tecnologias da informação em detrimento dos sujeitos informacionais e do contexto social, desconsiderando as relações de poder que engendram a 'zona do não ser' e, conseqüentemente, sujeitos produtores de conhecimento de segunda ordem, evidencia uma negligência quanto às dinâmicas de poder intrínsecas à produção do conhecimento.

A literatura da Ciência da Informação apresenta, contudo, estudos que investigam a fundo as relações disciplinares, oferecendo perspectivas que questionam a “condição natural” atribuída por Tefko Saracevic e as outras duas características gerais da área por ele levantadas. Bicalho e Oliveira (2011), por exemplo, destacam a multiplicidade de fatores que favorecem a prática da multi, inter e transdisciplinaridade na área. Segundo os autores, os estudos informacionais são fontes inesgotáveis de trocas de conhecimentos com diversas áreas, demandando um diálogo aberto e recíproco. No entanto, Bicalho e Oliveira (2011) ressaltam a

importância de a CI compreender que ser uma ciência interdisciplinar vai além da formação de seus pesquisadores ou de sua composição inicial. Uma nova área, mesmo que criada a partir da interseção com outras, constitui-se como uma disciplina com características próprias, sem necessariamente ser interdisciplinar. O que se encontra na área é uma relevante disparidade de significações sobre a interdisciplinaridade, fazendo-se, portanto, necessário encontrar formas de melhor compreender tal relação disciplinar (Lança, Amaral e Gracioso, 2018).

Analisar as relações disciplinares é uma tarefa complexa, tendo em vista o caráter multifacetado do fenômeno informação e a celeuma conceitual acerca das relações disciplinares são dados perenes da realidade da Ciência da Informação brasileira. Amaral, Matias e Sarvo (2024, p. 02-03) resumem as controvérsias da interdisciplinaridade na área.

[...] há controvérsias envolvendo o reconhecimento dessa interdisciplinaridade, relacionadas: (1) à juventude da CI como área do conhecimento (Gomes, 2001); (2) ao seu objeto de estudo, a informação, ser de difícil apreensão em função de sua complexidade e interesse de uma diversidade de áreas do conhecimento (Santana, 2012); (3) às suas práticas, reconhecidas por pesquisadores como práticas pluridisciplinares ou multidisciplinares (Tálamo; Smit, 2007; Bicalho, 2009); (4) à dificuldade de se mensurar os limites e o alcance de uma ciência interdisciplinar (Pinheiro, 2006; Bicalho; Oliveira, 2011) e; (5) à dificuldade de identificar e explicitar as relações interdisciplinares (Fazenda, 1994). Por fim, segundo Holland (2008), com base em suposições de significados, a CI é frequentemente citada como área de pesquisa e prática tanto multi, quanto inter e transdisciplinar, utilizando estes termos como sinônimos ou inadvertidamente trocados.

Os questionamentos sobre a “natureza interdisciplinar” da área são salutares e produtivos, indicando que a acepção dessa condição “natural” está sendo desconstruída ou, ao menos, relativizada. Essa perspectiva crítica e questionadora valida o caráter dinâmico da Ciência da Informação, onde os conhecimentos são constantemente revisados, desconstruídos e ressignificados. No entanto, esse cenário de instabilidade, falta de clareza conceitual e incertezas sobre as relações disciplinares pode, paradoxalmente, obstaculizar a institucionalização sociocognitiva da área.

É possível que muito do que fora conhecido como interdisciplinar na Ciência da Informação, representa, na verdade, uma relação multidisciplinar. Uma interdisciplinaridade sem uma efetiva troca, uma inter-relação compõe o que denominei provisoriamente de interdisciplinaridade de conveniência, em um termo já existente, multidisciplinaridade. Para Bicalho e Oliveira (2011), a principal característica da multidisciplinaridade é a justaposição de ideias, sem integração entre as disciplinas. Tal relação estaria hierarquicamente no primeiro nível, inferior, de integração, entre as disciplinas, quando comparada com a interdisciplinaridade em grau acima.

O fato do primeiro contato das pessoas com a área ser na pós-graduação, pode favorecer a multidisciplinaridade. “Por ser uma ciência formada por diversos pesquisadores de áreas distintas, os autores têm dificuldade em criar um consenso e em responder algumas questões como por exemplo origem, suas características e suas questões disciplinares” (Costa; Lopes, 2018, n. p.).

Multidisciplinaridade é a coexistência de diversas disciplinas que analisam um mesmo objeto de estudo sob diferentes perspectivas, métodos e teorias, sem necessariamente integrar seus resultados. Um pesquisador com formação em múltiplas áreas ou um grupo de pesquisa com diversidade de formações são exemplos de multidisciplinaridade (Lança; Amaral; Gracioso, 2018).

Silva e Eirão (2019, n.p.) corroboram com a conjunta disciplinar supracitadas: “A Ciência da Informação é uma área que já nasce multidisciplinar, assim configurada pela própria natureza do fenômeno informação, que é multidisciplinar, polissêmico e muitas vezes polêmico”. A perspectiva dos autores desafia a visão tradicional de Tefko Saracevic e o salienta dissensos na área no que tange as relações disciplinares, abrindo espaço para uma discussão mais aprofundada sobre as bases teóricas da Ciência da Informação.

Lança, Amaral e Gracioso (2018) consideraram que o cientista da informação tem perfil multidisciplinar, porém, com formação predominante em Biblioteconomia em nível de graduação e, com qualificação, em nível de doutorado em Ciência da Informação, contemplando quase metade do universo analisado no recorte da pesquisa. Os demais têm formação em diversas outras graduações como História, Geografia e Letras. Quanto ao nível de doutorado, após a Ciência da Informação, as áreas de Ciências da Comunicação, Engenharia, História, Geografia e Educação aparecem com mais proeminência.

A característica supracitada da Ciência da Informação pode ser um fator limitante no que se refere aos estabelecimentos dos consensos mínimos necessários e, conseqüentemente, influenciando, sobretudo, a institucionalização cognitiva da área. Diversos conflitos ocorrem em virtude de o campo científico não ser formado apenas por um nicho específico de pesquisadores, sendo formado por pessoas de áreas como Comunicação, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e etc. Cada indivíduo interpreta a Ciência da Informação de forma a relacioná-la com a sua área de origem, o que gera definições muito diferentes acerca da área, desde a sua origem à sua questão disciplinar entre outros pontos. Tal contexto resulta em diversas linhas de pensamento distintas que acabam por dificultar uma possível delimitação da área, que tem apenas conceitos tidos como “mais aceitos ou menos aceitos” (Costa; Lopes, 2018).

A Ciência da Informação brasileira confronta-se com um paradoxo inerente à sua estrutura, a diversidade de perspectivas sobre sua gênese e suas questões disciplinares, que, embora potencialmente catalisadora de pesquisa e de inovação, acarreta o risco de gerar dissonâncias e ambiguidade conceitual. Essa tensão entre heterogeneidade e coesão pode exercer influência significativa sobre o processo de institucionalização cognitiva da área. Não obstante, independentemente da natureza das relações interdisciplinares estabelecidas, a mera existência de múltiplas interconexões disciplinares configura um indicativo de reconhecimento da institucionalização cognitiva da Ciência da Informação por outros campos do saber, notadamente Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Comunicação.

Sem embargo, a Ciência da Informação, reconhecida por sua “natureza interdisciplinar” e por demandar um perfil multifacetado de seus pesquisadores, tem apresentado um movimento crescente de concentração interna. Essa tendência observada empiricamente é fortemente influenciada pela exigência majoritária de doutorado em Ciência da Informação em concursos públicos para docentes da área. Lança, Amaral e Gracioso (2018) observaram dentro do recorte da pesquisa que 45% eram doutores em Ciência da Informação e que esse indicador reforçaria a condição interdisciplinar dessa área de conhecimento. Vale ponderar que a origem disciplinar dos doutores não representa necessariamente uma efetiva troca de conhecimentos, já que esses doutores continuam produzindo majoritariamente dentro da área da CI.

Amaral, Matias e Sarvo (2024) analisaram a formação de 920 coautores extraídos de 1529 artigos e chegaram aos seguintes indicadores: 70,04% dos artigos foram publicados por coautores que atuam em 03 áreas distintas, sendo uma delas a Ciência da Informação, demonstrando interdisciplinaridade na construção do corpo de conhecimento da área, apesar de informações incompletas relacionadas aos coautores pelo ID Lattes; segundo a pesquisa, 74% dos docentes atuantes em programas de pós-graduação da área apresentam potenciais práticas interdisciplinares. Já o restante apresenta práticas de pesquisa mais ligadas à disciplinaridade própria do campo.

O ponto forte do estudo mencionado reside na capacidade de reconhecer o potencial interdisciplinar da área sem atribuí-lo a uma condição natural. Há uma distinção fundamental entre identificar práticas ou potenciais interdisciplinares e afirmar a existência de uma “condição natural”, que obscurece outras relações disciplinares. Nesse sentido, a desconstrução dessa condição de interdisciplinaridade na Ciência da Informação é crucial, pois o termo “natural” sugere uma característica intrínseca, em vez de uma construção cognitiva das relações disciplinares da área.

A alegação da interdisciplinaridade da Ciência da Informação é insuficiente. É necessário empreender investigações mais aprofundadas para compreender os processos de construção do conhecimento científico interdisciplinar, mapeando as áreas do conhecimento envolvidas e quantificando suas contribuições para a produção de conhecimento interdisciplinar (Amaral; Matias; Sarvo, 2024).

Considerando a Ciência da Informação, constata-se uma dimensão transdisciplinar em relação ao seu objeto de estudo, ao passo que sua vasta gama teórica e metodológica configura uma natureza multidisciplinar, representando a grande riqueza deste campo. A interdisciplinaridade, por sua vez, opera como um mito de origem da Ciência da Informação. Observa-se, contudo, uma certa confusão na área em relação a essa interdisciplinaridade, que, frequentemente, restringe-se à prestação de serviços a outros campos do saber, em detrimento de um verdadeiro diálogo entre as áreas.

A perspectiva decolonial vai mais além. Maldonado-Torres (2016) considera que os desafios epistemológicos que emergem da zona do não ser (das colônias, do Sul Global) demandam a superação do limite das disciplinas. Em contraste com a visão que defende a primazia das disciplinas na interdisciplinaridade, o autor propõe a transdisciplinaridade decolonial como superior em termos epistemológicos, éticos e políticos. A transdisciplinaridade decolonial, aqui definida como a orientação e a suspensão de métodos e de disciplinas a partir da decolonização, busca transcender as lógicas disciplinares, reconhecendo imperativos mais amplos. Essa abordagem, que se manifesta na consciência decolonial, contrapõe-se à consciência moderna, buscando descolonizar o poder, o ser e o saber. A consciência decolonial promove a integração entre ativismo social, criação artística e produção de conhecimento, desafiando a rigidez das disciplinas e de seus métodos, e reconhecendo a experiência de fronteira do sujeito cognoscente que emerge da “zona do não ser” (Maldonado-Torres, 2016).

A Ciência da Informação brasileira, ao buscar relações interdisciplinares, demonstra seu interesse em dialogar com outros campos do conhecimento. No entanto, o caminho mais promissor reside no autoconhecimento, que permita reconhecer suas particularidades e construir um 'pensamento de fronteira' disciplinar, explorando os limites da área em diálogo com outras disciplinas. A decolonialidade se apresenta como um desafio e uma oportunidade para este campo, exigindo a resignificação das relações de poder, a revisão das interações com outras ciências e saberes tradicionais, e a transformação da construção epistêmica, afastando-se do modelo moderno-colonial e valorizando os saberes locais. Para tanto, é inescusável que o campo se afaste do extrativismo epistêmico e metodológico.

Consoante Grosfoguel (2016), o extrativismo intelectual, cognitivo ou epistêmico revela a mentalidade colonizadora da episteme ocidental, que se manifesta na apropriação de conhecimentos de povos indígenas e de comunidades locais. Essa prática, que desrespeita a ancestralidade e a originalidade desses saberes, envolve a extração de ideias para colonizá-las ao subsumi-las à lógica ocidental, despolitizando-as e ressignificando-as sob uma perspectiva ocidentocêntrica. O extrativismo epistêmico transforma os conhecimentos indígenas em capital econômico ou simbólico, impedindo o diálogo horizontal e a compreensão desses saberes em seus próprios termos. Essa dinâmica, facilitada por uma estrutura global de poder desigual, perpetua a marginalização dos povos do Sul Global e a hegemonia da episteme ocidental.

A uniformização do conhecimento tácito confere um alto grau de institucionalização cognitiva. Sem acordos acerca do nível básico de conhecimento técnico para transformar dados em informação e em resultados concretos, é improvável a presença de uma compreensão cognitiva coerente (Loureiro-Alves, 2010). Todavia, vale pontuar que a busca por certos consensos não pode obstar a pluralidade de ideias e a diversidade conceitual inerentes a qualquer campo. Na verdade, o que é imprescindível é que haja uma espinha dorsal em termos teórico-epistemológicos que possam servir de fundamento para novas produções científicas.

A institucionalização cognitiva costuma ser verificada com base na solidez da produção científica da área. Quando se fala em solidez, é importante pontuar que não se estará recorrendo acerca de aspectos meramente quantitativos provocados pelo produtivismo acadêmico. Com efeito, a qualidade das produções, a sua coesão e, sobretudo, o impacto dessas devem ser alguns parâmetros. Os consensos e os dissensos são comuns na ambiência científica. Os consensos são importantes no processo de institucionalização porque eles materializam os acordos em torno de fundamentos teórico-metodológicos, embora saibamos que os dissensos também compõem, em certa medida, esta dinâmica, provocando, inclusive, novas perspectivas. Vale reiterar que os consensos são geralmente atrelados a um núcleo consolidado, uma espinha dorsal de uma área ou de uma determinada temática. Na Ciência da Informação, é possível encontrar pesquisas sobre determinado tema que tenham abordagens metodológicas e teóricas completamente diferentes, porém, que comungam de certos pontos epistemológicos importantes desse campo.

O exemplo que melhor poder ilustrar o exposto são os três paradigmas (físico, cognitivo e social) estabelecidos por Capurro (2003) que podem ser assumidos como fundamentos teóricos da área, sendo de estudo obrigatório, por assim dizer, para quem ingressa na área. De forma bastante sintética, os paradigmas indicam uma evolução na perspectiva da natureza da

informação, dos sujeitos informacionais e das implicações da informação na sociedade. Em um primeiro momento, a informação é tida como mensurável, quantificada e inserida principalmente em suportes físicos. Em um segundo momento, a informação é observada como produto de um processo mental entre sujeitos cognoscentes. Por fim, a informação é encarada enquanto fenômeno social que emerge de sujeitos sociais imersos em uma conjectura social.

A clareza conceitual e o consenso cognitivo gerados pelos paradigmas de Rafael Capurro na Ciência da Informação, atestados pelo reconhecimento até mesmo de seus críticos, permitem enquadrá-los em uma perspectiva kuhniana. Em conformidade com Kuhn (2013), “paradigmas” são realizações científicas universalmente reconhecidas, que fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade científica, o que se aplica aos àqueles paradigmas na área. Apesar de sua relevância, os paradigmas de Rafael Capurro, ao seguirem o modelo de Thomas Kuhn, apresentam uma limitação: sua abordagem funcional, em vez de crítica, da Ciência da Informação. Com efeito, conforme Dussel (2012) argumenta, existem dois tipos de paradigmas, funcionais e críticos, considerando que a perspectiva kuhniana se enquadra no primeiro.

Dussel (2012) reconhece a relevância da proposta de Kuhn ao introduzir a subjetividade sócio-histórica na compreensão da ciência, ligando paradigmas a condições sociais. No entanto, critica a insuficiência da teoria kuhniana por ignorar a relação entre revoluções teóricas e sociais, impedindo a compreensão de uma ciência crítica. Dussel propõe um paradigma crítico como parte de sua Ética da Libertação, contrastando com a ciência normal de Kuhn, que é funcional e acrítica. A ciência normal, ao buscar coerência interna e seguir procedimentos estabelecidos, torna-se um padrão (*standard*), justificando a classificação de seu paradigma como funcional. Ele atende a uma racionalidade preexistente, operacionalizando o estabelecido. Em suma, o filósofo argentino critica a visão de Kuhn por negligenciar a dimensão crítica da ciência e a influência das revoluções sociais, propondo um paradigma crítico alternativo (Sobrinho, 2012).

Dussel (2012) argumenta que Kuhn, à semelhança de outros epistemólogos anglo-saxões, não confere a devida atenção às ciências humanas e sociais. Para ele, a teoria de Kuhn falha ao não reconhecer a relação entre a emergência de paradigmas críticos e as crises sociais. Ele ilustra essa crítica com o exemplo da ciência econômica, cujo surgimento e críticas subsequentes estão ligados à ascensão da burguesia e aos efeitos negativos da nova ordem social. Nesse contexto, ele enfatiza que revoluções teóricas e sociais são processos interligados, ocorrendo dentro de comunidades específicas e contextos fáticos.

Com base em Dussel (2012), é possível argumentar que o modelo paradigmático apresentado por Capurro para a Ciência da Informação, ao se basear em um arcabouço teórico inadequado para as ciências humanas e sociais e desconsiderar o contexto de crises sociais, resulta em um funcionalismo limitante. O autor propõe que as ciências sociais superem essa limitação adotando uma abordagem complementar, que combine a explicação causal dos fatos com a compreensão intersubjetiva, visando interpretar o sentido das ações a partir de suas motivações valorativas concretas.

Conforme Sobrinho (2012), nas ciências sociais, intelectuais engajados com as comunidades de vítimas desempenham um papel crucial. Requer-se deles uma abordagem diferenciada, que promova a criação de novas estratégias de superação, baseadas na crítica científica do sistema e na formulação de paradigmas críticos. Ocorre que, segundo Dussel (2012), ao procurar explicar as causas da negatividade em vítimas, exige do cientista social a criação de novos paradigmas e interpretações hermenêuticas. Ao imergir nesse contexto por meio de uma escolha ético-política, o pesquisador descobre fatos antes negligenciados, ampliando sua visão e demandando novas abordagens compreensivas.

Com o efeito, os paradigmas apresentados pelo filósofo uruguaio gozaram, inicialmente, de certo consenso epistemológico na área, mas com o passar do tempo começaram a emergir novas perspectivas paradigmáticas. Há quem diga que uma área tão nova não poderia ter tantos paradigmas. Há cientistas da informação que advogam a existência de mais um paradigma ou, até mesmo, de outros paradigmas. Nesta direção, é importante demonstrar estudos que apresentam outras perspectivas paradigmáticas.

Cardona (2020), por exemplo, utiliza uma abordagem intercultural para observar os paradigmas propostos por Rafael Capurro, inclusive, com uma abordagem crítica ao pensamento moderno ocidental hegemônico. Para a autora, é imperativo propor uma revolução científica aos paradigmas de Capurro, em sintonia com o questionamento de para quê e para quem uma Ciência da Informação. Esse tipo de proposta pode se desenvolver em uma perspectiva decolonial e que se baseia em estudos culturais das epistemologias do Sul, garantido que a produção e a circulação de informação não estejam sujeitas apenas à lógica de reprodução de conhecimentos científicos. A possibilidade de um paradigma intercultural permite não apenas reinventar, mas observar os fenômenos informacionais com lentes diferentes daquelas utilizadas corriqueiramente, dando origem a outros saberes, conhecimentos e discursos que podem propiciar a ampliação do olhar sobre a informação em termos de produção e de transferência de conhecimento local (Cardona, 2020).

Ao menos com base no texto mencionado, a autora parece não ter cravado outro paradigma, mas, em primeira análise, um olhar com base na descolonialidade e na interculturalidade sob os paradigmas de Capurro, apresentando a interculturalidade como possibilidade. A perspectiva apresentada por Cardona (2020) é muito interessante para área, inclusive, adequa-se bem aos objetivos deste estudo e sua visão crítica da colonialidade do saber na Ciência da Informação.

Em uma propositura mais evidente de outro paradigma, no penúltimo ENANCIB, ocorrido em Aracaju/Sergipe, Araújo (2023) lançou um estudo com o estabelecimento de quatro e não três paradigmas. O autor reconhece a sistematização da área com base em Capurro (2003), mas considera que outras formas de sistematizar a Ciência da Informação podem ser formuladas. Nesse sentido, com base em Burrell e Morgan, o autor tenta aplicar na área um modelo com quatro paradigmas sociológicos, a saber, o funcionalista, o interpretativo, o humanista radical e o estruturalista radical. Destarte, o professor considera que apenas o primeiro e o segundo paradigma sociais são identificados na área, de tal modo que outros campos de estudo ficavam invisibilizados, como a economia política da informação e os estudos acerca dos marcadores sociais de diferença (gênero, raça e classe, entre outros).

Posteriormente, o autor ampliou o estudo, constatando que a sistematização da área em três paradigmas, identificada por vários autores, não contribuiu para elucidar este quadro complexo, ao contrário, agravou o problema, visto que foi dado destaque a certas teorias e outras foram negligenciadas. O paradigma social apontado por Capurro (2003) e outros autores representou a abertura para novas visões acerca da informação. Um quadro com quatro paradigmas, em complemento a outros desenhos paradigmáticos já existentes, pode permitir dar destaque a tendências que desconstróem modelos consagrados (Araújo, 2024).

É importante considerar que as contribuições no desenho paradigmático da área feitas por Cardona (2020) e Araújo (2023,2024) possuem uma abordagem crítica a modelos teóricos pré-existentes e visam, cada um a seu modo e tempo, visibilizar populações ou campos teóricos invisibilizados. Estas iniciativas podem ser tomadas como pistas de inícios de processos de desconstrução das diversas formas de colonialidade, inclusive da colonialidade epistêmica.

No âmbito paradigmático da Ciência da Informação, as tecnologias disruptivas, com destaque para a Inteligência Artificial, configuram uma nova perspectiva de estudo e análise. Souza (2025) considera que a informação digital não se resume apenas em uma transmutação do suporte informacional. A inteligência artificial baseada no capitalismo de vigilância, coleta as percepções, os desejos e os comportamentos presentes e futuros passam a ser todos artificializados e virtualizados em algoritmos. Considerando que a informação neste contexto

requer novas abordagens, evidencia-se a emergência de um novo paradigma informacional que considere as condições históricas, materiais e dialéticas. O paradigma artificial, por ele denominado, tem foco na relação dialógica entre sujeitos, objetos e contextos, que se traduzem em atores (sujeitos humanos) e actantes (sujeitos não humanos), objetos digitais e contextos culturais amplos e dinâmicos (naturais e artificiais).

A descrição paradigmática de Souza (2025) está em linha com a conjuntura informacional, científica e tecnológica contemporânea. É certo que o caráter disruptivo de algumas tecnologias abre margem para uma mudança brusca no cenário informacional. Não se pode perder de vista que essas tecnologias não são neutras e na maioria dos casos são de propriedade privada de um ou mais bilionários. Ainda é cedo para medir os impactos dessas tecnologias na sociedade como um todo e para a Ciência da Informação, em particular, mas parece que um cenário irreversível se desenhe neste sentido. De certo modo, este paradigma também contempla questões caras as concepções paradigmáticas levantadas por Cardona (2020) e Araújo (2023, 2024) acerca de populações invisibilizadas, silenciamentos epistêmicos e concepções críticas a conhecimentos hegemônicos.

Cardona (2020), Araújo (2023, 2024) e Souza (2025) comungam da ideia de mudanças no cenário informacional e tecnológico, aceitação de outros modelos paradigmáticos, crise no paradigma vigente e da emergência de novos. São os consensos que conduzem a emergência de dissensos que constroem novos conhecimentos. Dado o pouco tempo de lançamento destas ideias não é possível mensurar se elas irão se consolidar. Contudo, é preciso observar de modo contínuo a possibilidade da emergência de novos paradigmas na área. É possível considerar que esse amplo debate em torno desta temática pode ser um sinal de consolidação sociocognitiva da área, visto que as propostas dos três autores perpassam pela aceitabilidade consensual da fundamentação epistemológica de Rafael Capurro.

A distinção entre paradigmas funcionais e críticos nos trabalhos de Cardona (2020), Araújo (2023, 2024) e Souza (2025) demanda uma investigação mais profunda. No contexto atual, observamos que, apesar das disputas disciplinares, a Ciência da Informação exhibe uma evolução paradigmática relativamente consolidada em seu arcabouço teórico-metodológico. Essa evolução aponta para um alto nível de institucionalização cognitiva, ou, no mínimo, uma transição significativa. A continuidade desse processo, no entanto, está intrinsecamente ligada à afirmação ou ao desenvolvimento de paradigmas críticos.

4.3.2. Aspectos e níveis da institucionalização social

A institucionalização social tem duas dimensões: primeira, o grau de coesão organizacional interno e definição de fronteiras e, segunda, o grau de integração nas estruturas sociais de legitimação e alocação de recursos. Para a ciência, esta segunda dimensão refere-se ao grau de integração nos departamentos universitários e currículos de ensino (Whitley, 1974).

Sobre a primeira dimensão, é importante sopesar os aspectos delimitativos de uma organização interna e da definição de fronteiras. A organização interna da Ciência da Informação brasileira é iniciada por um processo de preparação conjuntural externo. Em âmbito internacional, há um impulso para a organização de políticas de informação científica e tecnológica, industrialização e desenvolvimentismo estatal derivado do Pós-Segunda Guerra Mundial. Rapidamente, o país abraça essas tendências socioeconômicas que criam uma ambiência favorável para a implantação da Ciência da Informação.

No tocante as fronteiras, vale ressaltar que algumas parecem bem-postas, quando se observa a história de implantação da área no país. Ao menos dois caminhos fronteiriços podem ser facilmente identificados. O primeiro é como que uma ponte larga com a Biblioteconomia, visto que para que implantação da Ciência da Informação fosse possível no país, a área utilizou infraestruturas pré-existentes da Biblioteconomia. O segundo caminho fronteiriço ocorre na relação com a Documentação/Arquivologia, sendo esta uma fronteira menor, porém, inegavelmente presente.

Para analisar a institucionalização social da área, é preciso retomar os quatro estágios do processo de institucionalização do campo enunciado por Guimarães *et al.* (2018), especialmente, o último referente a consolidação do novo campo, por meio de redes sociais de comunicação, associações científicas e publicações próprias, que é o impulso orientador desta subseção. Além disso, é necessário verificar a predominância de elementos característicos de baixo nível e de alto nível de institucionalização social do campo no país. Neste ponto, a Ciência da Informação brasileira possui algumas particularidades em relação a outros campos emergentes. A área já surge com uma ambiência de redes sociais de comunicação e publicações próprias da área, notabilizada, principalmente, respectivamente, no Mestrado em Ciência da Informação do IBICT e no periódico Ciência da Informação (RCI) da mesma instituição.

Neste primeiro momento, cabe analisar o surgimento do mestrado em Ciência da Informação do IBICT. Em um contexto histórico específico, o curso não seguiu o padrão tradicional de vinculação a uma IES ou ao MEC, sendo estabelecido por um instituto nacional de Bibliografia e Documentação. A conjuntura demonstra que a área possui a peculiaridade de

começar no âmbito da pós-graduação e que a mesma se beneficiou de infraestruturas existentes para sua institucionalização sócio-organizacional, onde a sua identidade começa a ser formada no contato com outros campos do conhecimento.

É lugar-comum que as crianças e os adolescentes crescem buscando conhecer aspectos de suas respectivas identidades. O mesmo processo ocorre em campos do conhecimento novos, como a Ciência da Informação. Enquanto esses campos trilham o caminho do autoconhecimento e do conhecimento da ambiência no qual estão envolvidos, os mesmos vão se construindo, se desconstruindo, se redescobrimdo, se deslocando. Oliveira (1998) discorre que a busca da identidade levou a Ciência da Informação a várias tentativas de fundir-se com outros campos, de formar a ocupar posição científica consolidada. As duas tendências mais visíveis foi um movimento em direção à Comunicação e a Ciência da Computação. No entanto, no decorrer desta subseção será possível observar uma aproximação maior com a Biblioteconomia e a Documentação.

Conforme enunciado na subseção anterior, o impulso internacional foi fundamental na construção de políticas de informação científica e tecnológica no Brasil. A UNESCO desempenhou um papel importante na fundação de centros nacionais de documentação em todo o mundo, na criação do CNPq e do próprio IBBD. Consoante Souza (2016), o divisor de águas para a ciência foi a Segunda Guerra mundial, seu fim e o surgimento da UNESCO. Nesse contexto a ciência passa a ser objeto de interesse das nações mais desenvolvidas que visavam ao seu controle. Na Guerra Fria, surgem as primeiras políticas voltadas para a Ciência, mas a UNESCO estava com os olhares voltados para os processos de crise colonialistas no continente africano. Alguns pesquisadores europeus perceberam que havia um hiato enorme entre cientistas de diversas áreas e que havia um grande contingente de cientistas tidos como “sem status” oriundos de países recém-proclamados independentes. Iniciava-se um regime de cientometria no mundo.

A geopolítica do conhecimento no mundo acentua as abissais diferenças entre as ciências desenvolvidas no Norte Global e no Sul Global, endossada pelo neoliberalismo que via de regra provoca uma mercantilização do conhecimento científico. No caso da Ciência da Informação, parece haver um caminho de reinvenção para área, seja do ponto de vista moderno ou pós-moderno, e, ainda, neoliberal.

A Ciência da Informação pode ser vislumbrada como uma ciência que, diante do mundo neoliberal, goza de certo privilégio, pois está sempre munida de ferramentas que fortalecem seu discurso moderno ou pós-moderno, ainda que o seja. Em um mundo fragmentado, a ciência neoliberal não escapa das mazelas do mercado voraz, de uma economia que tudo deglute e do

mundo financeiro insaciável. No entanto, a necessidade de estabilizar enunciados, um caráter estritamente moderno em sua concepção, não passou e permanece sendo fundamental para toda e qualquer ciência produzir as suas próprias verdades. E ainda que moderna, é neoliberal por vocação pela sua necessária condição de inscrever a realidade científica, em novos moldes, diversos de modelos anteriores pensados para a ciência nos séculos XVIII e XIX e, que quiçá, poderão ser novos para os próximos tempos (Souza, 2016).

A institucionalização social da Ciência da Informação parece ter origem na Biblioteconomia, visto que ela se beneficiou das estruturas formais da Biblioteconomia para se desenvolver e se institucionalizar. Tal desenvolvimento e institucionalização mantém estreita relação com o estabelecimento de cursos de pós-graduação e dos grandes sistemas de informação que pretendiam potencializar o fluxo de informações científicas no país (Eliel, 2008).

Essa relação entre a pós-graduação e a Ciência da Informação está em consonância com o modelo político econômico neoliberal, que se caracteriza pela diminuição do tamanho do Estado e pela ampliação da participação do mercado na ciência e na tecnologia. Por outro lado, vale salientar que a Ciência da Informação se desenvolve com estreita vinculação a programas governamentais, o que pode dificultar sua atuação em um novo regime de produção do conhecimento. Com efeito, a Ciência da Informação se desenvolveu e foi implantada em paralelo a organização da pós-graduação, sendo processo e produto desse movimento (Souza, 2012).

A Ciência da Informação está estruturada como campo científico institucionalizado, vinculado à pós-graduação, com representação na CAPES e no CNPq. Nesse sentido, destaca-se a ANCIB que atua na manutenção da institucionalização da área (Oliveira; Silva; Silva, 2020). Com efeito, a expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil alcançou a Biblioteconomia, motivando a criação de mestrados voltados para profissionais bibliotecários na perspectiva de formação continuada (Rodrigues; Oliveira; Juvêncio, 2022).

Segundo Fonseca (1974), a pós-graduação em Biblioteconomia era vista como uma necessidade decorrente do desenvolvimento deste campo e do advento de campos novos como Documentação e Ciência da Informação. À época, o autor já advogava que o país necessitava de mestres e de doutores não apenas em carreiras tidas como “tradicionais”, mas também nos serviços de informação.

Contudo, as primeiras iniciativas de pós-graduação na área não foram delimitadas especificamente em Biblioteconomia, mas em Documentação Científica e Ciência da Informação, ambas no âmbito do IBBD/IBICT.

Consoante Sambaquy (1978), nas décadas de 30 e 40 do século passado, é dado início a uma expansão no número de centros de documentação no Brasil, em diversos ministérios. Contudo, esses não se materializaram em serviços de informação propriamente ditos. Em um cenário de crescimento da literatura especializada acerca de dados e de informações, as técnicas empregadas pela Biblioteconomia e centros de documentação passaram a ser analisadas por uma ciência específica, a Ciência da Informação.

Novas formas de registros informacionais ampliaram o âmbito da Bibliografia, levando ao aparecimento da Documentação. Demandas sociais exigiram maior especialização no tratamento da informação, para cuja solução, novos especialistas e novas tecnologias passaram a ser desenvolvidos, originando a Ciência da Informação. Esta área como campo científico passa a considerar a Bibliografia, a Biblioteconomia e a Documentação como domínios suscetíveis de aplicabilidade dos resultados nas suas investigações (Zaher; Gomes, 1972).

Diante desse contexto, era inevitável que os profissionais das bibliotecas, dos arquivos e dos centros de documentação buscassem também formação na Ciência da Informação em gênese no contexto brasileiro. Segundo Sambaquy (1978), no Brasil desde 1955, o IBICT, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), oferecia o Curso de Documentação Científica (CDC) em nível de pós-graduação e desde 1970, o mestrado em Ciência da Informação. Aos poucos, os serviços e os objetivos que cabiam exclusivamente às bibliotecas passaram a ser ofertados por outras instituições como: Centros de pesquisa, Centros de Bibliografia e Indexação, Serviços de Informação, e Centros de documentação, entre outros.

Em entrevista, Zaher (1995, n.p.) esclareceu que

A idéia [sic] de se criar o CDC era dar uma especialização aos bibliotecários já formados, para que eles pudessem, dessa forma, voltar e também acompanhar o desenvolvimento nos seus próprios estados. Era um curso basicamente voltado para formar pessoas fora do Estado onde estavam, que era o Rio de Janeiro, e também atualizar os próprios professores, para criar uma nova formação e uma nova mentalidade [...]

O Curso CDC não foi criado por mim, mas por Lydia Sambaquy. Sei que, sendo o IBBD um órgão do Conselho Nacional de Pesquisas, as negociações foram feitas mediante convênios especializados, para fazer o que se chamava curso de extensão universitária. Esse curso foi muito atual na época e mostrou apenas suas deficiências posteriormente, quando o próprio pessoal que fazia o curso de especialização voltou para os seus estados e absorveu essas técnicas nos seus cursos de formação. Os currículos foram adaptados e, então, o CDC passou a ser um curso que só era novo para quem tinha se formado há muitos anos. Os novos egressos dos cursos nos estados e do próprio Rio de Janeiro estavam começando a sentir que havia uma repetição daquilo que já haviam aprendido nos seus cursos de graduação.

Na década de 60 do século passado, houve uma necessidade de padronizar o ensino de Biblioteconomia no Brasil. A Federação Brasileira de Bibliotecários, o Conselho Federal de Educação e outras entidades estabeleceram o currículo mínimo do curso de Biblioteconomia,

contemplando as seguintes disciplinas: História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Catalogação e Classificação, entre outras. As universidades tinham possibilidade de incluir outras disciplinas obrigatórias e eletivas, formando o currículo pleno dos respectivos cursos. Nos anos 80, foi criado o currículo multidisciplinar, o tempo mínimo de quatro anos de duração do curso e alterações curriculares, objetivando equilibrar a concepção francesa e a norte-americana na área (Davanso; Zanaga, 2011). Essa influência estrangeira já foi demonstrada nas seções anteriores. Agora, o exposto exemplifica a presença dela na Biblioteconomia, que, de certo modo, refletiu-se na Ciência da Informação.

Zaher (1995) relata que o CDC apresentava problemas, pois, embora fosse reconhecido como curso, não diplomava, chegando em um dado momento a ser um obstáculo para a criação do mestrado em Ciência da Informação. O IBBD não possuía professores em seus quadros, muito menos pessoas com doutorado. A solução encontrada foi convidar docentes do exterior que teriam competência para lecionar as disciplinas do mestrado e orientar trabalhos. Desse modo, a frequência no curso de mestrado era obrigatória para alguns servidores da instituição. A biblioteca do instituto tinha um bom acervo em Biblioteconomia devido ao CDC, mas para a formação do acervo na área de Ciência da Informação a falta de material foi um problema, além da falta de recursos.

A expansão da Biblioteconomia e do IBBD são impulsionadas pela precarização dos serviços de informação brasileiros. A escassez de material, de recursos e de mão de obra qualificada era um sinal patente da necessidade de maiores investimentos no setor que fora tido como estratégico em diversos momentos pelo Estado brasileiro (Gomes, 1988; Tarapanoff, 1992; Marteleto, 2009).

É importante contextualizar, ainda, que uma parte considerável das bibliotecas brasileiras não eram bem estruturadas no século passado. A graduação em Biblioteconomia, o CDC e outras formações continuadas não davam conta da expansão da pós-graduação no Brasil e dos avanços tecnológicos.

[...] as bibliotecas universitárias não tinham condição nem de acervo nem de prestação de serviços para apoiar de maneira adequada os novos cursos de pós-graduação que vinham aumentando bastante em número. Muitos professores desses novos cursos haviam se formado no exterior, e lá se habituaram com bibliotecas universitárias eficientes e bem providas. Esses professores, agora também pesquisadores, confrontados com bibliotecas pobres de acervo e serviços, pressionavam a Capes por melhorias. A Capes se esforçava para solucionar esses problemas.

O apoio dado aos novos cursos de pós, em todas as áreas, incluiu grandes repasses de verbas para compra de material bibliográfico, que tinham que ser administrados. A pressão sobre bibliotecas universitárias era grande, e sua deficiência, inclusive administrativa, afetava todos os cursos. Assim, a formação de bibliotecários tornou-

se um alvo importante para a Capes, que trouxe ao Brasil vários consultores estrangeiros, contratados especialmente para examinar esse problema, o problema da formação dos bibliotecários (Mueller, 2018, p. 255).

De modo concomitante às mudanças nos cursos de Biblioteconomia, a Ciência da Informação ganhava força no Brasil e no mundo. O cenário exposto permite inferir que a implantação do campo no Brasil se deu com base em estruturas pré-existentes, da Documentação, mas, mormente, da Biblioteconomia. Além disso, sua consolidação é motivada por demandas de lacunas na gestão informacional provocadas por avanços científicos e tecnológicos, bem como de lacunas formativas dos profissionais da informação da época. Tal cenário demonstra que a formação continuada para os profissionais da informação sempre foi imperativa, a fim de afastar o eminente e contínuo risco de tecnocídios nas atividades desses profissionais.

O surgimento da Ciência da Informação está intimamente relacionado à insuficiência dos serviços bibliográficos e documentais oferecidos até então. Em determinado momento da história, a atuação do IBBD consistia em um modelo híbrido entre Biblioteconomia e Documentação. De tal modo que a cisão entre bibliotecários e documentalistas observado em outros lugares do mundo não foi verificada fortemente no Brasil. Não existia, a rigor, documentalistas no Brasil. O fato é que não tínhamos cursos de documentação, exceção feita a este curso de especialização no IBBD. Essa instituição de certo modo criou um novo regime de informação no país. Isso ficou demonstrado com o fomento e a participação dos profissionais da informação da época em eventos científicos. O conjunto de práticas executadas pelo IBBD não pertenciam mais exclusivamente à Biblioteconomia. A hibridização entre a Biblioteconomia, a Documentação e a Informação Científica geraram uma lacuna teórico-metodológico que, posteriormente, seria ocupada pela Ciência da Informação (Oddone, 2005, 2006).

A Biblioteconomia tem sofrido consideráveis mudanças em suas práticas ao longo dos anos, conforme as mudanças sociais e as novas demandas informacionais. A necessidade de especialização no domínio de informação e tecnologia é uma necessidade. A formação continuada contribui tanto para o profissional se destacar no mercado de trabalho, quanto para que ele tenha domínio sobre ferramentas que o auxiliem na otimização do seu trabalho (Andrade; Fonseca, 2016).

Marteletto (2009) discorre que no início da organização do campo científico no país, no início do século XX, prevaleceu uma visão positivista do conhecimento. Os constructos científicos deveriam favorecer o desenvolvimento do país. Souza (2012) sopesa que essa

característica do Estado desenvolvimentista influenciou diretamente as áreas de IC&T. As descontinuidades e a falta de coordenação em projetos nessas áreas impactaram diretamente no desenvolvimento da Ciência da Informação.

As políticas nacionais de informação científica e tecnológica do século XX foram diametralmente influenciadas por países estrangeiros, estavam, pois, sintonizadas com as ideias da FID, mediadas pela UNESCO e pela IFLA, as quais levaram a uma espécie de fusão entre Biblioteconomia e Documentação. Nesse contexto, o IBBD cria o primeiro mestrado em Ciência da Informação no Brasil, cujos primeiros formadores foram majoritariamente norte-americanos e ingleses. Esse curso formou novos professores que ajudaram na criação de novos cursos de pós-graduação da área na década de 1970 (Marteleto, 2009).

No Brasil, a Ciência da Informação foi implantada inicialmente de modo exclusivo no âmbito da pós-graduação e da pesquisa, promovendo aproximações com outras áreas do conhecimento de onde vinham os discentes dos primeiros cursos. Muitos dos cursos, principalmente, a partir da década de 90, acrescentaram disciplinas e/ou conteúdo a partir de questões levantadas na pós-graduação. Esse movimento pode ser observado na relação da Ciência da Informação com a Biblioteconomia. Em alguns casos, é possível encontrar sobreposições de registros de programas de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Por exemplo, os cursos de mestrado em Biblioteconomia da UFMG, UFPB e UNB, implantados na década de 70, foram considerados como integrantes específicos do quadro da pós-graduação em Ciência da Informação (Souza, 2012).

É importante não perder de vista os indícios encontrados até então no que se refere a institucionalização social da área. Primeiro, o modelo desenvolvimentista do Estado Brasileiro no cenário pós Segunda Guerra Mundial, bem como os investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia foram um terreno fértil para a implantação da Ciência da Informação no Brasil. Além disso, novas demandas informacionais, científicas e tecnológicas que não eram satisfatoriamente atendidas pela Biblioteconomia e pela Documentação abriram espaço para um novo campo, a Ciência da Informação. Vale salientar que toda essa conjuntura foi influenciada diretamente pelo cenário geopolítico internacional que não tardou em ecoar no Brasil. Todos os indícios mencionados foram impulsionados de fora para dentro, ou seja, não ocorreram por livre iniciativa nacional.

Enfim, é possível considerar que a institucionalização social da Ciência da Informação não pode ser considerada uma plantação nova em um solo virgem, mas que, na verdade, se tratou da (im)plantação fecunda de uma nova área em solo que já havia sido preparado por uma conjuntura socioeconômica externa que interferiu nas políticas públicas brasileiras e pela

infraestrutura material oriunda da Biblioteconomia e da Documentação. Em outras palavras, tal qual a parábola cristã do grão de mostarda, a Ciência da Informação como semente pequena caiu em um solo fértil, porém, preparado para o cultivo de outros frutos (Biblioteconomia e Documentação), e vem crescendo copiosamente, em certos momentos, tornando-se uma árvore tão grande que encobre outras árvores já existentes na messe.

“Vale lembrar que o surgimento da pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil foi criticado por não ter sido feita uma revisão prévia do conceito” (Miranda; Barreto, 2000). Em outras palavras, é possível conjecturar, com base no que fora exposto até aqui, que a Ciência da Informação chegou ao país impulsionada pela conjuntura socioeconômica brasileira pujante à época (modelo desenvolvimentista) e por órgãos internacionais como a UNESCO, utilizando-se de estruturas pré-existentes, sobretudo da Biblioteconomia e da Documentação. Porém, é bastante provável que os primeiros profissionais brasileiros que tiveram contato com a área não soubessem plenamente o que era Ciência da Informação, com raras exceções.

Aqui fica evidente, a imbricação entre institucionalização social e cognitiva. O rastro encontrado em Miranda e Barreto (2000) parece indicar que, desde a gênese da área no mundo, a institucionalização cognitiva da área já fora prejudicada, pois não havia uma clareza conceitual acerca do que se entendia por Ciência da Informação. No contexto brasileiro, é possível imaginar que não tenha sido fácil para os primeiros alunos do IBICT compreenderem o que estudavam e que talvez a compreensão que eles tinham da área fosse diferente do que entendesse atualmente. Além disso, vale lembrar que parte dos primeiros docentes do curso eram estrangeiros e que a comunicação pode ter sido prejudicada pelas diferenças linguísticas.

Consoante Eliel (2008), para que a Ciência da Informação tenha suas estruturas científicas consolidadas, é inescusável solidificar as bases da sua institucionalização científica e social. É necessário estabelecer consensos às questões teórico-metodológicas da área, seus conceitos, seu objeto de estudo, suas articulações interdisciplinares, suas linhas de pesquisa.

Santos *et al.* (2023) fez um levantamento acerca dos cursos de graduação na área de Ciência da Informação no Brasil. Na ocasião, os autores consideraram área de Ciência da Informação também os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação e Museologia. Os resultados evidenciaram 109 cursos na modalidade presencial e à distância distribuídos em 60 instituições de ensino superior do país. Chama atenção o fato de que alguns desses cursos foram extintos, outros estavam em processos de extinção e que apenas quatro eram cursos de graduação em Ciência da Informação: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Biblioteconomia e Ciência da Informação; USP

- Biblioteconomia e Ciência da Informação⁴⁶; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Ciência da Informação; Universidade São Judas Tadeu (USJT) – Ciência da Informação. Vale salientar que a última mencionada é uma instituição privada e que parece não ofertar mais vagas de ingresso no curso.

Vale ressaltar que somente há um curso de graduação ativo específico em Ciência da Informação no país. Esse indício permite inferir que ainda é possível que a pós-graduação (lugar de produção científica por excelência) na área pode receber alunos com pouco ou nenhum conhecimento acerca de Ciência da Informação. Ainda que haja uma tendência de que as graduações em Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Gestão da Informação ofertem disciplinas que contemplem a Ciência da Informação em algum momento. Um aluno de pós-graduação dessas áreas ingressante em um mestrado em Ciência da Informação pode encontrar dificuldades no aprofundamento teórico-metodológico da Ciência da Informação. Cabe, no mínimo, a reflexão que tal cenário pode influenciar a produção científica da área e, por conseguinte, a institucionalização cognitiva desta.

A Ciência da Informação é fruto da atividade humana e está sendo construída por diversos agentes sociais que são regulados socialmente (pesquisadores, profissionais, instituições de ensino e fomento, associações profissionais e científicas, entre outros) envolvidos com o ensino, a pesquisa e as práticas de organização e recuperação da informação. Essa ciência se dedica ao estudo da informação e às relações sociais envolvidas com os processos de tratamento e de acesso (Almeida, 2006).

Consoante Souza (2012), a implantação e a institucionalização da Ciência da Informação, no Brasil, acompanham as transformações ocorridas no regime de produção do conhecimento da sociedade contemporânea. A sua história retrata as idiossincrasias brasileiras, mas não se desvincula do cenário internacional. Nessa direção, outros teóricos da área enunciam que a institucionalização da Ciência da Informação no Brasil acompanhou os contextos históricos e econômicos (cenário pós-guerra, aumento da produção e circulação da informação, guerra fria, entre outros, alicerçada, também, pelo desenvolvimento cognitivo desse campo científico, em nível internacional (Arboit; Bufrem; Kobashi, 2011).

A institucionalização da Ciência da Informação é identificada por meio do seu reconhecimento enquanto prática científica, bem como sua natureza social, condição indissociável do seu fazer científico. A institucionalização tem base não só entre os pares, a

⁴⁶ No entendimento do autor deste estudo, esses, a rigor, não são cursos em Ciência da Informação, mas em Biblioteconomia com acréscimos de conteúdos daquela área.

partir de consensos conceituais, de teorias e de métodos, como também através da promoção da pesquisa científica e de sua publicação em diversas bases (Martins, 2014).

A institucionalização de um campo está atrelada a estruturas formais materializadas em infraestruturas que propiciam o estabelecimento de uma área perante a sociedade. É essa ambiência estrutural que propiciará uma base para a formação intelectual dos pesquisadores daquele campo, para o desenvolvimento de eventos científicos, para o desenvolvimento de estruturas que acomodam a produção científica (revistas científicas, teses, dissertações, entre outros), para proposições de políticas públicas e fomentação do debate do campo científico com a sociedade de modo geral.

Face ao exposto, é possível observar que, logo no início da história da Ciência da Informação no país, há uma notória organização externa do campo, visibilizada pela integração social com outras comunidades científicas (Biblioteconomia e Documentação, posteriormente, Arquivologia e Museologia). Tal cenário demonstra relativo grau de envolvimento e de reconhecimento da área por outros campos científicos. Além disso, vale salientar a considerável alocação de recursos para a implantação da área no país, materializada no custeio da vinda de especialistas estrangeiros para trabalhar na área, visitas técnicas, entre outros. Não obstante, todo o empenho para a implantação da Ciência da Informação foi influenciado pelas políticas nacionais de informação científica e tecnológica. Todos estes elementos são sinais de que a Ciência da Informação brasileira não tardou em alcançar parcialmente requisitos para um considerável nível de institucionalização.

Há uma década e meia atrás, Loureiro-Alves (2010) já discorrera na ocasião de sua tese de doutorado que, naquele momento, a Ciência da Informação já possuía um certo grau de institucionalização.

[...] a CI brasileira possui um certo grau de institucionalização. O aspecto cognitivo apresenta coerência, mas o aspecto social apresenta problemas em relação ao controle dos eventos científicos e a existência de periódicos ligados aos programas de pós-graduação, especialmente os que oferecem cursos de doutorado (Loureiro-Alves, 2010, n.p.)

Na esteira das conclusões de Loureiro-Alves (2010), esta seção segue a análise da institucionalização social com base nos elementos (periódicos científicos e eventos) sinalizados pela autora, a fim de verificar avanços ou retrocessos. No que concerne aos periódicos científicos, a área possui um bom espaço para a inserção das suas produções científicas. Consoante Souza (2012, p. 51), “O periódico científico corresponde a outro importante componente do processo de institucionalização do campo científico.

Além da pioneira Revista de Ciência da Informação (RCI), o desenvolvimento da área no Brasil e na América Latina contou com a contribuição de outros periódicos, muitos em colaboração com a Biblioteconomia. Mueller, Campello e Dias (1996) destacam: B & C Revista de Biblioteconomia e Comunicação; Informação & Sociedade: Estudo; Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG; Revista de Biblioteconomia de Brasília; e Transinformação (1989). Pinheiro, Bracher e Burnier (2005) complementam essa lista com seis periódicos brasileiros de Ciência da Informação: Data Grama Zero; Perspectivas em Ciência da Informação; Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação; Morpheu; RDBCI - Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação; e Em Questão.

Em uma pesquisa mais ampla, Arruda, Felipe e Santos (2020), analisaram a BRAPCI que coleta, armazena e indexa publicações científicas da Ciência da Informação. A confiabilidade da base vem do fato de o material indexado já foi avaliado pela academia ou é proveniente de eventos que possuem normas rígidas para a publicação de trabalhos. Na ocasião, os autores verificaram que a maioria das publicações inseridas na base são nacionais. Dos 82 periódicos científicos, apenas 14 são internacionais, provenientes de países como: México, Cuba, Peru, Costa Rica, Espanha, Portugal, Argentina, entre outros.

Vale ponderar que dentre os dados apresentados, há periódicos de outras áreas do conhecimento inseridas dentro do grande campo Ciência da Informação, a saber: Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Museologia, entre outros. Em conformidade com Souza (2012), a CAPES, como órgão responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil, possui uma política específica para avaliar a qualidade das publicações periódicas. Essa política exerce um papel fundamental no incentivo à produção científica de qualidade na área da Ciência da Informação, contribuindo para o crescimento e o aprimoramento dos periódicos nacionais.

A análise de Souza (2012) revela que a substituição de periódicos da Biblioteconomia por publicações da Ciência da Informação não foi um processo de mera descontinuidade. Essa mudança, que também se reflete nas relações com outras áreas, tais como Arquivologia e Museologia, demonstra o crescimento e a consolidação da Ciência da Informação. A emergência de novos periódicos, com escopo e diretrizes distintos, evidencia a autonomia e a especificidade da área.

No que concerne aos eventos, por exemplo, o ENANCIB se consolidou como principal evento nacional na área, sendo uma importante ocasião de encontro de pesquisadores de todo o país, promovendo discussão e comunicação científica, bem como um intercâmbio cultural e epistêmico entre cientistas da informação brasileiros e, até mesmo, estrangeiros. Segundo Alves

(2021), a primeira edição ocorreu em 1994 e entre as primeiras edições do ENANCIB ocorreram alguns hiatos na realização do evento; no entanto, a partir da sexta edição do evento, ele passa a ocorrer de forma ininterrupta até o ano de 2020, ano em que o evento foi adiado em virtude da pandemia do vírus da Covid-19. Passado o período pandêmico, o evento continua sendo realizado anualmente. A continuidade do evento é uma demonstração de controle e de organização dos eventos da área.

O ENANCIB é organizado com base em Grupos de Trabalhos (GTs) com recorte temático da área que, nos entendimentos de Silva e Eirão (2019), evidenciam que a Ciência da Informação, desde sua origem, é intrinsecamente multidisciplinar. Com efeito, a informação, como objeto de estudo, é um fenômeno complexo, com múltiplas facetas e interpretações. Os GTs do ENANCIB, ao refletir essa diversidade, reúnem pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que, em conjunto, buscam desvendar os enigmas da informação e suas implicações na sociedade. Essa abordagem multidisciplinar é fundamental para avançarmos no entendimento de um campo tão vasto e dinâmico. Atualmente, o ENANCIB possui 12 GTs:

- GT 01 – Estudos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação;
 - GT 02 – Organização e representação do conhecimento;
 - GT 03 – Mediação, circulação e apropriação da informação;
 - GT 04 – Gestão da informação e do conhecimento;
 - GT 05 – Política e economia da informação;
 - GT 06 – Informação, educação e trabalho;
 - GT 07 – Produção e comunicação da informação em Ciência, Tecnologia & Inovação;
 - GT 08 – Informação e Tecnologia;
 - GT 09 – Museu, patrimônio e informação;
 - GT 10 – Informação e memória;
 - GT 11 – Informação e Saúde.
 - GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades.
- (Alves, 2021).

O ENANCIB se configura como um ambiente dinâmico e plural de discussão e de produção de conhecimento na área da Ciência da Informação. Seus GTs, constantemente reconfigurados a partir dos contextos socioeconômico, político e tecnológicos, entre outros, espelham as complexidades e os desafios da sociedade contemporânea. A diversidade temática desses grupos torna o evento uma fonte inestimável de dados e de pesquisas para a área, ao mesmo tempo em que revela a necessidade de aprofundar a discussão sobre questões como raça, gênero e orientação sexual, ainda pouco exploradas nas produções científicas apresentadas. Além disso, as disputas epistemológicas presentes nos GTs demonstram a vitalidade do debate científico na área (Alves, 2021). Nessa conjuntura de disputas epistemológicas, vale destacar avanços na área. A criação do GT 12, em 2021, representou um passo concreto na desarticulação do epistemicídio negro e na valorização de estudos com

temáticas voltadas à informação, aos estudos étnico-raciais e a diversidades de modo geral. No período anterior a criação deste GT, pesquisadores que desenvolviam estudos dentro deste escopo temático precisavam adequar suas pesquisas para o escopo temático dos outros GTs (Alves; Cortês, 2023).

Outros eventos merecem destaque por suas contribuições à área da Ciência da Informação. Embora não tenham a mesma longevidade do ENANCIB, vêm se consolidando como importantes fóruns de discussão, troca de conhecimento e produções científicas qualificadas. O Encontro Regional de Educação em Ciência da Informação (ERECIN), por exemplo, tem sido fundamental para descentralizar os eventos nacionais. Com cinco edições realizadas, a última em Salvador, Bahia, o encontro demonstra sua relevância para a comunidade acadêmica. O Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação (CINFORM) também possui uma trajetória consolidada, com sua 16ª edição realizada em Salvador. Outra iniciativa de destaque é o Seminário Internacional de Informação, Tecnologia e Informação (SITI), organizado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em parceria com a Universidad Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM) do Peru. Com seis edições realizadas, o SITI se destaca como um evento técnico-científico que reúne pesquisadores do Brasil e de outros países, contribuindo para a agenda da Ciência da Informação.

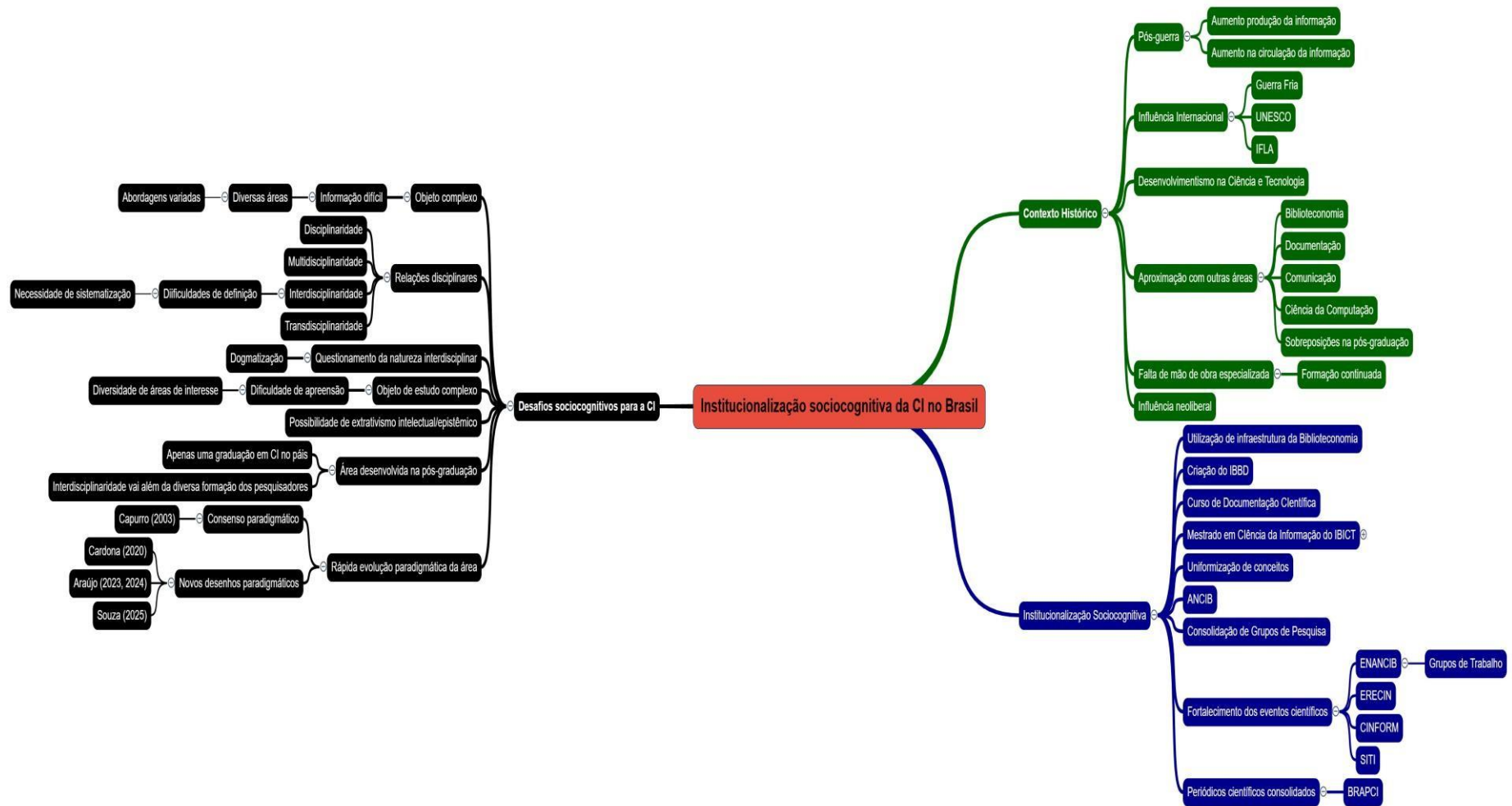
Os dados bibliográficos analisados revelam um avanço significativo da Ciência da Informação nos quesitos periódicos científicos e organização de eventos, áreas que Loureiro-Alves (2010) considerava como pontos de melhoria para a institucionalização social. Essa evolução demonstra o progresso da área em direção a um alto nível de institucionalização social do campo.

Em relação aos grupos de pesquisa, Batista e Farias (2019) realizaram uma consulta ao Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP), no Brasil, do CNPq e constaram a existência de 303 grupos de pesquisa na Ciência da Informação, dentro dos critérios de sua pesquisa. O cenário demonstra que a área possui certo nível de robustez científica e de organização de produção científica.

Em conformidade com Silva e Freire (2015), parte do desenvolvimento científico da Ciência da Informação, no Brasil, é decorrente da criação de associações científicas que respaldam a produção científica da área, especialmente, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), que busca fortalecer a identidade científica e institucional da área. Barreto (2009), um de seus fundadores, relata que ela foi criada em 1989 e não nasceu, unicamente, pela vontade e afinidade de seus membros pertencentes a uma área do conhecimento autônoma. Não foi resultado de um movimento de agregação para

representar os interesses de pesquisa ou de associação com interesses comuns compartilhados. Todavia, desde sua gênese, a associação tem procurado conhecer e dar diretrizes da área. Para Feldman, Oliveira e Souza (2023), a ANCIB tem, por finalidade, acompanhar e estimular as atividades de formação no contexto da Pós-Graduação, promovendo a pesquisa em Ciência da Informação no país. Constitui-se em uma importante instância de representação científica e política das questões inerentes à área da informação.

Figura 8 – Mapa teórico-conceitual da institucionalização sociocognitiva da Ciência da Informação no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

5. A INFLUÊNCIA DE OUTSIDERS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO SOCIOCOGNITIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA: TRILHAS INDICIÁRIAS

[...] a ciência moderna sempre foi uma ciência produzida por alguém de fora sobre alguém de dentro (a velha distinção entre outsiders e insiders), sendo este último concebido como objeto de investigação, provável fornecedor de informação, mas nunca de conhecimento. (Santos, 2019, p. 220).

Assim como um rio brasileiro, que se origina a partir de inúmeras nascentes, a Ciência da Informação brasileira recebe as contribuições de diversas fontes, como discutimos na seção anterior. Em seus primórdios, a corrente principal foi moldada pelas águas cristalinas e turvas dos afluentes coloniais de relações de poderes, de seres e de saberes estrangeiros, que trouxeram consigo experiências, conhecimentos e perspectivas distintas. Ao comparar a Ciência da Informação a um rio, buscamos evidenciar a influência de fontes externas em sua formação. Embora seja uma condição, relativamente, sociocultural que novos campos do conhecimento sejam influenciados por pesquisadores de outros países, é fundamental discutir como essa influência se deu no contexto brasileiro. A questão não se limita na simples participação de estrangeiros, mas, como vimos anteriormente, envolve uma análise mais profunda sobre como esses processos moldaram a implantação, a institucionalização e, em certa medida, a identidade da Ciência da Informação no país.

De fato, a trajetória histórica da ideia de pertencimento e de identidade está intrinsecamente ligada à divisão colonial entre metrópoles e territórios colonizados. As sociedades metropolitanas construíram uma narrativa na qual se auto atribuíam a condição de representantes da humanidade e da universalidade. Essa autoproclamação, por um lado, estabeleceu dois modos cruciais de pertencimento: o de ser individual (histórico) e o de ser universal (a-histórico). Por outro lado, essa mesma autoproclamação implicava em uma diferença radical e hierarquizada em relação aos outros. Tudo o que se distanciava desse padrão era considerado uma monstruosidade, uma forma de existência inferior. A questão do pertencimento, como expressão de diferença e de identidades marginalizadas, foi, portanto, relegada aos grupos sociais subalternos. Essa desqualificação não se restringia aos âmbitos social e político, mas se estendia a níveis mais profundos, como o ontológico, o epistemológico e o metodológico (Santos, 2019).

Nesse contexto, é fundamental, recordar que a implantação da Ciência da Informação foi marcada por uma série de fatores que, entre outros, compreendem a influência de políticas

econômicas, inicialmente desenvolvimentistas durante o regime militar e, posteriormente, neoliberais no período republicano; a importação de modelos universitários estrangeiros, sobretudo, norte-americanos; as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação; e a interação disciplinar com outros campos do conhecimento, como Biblioteconomia e Documentação. Convém recordar que o mestrado do IBBD costuma ser delimitadas em três fases: implantação (1970-1982), transitória (1983-1986), e consolidação (a partir de 1987). Ainda retomando, vale ressaltar que a área emerge por impulso da UNESCO que almejava criar um sistema mundial de informação científica e tecnológica e sistemas nacionais para serem interligados a este sistema mundial (Pinheiro; Loureiro, 1995). Neste sentido, o presente estudo considera o recorte das décadas de 70, 80 e 90 como as melhores para observar a institucionalização social e cognitiva da área, na medida em que parte da implantação e alcança o início do processo de consolidação.

Retomando a fundamentação teórica, o Estado brasileiro, em grande parte do período deste estudo, estava sob o regime ditatorial militar, caracterizado por desenvolvimento econômico e indicadores sociais negativos, como a fome. Nesse contexto, o país alinhou-se aos interesses norte-americanos, importando modelos estrangeiros para a educação superior. Mesmo em estudos científicos de ciências sociais aplicadas, que se caracterizam pela aplicação teórica e técnica, a conjuntura social é fundamental para a institucionalização cognitiva de um campo, sobretudo, um emergente como a Ciência da Informação.

O período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi caracterizado por um paradoxo entre o discurso de desenvolvimento econômico e a persistência de graves problemas sociais. O "milagre brasileiro" (1968-1974), marcado por elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), contrastava com a estagnação e, em alguns casos, a piora das condições de vida da população. A má distribuição da renda, conforme demonstrado por estudos como o Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) de 1974/1975, evidenciou que 67% da população apresentava um consumo energético inferior às necessidades nutricionais mínimas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o que resultava em quadros de desnutrição energético-proteica em 46,1% dos menores de cinco anos, 24,3% dos adultos e idosos do sexo masculino e 26,4% do sexo feminino (Vasconcelos, 2023).

É certo que a influência da conjuntura socioeconômica poderia ter incentivado a produção de estudos sociais de cunho mais crítico. Contudo, o período foi atravessado por um momento de obscurantismo e perseguição política e ideológica, que resultou em perseguição, exílio, prisão e morte de intelectuais. Essa conjectura pode ter direcionado a área para uma institucionalização cognitiva na perspectiva dos paradigmas físico e cognitivo descritos por

Capurro (2003), podendo ter resultado em um represamento de estudos de caráter social e crítico.

Então, vale recordar Souza (2011), para quem os movimentos de transformações científicas e tecnológicas e o aumento da produção técnico-científica, que ocorreram em outros países em meados do século XX, especialmente nos EUA e na Europa, foram determinantes para a implantação e a consequente institucionalização da Ciência da Informação no Brasil. Em todos os eventos supracitados está evidenciada a intervenção estrangeira na área, desde a sua ontogênese até a sua implantação e a consolidação no Brasil e na América Latina. Nesse sentido vale, inicialmente, destacar três documentos que demonstram tal intervenção, a saber, o Plano Atcon, o Relatório Meiras Mattos e o Relatório do Bibliotecário britânico Peter Havard-Williams.

O plano Atcon é um documento resultado do estudo realizado pelo consultor americano Rudolph Atcon, em 1965, a convite do Ministério da Educação (MEC), a fim de reformar administrativamente as universidades brasileiras baseadas nos princípios básicos de rendimento e de eficiência. O documento evidencia que Atcon prestou consultoria para outros países do Sul Global como Chile, Colômbia, Honduras, Venezuela e Caribe. Os trabalhos dele resultaram em reformas integrais das “estruturas primitivas” de algumas dessas universidades (Atcon, 1966).

Ainda que de modo inconsciente e feita a convite, a atuação de Atcon na América do Sul e no Caribe, especialmente no Brasil, é similar à de um colonizador intelectual que diz ao colono embrutecido o que fazer, como fazer e quando fazer. A colonialidade do saber no ensino superior é patente e um sinal visível da prostração brasileira ao *modus operandi* capitalista de produção de conhecimento.

O Relatório Meira Mattos⁴⁷ advogava uma forte intervenção do Estado brasileiro nas universidades sob a prerrogativa de alcançar a ordem e o progresso no país. No entanto, a disputa ideológica característica da Guerra Fria aparece em diversas partes do texto, evidenciando a prostração ideológica brasileira ao modelo capitalista, em contrapartida ao apoio norte-americano de estruturação das universidades brasileiras. O clichê de que a universidade seria um lugar de pensamento plural e diverso parece nunca ter sido verdadeiro. Ainda hoje essa realidade parece presente ainda que as avessas.

Em termos ideológicos e políticos inexiste uma liderança estudantil democrática autêntica, combativa, apta a lutar por ideias próprias, por objetivos legítimos. A

⁴⁷ Em entrevista concedida a Otávio Luiz Machado, ao comentar supostos privilégios dentro da universidade, o general Meira Mattos evidencia o objetivo mais escuso do relatório: “[...] no meu relatório eu propunha que se acabasse com a universidade pública. Ela seria sempre uma fundação. E na fundação, o governo teria bolsistas.” (Machado, 2006, p. 4).

grande maioria dos estudantes, mesmo nos grandes centros do Rio de Janeiro e São Paulo se declara anti-esquerdista (77% mais ou menos, segundo pesquisa IBOPE). Entretanto, essa arrasadora maioria não encontra uma liderança capaz de transformar as suas idéias [sic], os seus interesses [sic], em instrumentos de afirmação e luta dos setores estudantis. Entre os 23% que se dizem esquerdistas, há os imaturos, em maior número, cujos impulsos de simpatia pela esquerda ainda não se transformaram em posição ideológica. Dêses [sic], apenas 10%, se tanto, e tão-somente [sic] nos grandes centros do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Brasília, representa uma minoria politizada (Mattos; Gomes; Silva; Veiga; Vasconcelos, 1968).

O Relatório da Equipe de Assessoria do Planejamento do Ensino Superior (EAPES) se dá em suas quase 700 páginas. No documento, fica evidente a intenção de adoção do modelo norte-americano de universidade com estrutura departamental em boa parte das universidades. O termo “norte-americana” aparece 23 vezes no documento, o termo “norte-americano” 15 vezes, sem contar termos similares. Então, resta claro que todo o documento se trata de uma análise de como implantar o modelo universitário norte-americano no Brasil (Brasil, 1969). Segundo Silveira (2020, p. 284), “Materializa-se, assim, nos trabalhos da EAPES, a proposta de Anísio Teixeira que toma como paradigma o modelo norte-americano de universidade moderna”.

O bibliotecário britânico Peter Havard-Williams, que auxiliou na organização do curso da UNB, elaborou um relatório para a CAPES durante sua estadia no Brasil. Reconhecido por seu trabalho em países em desenvolvimento, atuou como consultor para UNESCO, União Europeia, Conselho da Europa, *British Council* e outras instituições. Em abril de 1975, a CAPES, com o apoio do Conselho Britânico, o convidou para desenvolver um programa de pós-graduação em Biblioteconomia no Brasil. A CAPES, buscando solucionar a falta de profissionais qualificados para bibliotecas universitárias, também convidou J. Belzer, M. Broome, L. Vagianos e W. L. Saunders. Havard-Williams publicou dois trabalhos: "S.E.O.: A Biblioteconomia no Brasil" e "Postgraduate education for library and information science in Brazil", ambos em 1975. Ele apontou a necessidade de reformular o ensino e o perfil dos bibliotecários, defendendo maior qualificação e reconhecimento profissional. Para ele, a solução para o déficit quantitativo e qualitativo de bibliotecários no Brasil seria a criação de cursos de pós-graduação, com foco na ampliação do conhecimento em outras áreas (Rodrigues; Oliveira; Juvêncio, 2023).

Em síntese, o Plano Atcon demonstra a postura subserviente do Estado brasileiro diante de modelos educacionais estrangeiros, em detrimento do desenvolvimento de uma educação nacional com traços de identidade brasileira, que levou a reproduzir a colonialidade do saber. O relatório Meira Mattos, apesar de ser de autoria brasileira, ilustra a intervenção do capitalismo na educação nacional e a prevalência do paradigma educacional norte-americano. A atuação de

Peter Havard-Williams explicita a interconexão entre Ciência da Informação e Biblioteconomia, indicando que seu relatório pode ter sido um catalisador para a expansão da pós-graduação em ambas as áreas, como corroborado por Rodrigues, Oliveira e Juvêncio (2022), no que tange à formação continuada em Biblioteconomia. De fato, a trajetória da ciência brasileira, de modo geral, e da Ciência da Informação, em particular, ecoam o que foi enunciado na epígrafe desta seção por Santos (2019), que se traduz em uma produção fortemente marcada pela influência exógena.

A presente seção apresenta os achados da pesquisa, que indiciam a conformação de elementos da institucionalização cognitiva e social da Ciência da Informação, no Brasil, com foco no perfil e na atuação de intelectuais estrangeiros que foram pioneiros na introdução da área de estudo no país, especialmente, com a implantação do Curso de Mestrado em Ciência da Informação no, então, IBBD⁴⁸. Nessa perspectiva, são analisadas e discutidas suas contribuições científicas, suas orientações de dissertação e os registros documentais de sua passagem pelo país. A partir desses dados, buscamos identificar a presença de elementos característicos da colonialidade do saber, conforme os indicadores apresentados na subseção 3.2 (ver figura 4), em consonância com as principais características do paradigma científico dominante/ciência moderna: objetividade e neutralidade; mecanicismo e determinismo; quantificação e matematização; separação entre conhecimento científico e senso comum; especialização e fragmentação; e estabelecimento de leis, teorias e metodologias universais (Santos, 2018). Além disso, a análise busca observar a influência dos *outsiders* na institucionalização sociocognitiva da área com base nos elementos enunciados na seção 4.

5.1. Perfil dos *outsiders* que atuaram na implantação e na institucionalização da Ciência da Informação brasileira

Para uma análise profunda, é crucial transcender a dicotomia simplista entre "nós" e "eles". Devemos explorar as complexas relações de poder que moldam identidades e processos de inclusão/exclusão, evitando generalizações que demonizam o "outro". Essa negação, frequente do Norte Global para o Sul Global, revela a divisão abissal entre metrópoles e territórios coloniais.

⁴⁸ É possível identificar uma sobreposição de registros nos programas de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Os cursos de mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade de Brasília, pioneiros na década de 1970, são exemplos dessa sobreposição, sendo considerados como componentes específicos da pós-graduação em Ciência da Informação (Souza, 2012)

Para compreender a formação da Ciência da Informação no Brasil, é crucial analisar a influência de intelectuais estrangeiros, considerados os "afluentes" que moldaram o "rio" da área. Este estudo investiga o impacto desses pesquisadores, examinando suas contribuições através de: publicações em periódicos brasileiros, orientações de dissertação e na produção científica de seus respectivos orientandos. O objetivo é evidenciar como suas ações contribuíram para a institucionalização da Ciência da Informação no país. O Quadro 3 apresenta detalhes biográficos e bibliográficos desses intelectuais.

Quadro 3 – *Outsiders* implantadores da Ciência da Informação brasileira (continua)

Docente	Biografia
 Frederick Wilfrid Lancaster⁴⁹ (1933-2013)	Britânico, radicado nos EUA. Graduação em Biblioteconomia/Ciência da Informação na Newcastle School of Librarianship. Advogado formado Nortumbria University em Newcastle. Atuou como bibliotecário na Biblioteca Pública de Akron (Ohio, EUA), na Babcock and Wilcox Company. Assistente de pesquisa na na Association for Special Libraries and Information Bureaux (ASLIB). Pesquisador na pesquisa na National Library of Medicine (NLM). Professor da University of Illinois (EUA. Consultor da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Agência Central de Inteligência (CIA), Instituto Americano de Cinema, Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA, Instituto Nacional de Doenças Neurológicas e Acidente Vascular Cerebral (EUA), Centro de Documentação da Liga Árabe no Egito, as Bibliotecas Nacionais da Austrália e da Venezuela e o Escritório Nacional de Informação Científica e Técnica em Paris. Áreas de interesse: recuperação da informação, indexação. (Souza; Carvalho; Ramos, 2020); (Nunes; Souza, 2023).

⁴⁹ Fonte da imagem: https://en.wikipedia.org/wiki/Frederick_Wilfrid_Lancaster. Acesso em: 23 jan. 2025.

 Tefko Saracevic⁵⁰ (1930-2024).	Croata, radicado nos EUA. Graduação em Engenharia Elétrica na Faculdade de Tecnologia da Universidade de Zagreb, na Croácia (1952-1957). Mestrado em Biblioteconomia/Ciência da Informação (1962) e Doutorado em Biblioteconomia/Ciência da Informação (1970), ambos pela em Biblioteconomia/Ciência da Informação. Atuou como professor da Case Western Reserve University (EUA) e na University Rutgers. Presidente da American Society for Information Science (ASIS, atual ASIS&T). As áreas de interesse: avaliação de desempenho dos sistemas de recuperação da informação e bibliotecas digitais, estudo de usuários, uso da biblioteca, e dos serviços de informação (Pinheiro; Silva; Araújo, 2011); (Souza; Carvalho; Ramos, 2020).
 Jack Mills (1918-2010)	Britânico com formação em Biblioteconomia, docente na Polytechnic of North London, School of Librarianship (Reino Unido). Mentor e revisor da Classificação Bibliográfica de Bliss. Membro do Classification Research Group (CRG). Áreas de interesse de pesquisa: classificação e recuperação da informação (Souza; Carvalho; Ramos, 2020). Suas pesquisas são consideradas pioneiras e de alto impacto na Ciência da Informação. Atuou nas áreas da catalogação e classificação bibliográfica, além de ter trabalhado no desenvolvimento de uma edição revisada (BC2) da Bliss Bibliographic Classification. Seu trabalho na revista influenciou outros sistemas de classificação: tesouros, vocabulários controlados (Miglioli; Araújo, 2019) com base em Broughton (2010).
 Douglas John Foskett (1918-2004)⁵¹	Inglês, nascido em Londres. Bibliotecário, educador e Teórico de Classificação. Formado na Bancroft's School e na University of London. Em sua atuação na Biblioteca do Instituto de Educação da Universidade de Londres, desenvolveu e implementou um esquema de classificação especializado em Educação, visando organizar as coleções da biblioteca. Foi um dos membros fundadores do CRG e um participante ativo da British Library Association. Sua contribuição se estendeu ao Comitê Consultivo Internacional de Bibliotecas, Documentação e Arquivos da Unesco, do qual fez parte por cinco anos. Além disso, atuou como professor visitante no MIT, em Gana, Ibadan, no Brasil (IBBD/IBICT) e na Islândia. Ele se destacou como um dos primeiros a evidenciar a importância dos aspectos culturais na OC, através

⁵⁰ Fonte da imagem: <https://www.unizd.hr/eng/info-and-press/view/professor-emeritus-tefko-saracevic-honorary-doctor-of-the-university-of-zadar-has-passed-away>. Acesso em: 23 jan. 2025.

⁵¹ Fonte da imagem e de algumas informações do currículo: <https://www.isko.org/cyclo/foskett>. Disponível em: 24 fev. 2024.

	da teoria dos níveis integrativos (Miranda; Campos, 2022).
 Lavahn Marie Overmyer⁵² (1910-2005)	Norte-Americana com formação em Biblioteconomia, docente da Case Western Reserve University (EUA) e pesquisadora do uso das bibliotecas como um sistema de informação (Souza; Carvalho; Ramos, 2020). Foi a primeira pesquisadora estrangeira que publicou, no periódico Ciência da Informação, já em seu ano de lançamento (1972), o artigo intitulado Libraries, technology, and the need to know. Ela é considerada a pioneira na Ciência da Informação, no Brasil (Alvares; Pinheiro; Rezende, 2018).
 Bert Roy Boyce⁵³	Norte-Americano, Graduado em História. Mestre em Ciências e Doutor em Filosofia. Professor na University of Missouri (EUA) e na Louisiana State University (EUA). Área de interesse: mediação na Ciência da Informação (Souza; Carvalho; Gomes, 2020). Decano⁵⁴ Emérito da Escola de Ciência da Informação e Biblioteconomia, Louisiana State University.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Em termos de fundamentos teóricos, a Ciência da Informação no Brasil deve muito às contribuições dos pesquisadores estrangeiros estudados, que trouxeram consigo conhecimentos e perspectivas inovadoras. Nomes como Lavahn Marie Overmyer, pioneira em publicações na revista brasileira de Ciência da Informação, Bert Boyce, com seus estudos sobre mediação da informação, Jack Mills, com suas contribuições para sistemas de classificação, e Tefko Saracevic, com sua visão interdisciplinar desse campo científico, e Lancaster, com suas pesquisas acerca da recuperação da informação e indexação, são exemplos emblemáticos da

⁵² Fonte: Find a Grave. Disponível em: <https://pt.findagrave.com/memorial/70472269/lavahn-marie-overmyer#source>. Acesso em: 23 jan. 2025.

⁵³ Site institucional da School of Information Studies (SIS) onde contém a foto do professor e sua inserção no corpo docente da instituição: <https://www.lsu.edu/chse/sis/about-us/directory.php>. Acesso em: 23 jan. 2025.

⁵⁴ Conforme o google scholar, o professor faz parte do corpo docente emérito da instituição. A tradução do termo dean pode ser decano ou reitor. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?hl=en&user=YgLg88UAAAAJ>. Acesso em: 23 jan. 2025.

influência estrangeira na formação da área no país. É certo que esses pesquisadores, com suas trajetórias acadêmicas sólidas e suas publicações de referência, deram suas contribuições ao campo da Ciência da Informação no Brasil, inspirando gerações de pesquisadores e contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento. Contudo, a identificação de elementos da colonialidade do saber em suas pesquisas e práticas em âmbito não significa desconsiderar seus méritos. É possível reconhecer tanto as contribuições positivas quanto as limitações de suas atuações, considerando o contexto histórico e as relações de poder da época.

O Quadro 3 evidencia a hegemonia de intelectuais do Norte Global na implantação da Ciência da Informação no Brasil, com destaque para norte-americanos (Bert Roy Boyce, Lavahn Marie Overmyer) e britânicos (Douglas John Fosketts, Jack Mills, Frederick Wilfrid Lancaster), além do croata Tefko Saracevic. A relevância da contribuição de Saracevic, apesar da Croácia não ser uma potência geopolítica, é inegável. No entanto, a radicação de Saracevic e Lancaster nos EUA reforça a tese de que o lugar de produção de conhecimento é um fator determinante, mesmo para intelectuais do Norte Global, conforme preconiza a geopolítica do conhecimento.

O movimento de radicação de intelectuais nos EUA da América é comum por intelectuais do mundo todo, mas, sobretudo, do Sul Global para o Norte Global. Grosfoguel (2008) exemplifica que intelectuais do Grupo Modernidade/Colonialidade fizeram este movimento e tentaram produzir um conhecimento alternativo e radical ao pensamento moderno. Saracevic e Lancaster também se mudaram para os EUA por motivos diversos e desconhecidos. No entanto, essa situação revela que, no contexto geopolítico do conhecimento e da colonialidade do saber, o local de onde se fala pode ter tanto ou mais peso do que o conteúdo da fala em si. Isso é um indício de como a colonialidade dos saberes influencia na dinâmica de autonomia e validação do discurso científico no Sul Global e Norte Global.

A mudança de Saracevic e de Lancaster para os EUA parece ter sido profícua em termos profissionais, visto que aquele veio a se tornar presidente da primeira instituição de Ciência da Informação do mundo (Araújo, 2014), atualmente denominada ASIS&T, além de ter sido docente em prestigiadas universidades norte-americanas. Os louros de deste foram ainda maiores, medida em que a influência dele se estendeu além da academia. Ele atuou como consultor para instituições de renome internacional, como a ONU, a UNESCO, a CIA, o Instituto Americano de Cinema e diversas agências governamentais daquele país.

Araújo *et al.* (2009) desenvolveram uma pesquisa que analisou 872 artigos publicados em sete periódicos nacionais entre 2003 e 2007, buscando referências a trabalhos de F. W. Lancaster. O autor foi citado em 31 dos artigos analisados, com um total de 42 referências

bibliográficas em 19.577 citações. Os resultados da análise destacam a importância de Lancaster para a Ciência da Informação brasileira, evidenciada pela frequência de citações e pela relevância de suas contribuições. A obra mais citada é “Indexação e resumos: teoria e prática”, com 15 referências. A maior contribuição de Lancaster se concentra na teoria da classificação e na teoria sistêmica. O tipo de citação mais frequente é a afirmativa, indicando que seus trabalhos são utilizados para corroborar argumentos e ideias. Esses resultados demonstram que o autor é uma referência fundamental para a área, com contribuições diversas para a evolução e a consolidação da produção científica em Ciência da Informação no Brasil.

Nunes e Souza (2023) aprofundaram a análise da contribuição de Lancaster para a Ciência da Informação, expandindo o período analisado para 2008-2022 e revisitando a pesquisa de Araújo *et al.* (2009). O autor e autora chegaram à conclusão que as contribuições de Lancaster para a Biblioteconomia, Ciência da Informação e sociedade são inegáveis e relevantes, sendo sempre revisitadas em estudos. Ele era adepto às mudanças e às tecnologias da informação, sendo reconhecido como pioneiro. Seus principais temas de pesquisa foram recuperação da informação e indexação, com destaque para sua atuação no MEDLARS e na Universidade de Illinois. Sua produção científica, incluindo livros e artigos, contribuiu para a formação de profissionais e aprimoramento de atividades em ambientes informacionais. No Brasil, participou do primeiro curso de mestrado em Ciência da Informação. Seus livros, traduzidos no referido país, influenciam estudantes e profissionais da área. Sua trajetória profissional e contribuições teóricas inspiram novas pesquisas sobre seu trabalho e importância para a institucionalização da Ciência da Informação e Biblioteconomia.

A forte influência de modelos educacionais estrangeiros, em particular o norte-americano, na educação brasileira durante a ditadura militar, torna compreensível que os primeiros estudiosos a introduzir a Ciência da Informação no país fossem predominantemente estrangeiros, com significativa presença de norte-americanos.

A hegemonia norte-americana na implantação da Ciência da Informação no Brasil, pioneiro sul-americano na área, intensificou a dependência do continente em relação a modelos estrangeiros, promovendo a importação de conhecimentos e práticas norte-americanas. É crucial investigar se houve a preocupação em construir um conhecimento relevante e pertinente à realidade nacional, ou se os modelos importados foram simplesmente adaptados ao contexto local, sem uma reflexão profunda sobre as especificidades culturais, sociais e históricas do país. A análise crítica dessa questão é fundamental para compreender os desafios da Ciência da Informação brasileira em sua busca por identidade e autonomia intelectual.

A atuação de pesquisadores estrangeiros na implantação da Ciência da Informação no Brasil pode ter assumido duas posturas principais. A primeira consiste na indiferença ou no desconhecimento das idiosincrasias brasileira, perpetuando, assim, as relações de poder coloniais. A segunda postura, por sua vez, envolve o reconhecimento da posição privilegiada dos pesquisadores do Norte Global e uma crítica consciente às estruturas de poder que sustentam a produção de conhecimento hegemônica. Essa segunda postura, é a mais relevante, pois “saber de que lado se está é mais decisivo do que saber quem se é” (Santos, 2019, p. 220). A escolha por uma ou outra postura tem implicações profundas para a construção de um conhecimento que seja relevante e transformador para as realidades locais.

Para os estudos pós-abissais, pertencer ou não pertencer à comunidade dos excluídos é uma questão diferente. O pertencimento ou a identidade estão relacionadas com partilhar a luta contra a dominação. Identificar de que lado as pessoas estão é mais importante do que saber quem são. Apenas assim se pode construir alianças políticas e ecologias de saberes exigidas pelas epistemologias do Sul (Santos, 2019). A identificação dos 'outsiders' que influenciaram a Ciência da Informação no Brasil é apenas o ponto de partida. A avaliação de suas contribuições científicas e do impacto na área é fundamental para determinar se os seus posicionamentos estão *otherside* (do outro lado). Na próxima subseção, exploraremos essa questão, analisando suas atuações na produção científica e na conformação da área como campo científico.

5.2. Descortinando a produção científica dos outsiders em periódicos nacionais

O estudo da produção científica está intrinsecamente relacionado com a própria razão de existir da Ciência da Informação. Segundo Araújo (2009), existia uma compreensão amplamente difundida de que este campo de conhecimento teria como foco principal o estudo da informação científica. Essa visão, predominante em países como Inglaterra, França, Estados Unidos e União Soviética, influenciou significativamente o desenvolvimento inicial da área, em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

A produção científica é um bem perene das ciências de modo geral. Para Paiva e Ramalho (2017), o estudo da produção científica é um indicador de tendências de qualquer área do conhecimento. Na Ciência da Informação, além disso, a produção científica apresenta rumos dessa área do conhecimento. Neste sentido, os primeiros pesquisadores a atuarem na área, especialmente aqueles que introduziram a disciplina no Brasil e na América do Sul, tiveram um papel fundamental na definição de seus objetos de estudo, metodologias e perspectivas teóricas.

A influência desses pioneiros se estende até os dias atuais, moldando a identidade e os rumos da Ciência da Informação.

Neste momento, o presente estudo volta-se à análise da produção de intelectuais estrangeiros nas revistas Ciência da Informação (RCI, REB e RBB). Os intelectuais selecionados para esta análise são os mencionados no Quadro 3. A pesquisa abrange toda a produção desses autores encontrada nas três revistas mencionadas, sem delimitação de recorte temporal ou tipo de pesquisa. Nesse sentido, o estudo recuperou 14 artigos, publicados entre 1972 e 1995, distribuídos nos três periódicos analisados. Os dados coletados foram organizados em ordem cronológica e sintetizados no Quadro 4, que apresenta um panorama da produção dos intelectuais estrangeiros nas revistas brasileiras.

Quadro 4 – Produção científica de *outsiders* em periódicos brasileiros

Título	Periódico	Ano	Autoria
Libraries, technology, and the need to know	Revista Ciência da Informação	1972	LaVahn Marie Overmyer
Teorias dos sistemas gerais e a organização de bibliotecas	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG	1973	Douglas John Foskett
Alguns aspectos sociológicos dos sistemas formais de comunicação do conhecimento	Revista de Biblioteconomia de Brasília	1973	Douglas John Foskett
Curso sobre Ciência da Informação para estudantes de Biblioteconomia	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG	1974	Tefko Saracevic
Tecnologia da informação, sistemas de informação e informação como utilidade pública	Revista Ciência da Informação	1974	Tefko Saracevic
Literature growth and the retrieval system in scholarly communication	Revista Ciência da Informação	1974	Bert Boyce
Ordem e Progresso	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG	1975	Bert Boyce
Acessibilidade da informação na pesquisa científica em processo	Revista Ciência da Informação	1975	Frederick Wilfrid Lancaster
The information services librarian	Revista Ciência da Informação	1976	Frederick Wilfrid Lancaster
Educação em ciência da informação na década de 1980	Revista Ciência da Informação	1978	Tefko Saracevic
Integrating in librarianship information	Revista Ciência da Informação	1979	Tefko Saracevic
O currículo de Ciência da Informação	Revista de Biblioteconomia de Brasília	1989	Frederick Wilfrid Lancaster
Ameaça ou oportunidade? O futuro dos serviços de biblioteca à luz das inovações tecnológicas	Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG	1994	Frederick Wilfrid Lancaster
A natureza interdisciplinar da ciência da informação	Revista Ciência da Informação	1995	Tefko Saracevic

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A presença de autores estrangeiros em periódicos brasileiros a partir da década de 1970 indicia um interesse precoce da comunidade científica brasileira em estabelecer conexões com a produção internacional. A Ciência da Informação, portanto, não apenas inicia sua trajetória

exercendo a internacionalização científica, mas é intrinsecamente ligada a um movimento internacional de ruptura epistemológica entre Biblioteconomia, Documentação e a emergente Ciência da Informação como campo autônomo, conforme será demonstrado ao longo desta seção e subseções.

O Quadro 4 revela a distribuição dos idiomas de publicação: cinco estudos em inglês e nove em português. As traduções dos estudos em português foram realizadas por cientistas da informação brasileiros, como Hagar Espanha Gomes; Antônio Agenor Briquet de Lemos; Aldo Barreto; Alba Maria Martins Vaz de Oliveira; Suzana Pinheiro Machado Mueller; Gercina Ângela Borém; Isis Paim; e Laura Maia Figueiredo, que teve Tefko Saracevic como orientador no mestrado. O artigo "Ordem e Progresso", de Bert Boyce é a única publicação de um 'outsider' em português sem tradução por pesquisador nacional.

Essa tentativa de aproximação nacional de Boyce sinaliza aquilo que Santos (2019) considera “conhecer-sobre”. Ao afirmar “não tenho conhecimento de Bibliotecas Universitárias brasileiras”, Boyce (1975, p. 90) parece adotar uma postura de humildade. No entanto, a escolha do título “Ordem e Progresso”, um lema profundamente arraigado na identidade nacional brasileira, revela uma ambivalência interessante. Ao se apropriar de um símbolo nacional sem se aprofundar na realidade local, o autor demonstra uma desconexão que, por mais inconsciente que seja, reforça dinâmicas de poder e de conhecimento características de relações coloniais de saber. Para fortalecer a análise, seria importante que o estudo publicado em revista nacional estabelecesse um diálogo mais aprofundado com a produção científica brasileira, visto que ele menciona apenas pesquisadores estrangeiros. A escolha do referido lema como único ponto de contato com a conjuntura brasileira, embora relevante, não é suficiente para contextualizar a pesquisa e demonstrar sua contribuição para o debate sobre bibliotecas, serviços de informação e publicações especializadas.

Além disso, alguns estudos são sínteses de palestras, o que evidencia um descaso dos *outsiders* em comunicar-se com o público brasileiro. A barreira do idioma ainda é um obstáculo no Brasil, um país desigual. É provável que as dificuldades fossem ainda maiores na época. É questionável que o IBBD/IBICT, com recursos para trazer os *outsiders*, não tenha providenciado tradutores, delegando essa tarefa aos pesquisadores.

Não obstante, é crucial observar que os 14 artigos recuperados se caracterizam metodologicamente como estudos teórico-descritivos, sendo que muitos deles consistem em palestras ou traduções de trabalhos estrangeiros. Dentre estes, um artigo destaca-se no âmbito metodológico: “Curso sobre Ciência da Informação para estudantes de Biblioteconomia” (Saracevic, 1974). Este trabalho revela indícios de pretensão de integração entre a

Biblioteconomia e a Ciência da Informação, bem como elementos do paradigma moderno e da colonialidade de saberes. O fato é que Saracevic (1974a) descreve o desenvolvimento e a implementação de um curso introdutório em Ciência da Informação, direcionado a estudantes sem formação prévia na área. A singularidade do curso LS 524, oferecido na *School of Library Science da Case Western Reserve University*, reside no fato de representar a única exposição dos alunos à Ciência da Informação, o que exigiu adaptações específicas em seu planejamento. A experiência com este e outros cursos de Ciência da Informação na instituição resultou na elaboração e na publicação de um livro-texto que reflete diretamente o conteúdo e a abordagem do curso LS 524. Acredita-se que a motivação, os objetivos, a definição e a estrutura da Ciência da Informação adotados no curso, bem como a metodologia de ensino aplicada, possam ser generalizados e aplicados em outros programas de instrução que busquem integrar a Ciência da Informação à Biblioteconomia.

A colonialidade dos saberes, sustentada pela colonialidade do poder, manifesta-se na tensão estabelecida entre projetos globais e histórias locais. No âmbito da Ciência da Informação brasileira, a implantação da área, a importação de modelos educacionais estrangeiros, metodologias universalistas e a presença de *outsiders* para sua implementação são exemplos dessa dinâmica.

É importante salientar que Gomes (1974) evidenciou que havia também docentes nacionais no corpo docente do curso e que os discentes dos cursos de mestrado encontravam dificuldades em relação à metodologia dos *outsiders*. Uma dificuldade persistente, que tem gerado perplexidade, reside na resistência dos estudantes em adotar a metodologia proposta por alguns docentes. A transição para uma mentalidade que valorize a indagação, característica essencial do mestrado, tem se mostrado desafiadora. As críticas, embora possam ser consideradas infundadas, provêm de profissionais experientes, cuja trajetória pode, paradoxalmente, limitar a abertura a abordagens inovadoras (Gomes, 1974). A pesquisadora brasileira coloca na conta dos pesquisadores brasileiros o problema e é uma possibilidade bastante plausível vinda de uma pessoa que estava diretamente envolvida com o curso. Contudo, não é possível desconsiderar que esta resistência pode estar relacionada a uma característica da Modernidade e da colonialidade de saberes, que tem por base a imposição de metodologias universalistas.

As metodologias universalistas, tal como vestimentas padronizadas, ignoram a rica diversidade dos 'corpos' de pesquisa. O modelo generalista proposto por Saracevic (1974a), por exemplo, revela-se inadequado para a complexa realidade latino-americana, em especial a brasileira. Uma maior colaboração entre pesquisadores brasileiros e *outsiders* poderia ter sido

crucial para o desenvolvimento de metodologias mais sensíveis ao nosso contexto, às dinâmicas de poder, à singularidade dos sujeitos e à construção de saberes autênticos.

Em conformidade com Santos (2019), duas razões principais exemplificam a maior autoreflexividade exigida ao investigador "de dentro", que pertence à comunidade ou ao grupo. Em primeiro lugar, quem é de dentro possui uma experiência que vai muito além da sua presença como pesquisador. Os conhecimentos artesanais que circulam por toda a comunidade são tão bem conhecidos quanto ao conhecimento científico que ele detém. Em segundo lugar, o cientista que pertence à comunidade tem, em geral, acesso a conhecimento privilegiado, o qual, dependendo da questão em pauta, pode ser valorizado por aquilo que diz sobre a comunidade ou por aquilo que se pode dizer sobre ela sem tabus. Há ainda uma terceira razão: o cientista que pertence à comunidade sabe da multiplicidade de razões que o ligam a essa comunidade (além de cientista, é também vizinho, membro de grupos sociais, políticos e/ou religiosos, possui relações familiares, de amizade) e será afetado tanto pelos métodos de suas pesquisas quanto pelos resultados entregues para dentro e fora da comunidade. Outro benefício oriundo de uma maior valorização de saberes locais é a possibilidade de criação de metodologias próprias, com caráter inovador e adequadas a ambiência de estudos. Consoante (Santos (2019), nesta perspectiva podem emergir metodologias híbridas que combinem metodologias próprias das comunidades com metodologias desenvolvidas pela ciência moderna e que, agora, poderão ser utilizadas em sentido contra-hegemônico.

Por um lado, a concepção do curso introdutório proposto por Saracevic (1974a) sugere que um campo de estudo bem estruturado pode servir como modelo, indicando a existência de clareza e de consenso em relação aos fundamentos comuns e essenciais da Ciência da Informação, aplicáveis em diversos contextos educacionais. Ademais, a proposta de generalização reforça a relevância da integração entre Ciência da Informação e Biblioteconomia, na qual o compartilhamento de motivações, objetivos e metodologias pode promover uma formação mais abrangente e integrada para os profissionais da área.

Por outro lado, sob uma perspectiva crítica, emerge a possibilidade de que a ideia de generalização configure uma forma de estabelecimento de conhecimentos universais, que negligenciam as particularidades e as diversidades dos distintos contextos educacionais, explicitadas em Santos (2018, 2019), que sintetizam os elementos da colonialidade do saber. É imperativo evitar a imposição de modelos únicos e valorizar a pluralidade de abordagens e de perspectivas. No contexto da globalização emergente à época da escrita do texto, torna-se crucial atentar para os riscos da colonialidade de saberes, ou seja, a imposição de conhecimentos e de metodologias de países dominantes sobre países periféricos. Nesse sentido, é fundamental

promover o intercâmbio de experiências e a construção de conhecimentos de forma colaborativa e horizontal.

A distribuição dos artigos entre as revistas foi: oito na RCI, quatro na REB e duas na RBB. A escolha da RCI pelos intelectuais estrangeiros é compreensível, devido à sua proximidade com o mestrado do IBICT. No que se refere à REB e à RBB, retomando o referencial teórico (Araújo *et al.*, 2009; Alvares; Pinheiro, 2017; Tanus; Silva; Oliveira) e observando os sites das revistas é possível observar que os artigos dos *outsiders* se adequam ao escopo e ao foco de cada publicação. Isso evidencia que, nas revistas científicas do campo, um dos elementos da institucionalização social da área, já existia relativo grau de clareza e de consenso (institucionalização cognitiva) sobre as temáticas da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. A emergência da Ciência da Informação como área não implicou a ausência de avaliação rigorosa das primeiras produções, considerando as possíveis relações disciplinares com a Biblioteconomia.

No contexto da RCI, a análise do escopo atual (não foi encontrado o da época) da revista confirma a consistência das publicações. Além disso, no ranking de pesquisas da década de 1970⁵⁵ do periódico, seis artigos dos *outsiders* dispostos no Quadro 4 obtiveram posições de destaque como referenciais adotados pelos *insiders*: 6ª posição - Sistemas de informação de informação como utilidade pública (Saracevic); 30ª posição - Acessibilidade da informação na pesquisa científica em processo (Lancaster); 34ª posição - Educação em Ciência da Informação na década de 1980 (Tefko Saracevic); 78ª posição - *Integrating in librarianship information* (Tefko Saracevic); 94ª posição - *The information services librarian* (Lancaster); 98ª posição - *Libraries, technology, and the need to know* (Overmyer); 102ª posição - *Literature growth and the retrieval system in scholarly communication* (Boyce).

Tal cenário evidencia que as pesquisas desenvolvidas pelos *outsiders* foram bem recebidas no âmbito nacional, constituindo importantes fontes de pesquisa e contribuindo, significativamente, para o estabelecimento de clarezas conceituais, consensos científicos iniciais e a formulação de teorias e métodos na área. Essa constatação aponta para uma forte intervenção de pesquisadores estrangeiros na institucionalização científica. Ademais, a título de reforço desse indício, as duas primeiras posições do ranking supracitado são ocupadas por estrangeiros: Ingetraut Dahlberg (Alemanha) e Jesse Shera (EUA). A terceira posição é ocupada pelos brasileiros Regina Lúcia de Moraes e Carlos Médicis Morel.

Um ponto relevante na análise do Quadro 4 é que a maioria dos autores externos

⁵⁵ Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/ranking-anos-70>. Acesso em: 26 jan. 2025.

publicou ao menos um artigo em uma das três revistas analisadas, com exceção de Jack Mills. Entre os intelectuais com maior número de publicações no período da pesquisa, destacam-se: Tefko Saracevic (5 artigos), Frederick Wilfrid Lancaster (4 artigos), Bert Boyce (2 artigos), Douglas John Foskett (2 artigos) e LaVahn Marie Overmyer (1 artigo). Com base nesses dados e no ranking supradescrito, observamos que os autores externos com maior produção no campo nacional são aqueles cujas pesquisas tiveram maior visibilidade na área. Lancaster e Saracevic, nesse contexto, podem ser considerados os mais influentes entre os autores externos analisados.

É importante recordar que esses *outsiders* vêm ao Brasil com uma missão bastante específica, qual seja a implantação da Ciência da Informação. Esta tarefa consiste em reproduzir o “declínio” de força da Documentação e da Biblioteconomia no Norte Global e a consequente assunção da Ciência da Informação. Vale recordar a mudança de ADI para ASIS (Araújo, 2014) e, posteriormente, para ASIS&T. Em consequência disso, a substituição do periódico do ADI (*American Documentation*) para *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*. A fundação do *Institute of Information Scientists* na Inglaterra em 1958. Com efeito, conforme Souza (2011, p. 175), “a implantação e a institucionalização da Ciência da Informação no Brasil acompanham as transformações que vêm ocorrendo no regime de produção de conhecimento característico da atual sociedade contemporânea”, que, em grande medida, materializa-se nesses processos institucionais.

Todo esse movimento de transição e de ruptura epistemológica influenciou a implantação e a institucionalização da Ciência da Informação brasileira, inclusive nos periódicos científicos que são elementos de institucionalização social da área que propiciam uma ambiência para a clareza e o consenso cognitivo.

No Brasil, a transformação do IBBD em IBICT, em 1976 (Pinheiro; Loureiro, 1955; Oddone, 2006; Souza, 2011), representa o sinal mais evidente dessa influência. A substituição dos termos e a reorientação do foco de atuação da Bibliografia e da Documentação para Informação em Ciência e Tecnologia não foram eventos fortuitos. Conforme demonstrado nas seções anteriores, essa mudança foi fruto de uma conjuntura propícia à implantação e à institucionalização da área, com destaque para as políticas de informação científica e tecnológica. Ademais, a área já nasce com um periódico específico para a Ciência da Informação (RCI), que se mostrou como um ambiente estratégico para a consolidação de seus constructos epistêmicos. Contudo, esse espaço inicial mostrou-se limitado diante da expansão da área, resultando na descontinuidade de periódicos de Biblioteconomia e Documentação e no surgimento de novas revistas com foco na Ciência da Informação.

Face ao exposto, vale salientar que esta mudança é visível nas outras duas revistas selecionadas para averiguar a produção dos *outsiders* no país, a REB e a RBB. Diferente do que expõem Barbosa *et al.* (2000), o fim da REB e início da PCI não foi uma “mudança de nome”.

Já fora referenciado neste estudo que o que ocorreu foi uma substituição (Alvares; Pinheiro, 2017). É importante que se tenha clareza de que esse movimento não é uma simples mudança de nome, mas uma substituição de revistas de Biblioteconomia por periódicos em Ciência da Informação, constituindo outras fontes de publicação, com outros focos e escopos, linhas editoriais, diretrizes de submissão, etc. É interessante notar que, apesar da nomenclatura incorreta para tal mudança na revista, Barbosa *et al.* (2000) reconhecem as trocas na Escola de Biblioteconomia da UFMG, inclusive salientando que a mudança para curso de Pós-graduação em Ciência da Informação promoveu um aumento expressivo de cursos da área, atraindo inclusive profissionais de outras áreas após a criação do Doutorado em Ciência da Informação na instituição, a partir de 1997. Além disso, é mencionada a mudança no Departamento de Bibliografia e Documentação para Departamento de Organização e Tratamento da Informação.

Conforme discutido anteriormente, a reestruturação e o possível declínio da Biblioteconomia, em termos de institucionalização social e cognitiva, está intrinsecamente relacionado à institucionalização da Ciência da Informação no Brasil. Enquanto a Biblioteconomia sofria perdas de departamentos, descontinuidade de periódicos e transformações nos cursos, a Ciência da Informação experimentava um crescimento vertiginoso. Essa conjuntura não apenas coincide com a chegada dos *outsiders* ao Brasil, mas a atuação deles no país contribuiu para acelerar a adesão ao regime de informação internacional, marcado pela informação científica e tecnológica. É importante ressaltar que esse fenômeno foi gradual, levando mais de duas décadas para que a REB fosse descontinuada e substituída por um periódico de Ciência da Informação.

O enredo de assunção da Ciência da Informação ocorre de modo similar em Brasília, no tocante a RBB. A diferença do contexto de Brasília para a UFMG foi que a RBB durou mais tempo, inclusive o mestrado criado na década de 70 foi em Biblioteconomia e Documentação e não em Ciência da Informação; este que veio ocorrer depois, na década de 90 (Rodrigues; Oliveira; Juvêncio, 2022b). A RBB foi criada em 1973 e encerrada em 2001, sendo substituída pela RICI. A informação enquanto objeto de estudo e de trabalho ganha espaço nas discussões e progressivamente passa a ser apresentada como elemento catalizador do progresso e do desenvolvimento do país (Tanus; Silva; Oliveira (2023).

Esse movimento dinâmico e de avanço na institucionalização social e cognitiva da área vai muito no sentido do que foi supracitado em relação ao objeto da Ciência da Informação, ou

seja, ganhando espaço a partir de uma crença de que a informação seria elemento motriz de desenvolvimento nacional. É importante salientar que esta crença vem de fora para dentro e é materializada no país com a criação de estruturas formais como cursos de graduação e de pós-graduação em Ciência da Informação, associações de pesquisa e eventos, entre outros elementos. Por conseguinte e concomitantemente, emerge uma classe de pesquisadores, produção científica e consensos teórico-metodológicos. Porém, não se pode perder de vista, consoante Souza (2011), que a construção do objeto de estudo e de um novo campo de conhecimento deve ser analisada sob a perspectiva da vigilância e da ruptura epistemológicas, especialmente quando se trata de um objeto que, inicialmente, se manifesta em diversos campos do conhecimento, com base em filosofias empíricas de primeira aproximação.

Tanus, Silva e Oliveira (2023) sintetizam o cenário de publicação em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil. As autoras consideram que, na década de 1980, o cenário de publicações acadêmicas no Brasil era limitado. Os seguintes periódicos se destacavam: Ciência da Informação (IBICT, 1972); Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG (1972, desde 1996 Perspectivas em Ciência da Informação); Revista de Biblioteconomia de Brasília (Associação de Bibliotecários do DF, 1973-2001); Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (FEBAB, 1973); BIBLIOS (UFRG, 1978-1983); Transinformação (PUCCampinas, 1989); e Revista de Biblioteconomia e Comunicação (UFRGS, 1986, desde 2000 Em Questão). Aqui, devemos considerar que os Cadernos de Biblioteconomia (UFPE, 1973-1989) possuía circulação mais restrita em comparação aos demais.

Conforme já referenciado neste estudo, esta mudança tem um porquê para ter ocorrido. A conjuntura geopolítica internacional, em âmbito econômico e ideológico de hegemonia capitalista e neoliberal, conduziu a disseminação da área no Norte Global, e, posteriormente, no Sul Global. Nesse sentido, a colonialidade de saberes segue atuando sob novas facetas, interferindo inclusive em rupturas epistemológicas dos campos. Nesse sentido, esse movimento de assunção da Ciência da Informação sinaliza tais rupturas epistemológicas. Souza (2011) considera que a teorização fundamenta a ruptura com pré-noções, a construção do objeto e a experimentação, impulsionando a evolução do nível descritivo para os explicativos e interpretativos. Esse processo rompe com a construção científica espontânea e os jogos ideológicos, buscando a abstração para revelar analogias ocultas. A ruptura epistemológica se concretiza na construção de dispositivos teóricos que submetem as ideologias a um processo crítico e dialético de constituição do conhecimento científico. Neste sentido, é possível considerar que tal ruptura é fruto da colonialidade de saberes, mas, sobretudo, de um processo de fundamentação teórica e alto nível de institucionalização cognitiva já no início da área.

É importante salientar que essa ruptura foi tamanha que não ficou circunscrita aos periódicos, mas se estendeu aos cursos de graduação, pós-graduação e departamentos, entre outros elementos da institucionalização social e cognitiva. Em que pese o fato de ser uma ciência nova em comparação com outras ciências sociais, a sua institucionalização ocorreu de forma rápida. Um próprio *outsider*, Saracevic (1992) discorre acerca disso, considerando que apesar das particularidades em sua emergência nos diversos países, a Ciência da Informação possui um núcleo de condições, justificativas e conceitos básicos que a tornam um campo de conhecimento internacionalmente compreensível e identificável.

Outrossim, há um indício intrigante nos dados levantados. Todos os estudos foram desenvolvidos sem a participação de coautores nativos. poder-se-ia esperar que, quando um pesquisador estrangeiro viesse a publicar trabalhos a partir da atuação interinstitucional (Brasil – EUA), ocorrendo desenvolvimento de pesquisas com a cooperação de colegas docentes e/ou discentes orientandos.

A decisão de não cooperar com os supostos “colonos intelectuais” na implantação da Ciência da Informação pode ter sido motivada por diversos fatores, como as diferentes exigências de produção científica da época, as dificuldades de comunicação e a menor valorização da internacionalização científica. Contudo, em que pesem todas ponderações que possam ser levantadas, a falta de produção colaborativa com pesquisadores nacionais vai de encontro ao processo de implantação de um novo campo do conhecimento. Domingues (2005) considera que um novo campo do conhecimento exige a constituição de inteligentes coletivos que possibilitem compartilhamento de conhecimento e cooperação entre pesquisadores. Problemas complexos são mais difíceis de serem analisados individualmente, sendo mais profícua a análise coletiva.

A cooperação entre pesquisadores pode ser profícua para o estabelecimento de consensos teórico-metodológicos, resolução de problemas da área e favorecer um alto nível institucionalização cognitiva. Embora estudos iniciais apontem para uma predominância de publicações individuais, pesquisas mais recentes, como as de Silva (2017) e Silva e Souza (2017), mostram um aumento significativo na produção colaborativa, especialmente em eventos. Souza (2011) identificou, em sua pesquisa, que a colaboração e o compartilhamento, elementos essenciais do discurso interdisciplinar na Ciência da Informação, são pouco praticados, com a maioria dos artigos sendo publicados individualmente ou por poucos autores. Mais adiante é possível observar avanços, Silva (2017) investigou as produções apresentadas no ENANCIB entre 2012 e 2015, constatando que, das 1265 comunicações analisadas, 264 foram de autoria individual e 1001 foram fruto de colaboração. É importante ressaltar que

eventos científicos como esse incentivam a produção colaborativa, frequentemente, acolhendo trabalhos derivados de teses e/ou de dissertações em desenvolvimento, realizados em parceria com orientadores. Silva e Souza (2017) constataram que, nas comunicações desse mesmo evento sobre Arquitetura da Informação, a maioria das comunicações das pesquisas (84%) foi realizada em coautoria, inclusive com a presença de autores de diferentes áreas do conhecimento, indicando uma produção multidisciplinar.

A análise das referências bibliográficas dos estudos apresentados no Quadro 4 revela um padrão preocupante: a ausência total de citações a trabalhos de pesquisadores brasileiros. De um total de 106 referências daqueles estudos, nenhuma se referia a trabalhos desenvolvidos por pesquisadores nacionais. Esse dado indica uma relativa desconexão entre a produção científica internacional e a realidade brasileira no campo da Biblioteconomia e a emergente Ciência da Informação. Vale ponderar que nem todos estudos possuíam referências bibliográficas. Embora fatores como as normas bibliográficas da época ou a fragmentação documental possam explicar, em parte, essa ausência, a constatação levanta questionamentos sobre a intencionalidade de se desconsiderar a produção científica nacional.

Aqui ponderamos, também, que colonialidade do saber se manifesta, primordialmente, no silenciamento de produções não europeias, desconsiderando conhecimentos, tradições e culturas de grupos marginalizados (Chelotti; Jarczewski, 2019). Essa desconsideração da produção nacional pode ser explicada pelo pensamento moderno dos agentes externos. Conforme Santos (2019), o extrativismo intelectual é seletivo, priorizando o que se deseja extrair. O olhar e o ouvido “abissais” são treinados para perceber apenas o que se almeja, ignorando o que não se encaixa nas expectativas. Essa seletividade é moldada por uma perspectiva capitalista, colonial e patriarcal.

A desvalorização da produção científica nacional por agentes externos, que influenciaram e, em grande medida, influenciam a Ciência da Informação no país, revela aspectos da colonialidade do saber (Figura 4) e do pensamento moderno, conforme discutido por Santos (2018, 2019). Essa dinâmica se manifesta na supremacia do conhecimento produzido no Norte Global, resultando em uma hierarquização epistemológica que marginaliza os saberes locais. A intervenção direta de agentes externos na produção nacional evidencia o epistemicídio de conhecimentos locais, um fenômeno intencional que visa manter ou perpetuar relações de subalternidade.

No âmbito da Ciência da Informação, Almeida, Alves e Silva (2021) argumentam que as marcas identitárias da área foram moldadas predominantemente por influências norte-americanas e europeias. Ademais, os autores apontam para uma valorização de pesquisadores

estrangeiros em detrimento dos nacionais, mesmo após 50 anos de institucionalização da Ciência da Informação no Brasil. Nesse contexto, é possível inferir que as primeiras manifestações de epistemicídio na Ciência da Informação remontam à sua origem. Com base em Bourdieu (1983, 2003, 2004), é possível inferir que essas práticas, que se manifestaram de fora para dentro, fortaleceram a geopolítica do conhecimento hegemônica do Norte Global, um processo que, mesmo que inconscientemente, contou com a nossa anuência.

O epistemicídio é um processo contínuo de produção de indigência cultural, que vai além da simples anulação do conhecimento de grupos subalternizados. Ele se manifesta através da negação do acesso à educação e da promoção da inferiorização intelectual, servindo como um instrumento de dominação étnico-racial, que ocorre pela invalidação dos saberes e dos sujeitos produtores de conhecimento de grupos dominados (Carneiro, 2005, 2018).

Aceitar o que o outro diz como verdadeiro significa um ato de fé no Outro que pretende dizer algo verdadeiro. O único modo de atrair os membros de uma cultura estranha para uma corrente de pensamento é aplicando a arte de convencer, contando com a livre vontade do ouvinte a fim de que, sem coação, ele aceite as suas assertivas racionalmente. O temor, o poderio bélico e a guerra são os meios mais distantes de uma possível aceitação através da argumentação (Dussel, 2015).

Na prática, os intelectuais estrangeiros que atuaram na implantação da Ciência da Informação no Brasil, ao não estabelecerem nenhuma tentativa de diálogo com produções científicas brasileiras em suas produções científicas em âmbito nacional, traçaram, no Brasil, uma linha colonial abissal de conhecimento. Segundo Santos (2019, p. 25), estar do lado da linha colonial “[...] equivale a ser impedido pelo conhecimento dominante de representar o mundo como seu e nos seus próprios termos”. Tal condição de imposição subalterna implica em um processo de dependência epistêmica e em uma falta ou pouca autonomia na validação do discurso científico da Ciência da Informação nacional.

Consoante Santos (2019), os *outsiders* podem ter assumido distintas:

- **Extrativista:** Postura caracterizada por um envolvimento baixo ou inexistente do pesquisador com a comunidade investigada. A pesquisa se concentra na extração de dados, conhecimentos e saberes, objetificando os sujeitos e o campo de pesquisa.
- **“Conhecer-com”:** Postura que se distingue por um envolvimento médio ou moderado do pesquisador com a comunidade. Busca-se conhecer *com* os locais, inserir-se no campo de pesquisa e estabelecer uma relação sujeito-sujeito. As metodologias utilizadas nessa postura são não extrativistas.

- **“Ser-com”**: Postura caracterizada por um alto nível de envolvimento do pesquisador com a comunidade investigada, que transcende a relação sujeito-sujeito. As metodologias são apropriadas para o estudo sem extrativismo, buscando a construção de uma ecologia de saberes, que integra os saberes locais com os conhecimentos científicos.

A postura não dialógica dos *outsiders* com os pesquisadores nacionais em suas produções científicas é, por conseguinte, um indício de quem esses pesquisadores estiveram no Brasil com uma missão pedagógica que pressupunha que eles tinham muito a nos ensinar, como de fato tinham, mas pouco ou nada para aprender com os nacionais. Se tivessem de conhecer algo, seria através do “conhecer-sobre” o Brasil, mas não “conhecer-com” os brasileiros. O pesquisador que deseja conhecer possui uma autonomia relativa, onde suas orientações teórico-metodológicas não são receitas, pela simples compreensão de que os contextos de produção de conhecimento são diversificados. Conforme demonstrado, Saracevic (1974a) fez exatamente isto, advogando metodologias universalistas. Tais indícios demonstram que os *outsiders* se aproximaram de uma perspectiva de conhecer-sobre e não conhecer-com ou ser-com os nacionais.

A fim de oferecer uma visão geral dos temas explorados nas pesquisas de *outsiders* publicadas em periódicos nacionais, utilizamos a técnica da nuvem de palavras. Contudo, parte dos estudos analisados não apresentavam palavras-chave — prática menos comum em publicações mais antigas —, realizamos uma leitura de cada texto para extrair os principais eixos temáticos e foram atribuídas duas palavras para cada texto. A análise dos 14 artigos resultou em 24 palavras-chave, duas para cada texto, dispostos, respectivamente com a ordem de disposição do Quadro 4: biblioteca, tecnologia; Ciência da Informação, Biblioteconomia; Tecnologia da Informação, Sistemas de informação; Literatura científica, Recuperação da Informação científica; Usuários, Serviços de informação; Comunicação científica, Acessibilidade; Recuperação da Informação, Bibliotecário; Educação em Ciência da Informação, Ciência da Informação; Biblioteconomia, Ciência da Informação; Currículo, Informação; Biblioteca, Tecnologia; Interdisciplinaridade, Relações Disciplinares. Esse arranjo metodológico permitiu contornar as limitações dos dados originais e identificar os assuntos mais recorrentes. A partir da observação dos termos, geramos a representação visual apresentada na Figura 9.

provenientes de estudos de Saracevic (1974a, 1979, 1995) e Lancaster (1976, 1989), evidencia que essa relação simbiótica foi fundamental para a implantação e a institucionalização da Ciência da Informação no Brasil.

Nessa esteira, Saracevic (1974a) já destaca a relação entre Ciência da Informação e Biblioteconomia, ao considera que aquela emergiu em dois contextos distintos: Escolas de Biblioteconomia, com foco em sistemas de recuperação da informação, e Institutos de Tecnologia, com foco em computação. Apesar da importância reconhecida dos fundamentos da Ciência da Informação, a integração dessa nova disciplina, aos currículos existentes, apresentou desafios significativos. Tanto as Escolas de Biblioteconomia quanto os Institutos de Tecnologia enfrentaram dificuldades em adaptar seus programas para acomodar essa nova área. A ausência de uma estrutura curricular definida e a complexidade de integrar a nova disciplina a áreas já consolidadas constituíram obstáculos comuns. A criação de departamentos independentes de Ciência da Informação, embora promissora, parece não ter solucionado esses problemas. A questão da integração da Ciência da Informação aos currículos tradicionais permanece desafiadora (Saracevic, 1974a).

Posteriormente, Saracevic (1976) reforça o que já enunciara dois anos antes. Na ocasião, ele discorre que educação em Biblioteconomia enfrenta múltiplas pressões globais, sobretudo, no tocante à integração da Ciência da Informação aos currículos de Biblioteconomia. Nesse sentido, a educação nesta área de conhecimento deve incorporar os avanços daquela, que oferecem novos arcabouços teóricos e serviços profissionais.

No mesmo ano, Lancaster (1976) observou que bibliotecas e Bibliotecários enfrentavam um período de transformação significativa, impulsionada pela crescente disponibilidade de bases de dados eletrônicas e de sistemas de recuperação de informação. Nesse contexto, a Ciência da Informação foi incorporada pela Biblioteconomia, visando lidar com as constantes mudanças decorrentes do avanço tecnológico e da automação do trabalho.

Encerrando a análise do primeiro tema central sob a perspectiva dos *outsiders*, Saracevic (1995) discute a relação interdisciplinar da Ciência da Informação com outros campos, notadamente, a Biblioteconomia. O autor aborda o início e os antecedentes sociais da área, apresentando a evolução da recuperação da informação, atividade central da Ciência da Informação, que veio complementar o trabalho dos bibliotecários.

No que concerne à perspectiva dos *outsiders* acerca do currículo de Ciência da Informação, agrupam-se os seguintes estudos: Saracevic (1974a, 1978) e Lancaster (1995). Saracevic (1974, 1978) considera que, para prosperar e até mesmo sobreviver na década de 1980, a Ciência da Informação dependia de ações focadas em fatores educacionais tanto

“externos” (instituições acadêmicas, critérios de admissão, reconhecimento da área, financiamento) quanto “internos” (objetivos da formação, organização da produção científica). Aqui temos um sinal visível de preocupação do autor com a institucionalização da área em âmbitos social e cognitivo.

A discussão sobre a estruturação de um “currículo mínimo” para a Ciência da Informação foi um tema recorrente ao longo das décadas, mantendo-se relevante até os dias atuais, dada a necessidade de constante adaptação da área. Lancaster (1985) propôs um modelo curricular abrangente e interdisciplinar, que contemplava o ciclo informacional completo. O autor sugeriu que o currículo ideal deveria abranger nove áreas de estudo, incluindo recuperação da informação, análise de sistemas, avaliação, bibliometria e automação, enfatizando a importância da integração desses temas em vez de sua fragmentação em disciplinas isoladas. Neste ponto, também é possível observar uma tentativa de estabelecimento de clareza conceitual e de consensos teóricos acerca do currículo da área, em uma tentativa de organização da institucionalização cognitiva da área.

O último grande tema, a relação do campo com as tecnologias, mostrou-se bastante proeminente. O termo ‘tecnologia’ emerge como um dos mais proeminentes, refletindo o papel central da computação e da automação de processos na reestruturação da Biblioteconomia e na implantação e no desenvolvimento da Ciência da Informação. Essa centralidade é corroborada pelos dados, na medida que três artigos (Overmyer, 1972; Saracevic, 1974b; Lancaster, 1994), do total de 14 artigos analisados, focam diretamente em questões tecnológicas, evidenciando a influência contínua da tecnologia na produção científica da área desde sua origem⁵⁶.

A trajetória da Ciência da Informação está intrinsecamente ligada à evolução tecnológica. Desde a década de 1970, pesquisadores como Overmyer (1972) já vislumbravam o potencial das tecnologias para transformar o acesso à informação. Nesse contexto, a biblioteca procurou transcender seu papel tradicional de servir a uma elite, buscando alcançar usuários de todas as classes sociais. A introdução dos computadores impulsionou duas atividades principais: o processamento de documentos e o tratamento de conteúdo. Nos EUA, na década de 1960, as bibliotecas já utilizavam computadores e começaram a planejar sistemas nacionais integrados e redes de informação. O projeto do Ohio College Library Center (OCLC), que

⁵⁶ A influência é tamanha que na URSS, a área Ciência da Informação era conhecida como Informatika. A antiga União Soviética desenvolveu, a partir de 1966, uma terminologia própria para a Ciência da Informação: a ‘Informatika’. Sob a liderança de A. I. Mikhailov, a ‘Informatika’ definiu a informação científica como seu principal objeto de estudo. Essa abordagem, embora inovadora, introduziu uma nova terminologia no cenário internacional da Ciência da Informação, coexistindo com o termo anglo-saxão (Santos Junior, 2011).

utilizava fitas magnéticas do formato MARC, exemplifica o uso bem-sucedido da tecnologia na área. No Brasil, a crescente importância da tecnologia e da informação foi reconhecida, culminando na criação do primeiro curso de Mestrado Ciência da Informação em 1970, no IBBD, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este curso representou um marco inovador e um passo fundamental para o desenvolvimento da Biblioteconomia no país (Overmyer, 1972).

Apesar do desenvolvimento de sistemas de informação com tecnologias avançadas, os usuários ainda enfrentavam dificuldades para encontrar informações relevantes. Muitas vezes, novas tecnologias criam barreiras adicionais. Para solucionar esse problema, propõe-se considerar sistemas de informação como serviços de utilidade pública, buscando minimizar as dificuldades de acesso à informação. O projeto INFUT pode ser tomado como exemplo de como aplicar essa abordagem, pois ele buscou analisar as características de serviços de utilidade pública, as propriedades da informação e da tecnologia, e a especificação de serviços de informação como utilidade pública (Saracevic, 1974b).

Na década de 1990, Lancaster (1994) observou que, desde os anos 1960, os avanços tecnológicos vinham moldando de forma crescente as bibliotecas e os serviços de informação. O autor discute as potencialidades e as limitações das principais tendências na Biblioteconomia futura, com destaque para aquelas apresentadas nos volumes *Libraries and the future: essays on the library in the twenty-first century* e *Information UK 2000*. As visões de profissionais da informação de quatro continentes incluíam a extinção de materiais impressos e o surgimento da biblioteca virtual, o acesso remoto a textos completos e a utilização de inteligência artificial na automação de serviços de referência, catalogação descritiva e indexação. Além disso, debatia-se a entrada de profissionais de outras áreas no campo de atuação dos bibliotecários, atribuída à passividade e à falta de liderança destes últimos. Lancaster (1994) destacou que a utilização da inteligência artificial nos serviços de informação já era vislumbrada, com base em trabalhos pioneiros de indexação automática, como os de Luhn e Baxendale. Embora a ideia fosse promissora, a implementação prática de sistemas com inteligência artificial representava um desafio significativo à época.

A preocupação da Ciência da Informação com a tecnologia é notória desde suas origens, conforme evidenciado por autores como Overmyer (1972), Saracevic (1974b) e Lancaster (1994). Contudo, essa questão merece uma análise mais aprofundada, considerando a posição geopolítica do Brasil na corrida tecnológica, a qual acarreta uma série de desafios informacionais relevantes, que são aqui abordados sob a perspectiva da colonialidade do saber. De fato, a dependência tecnológica do Brasil em relação ao Norte Global, aliada à colonialidade

do saber, intensifica as assimetrias na produção científica, prejudicando a competitividade dos pesquisadores brasileiros. A escassez de recursos, a obsolescência de equipamentos e *softwares*, e a dificuldade de acesso a tecnologias de ponta são alguns dos obstáculos enfrentados. Essa realidade impõe desafios à Ciência da Informação no Brasil, desde sua origem, que precisa buscar alternativas para superar a dependência tecnológica e promover a produção de conhecimento localmente relevante.

É certo que, com uma longa trajetória dedicada ao acompanhamento das tecnologias da informação, a Ciência da Informação brasileira encontra-se em um momento crucial. O cenário atual, marcado por desafios e oportunidades, impulsiona a área a desenvolver novas pesquisas e soluções inovadoras. A despeito das limitações socioeconômicas, este campo de conhecimento tem o potencial de se posicionar como protagonista na busca por soluções para o Sul Global, mitigando os efeitos da colonialidade do saber e dos neocolonialismos de dados.

5.3. O direcionamento estrangeiro: orientações internacionais na Ciência da Informação brasileira

Trabalhos como monografias, dissertações e teses, especialmente antes da era digital, são comumente classificados como literatura cinzenta. Segundo Botelho e Oliveira (2015), essa categoria também inclui relatórios de pesquisa, anais de eventos e outros documentos acadêmicos não publicados em periódicos tradicionais. Contudo, as primeiras dissertações, sobretudo na Ciência da Informação, são fontes cruciais para compreender a trajetória inicial da área, especialmente quando orientadas por pesquisadores estrangeiros, pois elas representam parte do início de institucionalização cognitiva da área produzida nas ambiências formais da institucionalização social (cursos, universidades, periódicos, entre outros).

A análise das primeiras dissertações de um campo do conhecimento configura-se como um procedimento de investigação de suma importância para a compreensão da origem e do desenvolvimento da área. Este estudo possibilita a identificação de elementos cruciais para a construção do conhecimento científico, abrangendo desde a gênese do campo até a prospecção de futuras pesquisas. O estudo das dissertações pioneiras permite a identificação dos temas iniciais que impulsionaram o surgimento do campo, bem como o mapeamento dos pesquisadores pioneiros e de suas contribuições. Ademais, possibilita o rastreamento da evolução conceitual, evidenciando como os conceitos e as teorias se transformaram ao longo do tempo. Além disso, tal investigação revela as primeiras abordagens metodológicas utilizadas, permitindo a avaliação da evolução das práticas de pesquisa. A análise comparativa

entre as abordagens iniciais e as atuais possibilita identificar o progresso e as mudanças de problemas, de temas, de teorias e de metodologias, bem como os desafios enfrentados pelos pioneiros em busca de suas soluções. Com efeito, as dissertações pioneiras refletem o contexto histórico, social e cultural em que o campo surgiu, evidenciando as influências externas e o impacto social das primeiras pesquisas. A análise contextualizada permite compreender como o campo evoluiu em resposta às necessidades sociais e como contribuiu para a sociedade.

O Quadro 5 apresenta uma síntese das 34 dissertações analisadas⁵⁷ nesta pesquisa em ordem cronológica, incluindo ano, título, autor e orientador.

Quadro 5 – Dissertações orientadas e coorientadas por estrangeiros (1972-1981)

Ano	Título	Autor(a)	Orientador(a)
1972	Projeto CALCO: adaptação do MARC II para implantação de uma central de processamento da catalogação cooperativa	Alice Príncipe Barbosa	LaVahn Marie Overmyer
1972	Classificação facetada em odontologia	Malvina Vianna Rosa	Jack Mills Douglas John Fosskett
1972	Projeto de um sistema de classificação bibliográfica analítico-sintético (ou facetado) para a indexação e recuperação de informações em Biologia	Jandira Batista de Assunção	Douglas John Fosskett Jack Mills
1972	Distribuição da literatura geológica brasileira: estudo bibliométrico	Laura Maia de Figueiredo	Tefko Saracevic
1973	Análises bibliométricas da produção científica dos grupos de pesquisa sobre física do estado sólido na América Latina	Rosali Pacheco Fernandez	Tefko Saracevic
1973	Análise comparativa da aquisição e circulação de periódicos em bibliotecas da Universidade de São Paulo na área médica e afim: uma metodologia bibliométrica	Celina Ippolito	Tefko Saracevic
1973	Investigação sobre parâmetros de projeto de sistemas de recuperação da informação: abordagem teórica e aplicação prática em um ambiente universitário	Leila Maria Torres Rossete	Tefko Saracevic
1973	Relações bibliométricas entre a frente de pesquisa (research front) e revisões da literatura: estudo aplicado à Ciência da Informação	Gilda Maria Braga	Tefko Saracevic
1973	Comportamento bibliométrico da língua portuguesa, como veículo de representação da informação	Elza Lima e Silva Maia	Tefko Saracevic
1973	Modelo para inclusão da Ciência da Informação nos currículos das escolas de graduação de Biblioteconomia e Documentação no Brasil	Rodolfo Tsupal	Tefko Saracevic
1973	Catálogo em livro para as bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (estudo de viabilidade)	Dyrse Barreto Taveira	LaVahn Marie Overmyer
1974	Crescimento da literatura brasileira de doença de Chagas: análise bibliométrica	Paulo da Terra Caldeira	Bert Roy Boyce
1974	Metodologia para definição de campos em banco de dados	Anna da Soledade Viera	Bert Roy Boyce
1974	Investigação sobre a influência das variáveis tempo e assunto no vocabulário de um autor: uma análise bibliométrica da língua portuguesa como tentativa de estabelecer uma	Darci Dusilek	Tefko Saracevic

⁵⁷ Para mais detalhes, observar o Apêndice A.

	metodologia mais geral para a determinação de um texto		
1974	Usuários de uma biblioteca universitária: estudo realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco	Maria Lectícia de Andrade Lima	Tefko Saracevic
1974	Análises da comunicação entre autores no campo da literatura brasileira de tecnologia de alimentos	Maria Luiza Andrade Di Giorgi	Tefko Saracevic
1975	Modelo de um sistema de informação e indicadores científicos	Tania Mara Guedes Botelho	Frederick Wilfrid Lancaster
1975	Sistema de informações para uma empresa de fundações (SIEF)	Maria Ignez Azambuja de Lemos	LaVahn Marie Overmyer
1975	Estudo bibliométrico da literatura brasileira de esquistossomose	Margarida Pinto Oliveira	Tefko Saracevic
1975	Análise descritiva das atividades de pesquisa em química no Brasil, relativos a 1973	Wanda Maria Maia da Rocha Paranhos	Tefko Saracevic
1976	Estudo comparativo de algumas linguagens de indexação: usuários e tempo de pesquisa	Maria Antonieta Requião Piedade	Frederick Wilfrid Lancaster
1977	Estudo das necessidades de informação dos técnicos das áreas-fim do Instituto Nacional de Pesos e Medidas e seu comportamento quanto à busca de informação: ou da aplicação de um método de análise e avaliação de desempenho de serviços de informação	Maria Virginia Ruas Santos	Frederick Wilfrid Lancaster
1978	Estudo comparativo de julgamentos de relevância do usuário e não-usuário de serviços de disseminação seletiva da informação	Regina Celia Figueiredo	Tefko Saracevic
1978	Avaliação de coleções e de serviços de bibliotecas para a área de ciência da computação	Rosane Teles Lins Castilho	Frederick Wilfrid Lancaster
1978	Estudo comparativo dos métodos usados para medir a obsolescência da literatura científica	Elza Maria Ferraz Barboza	Frederick Wilfrid Lancaster
1978	Estudo sobre a literatura do cacau no usuário 1950-1975	Eliane de Oliveira Saboia Ribeiro	Frederick Wilfrid Lancaster
1979	Relações entre o crescimento, a dispersão e a obsolescência da literatura de dosimetria termoluminescente	Gilda Gama de Queiroz	Frederick Wilfrid Lancaster
1979	Avaliação do serviço de disseminação seletiva de informações do Centro de Informações Nucleares em relação à precisão, recuperação e novidade	Selma Chi Barreiro Soares	Frederick Wilfrid Lancaster
1979	Construção de thesauri: experimento empírico para a coleta de termos em formação profissional	Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei	Frederick Wilfrid Lancaster
1979	Modelo de um thesaurus facetado em arquitetura	Nitzia Gicela Barrantes Serrano	Frederick Wilfrid Lancaster
1979	O sistema MEDLINE no Brasil: uma avaliação parcial de seu desempenho	Maria Angela Lagrange Moutinho dos Reis	Frederick Wilfrid Lancaster
1979	Avaliação de coleção técnico-científica de uma instituição de pesquisa	Solange Puntel Mostafa	Frederick Wilfrid Lancaster
1980	Construção de um thesaurus para indexar prontuários médicos no campo da cardiologia	Laura de Lira e Oliveira	Frederick Wilfrid Lancaster
1981	Estudo de usuários na área de engenharia básica da Petrobrás	Frida Issler de Andrade	Frederick Wilfrid Lancaster

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A presente pesquisa, que investiga dissertações de mestrado orientadas por pesquisadores externos ao programa de pós-graduação, tomou como ponto de partida os indicadores apresentados por Pinheiro e Loureiro (1995), segundo os quais os principais orientadores externos foram: Lancaster (34 orientações), Tefko Saracevic (13), LaVahn Marie Overmyer (3), Jack Mills e Bert Boyce (2 cada). Contudo, a análise detalhada dos dados revelou uma discrepância em relação às orientações atribuídas a Jack Mills. Constatamos que, em uma das ocasiões, ele atuou como orientador, e na outra, como coorientador. Em contrapartida, Douglas Foscett figurou como orientador em uma dissertação e como coorientador em outra, sendo, portanto, integrado ao quadro de análise dos orientadores externos. Após consulta a quatro bases de dados (BDTD, Pantheon, RIDI e o Catálogo online da Biblioteca do IBICT Lydia de Queiroz Sambaqui), foram recuperadas 34 dissertações, distribuídas da seguinte forma: Lancaster (14 orientações); Tefko Saracevic (13); LaVahn Marie Overmyer (3); Bert Boyce (2 cada); Jack Mills (1); e Douglas Foscett (1), em concordância com os achados de Cavalcanti, Barreto e Souza (1995).

A discrepância entre os dados de Pinheiro e Loureiro (1995) e os resultados da pesquisa atual podem ser justificada por diversos fatores, como a atualização das bases de dados e a metodologia de pesquisa utilizada. Adicionalmente, a não disponibilização de algumas dissertações para acesso, seja por perda, extravio ou outros motivos, também pode ter contribuído para essa diferença.

Os achados da pesquisa permitem inferir que a digitalização e indexação das dissertações da época não abrangem a totalidade da produção acadêmica, conforme evidenciado pela pesquisa. Tal contexto encontra respaldo na obra de Cavalcanti, Barreto e Souza (1995, n.p.), para quem “o material bibliográfico citado, encontra-se disponível na Biblioteca da Escola de Comunicação –UFRJ – IBICT/ DEP, para consulta e solicitação de cópia. O custo equivale ao do COMUT”. A constatação do potencial dispersão de pesquisas científicas, ou a sua não disponibilização para acesso digital, configura-se como um problema de relevância, particularmente no que concerne às pesquisas desenvolvidas no campo da Ciência da Informação. Esta área do conhecimento, historicamente, surge com o *múnus* de tratamento da informação científica, conforme amplamente evidenciado no presente estudo.

Sem embargo, esta pesquisa também revelou pontos de convergência entre os resultados de Pinheiro e Loureiro (1995), ao constatar que tanto Lancaster quanto Saracevic se destacaram como os docentes com o maior número de orientações em ambos os estudos. Os dados

referentes a Bert Boyce e Jack Mills também coincidem, com uma única ressalva: o fato de os achados científicos evidenciar que Jack Mills dividiu a orientação das dissertações com Douglas John Foscett, este na condição de coorientador.

Alguns referenciais teóricos demonstram a proximidade de Foscett e Jack Mills. Foscett desenvolveu estudos culturais no contexto da organização do conhecimento juntamente com outros cientistas do Classification Research Group (CRG) (Miranda; Campos, 2022). Jack Mills também fez parte do CRG e pode ter sido a partir deste contexto de atuação que surgiu a ideia da divisão de orientação. Foscett e Derek Wilton Langridge, fundadores do CRG, defenderam a classificação facetada para a recuperação da informação. Os resultados da pesquisa indicam que eles contribuíram, significativamente, para a disseminação de ideias inovadoras no campo da Organização do Conhecimento, entre as quais se destacam o uso da classificação facetada, a construção de esquemas de classificação especializados em Ciências Humanas e Sociais e a proposta de níveis integrativos para o universo do conhecimento. Esses resultados evidenciam ainda a integração da comunidade discursiva do CRG, na aplicação e na disseminação de novas propostas teórico-metodológicas para os estudos da Organização do Conhecimento (Miranda; Campos, 2022), área fortemente desenvolvida no desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil.

Mediante a observação do Quadro 5 é possível divisar que as duas pesquisas orientadas por Jack Mills e Douglas John Foscett abordavam exatamente a classificação facetada, inclusive demonstram que esse tipo de classificação é um sistema de classificação bibliográfica analítico-sintético para indexação e classificação. A classificação facetada, um sistema analítico-sintético de classificação bibliográfica, possui uma relação intrínseca com a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação, particularmente no que concerne à organização e à recuperação da informação. Embora Saracevic (1995) tenha apontando a recuperação da informação como atividade principal da Ciência da Informação, aquela abordagem pode ser considerada como uma herança cognitiva da Biblioteconomia e da Documentação, que já conferiam centralidade ao tratamento e à organização da informação. Isso evidencia que a Ciência da Informação não só utilizou, absorveu e adaptou estruturas sociais da Biblioteconomia e da Documentação (cursos, departamentos, eventos, associações), mas também recebeu herança cognitiva em teorias, métodos e, sobretudo, nos recursos humanos que produzem o conhecimento.

Em face do exposto, é bastante provável que a escolha de Jack Mills para a parceria de coorientação tenha se dado por critérios de afinidade temática afigura-se plausível. Não obstante, cumpre salientar que, nas duas únicas situações em que um dos *outsiders*

compartilhou a orientação de um trabalho, a parceria se concretizou com outro pesquisador estrangeiro, e não com um docente brasileiro. Tal fato, por sua vez, suscita questionamentos pertinentes acerca da natureza e das dinâmicas de colaboração entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros no contexto em questão. Gomes (1974) deixa bem evidente que o mestrado em Ciência da Informação do IBBD/IBICT também contatava com docentes nacionais. Segundo a pesquisadora, a UFRJ desempenhou um papel crucial na formação da área, contando com a colaboração de renomados professores do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), da Faculdade de Educação, da Faculdade de Letras e da Escola de Comunicação para áreas de domínios conexos. Para a área de concentração, dada a ausência de especialistas no país, foi necessário o recrutamento de docentes estrangeiros. O curso recebeu apoio inicial da Organização dos Estados Americanos (OEA), que viabilizou a vinda de professores norte-americanos de universidades de prestígio.

A desvalorização do conhecimento local pode se encontrar de tal modo entranhada e normalizada na Ciência da Informação brasileira que, frequentemente, passa despercebida pelos cientistas da área. Um exemplo ilustrativo dessa problemática é a recorrente opção por convidar pesquisadores estrangeiros para proferir as conferências de abertura de eventos nacionais, como se a presença desses intelectuais fosse condição *sine qua non* para a validação do evento. O maior evento da área no Brasil, o ENANCIB, constitui-se como um exemplo emblemático dessa prática. A análise dos sítios eletrônicos das últimas cinco edições (2019-2024)⁵⁸ revela que a maioria das Conferências de Abertura foi proferida por pesquisadores estrangeiros, a saber: XXIV ENANCIB (2024) - Palestrante: Profa. Dra. Ania R. Hernández Quintana (Universidade de Havana, Cuba); XXIIIº ENANCIB (2023) – Conferencista: Prof(a). Dra. Viviane Couzinet (Université Paul Sabattier, Toulouse III); XXº ENANCIB (2020) - Palestrante: Luc Quoniam (Université Aix Marseille III).

Nesse sentido, Santos (2019, p. 43) discorre que “[...] o mundo colonial, o mundo da sociabilidade colonial, é o mundo do ‘eles’, aqueles que relativamente aos quais é inimaginável qualquer equivalência ou reciprocidade [...]”. Em outras palavras, é possível inferir que os docentes brasileiros não gozavam do mesmo reconhecimento que os *outsiders* no que concerne à produção de conhecimento relevante para a área. Sob a égide da sociabilidade colonial, evidenciava-se uma notória hierarquização epistemológica, na qual a autoridade era invariavelmente atribuída a quem provinha de fora. Nesse contexto, os *outsiders* detinham o *múnus magister*, ou seja, eram alçados à condição de mestres por excelência, ao passo que os

⁵⁸ Consoante Alves (2021) o evento não ocorreu em 2020 devido a pandemia global de Covid-19.

bibliotecários brasileiros eram relegados à posição de aprendizes, sendo-lhes negada a oportunidade de estabelecer uma relação de coconhecimento.

Sob a perspectiva da argumentação discursiva, a defesa dos *outsiders* poderia ser construída sobre a premissa de que estes se constituíam como autoridades em uma área emergente, que se encontrava em fase de implementação no Brasil e na América do Sul. Embora essa premissa possa ser considerada em um primeiro momento, os achados acerca das dissertações apresentadas no Quadro 5, como as de número 04, 06, 09, 10, 11, 15, 18 e 34, revelam que docentes brasileiros de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação do curso também poderiam oferecer contribuições significativas para o desenvolvimento das pesquisas. Essas pesquisas abordam conjunturas nacionais específicas, nas quais é provável que docentes brasileiros possuíssem conhecimento mais aprofundado do que os *outsiders*. Destarte, a argumentação de que os *outsiders* eram autoridades em áreas emergentes, com maior repertório que os docentes nacionais, é frágil, sobretudo, quando se trata de pesquisas acerca de grupos sociais brasileiros.

LaVahn Marie Overmyer, figura pioneira na Ciência da Informação, não apenas foi a primeira estrangeira a publicar na RCI, mas também exerceu o papel de orientadora de dissertações, sendo a única outsider mulher do grupo analisado. Ao passo que as mulheres são minoria dentre os outsiders, as mulheres são maioria entre o corpo discente analisado. Os achados revelam uma dinâmica interessante: embora haja um protagonismo masculino entre os *outsiders*, observa-se um notório protagonismo feminino entre os discentes que buscam a pós-graduação. Os números são expressivos: apenas 3 dos orientandos são homens, o que representa menos de 10% do total, ao passo que as mulheres somam 30 orientandas, correspondendo a 90,90% do grupo.

Há indicativos de que o protagonismo feminino perdura na área até a contemporaneidade. Em sua análise da produção de mulheres na Ciência da Informação, no Brasil, Cordeiro e Cassiano (2023) constataram um predomínio feminino entre os autores, com 547 mulheres (64,7%) e 298 homens (35,3%). A participação feminina é particularmente expressiva em periódicos brasileiros classificados como A1 e A2⁵⁹, nos quais as mulheres respondem por 36,75% da produção, em comparação com 22,58% dos homens. Embora os homens apresentem maior representatividade em periódicos B5 (29,03%), possivelmente influenciada pela área de formação, a produção feminina se destaca em termos absolutos, com

⁵⁹ Os conceitos qualis CAPES são notas atribuídas aos periódicos e os conceitos A1 e A2 são os mais altos, significando que as mulheres da área estão desenvolvendo pesquisas do mais alto nível.

uma média individual de artigos completos e capítulos de livros publicados superior à dos homens (Cordeiro; Cassiano, 2023).

A Ciência da Informação apresenta um potencial promissor na resistência à colonialidade de saberes, especialmente em sua interface com o patriarcado. Contudo, faz-se necessário considerar a ressalva de Santos (2019), que enfatiza a complexa interação entre os modos de dominação modernos e a importância de abordá-los de forma integrada. A luta das mulheres contra o patriarcado, por mais vigorosa que seja, não alcançará seus objetivos se negligenciar o colonialismo, componente intrínseco da dominação capitalista. [...] “Não faz muito sentido descolonizar as ciências sociais se tal não implicar despatriarcalizá-las e desmercantizá-las” (Santos, 2019, p. 161).

As linhas de pesquisa nas dissertações oferecem um panorama significativo da institucionalização social e cognitiva da Ciência da Informação. Elas influenciam a estrutura dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como o direcionamento teórico e metodológico das pesquisas. Conforme Bufrem e Sánchez-Tarragó (2019), a pós-graduação foi o motor do desenvolvimento da área no Brasil, onde a definição de áreas de concentração e linhas de pesquisa desempenhou papel central na institucionalização. A área de concentração, núcleo temático do programa, é sustentada pelas linhas de pesquisa e pela expertise dos docentes/pesquisadores.

Conforme Cavalcanti, Barreto e Souza (1995), as linhas de pesquisa do mestrado do IBICT se subdividem em três linhas de pesquisa distintas, conforme detalhado no Quadro 6.

Convém considerar que é com base nas linhas de pesquisa que os programas de pós-graduação se constroem, consolidando o campo (Feldman; Oliveira; Souza, 2023). A análise das linhas de pesquisa revela uma dicotomia intrigante, com implicações para a institucionalização social e cognitiva da Ciência da Informação. Ao abordar os processos de tratamento e organização da informação, observa-se uma tendência a ampliar o escopo para além dos sistemas tradicionais, abrangendo diversos usuários. Essa amplitude sugere um movimento de institucionalização cognitiva, ao buscar consolidar um arcabouço teórico e metodológico mais abrangente. No entanto, ao se referir aos aspectos sociais da informação, a ênfase recai predominantemente sobre a informação científica e tecnológica, restringindo a análise a um nicho específico. Essa aparente contradição levanta questionamentos sobre a oscilação da área entre a inclusão de diversos atores e a concentração em um domínio particular.

Quadro 6 – Primeiras Linhas de Pesquisa da Ciência da Informação brasileira

Número e título da linha	Ementa
Linha 1 - Estrutura e Fluxo da Informação	Explora a organização da informação em todas as suas dimensões, desde a mensagem individual até os sistemas complexos, abrangendo o fluxo informacional desde a criação e seleção até o armazenamento, recuperação e acesso.
Linha 2 - Informação, Ciência e Sociedade	Estuda a informação científica e tecnológica em seus contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, abrangendo a comunicação científica, a socialização da informação e o uso do conhecimento.
Linha 3 - Processamento da Informação	Examina em detalhe os processos técnicos de reprocessamento e redução da informação, incluindo linguagens, técnicas e ferramentas (computacionais) para gerenciar, organizar e controlar a informação.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cavalcanti, Barreto e Souza (1995).

As linhas de pesquisa expressam a especificidade da produção de conhecimento de uma área de concentração, sustentando-se nos docentes/pesquisadores do programa. Por representarem um recorte específico dentro da(s) área(s) de concentração, harmonizam-se com a vocação do programa, a área de concentração e a competência acadêmica dos docentes. Segundo a Capes, tais linhas devem garantir distribuição equilibrada entre os docentes, os projetos de pesquisa e a articulação com a produção científica, orientações, disciplinas e áreas do programa. As linhas, por meio da convergência e divergência de ideias, materializam disciplinas, currículos, projetos e produções dos professores. A produção intelectual do pesquisador/docente situa-se em uma linha de pesquisa (Bufrem; Sánchez-Tarragó, 2019). Consoante Feldman, Oliveira e Souza (2023), é possível ver um desenvolvimento da área no tocante a este ponto, visto que atualmente são 33 linhas de programa, dentre 27 programas de pós-graduação. As linhas de pesquisa ilustram um dos maiores exemplos da imbricação entre institucionalização social e cognitiva, uma vez que são estruturadas no contexto social e repercutem diretamente na construção epistêmica onde foram estabelecidas.

Com base em Cavalcanti, Barreto e Souza (1995), foi desenvolvido no quadro 7 uma síntese das dissertações recuperadas por este estudo, divididas em suas respectivas linhas de pesquisa e sinalizadas por seu número no Apêndice A.

Quadro 7 – Dissertações divididas por linhas de pesquisa

Linha de Pesquisa	Número da dissertação	Quantidade de dissertações
Linha 1 - Estrutura e Fluxo da Informação	02, 03, 04, 07, 08, 09, 12, 14, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33	18
Linha 2 - Informação, Ciência e Sociedade	05, 10, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 34	09
Linha 3 - Processamento da Informação	01, 06, 11, 13, 21, 31, 32	07

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cavalcanti, Barreto e Souza (1995).

No que concerne à distribuição das dissertações pelas linhas de pesquisa, constata-se que 18 se inserem na linha 1, 9 na linha 2 e 7 na linha 3, em um universo de 34 trabalhos. Considerando que a pesquisa científica se configura como uma resposta às demandas, sejam elas de caráter social, profissional ou teórico, inicialmente, as principais preocupações dos cientistas da informação se concentram na organização, na recuperação, na sistematização e nos usuários da informação. Todos esses processos estão interligados pelo objetivo comum de atender às demandas informacionais⁶⁰. A pesquisa científica fornece subsídios para a superação dos problemas informacionais, e as atividades dos cientistas da informação são os meios para alcançar esse objetivo. Em outras palavras, a pesquisa científica gera as perguntas, e a Ciência da Informação busca as respostas através da organização, da recuperação, da sistematização e da compreensão dos usuários da informação. Basicamente o que une os processos é a necessidade de tratar a informação de forma correta, para que ela possa ser usada da melhor maneira possível, para atender às demandas que deram origem a pesquisa.

Adotando a perspectiva paradigmática de Capurro (2003), é possível inferir que as linhas de pesquisa 1 e 3 demonstram maior alinhamento com os paradigmas físico e cognitivo, ao passo que a linha 2 contempla questões conjunturais intrínsecas ao paradigma social. É compreensível que a área em processo de institucionalização social e cognitiva dedique maior esforço cognitivo a estudos relacionados aos paradigmas físico e cognitivo. Contudo, esse fato indicia a influência do pensamento moderno positivista cartesiano, relegando as questões sociais para outro momento, como exemplificado pela criação do GT 12 do ENANCIB.

A Ciência da Informação, em sua natureza de campo social aplicado, tem na responsabilidade social um de seus eixos estruturantes. A responsabilidade social da área compreende a capacidade de conferir centralidade à informação em suas múltiplas nuances, como elemento precípua da comunicação, sob uma perspectiva sociológica que legitima o ciclo informacional em prol da humanidade. Tal desiderato é alcançado mediante ações contínuas, sistemáticas e que expressem o comprometimento das organizações envolvidas. Em virtude de sua abrangência, o papel da responsabilidade social do campo se fundamenta nas atividades desenvolvidas no âmbito da Biblioteconomia (sem prejuízo das contribuições de áreas afins, como a Documentação, a Arquivologia e a Museologia), transcendendo as funções de

⁶⁰ A máxima popularmente atribuída a Ludwig Von Mises, “As pessoas não bebem whisky porque há destilarias, mas há destilarias porque as pessoas bebem whisky”, oferece uma analogia pertinente para a compreensão da relação entre informação e necessidade humana. Embora o contexto original seja econômico, a lógica subjacente transcende as críticas ao capitalismo. A busca inata por informação e comunicação gera demandas e problemas informacionais, que, por sua vez, impulsionam o desenvolvimento da Ciência da Informação. A informação, portanto, surge como resposta à necessidade humana de se informar, e não o contrário.

armazenagem, de transmissão e de recuperação da informação, de modo a contemplar a produção e a geração de conhecimentos. Todas essas atividades constituem responsabilidade social, um fundamento intrínseco ao campo de conhecimento (Garcia; Targino; Dantas, 2012)

A análise diacrônica das pesquisas científicas apresenta-se como um desafio complexo, uma vez que se torna imprescindível ponderar que as dissertações são, invariavelmente, reflexos das contingências sociais e científicas que vigoravam à época de sua produção. A organização física da informação, sua sistematização e a subsequente disponibilização revelam a prevalência de uma lógica tecnocrática e burocrática naquele período. Conforme demonstrado na fundamentação teórica deste estudo, o Estado brasileiro alinhou-se aos interesses estrangeiros na implantação do SNICT, PNDs, PBDCTs e PADCTs, evidenciando a mesma lógica.

Não obstante, cumpre salientar a ausência de estudos que se dedicassem à análise de populações vulnerabilizadas, as quais, naquele contexto específico, encontravam-se em um estado de invisibilidade ainda mais acentuado. Populações como as ribeirinhas, as faveladas e as empobrecidas, que já sofriam com o racismo e a fome no país, não foram contempladas pelas pesquisas da época. Essa lacuna demonstra a importância da reflexão proposta por Alves (2021, p. 74), que enfatiza que "a Ciência da Informação, mediante a sua responsabilidade social, não pode e não deve ficar omissa diante desses anseios sociais".

A pouca atenção as questões sociais nos primeiros anos da Ciência da Informação brasileira sugerem que a influência dos *outsiders* se circunscreveu a questões de natureza teórico-metodológica e tecnocrática. Essa opção por uma Ciência da Informação moldada nos padrões do Norte Global, que negligencia as particularidades do contexto local, pode ter se refletido na complexa interação entre a miséria social e a informacional, configurando a atual conjuntura de "miséria da informação"⁶¹. Apesar das possíveis justificativas, na partida, a área perdeu uma oportunidade valiosa de construir um campo de pesquisa relevante para as necessidades informacionais da população mais pobre do Brasil.

Torna-se imprescindível reconhecer que os *outsiders* não se apresentam como atores neutros, desprovidos de influências contextuais. Ao contrário, eles trazem consigo um conjunto de idiosincrasias oriundas do Norte Global e do pensamento moderno, que moldam suas

⁶¹ A "miséria da informação" se manifesta em um regime informacional marcado pela continuidade do controle exercido por grandes organizações multinacionais, incluindo as big techs, que utilizam tecnologias digitais. Este novo regime se distingue pela convergência de inovações nos meios e suportes de informação, possibilitadas pela digitalização de conteúdo audiovisual, pela expansão da rede mundial de computadores e pela democratização de dispositivos eletrônicos. Como resultado de transformações sociais, este regime cria um mercado inédito para a comercialização de dados digitais, gerando complexos dilemas éticos para a sociedade contemporânea. Esses dilemas, que incluem fake news, desinformação, discursos de ódio, ausência de informação e negacionismos científicos, não são apenas consequências do regime informacional, mas também elementos que o sustentam e perpetuam (Bezerra, 2024).

perspectivas e suas abordagens. Não se afigura plausível, portanto, supor que eles pudessem desconsiderar tais referências ao se inserir no contexto brasileiro, como se estas pudessem ser descartadas a seu bel-prazer. Para Mignolo (2003), epistemologicamente, o saber e as histórias locais europeias foram impostos como projetos globais, desde o sonho de uma *Orbis universalis christianus* até a história universal hegeliana, narrada a partir da Europa como ponto de referência. Nessa história, a maioria dos atores não teve voz.

A análise de Walter Mignolo sobre o eurocentrismo, embora focada na Europa, pode ser estendida para outras potências hegemônicas, como os EUA e outras nações do chamado Norte Global. Nesses locais, observa-se um padrão semelhante de desvalorização das histórias e dos saberes locais, que são frequentemente considerados inferiores ou irrelevantes em comparação com os projetos globais propostos pelas potências dominantes. Nessa esteira, Pidner (2010, p. 9) considera que [...] “os trajetos da ciência são lineares, definidos por normas e regras modernas. A ciência formula um futuro comum para si e para o mundo: um destino ancorado em padrões e repetições, um repertório congelado”.

A Ciência da Informação brasileira foi afetada pela homogeneização do conhecimento em sua origem. É preciso que uma área emergente se concentre em teoria, conceitos e metodologias, sem ignorar as histórias locais em detrimento dos saberes globais. Sendo o Brasil e a América Latina diferentes dos EUA, da Europa e de outros países do Norte Global, é fundamental que a Ciência da Informação brasileira e sul-americana inclua suas características próprias.

Para desconstruir o cenário colonial e iniciar um processo de descolonização e de construção de uma cultura pós-colonial na área, Dussel (2016) considera que é necessário a afirmação da exterioridade desprezada, ou seja, a valorização daquilo que foi marginalizado e silenciado pela cultura dominante. Para que isso ocorra, o autor defende que se deve começar pela autoavaliação, pelo reconhecimento do valor próprio e do conhecimento local. Nesse sentido, Dussel (2016) cita o exemplo de Al-Yabri, um filósofo do Magrebe que é crítico das leituras hermenêuticas da tradição islâmica da filosofia árabe contemporânea. Al-Yabri, por ser um leitor com domínio da língua materna e por ter aprendido a cultura islâmica desde a infância, possui uma enorme vantagem sobre todos os peritos europeus e norte-americanos que estudam o mundo árabe como um “objeto científico” e como uma “cultura estrangeira”.

A exemplificação apresentada por Enrique Dussel oferece um ensinamento de grande relevância para a Ciência da Informação brasileira e latino-americana. Tal ensinamento, embora possa afigurar-se como óbvio, por vezes, é obscurecido pela persistência da colonialidade que ainda se manifesta no campo. A moral da história que emerge dessa reflexão é que, no que

concerne a problemas informacionais específicos do Brasil ou da América Latina, nenhum indivíduo externo (*outsider*) deterá maior autoridade do que os próprios nacionais que conhecem e vivenciam a história local. Uma das principais dificuldades que se apresentam aos países do Sul Global reside na tentativa de solucionar questões nacionais complexas por meio da aplicação de fórmulas internacionais padronizadas. Tal prática, que se observa com frequência no âmbito da política econômica, com a imposição de modelos como o capitalismo e o neoliberalismo, demonstra uma falta de sintonia entre as soluções propostas e as particularidades de cada contexto nacional

Os achados da pesquisa evidenciam, mais uma vez, a presença de elementos da colonialidade do saber na Ciência da Informação brasileira, dentre os quais se destacam a dependência epistêmica, a falta de autonomia na validação do discurso científico e a excessiva intervenção de *outsiders* na produção do conhecimento. Cumpre salientar que não se observa, *a priori*, nenhum problema na participação de intelectuais estrangeiros nesses momentos, ao contrário, tal participação pode ser profícua para fins de internacionalização da área. Não obstante, torna-se imprescindível que essa participação não seja interpretada como uma chancela intelectual, como se a presença de um pesquisador estrangeiro fosse condição *sine qua non* para a validação do evento ou do conhecimento produzido. Tal interpretação revela um complexo de vira-lata brasileiro, que ainda busca validação externa para aquilo que é produzido internamente.

5.4. A influência dos *outsiders* na produção científica dos *insiders*

A distinção entre *insider* e *outsider* é fundamental nas Ciências Humanas e Sociais, pois os membros de grupos ou camadas sociais específicas (*insiders*) possuem acesso privilegiado a conhecimento, recursos e autoridade. Em contrapartida, aqueles que estão fora (*outsiders*) enfrentam obstáculos semelhantes, devido à sua posição marginalizada (Engler; Gardiner, 2010). Na Ciência da Informação brasileira, ocorreu exatamente o oposto. Com base no referencial teórico da pesquisa, é possível perceber que o impulso colonial do saber fez com que os *outsiders* que atuaram na implantação da área chegassem em uma condição privilegiada do ponto de vista epistêmico e os nacionais fossem inseridos em uma condição de aprendizes. Por isso, é tão importante conhecer os indícios deixados por esses intelectuais estrangeiros na produção científica dos primeiros cientistas da informação brasileiros que foram seus

orientandos. Como esforço de síntese, foi elaborado o Quadro 8⁶² com o nome dos orientandos, a quantidade de artigos publicados, o total de referências utilizados nos artigos, o total de referências nacionais e estrangeiras, bem como se houve referência ao grupo de *outsiders* avaliado.

Quadro 8 - Produção dos *insiders* (1970-1999)

Nome	Artigos publicados	Total de referências	Nacionais	Estrangeiras	Referências aos outsiders
Alice Príncipe Barbosa	01	10	00	10	01 (Foskett) 01 (Mills)
Anna da Soledade Vieira	22	216	54	162	01 (Lancaster) 01 (Foskett)
Celina Ippolito	00	00	00	00	00
Darci Dusilek	00	00	00	00	00
Dyrse Barreto Taveira	00	00	00	00	00
Eliane de Oliveira Saboia Ribeiro	00	00	00	00	00
Elza Lima e Silva Maia	02	09	00	09	01 (Saracevic)
Elza Maria Ferraz Barboza	02	00	00	00	00
Frida Issler de Andrade	00	00	00	00	00
Gilda Gama de Queiroz	01	00	00	00	00
Gilda Maria Braga ⁶³	10	250	15	235	03 (Saracevic) 01 (Foskett)
Jandira Batista de Assunção	03	28	07	21	01 (Foskett); 01 (Lancaster)
Laura de Lira e Oliveira	00	00	00	00	00
Laura Maia de Figueiredo	03	28	03	25	03 (Saracevic)
Leila Maria Torres Rossete	00	00	00	00	00
Malvina Vianna Rosa	02	12	00	12	01 (Foskett); 01 (Mills)
Margarida Pinto Oliveira	03	51	37	14	01 (Saracevic)
Maria Angela Lagrange Moutinho dos Reis	00	00	00	00	00
Maria Antonieta Requião Piedade	00	00	00	00	00
Maria Ignez Azambuja de Lemos	01	08	02	06	01 (Lancaster)
Maria Lectícia de Andrade Lima	10	40	20	20	02 (Saracevic)
Maria Luiza Andrade Di Giorgi	00	00	00	00	00

⁶² O Quadro 8 apresenta uma síntese do Apêndice B, onde se encontra a lista completa dos artigos produzidos por cada agente interno. Assim, para uma análise detalhada desses dados, recomenda-se a consulta ao referido apêndice, seguida do retorno à análise do quadro.

⁶³ Ela tem outro artigo com Selma Chi enquanto co-autora. Para fins de contagem total só poderia constar em uma linha.

Maria Virginia Ruas Santos	01	05	01	04	00
Nitzia Gicela Barrantes Serrano	00	00	00	00	00
Paulo da Terra Caldeira	23	269	195	74	01 (Lancaster) ⁶⁴
Regina Celia Figueiredo	06	80	18	62	01 (Foskett), 01 (Lancaster), 02 (Saracevic)
Rodolfo Tsupal	01	23	16	07	01 (Foskett)
Rosali Pacheco Fernandez	01	13	07	06	00
Rosane Teles Lins Castilho	01	03	01	02	02 (Lancaster)
Selma Chi Barreiro Soares	03	02	02	00	00
Solange Puntel Mostafa	25	344	196	148	05 (Saracevic)
Tânia Mara Botelho	12	211	75	136	03 (Lancaster); 03 (Saracevic)
Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei	03	20	13	07	01 (Lancaster)
Wanda Maria Maia da Rocha Paranhos ⁶⁵	04	38	25	13	01 (Saracevic) 01 (Foskett)
Total	140	1660	687	973	21 (Saracevic) 14 (Lancaster) 09 (Foskett) 02 (Mills)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No Quadro 8, observamos que quase um terço dos 34 orientandos (11, para ser exato) não teve publicado nenhum artigo, no período de estudo. Esse fato pode indicar um desafio inicial na institucionalização cognitiva da área, em que uma parcela significativa da produção científica era classificada como “literatura cinzenta”. Embora esse conceito seja atualmente relativizado, devido à disponibilidade online de trabalhos de conclusão de curso (monografias, dissertações e teses), o que aumenta sua visibilidade e potencial para citações, na época, essa literatura tinha menor visibilidade. Os constructos científicos oriundos de dissertações que não foram publicados no formato de artigos, por um período considerado, ficaram restritos àqueles que podiam acessar fisicamente os documentos nas bibliotecas do IBBD/IBICT.

Dentre os orientandos que publicaram ao menos um artigo em periódicos nacionais, buscou mais identificar se desenvolveram estudos que desdobraram suas dissertações ou se mantiveram a temática central em outras pesquisas. A maioria (13) continuou a explorar a temática da dissertação em outros estudos, enquanto 10 seguiram por caminhos diferentes. Essa divergência não implica, necessariamente, um problema na institucionalização cognitiva. É comum que pesquisadores explorem diferentes problemas, temas e campos. No entanto,

⁶⁴ O autor tem outro artigo com Margarida P. Oliveira enquanto coautor. Para fins de contagem total considerou-se em uma linha.

⁶⁵ Autora tem trabalho em co-autoria com Tânia Mara, à qual foi atribuído para fins de contagem.

considerando a imposição de metodologias universalistas, conforme observado em Saracevic (1974a), e as dificuldades dos discentes relatadas por Gomes (1974), surge a possibilidade de ter havido também certo direcionamento temático. Com os dados disponíveis, não é possível afirmar categoricamente este fato. Contudo, não se pode descartar a possibilidade de que, além da orientação metodológica, tenha havido uma certa imposição temática. A afeição do pesquisador pelo tema geralmente leva ao desenvolvimento de múltiplos estudos na mesma área. Isto seria mais uma violência epistêmica e dado da colonialidade do saber. Na verdade, a própria dúvida já é um indício de que tal cenário pudesse ter sido concretizado.

No que se refere às referências adotadas pelos agentes internos, os resultados da pesquisa indicam um total de 1680 referências, onde a quantidade de referências estrangeiras (973) supera em mais de 40% a quantidade de referências nacionais (687). Em teoria, a adoção de referenciais estrangeiros pode contribuir para o reforço teórico, a ampliação do contexto macrossocial de problematização, a aquisição de novos métodos e abordagens, as colaborações internacionais e a identificação de tendências de estudo emergentes. No entanto, o excesso de referenciais estrangeiros também pode impactar negativamente a produção local, levando ao desvio ou à negligência de problemas locais, à super exposição a ideias externas (paradigmas teóricos) que não se adequam à realidade brasileira e a uma compreensão equivocada das lacunas teóricas na literatura científica local, entre outras questões.

Embora seja possível argumentar que a predominância de referenciais estrangeiros se deva à implantação inicial da área no Norte Global, tal argumento se mostra frágil diante dos dados analisados. O recorte temporal das pesquisas dos agentes internos se estendeu até o final da década de 1990, quando a Ciência da Informação brasileira já dispunha de um arcabouço teórico relativamente consolidado. Nesse contexto, evidenciamos o silenciamento de saberes (epistemicídios) nacionais promovido pelos agentes internos em suas publicações. Em artigos da década de 1990, como os de Lancaster (1994) e Saracevic (1995), a Ciência da Informação brasileira já contava com mais de 20 anos de história oficial e produção científica robusta, demonstrando um considerável nível de institucionalização sociocognitiva, conforme apresentado anteriormente.

Retomando teoricamente Almeida, Alves e Silva (2021), cuja pesquisa revelou a predominância de autores europeus e norte-americanos como referências na Ciência da Informação brasileira, especialmente na formação de discentes de pós-graduação, constataram que 75% das referências nas bibliografias dos programas de disciplinas são de autores estrangeiros, majoritariamente masculinos, enquanto apenas 25% são de autores nacionais. Tal padrão indica que os programas de pós-graduação da área internalizaram e permaneceram com

a preponderância de referenciais estrangeiros. Nesse sentido, para impulsionar o avanço do campo sob a perspectiva da institucionalização cognitiva, é crucial reduzir a dependência epistêmica em relação à produção externa. Contudo, é fundamental evitar o equívoco que Almeida, Alves e Silva (2021) buscaram prevenir, qual seja não desvalorizar as contribuições das produções europeias ou do Norte Global, mas promover uma reflexão crítica sobre os critérios que sustentam sua supremacia e legitimação em detrimento de outras produções fora desse eixo hegemônico na construção do conhecimento humano, particularmente na ciência que praticamos.

A análise da influência de autores norte-americanos e europeus revela uma predominância marcante de referências em língua inglesa. Dos 973 referenciais internacionais identificados, 829 foram publicados em inglês, representando uma expressiva maioria, enquanto apenas 144 foram encontrados em outros idiomas, especialmente, espanhol e francês. Essa disparidade evidencia a forte influência da produção científica anglo-saxônica no contexto analisado, revelando uma desproporção significativa na utilização de referenciais internacionais. A centralidade do inglês na disseminação do conhecimento científico, com aproximadamente 85% das publicações, reflete o legado histórico e a hegemonia cultural de países como EUA e Reino Unido. Ademais, é relevante destacar que os agentes externos investigados nesta pesquisa eram falantes nativos de inglês ou, como no caso de Tefko Saracevic, estabeleceu-se naquele país.

A disparidade linguística identificada levanta questões cruciais sobre a pluralidade de perspectivas e a valorização de saberes produzidos em idiomas diversos, além de suscitar reflexões sobre a potencial marginalização de pesquisas e de autores que não se enquadram no padrão anglófono dominante. A hegemonia do inglês como língua franca da comunicação científica internacional impõe desafios significativos, especialmente para pesquisadores brasileiros, cuja participação em debates globais pode ser limitada pela dificuldade no domínio desse idioma, um obstáculo agravado pelas reconhecidas deficiências no ensino de línguas estrangeiras na educação básica. Ademais, a predominância do francês e do espanhol nas referências não inglesas sugere um distanciamento da Ciência da Informação brasileira em relação a autores de outras origens étnico-sociais, como asiáticos e africanos. Acreditamos que o diálogo intercultural com o mundo oriental, em particular, pode enriquecer significativamente a produção científica brasileira, oferecendo novas perspectivas e conhecimentos sobre fenômenos informacionais.

Outro indicador relevante diz respeito aos agentes externos mais citados pelos agentes internos. O Quadro 9 apresenta esses dados, comparando o número de referências com o total de produções internacionais e nacionais adotadas pelos agentes internos.

Quadro 9 – Índices de referenciais da produção dos *insiders*

Cenário	<i>Outsiders</i>	Total
Internacional	Bert Roy Boyce	00
	Douglas John Foskett	09
	Frederick Wilfrid Lancaster	14
	Jack Mills	02
	Lavahn Marie Overmyer	00
	Tefko Saracevic	21
	Total geral	973
Nacional		687
Total		1660

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O total de referências aos *outsiders* foi de 46, representando 4,73% do total de referências estrangeiras. Embora essa porcentagem possa parecer modesta, indicando que, no recorte da pesquisa, em média, a cada 100 referências dos trabalhos dos *insiders*, apenas 4 são dedicadas aos agentes externos, ela não deve ser subestimada. Tal número evidencia a influência significativa desses agentes na produção científica nacional, particularmente nas três primeiras décadas da Ciência da Informação, desempenhando um papel crucial na institucionalização cognitiva da área.

No cenário internacional, Tefko Saracevic se destaca com um índice de referência de 21, quase metade do total, evidenciando sua relevância para a Ciência da Informação no Brasil. A ausência de referências a Bert Roy Boyce e a Lavahn Marie Overmyer indicia hipóteses como a baixa adesão de suas pesquisas ao contexto nacional ou um possível distanciamento teórico na dinâmica orientador-orientando, refletindo em menor visibilidade de seus trabalhos. Frederick Wilfrid Lancaster (14) e Douglas John Foskett (09) apresentam índices de referências intermediários, enquanto Jack Mills registra o menor índice entre os pesquisadores referenciados. Em síntese, dentro do escopo desta pesquisa, os *outsiders* que mais impactaram a produção científica da Ciência da Informação no Brasil são, em ordem de relevância: Tefko Saracevic, Frederick Wilfrid Lancaster, Douglas John Foskett, Jack Mills, Bert Roy Boyce e Lavahn Marie Overmyer.

A análise detalhada sugere que, hipoteticamente, duas das quatro referências seriam atribuídas a Tefko Saracevic, enquanto as outras duas seriam disputadas entre Frederick Wilfrid Lancaster, Douglas John Foskett e Jack Mills, seguindo essa ordem de probabilidade. Essa

observação é corroborada pela influência desses *outsiders* no ranking de publicações da RCI, na década de 1970, em que Tefko Saracevic e Frederick Wilfrid Lancaster obtiveram as melhores colocações, como pode ser observado no Quadro 10. Embora haja diferentes níveis de participação, esses indicadores demonstram a influência significativa desses agentes na produção científica nacional, particularmente nas três primeiras décadas da Ciência da Informação no Brasil, desempenhando um papel crucial na institucionalização cognitiva da área.

Quadro 10 – Índices de produção dos *insiders* nos periódicos científicos

Título (ISSN)	Período			Total
	1970	1980	1990	
Ciência da Informação (1518-8353)	15	8	17	40
Perspectivas em Ciência da Informação (1981-5344)	0	0	1	1
Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG (0100-0829)	20	14	7	41
Revista de Biblioteconomia de Brasília (0100-7157)	9	17	2	28
Transinformação (2318-0889)	0	2	15	17
Cadernos de Biblioteconomia (1645-2895)	1	9	0	10
Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação (0100-9869)	0	1	0	1
Informatio (2301-1378)	0	0	1	1
Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información (2448-8321)	0	0	1	1

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Ao observar os achados científicos no Quadro 10, constatamos que a década de 1980 se destaca com o maior número de artigos (51), seguida por uma leve retração na década seguinte (44). A década de 1970 ocupa a segunda posição em número de artigos. Esses dados podem contrariar a tendência de aumento contínuo da produção científica ao longo das décadas. Considerando o escopo e as limitações desta pesquisa, é possível inferir que a década de 1980 representou os anos de ouro da produtividade científica da Ciência da Informação brasileira, no período analisado, caracterizado por uma notável pujança.

Na década de 1970, a REB foi o periódico que mais publicou artigos dos *insiders* (20), seguida pela RCI (15), RBB (9) e Cadernos de Biblioteconomia (1). Nesse período, destacamos a predominância da REB sobre os demais periódicos nacionais, especialmente a RCI. Ao contrário da maior aproximação dos *outsiders* com a revista do IBICT, os *insiders* demonstraram preferência pela REB. Uma possível explicação é que muitos desses *insiders*, bibliotecários do IBICT, já possuíam proximidade com a REB, preferindo-a em detrimento da RCI. Talvez isso indique que a RCI se mostrava mais receptiva aos *outsiders* do que aos

insiders, visto que Overmyer (1972) já havia publicado na primeira edição da revista. Outra possibilidade é que o escopo da RCI, mais voltado para a Ciência da Informação, tenha sido um fator determinante. Quanto à RBB, o número de publicações pode ser atribuído ao fato de ter sido lançada em 1973, um ano após a RCI e a REB. O periódico Cadernos de Biblioteconomia, conforme Tanus, Silva e Oliveira (2023), possuía circulação mais restrita em comparação aos demais. Com efeito, já na primeira década da área, especificamente nos oito anos iniciais, a partir da primeira publicação dos *insiders* em 1972, é possível observar que a Ciência da Informação dispunha de uma estrutura social considerável e de ambientes propícios para a recepção de construções epistemológicas, que são sinais evidentes da institucionalização sociocognitiva da área.

Na década de 1980, a RBB assume a liderança (17 artigos), seguida pela REB (14), Cadernos de Biblioteconomia (9), RCI (8), Transinformação (2) e Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação (1). Nesse período, destacamos a inclusão de duas novas revistas no *corpus*, a saber: a Transinformação e os Estudos Avançados em Biblioteconomia. Esse cenário reforça a dinâmica discutida anteriormente sobre as relações entre Biblioteconomia e Ciência da Informação, com a última ganhando cada vez mais espaço, em consonância com a tendência internacional. A própria nomenclatura das revistas evidencia essa mudança, com a presença do termo “informação” e, quando não isolado, acompanhado de “Biblioteconomia”. Não por acaso, este estudo considera a década de 1980 como os “anos de ouro” do período analisado. A implantação de novos periódicos indica uma descentralização do campo emergente, que na década de 1970 se concentrava no Rio de Janeiro e, posteriormente, expandiu-se para outras regiões do país, nessa dinâmica de crescimento da Ciência da Informação e declínio da Documentação e da Biblioteconomia. Sem embargo, este cenário demonstra a expansão da institucionalização cognitiva do campo.

Na década de 1990, a RCI se destaca com 17 artigos, seguida pela Transinformação (15), REB (7), RBB (2) e Perspectivas em Ciência da Informação, *Informatio* e *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información*, todas com 1 artigo. Nesta década, a RCI parece retomar seu protagonismo como a primeira revista específica de Ciência da Informação. É importante observar que as três revistas escolhidas para análise da produção dos *outsiders* (RCI, REB e RBB) se alternaram na posição de maior receptáculo de pesquisas dos orientandos. Além disso, é notável a primeira ocorrência de publicações dos *insiders* em periódicos internacionais, indicando que a internacionalização do campo se manifesta, inicialmente, no corpo docente e, posteriormente, no corpo discente. Esse fenômeno pode estar

relacionado às melhorias no sistema educacional brasileiro (Paula, 2009; Martins, 2009; Moritz; Moritz; Melo, 2011, entre outros).

Diante do exposto, este estudo identifica quatro fases distintas na institucionalização cognitiva da Ciência da Informação, com base na produção científica, a saber: **emergência** (década de 1970), caracterizada pelo surgimento dos primeiros periódicos, refletindo a relação da Ciência da Informação com a Biblioteconomia; **expansão** (década de 1980), marcada pelo aumento significativo da produção científica, diversificação dos periódicos e consolidação da área; **desenvolvimento** (década de 1990) - destacada pela retomada do protagonismo da RCI, publicações de discente e egressos em periódicos internacionais, impulso da internacionalização da pesquisa; e **maduridade** (2000 até a contemporaneidade - 2025), caracterizada pela consolidação da área, diversificação de temas e abordagens, predominância do paradigma social (Bembem; Oliveira; Santos, 2015), emergência de novos desenhos paradigmáticos (Cardona, 2020; Araújo, 2023, 2024; Souza, 2025).

Por fim, o universo temático das produções científicas dos orientandos é um celeiro analítico de indícios do processo de institucionalização, de tal modo que sintetizamos as informações inerentes a estes marcadores no Quadro 11.

O Quadro 11 apresenta um panorama da produção dos *insiders* em relação problemáticas e temáticas das áreas de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, distribuídas em dez eixos formulados com base em Pinheiro e Loureiro (1995) e Oddone e Gomes (2004), nas décadas de 1970, 1980 e 1990, além do total de cada eixo temático. A partir dessa sistematização, observamos que do total de publicações, o Eixo Temático 9 - Processamento, Recuperação e Disseminação da Informação se destaca como o mais abordado, com 25 ocorrências. Em seguida, observamos um número significativo de publicações no Eixo Temático 2 - Formação Profissional e Mercado de Trabalho (24 ocorrências), no Eixo Temático 1 - Aspectos Teóricos e Gerais da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação (20 ocorrências) e no Eixo Temático 5 - Comunicação, Divulgação e Produção Editorial (19 ocorrências). Então, a análise geral da produção científica revela como o foco central em problemas e temas como “tratamento e organização da informação”, “formação profissional”, “produção e comunicação científica”, e “fundamentos teóricos da área”.

Quadro 11 – Índices de problemáticas e temáticas abordadas na produção dos *insiders*

Problemáticas/ Temáticas	Período			Total
	1970	1980	1990	
Eixo Temático 01 - Aspectos Teóricos e Gerais da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação	4	2	14	20
Eixo Temático 02 - Formação Profissional e Mercado de Trabalho	7	12	5	24
Eixo Temático 03 - Gerência de Serviços e Unidades de Informação	0	2	3	5
Eixo Temático 04 - Estudos de Usuários, Demanda e Uso de Informação e de Unidades de Informação	4	6	0	10
Eixo Temático 05 - Comunicação, Divulgação e Produção Editorial (científica)	8	3	8	19
Eixo Temático 06 - Informação, Cultura e Sociedade	0	1	5	6
Eixo Temático 07 - Legislação, e Políticas Públicas de Informação e de Cultura	0	3	4	7
Eixo Temático 08 - Tecnologias da Informação e Comunicação	6	9	3	18
Eixo Temático 09 - Processamento, Recuperação e Disseminação da Informação	16	8	1	25
Eixo Temático 10 - Assuntos Correlatos e Outros	0	5	1	6

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A predominância do Eixo Temático 9 indica uma ênfase no controle físico da informação, refletindo uma perspectiva de gestão custodial. Essa tendência é evidenciada pelos estudos de autores como Barbosa (1992), Braga (1973), Caldeira (1981, 1984), Lima (1979) e Rosa (1973, 1976), cujas obras podem ser consultadas no Apêndice B.

No Eixo Temático 02, observamos uma preocupação constante com a formação continuada de bibliotecários e profissionais da informação. Essa temática encontra eco em referenciais teóricos importantes, como Zaher (1995), que abordou a criação do Centro de Desenvolvimento do Bibliotecário (CDC), um marco na busca pela qualificação profissional; Andrade e Fonseca, 2016, que discutiram a importância da formação continuada para a atualização e o aprimoramento dos bibliotecários; Rodrigues, Oliveira e Juvêncio (2022), que analisaram a relevância dos mestrados profissionais como instrumentos de desenvolvimento para a área. A produção dos *insiders* revela o esforço da Biblioteconomia em se manter relevante e adaptada às demandas do campo, conforme evidenciado nos trabalhos de Assunção, Tavares e Santos (1975), Caldeira (1988), Ferreira *et al.* (1977) e Vieira (1993, 1995). Essa produção demonstra como a área buscou se fortalecer por meio da qualificação de seus profissionais.

No Eixo Temático 01, constatamos estudos de natureza teórico-conceitual, abrangendo os campos da Biblioteconomia, da Ciência da Informação e da Documentação. Essa concentração reflete o movimento de consolidação da segunda área e a gradual diminuição da influência das outras duas, além de estabelecer os alicerces teóricos de cada disciplina.

Destacamos, nesse contexto, os trabalhos de Botelho (1974), Braga (1977, 1987, 1995), Mostafa (1944, 1995, 1996), Mostafa e Moreira (1999) e Mostafa *et al.* (1992).

No Eixo Temático 05, observamos os estudos sobre informação científica e tecnológica, estudos métricos e outras temáticas correlatas. A relevância desse eixo está alinhada a referenciais teóricos importantes do presente estudo, tais como: Marteletto (2009), Lemos (1986), Queiroz e Moura (2015) e Tarapanoff (1992), que discutiram a importância das políticas nacionais de ciência e tecnologia na implantação e no desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil. Essa convergência entre os achados da análise e os referenciais teóricos reforça a importância desses temas para a área e como se deu a evolução da na sua institucionalização sociocognitiva.

É fundamental reconhecer que a ascensão da Ciência da Informação e o declínio da Biblioteconomia e da Documentação no Brasil não se desenrolaram de maneira abrupta. Em vez disso, observamos um processo gradual e com certo atraso. O termo “cisma”, empregado por Shera (1980) para descrever a distinção feita por bibliotecários em relação à documentação, é considerado inadequado para este estudo. A noção de cisma sugere uma separação de uma área anteriormente unificada, o que não reflete a realidade da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Esses campos, embora com histórias interligadas e com a Ciência da Informação tendo se beneficiado das infraestruturas da Biblioteconomia e da Documentação, constituem áreas autônomas, com suas próprias trajetórias e fundamentos. Este estudo propõe, portanto, a noção de ruptura epistemológica para descrever a assunção da Ciência da Informação e a consequente perda de força da Biblioteconomia e da Documentação. Não obstante, Shera (1980) discorre que a Ciência da Informação não se opõe à Biblioteconomia, mas estas ciências são aliadas naturais e que os bibliotecários não deveriam rechaçar este campo emergente, do mesmo modo os cientistas da informação não deveriam desacreditar os bibliotecários. Nesse sentido, o presente estudo concorda com as considerações de Shera (1980) e complementa que o certo atraso do crescimento da Ciência da Informação no país se deu em parte desta resistência dos bibliotecários e documentalistas com esse campo emergente.

Ainda sobre as relações entre Biblioteconomia, Ciência da Informação e Documentação, vale salientar que possuem algo em comum: todas foram atravessadas pela colonialidade. Menezes (2023) corrobora com esta ideia, pontuando que as colonialidades do ser, do saber e do poder emergem como marcadores cruciais na cartografia dos territórios de conhecimento da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação (BDCl), revelando os elementos coloniais que permeiam as redes de desencantamento do mundo nesses campos. A argumentação se constrói a partir de Mignolo, Maldonado-Torres, Lander e Quijano, como

índices cartográficos dos territórios de conhecimento dessas áreas: a formação colonialista e escravocrata da Biblioteca de Alexandria; a linguagem privada do claustro; a conotação patrimonialista e patriarcal da biblioteca universal moderna e suas coleções coloniais; a colonialidade metafísica no projeto internacionalista e pacifista da Documentação otletiana; a presença de relações senhoriais na estrutura de poder do trabalho epistêmico-intelectual da Documentação e da Ciência da Informação; a perspectiva social dos estudos informacionais como redutora do outro ao espectro do si; a metafísica colonial que, ao “dar forma”, funda a ontologia informacional como operadora da máquina antropológica de exclusão do outro no Ocidente.

Considerando que a BDCI, assim como grande parte do mundo ocidental, foram marcadas pela colonialidade, a descolonização e a desobediência aos cânones impostos e internalizados por esses campos se apresentam como caminhos necessários. Nessa direção, em uma perspectiva epistemológica e quase escatológica, Menezes (2023) propõe que a desobediência epistêmica, ao abordar a BDCI sob uma ótica colonial, possibilita a transformação da ciência e, conseqüentemente, a libertação das ruínas coloniais e suas manifestações. A esperança de reencantar o mundo, adiando seu fim, reside nessa transformação.

Os eixos “Gerência de Serviços e Unidades de Informação”, “Informação, Cultura e Sociedade” e “Assuntos Correlatos e Outros” apresentaram os menores índices de abordagem ao longo dos três períodos analisados, evidenciando uma lacuna significativa na produção científica. Particularmente notável é a escassez de estudos nos eixos de cunho social, como “Informação, Cultura e Sociedade” e “Legislação e Políticas Públicas de Informação e de Cultura”. Essa baixa representatividade sugere que os estudos sociais foram relegados a um segundo plano na Ciência da Informação durante as três primeiras décadas, corroborando a predominância inicial de abordagens físicas e cognitivas, conforme apontado por Capurro (2003), como ocorrera em outras partes do mundo. Essa tendência pode ter contribuído para uma relativa negligência da responsabilidade social do campo, discutida por autores como Santana e Aquino (2009), Silva e Aquino (2011) e Garcia, Targino e Dantas (2012).

Com base nos achados científicos e no referencial teórico do estudo, é possível argumentar que essa secundarização dos aspectos sociais da área no país compõem os indícios do legado dos *outsiders* que atuaram na implantação e na institucionalização da Ciência da Informação brasileira. Ao introduzirem estudos estrangeiros pioneiros em periódicos nacionais e ao orientarem as primeiras dissertações do mestrado na área, esses intelectuais exerceram

influência no campo. Contudo, suas pesquisas podem ter contribuído para o silenciamento de produções nacionais, caracterizando um dos primeiros episódios de epistemicídio do campo.

O legado epistemicida deixado pelos *outsiders* na Ciência da Informação brasileira representa uma das marcas mais profundas da colonialidade do saber. A crescente produção acadêmica sobre epistemicídio, como evidenciado nos estudos de Ortolan *et al.* (2017), Alves (2021), Almeida, Alves e Silva (2021), Silva, Garcez e Silva (2022), Alves e Cortês (2023) e Alves, Oliveira e Souza (2023), entre outros, demonstram a emergente conscientização sobre as violências epistêmicas no campo, bem como a urgência de desarticular a colonialidade e os epistemicídios.

Ao analisar os estudos dos *insiders* nos eixos 03, 06, 07 e 10, torna-se evidente a ausência ou a baixa representatividade das populações mais pobres e marginalizadas, que compõem a maioria da sociedade brasileira. Apesar do Brasil ter abrigado, ao longo dessas três décadas, populações em situação de extrema vulnerabilidade social, como ribeirinhos, quilombolas, indígenas, negros, ciganos e pessoas de diversas identidades de gênero, suas práticas informacionais específicas foram amplamente negligenciadas. Esses grupos, que possuem seus próprios modos de produção, troca e consumo de informação, parecem ter sido ignorados pela Ciência da Informação.

No que concerne à variação temporal, observamos que o Eixo Temático 04 - Estudos de Usuários, Demanda e Uso de Informação e de Unidades de Informação demonstrou uma relevância notável nas décadas de 1970 e 1980, porém, não foram registradas ocorrências na década de 1990. Na variável, baixa constância, o Eixo Temático 07 - Legislação e Políticas Públicas de Informação e de Cultura manteve uma baixa frequência de publicações durante todos os três períodos. Face ao exposto invariavelmente a questão social segue tangenciada a um plano de menor valor no universo da pesquisa, onde as legislações e políticas públicas são relevantes, vide todo o referencial teórico seção 4, sobretudo, a subseção acerca das políticas de informação, ciência e tecnologia. Sobre a cultura, Dussel (2016) já recordava a palavra que tem sua origem etimológica no latim, significando “culto”. Nesse sentido, é importante que a Ciência da Informação brasileira se aproxime da cultura de modo geral.

Na década de 1970, marco inicial da produção científica da Ciência da Informação no Brasil, o eixo temático predominante foi "Processamento, Recuperação e Disseminação da Informação", com 16 ocorrências. Em seguida, destacaram-se os eixos "Comunicação, Divulgação e Produção Editorial" (8 ocorrências), "Formação Profissional e Mercado de Trabalho" (7 ocorrências) e "Tecnologias da Informação e Comunicação" (6 ocorrências). Os eixos "Aspectos Teóricos e Gerais da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da

Informação" e "Estudos de Usuários, Demanda e Uso de Informação e de Unidades de Informação" registraram 4 artigos cada. Os demais eixos temáticos não apresentaram artigos classificados nesse período. Com base nesses dados e na observação do apêndice, destacamos a ênfase na organização física da informação, na informação científica e na formação continuada. Observamos, por outro lado, a escassez de estudos sobre usuários da informação, o que pode indicar a força do paradigma físico, pouco do cognitivo e o paradigma social como horizonte mais longínquo. O Eixo Temático 04 - Estudos de Usuários, Demanda e Uso de Informação e de Unidades de Informação teve um número relevante de ocorrências nas décadas de 70 e 80, mas não teve ocorrências na década de 90.

Na década de 1980, o Eixo Temático 09 - Processamento, Recuperação e Disseminação da Informação manteve sua relevância, com 8 ocorrências. No entanto, observamos um aumento significativo no Eixo Temático 02 - Formação Profissional e Mercado de Trabalho (12 ocorrências) e no Eixo Temático – 08 Tecnologias da Informação e Comunicação (9 ocorrências). Este cenário indica uma transição na área, onde a preocupação com a organização física da informação ainda se mantém, mas ganha destaque a formação profissional e o avanço tecnológico. A crescente produção científica sobre tecnologias da informação reflete a adaptação do campo às demandas sociais e profissionais da época.

A década de 1990 marca um retorno às delimitações e relações disciplinares entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, além de um renovado interesse pela informação científica e sua comunicação. Nesse contexto, o Eixo Temático 01 - Aspectos Teóricos e Gerais da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação se destaca com 14 ocorrências, demonstrando a preocupação em consolidar os fundamentos teóricos da área. O Eixo Temático 05 - Comunicação, Divulgação e Produção Editorial também se mostrou relevante, com 8 ocorrências. No entanto, um ponto de particular interesse é o crescimento do Eixo Temático 07 - Informação, Cultura e Sociedade, que registrou 4 estudos. Esse aumento, embora modesto, sinaliza uma mudança importante: a aproximação dos estudos de cunho social, que nas décadas anteriores se encontravam em um segundo plano. Esse movimento indica o início da emergência do paradigma social na área, renunciando uma maior atenção às dimensões sociais da informação.

A análise dos três paradigmas de Capurro (2003) feita no presente estudo aproxima-se da abordagem latino-americana sobre paradigmas proposta por Vega-Almeida, Fernandez-Molina e Linares (2009). O grupo de pesquisadores considera as seguintes fases paradigmáticas: paradigma físico (1945-197?), paradigma cognitivo (1980-199?) e paradigma social (199?-). Além disso, as autoras e o autor consideram que o surgimento da Ciência da

Informação foi resultado da proliferação disciplinar e da instauração de um paradigma, em concreto, o denominado físico. Este paradigma foi determinante na criação e na consolidação da integridade e da singularidade do novo campo do conhecimento, em um período histórico concreto, e definiu sua independência e autonomia. A superação qualitativa que cada paradigma da Ciência da Informação traz consigo o torna superior ao seu predecessor, por sua capacidade adaptativa e resolutiva diante das novas necessidades sociais. Um paradigma é reflexo de sua época, e isso lhe atribui uma marcada significação histórica no estudo da disciplina, além de sua derrogação, pois cada paradigma foi portador da solução para seu tempo e converteu a comunidade científica - durante as diversas etapas da Ciência da Informação - em geradora de base teórico-conceitual e guia da pesquisa, o que evidencia sua condição de unidade produtora e validadora de conhecimento.

Nesse sentido, a importância do paradigma físico reside em sua contribuição para a configuração da disciplina, ao estabelecer os alicerces teórico-metodológicos fundacionais. Por sua vez, o paradigma cognitivo destaca-se por expressar e refletir uma mudança social e intelectual mais radical, e centrar-se no sujeito como ente individual. Por fim, o paradigma social transcende o estreito marco utilitário e metodológico no qual o paradigma cognitivo se reclinou, ao pôr sua ênfase na historicidade de todos os fenômenos sociais, e no questionamento persistente em torno dos elementos subjetivos dos modelos teóricos, o que aumenta a probabilidade de que esses modelos sejam relevantes, e contribuem assim para o desenvolvimento orgânico da disciplina (Vega-almeida; Fernandez-Molina; Linares, 2009).

A conjuntura descrita demanda alternativas teóricas que contribuam para a desconstrução da colonialidade dos saberes na área. Esse processo envolve a desconstrução das características da ciência moderna, conforme delineadas por Santos (2018), dos elementos da colonialidade do saber elencados neste estudo e a promoção de diálogos teórico-epistemológicos, prioritariamente, mas não exclusivamente, com autores do Sul Global.

6. ALTERNATIVAS TEÓRICAS PARA DESCONSTRUÇÃO DA COLONIALIDADE DE SABERES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O pensar fronteiriço é uma maneira de ser e de existir de todos aqueles e aquelas que habitam o border, “/”, na fronteira que separa e une colonialidade e modernidade. Não há outra forma para quem habita o lado da colonialidade. Quem habita a fronteira do lado da colonialidade “sente”, cedo ou tarde, a diferença colonial. A questão é o que fazemos uma vez que estamos conscientes? (Walter Mignolo⁶⁶)

As análises realizadas neste estudo evidenciaram a natureza global da colonialidade, que exerce influência em múltiplas dimensões, incluindo a produção de conhecimento no campo da Ciência da Informação. Em consonância com Grosfoguel (2008, p. 17), “nenhuma cultura no mundo permaneceu intacta perante a Modernidade europeia. Não há, em absoluto, como estar fora deste sistema”. Todavia, a mera identificação dessa influência não se configura como um fim em si mesmo; torna-se imprescindível a busca por estratégias que possibilitem a desconstrução, mesmo que paulatinamente, desse cenário. Não obstante algumas das estratégias terem sido abordadas de forma parcial ou indireta, a presente seção tem como objetivo de propor alternativas teóricas para a desconstrução da colonialidade do saber na Ciência da Informação.

É certo, como abordado em seções anteriores, que a conjuntura macroepistêmica de hierarquização de saberes nas ciências sociais tem sido objeto de análise por diversos pesquisadores de diferentes campos. Rabaka (2010), por exemplo, cunhou o termo “apartheid epistêmico” para descrever essa distinção entre saberes. Santos (2019), por sua vez, discorre acerca do “pensamento abissal” e das “linhas abissais” para se referir a essa mesma problemática. Independentemente da perspectiva teórica adotada, o que se afigura como premente é a necessidade de descolonizar as ciências da Modernidade, que foram marcadas pela colonialidade e por violências simbólicas opressoras. A descolonização das ciências é imperativa para a constituição de uma construção epistemológica relativamente independente, que seja capaz de reconhecer e valorizar a pluralidade de saberes existentes.

A Modernidade e a colonialidade afetaram profundamente as culturas do Sul Global, gerando assimetrias culturais e relações de poder desiguais entre países do Norte e do Sul. Para Dussel (2016), existem culturas universais assimétricas, que se constituem como espelho de suas condições econômicas, políticas, científicas, tecnológicas e militares, que guardam uma

⁶⁶ Trecho de entrevista publicada na Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5253-walter-mignolo>. Acesso em: 01 fev. 2025.

alteridade em relação à Modernidade europeia, com a qual conviveram e aprenderam a responder, a seu modo, aos desafios que esta lhes impôs. Tais culturas, que não se encontram em um estado de obsolescência, mas sim em plena vitalidade e em processo de renascimento, buscam - e, por vezes, inevitavelmente se equivocam nesse processo - novos caminhos para o desenvolvimento de seu futuro próximo. Em virtude de sua não-modernidade, essas culturas não podem ser classificadas como “pós-modernas”. São, antes, pré-modernas (anteriores à Modernidade), mas, concomitantemente, contemporâneas a ela e, por conseguinte, em processo de transição para a transmodernidade. O pós-modernismo, por sua vez, é definido como uma fase final da cultura moderna euro-americana, situada no “centro” da Modernidade.

A transmodernidade se distingue pela busca por diálogos interfilosóficos que possibilitem a produção de uma pluralidade de sentidos, em consonância com a diversidade inerente ao mundo. Contudo, tal valorização da diversidade epistêmica não deve ser confundida com uma celebração liberal e multiculturalista que desconsidera as estruturas de poder subjacentes. A transmodernidade, portanto, reconhece a diversidade epistêmica sem sucumbir ao relativismo epistêmico. O apelo por uma pluralidade epistêmica, que se contrapõe ao universalismo epistêmico, não implica uma adesão irrestrita ao relativismo. Ao invés disso, a transmodernidade reconhece a necessidade de um projeto global compartilhado que se posicione contra o capitalismo, o patriarcado, o imperialismo e o colonialismo. Não obstante, ela rejeita a noção de soluções universais, impostas por um grupo a outros. Na Modernidade europeia, a universalidade se traduzia na fórmula “um define pelos outros”, ou seja, na imposição de um modelo único de pensamento e de ação. A transmodernidade, por sua vez, clama por uma pluralidade de soluções, onde “muitos decidem com muitos”. Consequentemente, diferentes tradições epistemológicas e culturais podem oferecer respostas distintas para os mesmos problemas (Grosfoguel, 2016).

O monologismo e a visão global monotópica do Ocidente, ao se relacionarem com outras culturas, partem de uma posição de superioridade, ignorando as cosmologias e as epistemologias deste. Essa imposição se manifestou historicamente através da conversão religiosa, da missão civilizadora, do desenvolvimentismo e, mais recentemente, de intervenções militares sob o pretexto de Democracia e de direitos humanos. Diante dessa imposição colonial eurocêntrica, surgem como resposta os nacionalismos e os fundamentalismos do chamado Terceiro Mundo. Porém, os fundamentalismos deste, em resposta à Modernidade eurocêntrica, propõem uma Modernidade alternativa, mas que, paradoxalmente, reproduz elementos eurocêntricos, hierárquicos, autoritários e antidemocráticos. Da mesma forma, os nacionalismos, ao reforçarem o Estado-nação, endossam a estrutura político-institucional do

sistema capitalista colonial/moderno, tornando-se cúmplices do pensamento e das estruturas políticas eurocêntrica (Grosfoguel, 2008).

Face ao exposto, a análise da problemática revela que a desconstrução do sistema-mundo moderno na ciência e, mais especificamente, na Ciência da Informação não se dará por meio de abordagens reacionárias, como o nacionalismo e/ou o fundamentalismo. A mera exclusão de autores do Norte Global não representa uma solução para o epistemicídio, e a propositura de um pensamento moderno alternativo, fundamentado em referenciais eurocêntricos, demonstra-se insuficiente para superar os desafios impostos pela colonialidade e Modernidade. Com efeito, se assumida esta postura, a área estaria caindo no erro sinalizado de uma educação não libertadora (Freire, 1970).

Para que sejam traçadas rotas de saídas da colonialidade de saberes, é imprescindível que ocorra uma desierarquização de saberes e mudança nas relações de poder no mundo. Para Grosfoguel (2008), o diálogo intercultural Norte-Sul exige a descolonização das relações de poder. Um diálogo horizontal, em vez do vertical ocidental, depende de transformação nas estruturas de poder globais. Em vez de consenso, podemos imaginar mundos alternativos além do eurocentrismo e do fundamentalismo que se baseiem no respeito à diversidade e à justiça social.

A insistência no verbo “imaginar” neste estudo revela uma possível lacuna na luta contra as colonialidades: a ausência do imaginar, do sonhar, do teorizar e do construir utopias. É certo que, em um primeiro momento, a proposta de um diálogo horizontal pode parecer irrealizável, dada a complexidade macrosocial envolvida. É, de fato complexo e difícil, considerando todas as variáveis que a envolve. No entanto, a ousadia de pensar em mundos alternativos ao pensamento moderno pode ser o ponto de partida para a tão necessária descolonização epistêmica, viabilizada por traduções interculturais. Em conformidade com Dussel (2016, p. 67), “sistemas culturais, cunhados por milênios, podem quebrar em décadas, ou se desenvolver pelo choque com outras culturas. Nenhuma cultura tem assegurada a sobrevivência de antemão”.

Dussel (2016) argumenta que o diálogo intercultural, para ser verdadeiramente profícuo, deve assumir um caráter transversal, ou seja, deve se desenvolver a partir da periferia para a periferia, e não se restringir a um intercâmbio entre os representantes do mundo acadêmico ou institucionalmente dominante. O autor enfatiza a importância de um diálogo multicultural que não se funda na ilusão de uma simetria inexistente entre as culturas, mas que, ao contrário, reconheça as assimetrias e as relações de poder que as permeiam. Essa perspectiva crítica do diálogo intercultural revela-se fundamental para a compreensão da transmodernidade, que

abrange boa parte dos aspectos que se situam além e também anteriores à cultura euro-americana moderna, presentes nas culturas universais não europeias que se movem em direção a uma utopia pluriversal.

Santos (2019), em outra perspectiva, porém relativamente complementar, advoga uma tradução intercultural que permite a articulação entre diferentes movimentos sociais e lutas, contribuindo para transformar a diversidade epistemológica e cultural do mundo em um terreno fecundo para que sejam semeadas lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. A tradução intercultural não é um exercício intelectual dissociado das lutas sociais, mas um macroprocesso que reconhece as diferenças e promove consensos sólidos suficientes para partilhar lutas e riscos.

Uma das principais dificuldades que se evidenciam na tradução intercultural e nos diálogos interculturais reside na relutância em acolher críticas e, especialmente, autocríticas. Tal característica, lamentavelmente comum tanto ao campo progressista quanto ao conservador, por assim dizer, revela uma tendência a privilegiar o diálogo com interlocutores que compartilham de suas convicções e de seus valores, o que restringe o potencial de aprendizado e de transformação inerente a tais processos. Neste sentido, Dussel (2016) sopesa que o diálogo intercultural, para ser autêntico e transformador, não pode se limitar a um mero intercâmbio de elogios entre os apologistas de suas respectivas culturas, que buscam apenas mostrar aos outros as virtudes e os valores de sua própria tradição. Ao contrário, é forçoso considerar que o diálogo intercultural genuíno se estabelece, sobretudo, entre os críticos de sua própria cultura, aqueles intelectuais que se encontram na “fronteira” e que não apenas defendem sua cultura de seus inimigos, mas que criticamente estabelecem diálogos possíveis e recriam suas culturas. A Modernidade pode ser um catalisador crítico se utilizada por “críticos da própria cultura”. O diálogo intercultural prioritário é entre “críticos da periferia” (Sul-Sul), fortalecendo a ação conjunta antes do diálogo Sul-Norte.

Santos (2019) distingue dois tipos de tradução: Sul-Norte/Norte-Sul e Sul-Sul. A primeira ocorre entre conhecimentos/culturas do Norte e do Sul global; a segunda, entre conhecimentos/culturas do Sul global. Contudo, a localização em regiões epistêmicas não significa autonomia total, pois a intercambialidade impede a existência de entidades cognitivas puras. No Brasil e na América Latina e, particularmente, no contexto desta tese, a forte tradução Norte-Sul sugere que a intercambialidade Sul-Sul pode ser uma alternativa para a descolonização da Ciência da Informação, permitindo uma identidade idiossincrática.

As alternativas à colonialidade do saber devem ser diversas, plurais e heterogêneas, rompendo com o *lócus* epistêmico universal colonial e moderno. Nesse sentido, Mignolo (2003)

propõe a "diversalidade" como um projeto universal de descolonização, que implica que "os povos e comunidades têm o direito de ser diferentes precisamente porque 'nós' somos todos iguais em uma ordem universal metafísica, embora sejamos diferentes no que diz respeito à ordem global da colonialidade do poder" (Mignolo, 2003, p. 420).

Face ao exposto, considerando o direito à diversidade ontológica e epistêmica, emergem diversas alternativas para o combate às diversas colonialidades. Para Grosfoguel (2008), uma das soluções mais plausíveis é o pensamento crítico de fronteira desenvolvido por Walter Mignolo. O pensamento fronteiriço, por sua vez, emerge como a marca distintiva de qualquer projeto descolonial. Afinal, a epistemologia fronteiriça se configura como a *episteme* do *antropos* que se recusa a submeter-se à *humanitas*, sem, contudo, poder ignorá-la completamente. A descolonialidade e o pensamento fronteiriço, nesse contexto, revelam-se, intrinsecamente, interconectados, transcendendo as abordagens cartesianas ou marxistas e encontrando ressonância na consciência de imigrantes que habitam países do Norte Global. Essa consciência, fruto de fraturas na ordem estabelecida, revela-se como um dos caminhos por onde o pensamento descolonial e fronteiriço se manifesta (Mignolo, 2015).

O pensamento crítico de fronteira emerge como a resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da Modernidade. Em vez de uma rejeição *in toto* da Modernidade, as epistemologias de fronteira propõem uma redefinição da retórica emancipatória moderna a partir das cosmologias e das epistemologias do subalterno, situado no lado oprimido e explorado da diferença colonial. Essa redefinição tem como objetivo a luta por uma libertação descolonial e a construção de um mundo capaz de superar a Modernidade eurocentrada. O pensamento de fronteira, portanto, redefine conceitos como cidadania, democracia, direitos humanos, humanidade e relações econômicas, extrapolando as definições impostas pela Modernidade europeia. Longe de ser um fundamentalismo antimoderno, o pensamento de fronteira configura-se como uma resposta transmoderna descolonial do subalterno à Modernidade eurocêntrica (Grosfoguel, 2008).

Pensamento fronteiriço e descolonialidade estão imbricados. A descolonialidade se dedica a modificar os termos da conversa, e não somente seu conteúdo. A epistemologia fronteiriça, por sua vez, tem como herança mais duradoura da Conferência de Bandung o desprendimento: desprender-se do capitalismo e do comunismo, ou seja, da teoria política ilustrada (do liberalismo e do republicanismo, de John Locke e Montesquieu) e da economia política (de Adam Smith), assim como de seu opositor, o socialismo-comunismo. Mas, uma vez desprendidos, para onde vamos? É preciso dirigir-se ao reservatório de formas de vida e de modos de pensamento que foram desqualificados pela cosmovisão cristã, a qual, desde o

Renascimento, continuou a se expandir através da filosofia e das ciências seculares, posto que não podemos encontrar o caminho de saída no reservatório da Modernidade (Grécia, Roma, Renascimento, entre outros). Se nos dirigirmos para lá, permaneceremos acorrentados à ilusão de que não há outra maneira de pensar, fazer e viver (Mignolo, 2015).

Cumprе salientar que a presente investigação adota uma postura conservadora, entendida aqui como prudente, ou seja, que não preconiza a rejeição *in totum* ao pensamento moderno oriundo do Norte Global. Com efeito, não se afigura necessário asseverar que tal seria a proposição de Mignolo, porquanto o conceito de desprendimento, conforme já elucidado, não se confunde com o de desconsideração total. Sem embargo, o epicentro da discussão nos indica que, para que o pensamento fronteiriço e a descolonização do conhecimento se concretizem, é imprescindível que os sujeitos do conhecimento transcendam o domínio do “cárcere epistêmico” do pensamento moderno ocidental. Em outras palavras, é preciso que os sujeitos do conhecimento se libertem das amarras do pensamento moderno ocidental e passem a pensar fora da “caixinha moderna”, explorando outras perspectivas e epistemologias.

O pensamento independente, para se concretizar, necessita do pensamento fronteiriço. A razão é simples: não é possível alcançar um pensamento verdadeiramente independente se permanecermos dentro das categorias do pensamento e da experiência ocidentais. É preciso ir além da dialética, habitar a “analética”, que se configura como o lugar por excelência do pensamento fronteiriço (Mignolo, 2015). O fato é que o cientista que desenvolve pesquisas com base no pensamento de fronteira não se limita a categorias modernas ou anti-modernas, em uma polarização fundamentalista, mas sim transita entre elas. Em outros termos, “[...] O intelectual crítico deve ser alguém localizado ‘entre’ (*in betweenness*) as duas culturas (a sua e a moderna). Essa é a questão da *border* (fronteira) entre duas culturas, como lugar de um pensamento crítico” (Dussel, 2016. p. 67).

Grosfoguel (2008) evoca o exemplo dos zapatistas para ilustrar como o pensamento de fronteira não se identifica com um fundamentalismo antimoderno. A análise do movimento zapatista revela que este não se configura como um exemplo de fundamentalismo antimoderno. Os zapatistas não rejeitam a democracia *per se*, mas sim a redefinem a partir de suas próprias práticas e cosmologias indígenas. A máxima “comandar obedecendo” ou “todos diferentes, todos iguais” sintetiza essa redefinição, que se configura como um ato crítico e descolonial. Ao recorrer às práticas, às cosmologias e às epistemologias do subalterno, os zapatistas constroem uma nova compreensão da democracia, que transcende os modelos tradicionais e eurocêntricos.

Outro exemplo para ilustrar esta estratégia de descolonização, por assim dizer, é dado por Anzaldúa (2005), citando a natureza mestiça de uma indígena na cultura mexicana sob a

ótica do Norte Global. A nova mestiça enfrenta essas adversidades desenvolvendo tolerância às contradições e às ambiguidades. Ela aprende a navegar entre culturas, sendo “índia” na cultura mexicana e “mexicana” sob a perspectiva anglo-americana. Aprende a equilibrar essas culturas, adotando uma personalidade plural e uma abordagem pluralística. Nada é descartado: o bom, o ruim e o mediano são aceitos. A mestiça não apenas tolera as contradições, mas também transforma a ambivalência em algo novo (Anzaldúa, 2005).

Dois verbos fulguram como bússolas para navegar pelas águas turbulentas da colonialidade dos saberes: ressignificar e transcender. No exemplo lumínico dos zapatistas mexicanos trazidos por (Grosfoguel (2008), a democracia, conceito outrora aprisionado em amarras eurocêntricas, foi ressignificado para além de sua intenção original. Como um caminho árduo a ser pavimentado, a descolonização cognitiva se revela como uma jornada que exige a conjugação desses dois verbos nas ciências sociais e, particularmente, na Ciência da Informação. Ressignificar para desatar os nós da colonialidade que nos aprisionam, e transcender para alcançar um futuro liberto do cárcere epistêmico.

A reinterpretação da Modernidade por Enrique Dussel é outro exemplo de ressignificação e transcendência conceitual. Ele discorre que a constatação do caráter eurocêntrico que historicamente conformou o conceito de “Modernidade”, tanto em autores clássicos como Jean-François Lyotard, Gianni Vattimo e Jürgen Habermas, quanto em abordagens mais sutis como a de Immanuel Wallerstein, impõe a necessidade de sua reconstrução a partir de uma perspectiva “exterior”, ou seja, global e não provinciana como eram as perspectivas europeias. Tal reconstrução se justifica pela importância de transcender a visão eurocêntrica da história e da cultura, que privilegia a experiência europeia como modelo universal e invisibiliza outras perspectivas e experiências.

É importante reconhecer que o pensamento de fronteira e outras propostas teóricas de descolonização de saberes, apesar de valiosas, possuem limitações inerentes a qualquer construção epistêmica e, portanto, estão sujeitas a críticas. A socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (2021), por exemplo, propõe a “sociologia da imagem” como alternativa, argumentando que as imagens são mais eficazes para desmascarar os neocolonialismos. Segundo a autora, no contexto colonial, as palavras tendem a encobrir em vez de revelar. Ela ilustra essa ideia com o período republicano na América Latina, onde ideologias igualitárias foram adotadas, mas os direitos da maioria da população foram simultaneamente suprimidos, transformando as palavras em um registro ficcional repleto de eufemismos que ocultavam a realidade (Cusicanqui, 2021).

Aqui, é importante apontar que Oliveira e Gomes (2021) sintetizam as críticas à Epistemologia de Fronteiras, destacando, a acusação de “extrativismo epistêmico” ao não creditar adequadamente a autoria de categorias teóricas a sujeitos e a coletividades. Reduccionismo e estaticidade na análise de categorias como Europa, Modernidade e Ocidente, com dicotomias simplistas. Acusação de “essencialismo” ao tratar sujeitos subalternos como representantes de uma pureza cultural, ignorando a hibridização e apropriação cultural. Visão “edênica” de culturas não europeias, atribuindo-lhes automaticamente valores éticos e epistêmicos superiores. E, por fim, a dificuldade em definir critérios para identificar a unidade dos sujeitos subalternos e determinar quem possui pensamento fronteiriço, evitando politização epistêmica arbitrária (Oliveira; Gomes, 2021).

Embora reconheçam a pertinência de algumas críticas ao pensamento de fronteira, Oliveira e Gomes (2021) observam que parte dessas acusações *ad hominem* questionam a prática de Mignolo, notadamente sua residência nos EUA. Este estudo reitera a necessidade de compreender que a descolonização do saber não se concretiza de forma unilateral, mas sim por meio do diálogo construtivo com perspectivas diversas, inclusive aquelas consideradas opressoras. Extremismos militantes, desprovidos de nuances, tendem a obstruir o progresso, gerando polarização em vez de soluções. Ao invés de construir pontes, tais abordagens podem destruir as já existentes, por mais frágeis que sejam⁶⁷.

A centralidade da ciência ocidental moderna na expansão da Modernidade demanda uma análise crítica de seu caráter colonial, capitalista e patriarcal, à luz das epistemologias do Sul. A descolonização cognitiva das ciências sociais pressupõe a desmercantilização e a despatriarcalização do conhecimento. As teorias sociais eurocêntricas, por sua vez, configuram-se como etnoteorias que reproduzem a dicotomia entre sociabilidade metropolitana e colonial. As epistemologias do Sul, nesse contexto, impõem um trabalho teórico-metodológico de dupla dimensão: negativo e positivo. A dimensão negativa consiste na desconstrução das razões eurocêntricas da ciência moderna, elucidando a sociologia das ausências. A positiva tem dois

⁶⁷ O presente parágrafo ilustra a questão do extremismo militante e ideológico, embora o exemplo específico não se refira a críticas à produção científica, mas sim à cinematográfica, uma forma de conhecimento igualmente relevante. Durante a celebração do sucesso do filme "Ainda Estou Aqui" no Brasil, críticas emergiram, direcionadas ao histórico familiar do diretor Walter Salles Júnior. Essas críticas, de natureza *ad hominem*, questionavam a ascendência europeia e a condição financeira da família Salles, buscando desvalorizar a produção nacional, reconhecida internacionalmente. Adicionalmente, houve contestações pela escolha da história familiar do deputado Rubens Paiva em detrimento de outras narrativas. Apesar das críticas, o filme "Ainda Estou Aqui" foi laureado com o Oscar de Melhor Filme Internacional em 2 de março de 2025. O artigo que demonstra o extremismo militante pouco construtivo está disponível em: <https://www.em.com.br/colunistas/etiene-martins/2025/02/7054431-por-que-22-anos-de-ditadura-incomodam-mais-que-388-anos-de-escravidao.html>. Acesso em: 03 mar. 2025.

aspectos: a produção de conhecimentos nas ecologias de saberes mobilizadas pela luta social, bem como a identificação e a validação de saberes não científicos, artesanais, elementos fundantes para a sociologia das emergências (Santos, 2019).

No campo da Ciência da Informação, em particular, há movimentos teóricos que se aproximam dessa perspectiva, como o GT 12 do ENANCIB, o selo Nyota, entre outros. Contudo, é importante lembrar que a área deve evitar a armadilha da identidade (Haider, 2019), a colonização ideológica e a inversão do "*primum epistemológico*" (Boff, 2023), pois posturas extremistas podem impactar negativamente a institucionalização cognitiva da área.

O cenário delineado evidencia a necessidade de uma descolonização cognitiva da Ciência da Informação brasileira, a qual se estrutura em torno de duas abordagens complementares: a sociologia das ausências e a sociologia das emergências. As duas abordagens exigem uma vigilância epistêmica. Souza (2008) considera que a Ciência da Informação deve, portanto, buscar uma vigilância constante na adequação de suas interlocuções com outras áreas, visando tanto a construção de uma identidade própria quanto a superação de metodologias e técnicas que restrinjam ou esvaziem os significados dos resultados de pesquisas. Isso se torna especialmente crucial para aquelas pesquisas que se desenvolvem sob a vertente do paradigma social, abordando os processos de significação e o papel do sujeito cognoscente nesses processos. Em consonância com Alves e Cortês (2023) uma vigilância epistêmica constante ajuda a identificar e combater os epistemicídios que marginalizam saberes não hegemônicos.

Em consonância com Santos (2019), as epistemologias do Sul operam a partir da sociologia das ausências, que se dedica a tornar presentes sujeitos ausentes, condição *sine qua non* para a construção e a validação de documentos que contribuam para a libertação e a emancipação social. A sociologia das ausências, metodologicamente transgressora, estrutura-se em três momentos interconectados:

1. **Crítica sistemática às monoculturas modernas:** Questionamento das formas de conhecimento hegemônicas, que excluem e invisibilizam saberes alternativos.
2. **Reconhecimento e diálogo com saberes alternativos:** Valorização de conhecimentos e de experiências que se encontram à margem da Modernidade, estabelecendo um diálogo intercultural.
3. **Contexto prático:** Espaço onde os dois momentos anteriores se materializam, através de ações e de práticas que visam transformar a realidade social. (Santos, 2009).

A sociologia das emergências, por sua vez, complementa a sociologia das ausências ao se dedicar à valorização simbólica, analítica e política de formas de ser e de saberes que foram excluídos e marginalizados. Seu foco principal são as exclusões abissais, as resistências e as lutas que as originam (Santos, 2019).

Enquanto a sociologia das ausências se dedica à denúncia das exclusões abissais, buscando desvelar e tornar visível a supressão de conhecimentos, a sociologia das emergências se concentra na positividade dessas exclusões, ou seja, na capacidade de resistência e de luta das vítimas de tais exclusões. A resistência e a luta dessas vítimas propiciam novas condições e experiências concretas que ressignificam subjetividades individuais e coletivas, fortalecendo a construção de identidades e de projetos de transformação social (Santos, 2019).

A Ciência da Informação, tradicionalmente focada em estudos métricos, precisa agora expandir seu olhar para além do que é publicado, para as lacunas e, por conseguinte, para os silenciamentos que moldam a produção científica. A sociologia das emergências, por sua vez, emerge como um convite à valorização dos saberes populares, dos conhecimentos tradicionais e das práticas artesanais, entre outros, que caracterizam a riqueza cultural do Brasil. É um chamado para uma Ciência da Informação mais brasileira, mais comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Agora, não se pode perder de vista que há dificuldades que se apresentam à sociologia das ausências, principalmente, no que concerne à identificação precisa dos tipos de emergência. Com o intuito de facilitar essa tarefa, Santos (2019) propõe uma distinção entre três categorias principais:

1. **Ruínas-sementes:** representam tudo o que grupos sociais reconhecem como concepções, filosofias e práticas autênticas, que, apesar de historicamente derrotadas pela Modernidade, seguem vivas e são fonte de esperança para um futuro pós-colonial. São ruínas e sementes, pois são vividas por vivos que resistem e lutam por um futuro alternativo.
2. **Apropriações contra-hegemônicas:** conceitos, filosofias e práticas desenvolvidos por grupos dominantes para reprodução da dominação moderna, mas que foram ressignificados e transformados em instrumentos de luta contra a dominação. Por exemplo, o direito aos direitos humanos, a democracia e a uma constituição.
3. **Zonas libertadas:** espaços com princípios e regras radicalmente opostas às imposições da colonialidade e da Modernidade. Consideram-se utopias realistas ou

heterotopias que objetivam criar, aqui e agora, uma sociedade diferente, liberta das dominações presentes.

Então, na prática, ao se dedicar à identificação e ao fomento de emergências epistêmicas, a Ciência da Informação pode desempenhar um papel crucial na desconstrução das marcas da colonialidade de saberes que ainda persistem em sua concepção e em seu desenvolvimento. A área, a partir dos "escombros" das ruínas deixadas pela colonialidade, pode se tornar um campo fértil para o cultivo de sementes descoloniais, que germinarão em apropriações contra-hegemônicas e na construção de zonas epistemológicas libertas.

Para sair das amarras da colonialidade de saberes, é inescusável que a Ciência da Informação brasileira passe por um processo de libertação, em uma proposta semelhante à filosofia da libertação formulada por Dussel (2016). Para o autor, a filosofia latino-americana, como filosofia da libertação, descobriu seu condicionamento cultural e sua articulação com interesses de classe, grupo, sexo e raça. A *location* tornou-se a primeira questão filosófica, e o diálogo intercultural perdeu sua ingenuidade, sendo compreendido como sobredeterminado pelo período colonial. A filosofia da libertação, como crítica cultural, buscava gerar uma nova elite engajada com os oprimidos ("*popolo*", em Gramsci). Essa "ilustração" visava à "libertação da cultura popular" (Dussel, 2016).

Afigura-se curioso e paradoxal constatar que as vias de superação para áreas subjugadas pela colonialidade de saberes e, conseqüentemente, pelo pensamento moderno abissal, encontram-se justamente na valorização daquilo que as ciências modernas historicamente desvalorizaram, tais como os saberes populares, os saberes artesanais e outras formas de conhecimento tradicional. Tal constatação suscita questionamentos acerca dos critérios de valoração do conhecimento e da hierarquia estabelecida entre diferentes formas de saber.

Dussel (2012, 2016) traz à tona a questão da valorização da exterioridade, a qual, em linhas gerais, pode ser compreendida como o espaço ocupado por aqueles que não são reconhecidos e valorizados pelo sistema hegemônico dominante. No exercício do poder colonial e da acumulação de riqueza, o sistema econômico e político impôs a dominação, ao passo que as culturas dos povos colonizados foram frequentemente interpretadas como desprezíveis, insignificantes e inúteis.

Esse desprezo, paradoxalmente, permitiu que tais culturas sobrevivessem em um estado de marginalização e de silêncio, desdenhadas tanto pelas elites ocidentais quanto por suas próprias elites modernizadas e ocidentalizadas. Essa alteridade negada, sempre presente e latente, revela a existência de uma riqueza cultural insuspeita, que renasce lentamente, como

chamas de carvão que, embora sepultadas sob as cinzas centenárias do colonialismo, ainda conservam o potencial de ignição. Essa exterioridade cultural, contudo, não deve ser compreendida como uma “identidade” substantiva, não contaminada e eterna. Ao contrário, ela tem evoluído e se transformado, mas sempre como uma exterioridade (Dussel, 2016)

É provável que, no contexto da Ciência da Informação brasileira, a riqueza cultural e informacional nacional ainda se encontre em um estado de potencialidade, como "chamas de carvão" que foram sepultadas pela colonialidade de saberes. Essa condição se deve, em grande parte, ao fato de que a área tem um tempo relativamente curto de implantação no país, o que pode facilitar o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. A valorização desse espaço marginalizado inaugura a possibilidade de construção daquilo que Dussel (2012, 2016) denomina “filosofia da libertação” e “ética da libertação”, um projeto filosófico que se dedica à emancipação dos povos oprimidos. Nesse contexto, afigura-se pertinente considerar que a Ciência da Informação brasileira e latino-americana pode se inspirar nesse projeto de libertação filosófica e desenvolver, em seus contextos específicos, uma libertação da colonialidade e da Modernidade.

A ética da libertação, antes de tudo, busca refletir sobre sua própria implantação geopolítica, ou seja, sobre o lugar a partir do qual ela é produzida e sobre como esse lugar, situado no “centro” ou na “periferia” do sistema mundial, influencia sua perspectiva e seus objetivos. Uma verdadeira filosofia da libertação deve começar por uma libertação da própria filosofia, que historicamente esteve atada ao poder, embora sempre tenham existido discursos filosóficos mais críticos. É importante ressaltar que os etnocentrismos anteriores à Modernidade, como o chinês, o asteca, o hindu ou o muçulmano, tinham um caráter regional, ou seja, se manifestavam em um contexto geográfico e cultural específico. O etnocentrismo europeu moderno, por sua vez, foi o único a se tornar mundial, exercendo sua influência sobre todo o planeta. Um filósofo situado no "centro" do sistema hegemônico tende a apresentar sua visão de mundo como a visão humana por excelência, universalizando sua própria experiência e marginalizando, ou mesmo desumanizando, o "mundo dos outros", que passa a ser visto como barbárie, como espaço de não-ser (Dussel, 2012).

Inspirada pela ética e pela filosofia da libertação, a Ciência da Informação brasileira pode tomar consciência da condição de pensamento periférico que lhe foi imposta. Tal condição é fruto do fato de que a área foi inicialmente implantada no Norte Global e, em um segundo momento, por influência internacional, começou a se consolidar nas periferias geopolíticas e epistêmicas. Ademais, a área foi implementada no Brasil sob o *lócus* enunciativo de *outsiders* imersos em um etnocentrismo global. Tal qual os filósofos oriundos do “centro do mundo”,

esses intelectuais estrangeiros também manifestavam uma tendência de olhar com exterioridade para com os cientistas brasileiros e latino-americanos, o que, por sua vez, influenciou a trajetória da área no país.

Segundo Ferreira e Silva (2019) a Filosofia da Libertação questiona a inclusão dependente da periferia no “ser europeu”, buscando alternativas. A periferia, lugar socialmente construído, reivindica outras posições, recusando a permissão europeia. Os autores consideram que para Enrique Dussel, a existência do oprimido confronta o opressor, e a libertação exige romper o silêncio, transformando instituições e distribuindo poder

É importante considerar que:

[...] A filosofia da libertação é um contradiscurso, é uma filosofia crítica que nasce na periferia (e a partir das vítimas, dos excluídos) com pretensão de mundialidade. Tem consciência expressa de sua perifericidade e exclusão, mas ao mesmo tempo tem uma pretensão de mundialidade. Enfrenta conscientemente as filosofias europeias ou norte-americanas (tanto pós-moderna como moderna, procidental como comunitarista, etc.) que confundem e até identificam sua europeidade concreta com sua desconhecida função de “filosofia-centro” durante cinco séculos. Discernir entre: a) europeidade concreta (sua própria *Sittlichkeit* europeia), b) a função de “centro” que coube à Europa exercer, e c) a estrita universalidade, produziria um despertar da filosofia europeia de um profundo sonho no qual esteve sumida desde sua origem moderna, já que seu “eurocentrismo” fez, exatamente, 500 anos. (Dussel, 2012, p. 73)

No âmbito da Ciência da Informação, um trabalho de sociologia das emergências pode agregar os contradiscursos ascendentes da área e impulsionar o projeto de libertação desta, por assim dizer. Nesse sentido, a área possui uma vantagem comparativa em relação à filosofia e a outros campos do conhecimento, em virtude de sua condição de área emergente, uma área relativamente nova. No contexto brasileiro, em particular, possui menos de um século de existência, o que, em perspectiva histórica, representa um período relativamente curto. Essa característica de área emergente pode facilitar a incorporação de novas perspectivas e a revisão de conceitos tradicionais. A área do presente estudo, em virtude de sua relativa novidade como campo de conhecimento, não necessita aguardar cinco séculos para despertar do “sonho moderno” e/ou “pós-moderno”. Ela pode dar início a esse processo de reflexão e de transformação antes mesmo de completar seu primeiro século de existência. Não obstante, cumpre salientar que, quanto mais essa empreitada for procrastinada ou resumida em iniciativas isoladas, maior a probabilidade de que as marcas da colonialidade, referentes à colonialidade de saberes, solidifiquem-se e se perpetuem no campo.

Um aspecto central das epistemologias de fronteira, das ausências e das emergências reside em sua origem histórica multidisciplinar, impulsionada por uma orientação interdisciplinar. Essa característica permite que o trabalho epistêmico se desenvolva na

intersecção entre diferentes disciplinas, promovendo o diálogo e a tensão criativa. Ademais, possibilita a superação de lacunas teórico-metodológicas por meio da adoção de abordagens interdisciplinares.

Cumpra salientar que um processo de descolonização de saberes na Ciência da Informação, reclama uma articulação nacional entre os pesquisadores da área. A diminuição da dependência epistêmica e a construção de uma Ciência da Informação brasileira relativamente autônoma e relevante para a realidade local exigem um esforço conjunto e coordenado. Nesse sentido, afigura-se fundamental questionar como são decididos os rumos da área no Brasil, quem decide isso e como se decide, com quais critérios. O mundo moderno ocidental possui suas próprias formas de proceder, como os concílios da Igreja Católica, os plebiscitos e referendos nos Estados democráticos, e os conselhos de segurança em instituições, como a ONU.

Não obstante, como um campo científico novo em um país periférico poderia proceder? A iniciativa de um ou mais pesquisadores, por mais profícua que seja, dificilmente prosperará sem uma coordenação nacional. Talvez coubesse a instituições representativas da área, como os programas de pós-graduação, os grupos de pesquisa e a ANCIB, por exemplo, liderar a discussão dos rumos que a área pretende seguir nos próximos anos. É necessária a criação de espaços de diálogo e de debate, nos quais pesquisadores de diferentes regiões e instituições possam contribuir para a construção de um projeto nacional de descolonização e libertação da Ciência da Informação. Sem embargo, além do exposto, um projeto de descolonização e libertação na Ciência da Informação brasileiro exigiria aquilo que Dussel (2016) denomina tempo hermenêutico.

Para resistir, é necessário amadurecer. A afirmação dos próprios valores exige tempo, estudo, reflexão, retorno aos textos ou símbolos e mitos constitutivos de sua própria cultura, antes ou ao mesmo tempo do domínio dos textos da cultura hegemônica moderna (Dussel, 2016, p. 67).

A descolonização da Ciência da Informação brasileira pressupõe um esforço de reflexão sobre sua própria constituição, buscando identificar os eus que são seus e aqueles egos (*ego cogito*, *ego conquiro*, entre outros) que foram impostos e assimilados ao longo do tempo. Tal processo de reflexão exige um mergulho profundo na história da área, investigando as origens, as influências e os atores que a moldaram. É imperativo analisar criticamente os discursos e as práticas que foram naturalizados, desconstruindo as hierarquias e os silenciamentos que foram impostos pela colonialidade.

Com base em Dussel (2016), vale sopesar que um projeto de descolonização e de libertação desta envergadura demanda tenacidade, tempo, inteligência e investigação solidária. Trata-se de um processo moroso de amadurecimento de uma nova resposta da resistência cultural, que não se restringe à mera coabitação com outras elites, especialmente as dominantes. A resistência se dirige contra o eurocentrismo, inclusive o das próprias elites da cultura periférica, colonial e fundamentalista.

Não obstante, a concretização do projeto supracitado dependerá, inevitavelmente, do engajamento das elites intelectuais da área no país. Essas, contudo, podem se deparar com uma espécie de paradoxo do saber-poder: detêm o conhecimento e a capacidade para efetivar a transformação desejada, mas podem hesitar em fazê-lo, receando que seus respectivos micropoderes sejam ameaçados. Com efeito, a história nos fornece inúmeros exemplos que evidenciam que um número diminuto de indivíduos se mostra disposto a colocar em risco seus poderes, mesmo que tal atitude pudesse conduzi-los à libertação de poderes muito mais amplos. No âmbito acadêmico, sobretudo nas ciências sociais, onde os recursos financeiros são escassos e as disputas de poder se concentram em torno de concessões limitadas de micropoderes, como coordenações, diretorias, projetos, bolsas e visibilidade, o ego dos próprios cientistas pode constituir um obstáculo ainda mais árduo de superar do que os egos *cogito*, *conquiro* e outros egos da Modernidade e da colonialidade.

7. SEMEANDO A DESCOLONIZAÇÃO: REFLEXÕES FINAIS SOBRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA

Eu digo sempre que, das três chamadas virtudes teológicas, eu sou fraco na fé e fraco da caridade; só me resta a esperança. Eu sou o homem da esperança (Ariano Suassuna)

A análise da colonialidade em suas diversas manifestações configura-se como um empreendimento complexo e desafiador. Isso se deve ao fato de que, não obstante os esforços de um pesquisador em desconstruir o imaginário colonial que o permeia, sua cognição permanece, invariavelmente, influenciada por um extenso arcabouço de relações de poder coloniais. Tal influência se manifesta em um olhar ontológico colonialista, que molda a percepção do pesquisador sobre a realidade, e em uma perspectiva epistemológica profundamente marcada pela colonialidade, que afeta os processos de produção e de validação do conhecimento. Por conseguinte, afigura-se imprescindível que o pesquisador que se dedica a essa investigação esteja disposto a um exercício contínuo de reeducação do seu olhar, do seu falar, do seu ouvir, do seu escrever e de tantas outras ações que demandam ser conjugados fora de um *lócus* colonialista.

O processo de reorientação desta pesquisa emergiu da constatação de que ela se direcionaria para essa problemática específica. Tal rumo, portanto, não se configurou como uma escolha deliberada, mas como uma consequência intrínseca do escopo inicial do projeto de tese. Longe de estabelecer conclusões definitivas (afinal, o conhecimento científico e artesanal é dinâmico), este estudo se propôs a analisar e refletir sobre as influências da colonialidade do saber na Ciência da Informação brasileira. Nesta investigação, a abordagem adotada não se limitou a uma mera revisão do passado da área, pois tal atitude seria insuficiente e poderia levar a interpretações distorcidas, tal como ilusões de ótica em um espelho. Então, ao problematizar a formação da Ciência da Informação no Brasil, esta pesquisa se distanciou em parte da perspectiva tradicional que elege o mestrado do IBICT como marco zero da área no país e na América Latina. Embora tal percepção seja amplamente difundida, a análise da colonialidade do saber no contexto brasileiro exigiu uma investigação mais profunda de sua ontogênese, ao compreender os elementos que precederam seu início formal.

Nesse sentido, a pesquisa revela a notável influência de atores internacionais na chegada da área ao sul global, com destaque para o cenário geopolítico informacional pós Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, a atuação da UNESCO, o modelo socioeconômico desenvolvimentista e neoliberal, o alinhamento do Estado Brasileiro aos EUA, sobretudo no

regime militar, e as políticas nacionais de informação, ciência e tecnologia. Tais elementos, em conjunto, constituíram a conjuntura gestacional para a implantação da Ciência da Informação no Brasil e na América Latina. Adicionalmente, a pesquisa evidenciou que a educação nacional, de modo geral, sempre foi concebida e implementada a partir de modelos estrangeiros, por atores externos, o que evidencia a influência da colonialidade na formação da área. Todos estes eventos serviram para partear a Ciência da Informação brasileira. Cumpre salientar que somos o que somos porque muitos acontecimentos nos antecederam. É possível considerar, portanto, importante que os estudos desenvolvidos acerca da história da área saiam da perspectiva meramente descritiva tradicional e passem a adotar uma visão crítica que considere a conjuntura gestacional ontogenética que favoreceu o partear da área no Brasil e na América Latina.

A problematização levantada, a robusta fundamentação teórica e os dados cuidadosamente apresentados corroboram de maneira consistente os três pressupostos estabelecidos preliminarmente nesta pesquisa. Embora a natureza dos pressupostos não exija confirmação, é crucial salientar que estes não foram meras conveniências retóricas, mas sim constatações de que a intrínseca relação entre colonialidade e Modernidade exerceu uma influência direta e indireta substancial na Ciência da Informação brasileira. Além disso, a implementação da área no país, alicerçada em modelos concebidos em contextos estrangeiros e pela atuação de atores externos (*outsiders*), impactou significativamente a formação de uma identidade nacional singular para a área e o desenvolvimento de um pensamento informacional genuinamente brasileiro. Tais constatações evidenciam que a epistemologia do Norte Global, caracterizada por sua posição de exterioridade em relação às complexas realidades do Sul Global, exerce uma influência hegemônica abrangente nas ciências em geral e, de maneira particularmente marcante, na trajetória da Ciência da Informação brasileira, desde os primórdios de sua formalização como campo de estudo e prática.

A identificação dos intelectuais estrangeiros que tiveram participação na implantação da Ciência da Informação brasileira foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica abrangente, com ênfase nos estudos de Pinheiro e Loureiro (1995) e Souza, Carvalho e Gomes (2020). A partir desse levantamento inicial, foram selecionados para a amostra aqueles que também se destacaram por sua atuação como orientadores de dissertações no contexto brasileiro, a saber, Frederick Wilfrid Lancaster, Tefko Saracevic, LaVahn Marie Overmyer, Bert Roy Boyce e Jack Mills, e Douglas Foskett.

A atuação como orientadores e coorientador de dissertações confere a esses intelectuais um papel de maior relevância e influência na área da Ciência da Informação no Brasil. Além disso, consideramos que esta influência se mantém presente na contemporaneidade e, em

virtude da relevância de seus trabalhos e da formação de novos pesquisadores, há uma tendência de que se perpetue por um longo período, consolidando seus legados como os “referências clássicos” do campo científico. É importante salientar que este estudo não propõe, em nenhuma hipótese, um revisionismo histórico que vise à desqualificação de autores clássicos. Ao contrário, buscamos uma análise crítica de suas contribuições na área, no contexto brasileiro, tanto em seus aspectos positivos quanto negativos.

A influência da colonialidade na produção de conhecimento, especialmente na Ciência da Informação, configura-se como um desafio complexo e multifacetado. É fundamental reconhecer a natureza eurocêntrica da Modernidade e a necessidade de desconstruir suas estruturas de poder e conhecimento. Contudo, é imprescindível ressaltar que soluções simplistas, como o nacionalismo ou a exclusão de autores do Norte Global, não são suficientes para superar os desafios impostos pela colonialidade. A construção de um pensamento crítico que questione as dinâmicas de poder existentes é fundamental.

Diante da complexidade da influência da colonialidade, faz-se necessário adotar uma postura crítica e seletiva em relação aos saberes que nos são oferecidos. Nesse sentido, o ensinamento de Paulo de Tarso aos tessalonicenses, enquanto apóstolo e filósofo político (Dussel, 2014), revela-se oportuno: “Examinai tudo: abraçai o que é bom” (1Ts, 5:21). Tal máxima nos convida a analisar cuidadosamente os conhecimentos que circulam no campo da Ciência da Informação, acolhendo aqueles que contribuem para a construção de uma identidade brasileira autêntica e rejeitando aqueles que perpetuam a colonialidade de saberes. Logo, uma perspectiva pós-abissal da Ciência da Informação brasileira com base em Santos (2019) deve se afastar de qualquer preconceito (no sentido de pré-concepção) de qualquer conhecimento, seja nacional ou estrangeiro, seja científico ou artesanal, desarticulando uma hierarquização epistêmica e estimulando um diálogo intercultural horizontal.

A participação dos *outsiders* em território nacional foi evidenciada nos 14 artigos recuperados por este estudo, publicados em três revistas de grande relevância para a gênese da área, a saber RCI, REB e RBB. Alguns desses estudos podem ser considerados como as primeiras interlocuções formais entre a Ciência da Informação do Norte Global e a Ciência da Informação do Sul Global. A atuação desses *outsiders* também se tornou visível por meio da análise de 34 dissertações por eles orientadas e coorientadas. A partir das análises, foi possível observar o nível de proximidade entre os intelectuais estrangeiros e os pesquisadores brasileiros em termos de produção e cooperação científicas, sobretudo, nos desdobramentos das produções científicas destes, fortemente referenciadas por fontes internacionais, daqueles e de outros pesquisadores do Norte Global, especialmente, estadunidenses e europeus.

A partir da identificação dos intelectuais estrangeiros (*outsiders*) que atuaram na implantação da Ciência da Informação brasileira e das análises de suas atuações em revistas nacionais e orientações de dissertações, foi possível examinar a presença de elementos da colonialidade do saber na área. Dentre o rol exemplificativo de elementos levantados, os que mais se sobressaíram foram a intervenção direta de *outsiders* na produção do conhecimento, a desvalorização dos conhecimentos locais, a hierarquização epistemológica e a supremacia de conhecimentos do Norte Global.

A imposição de metodologias universalistas, embora de difícil verificação direta devido à formatação das pesquisas da época, é evidenciada por fontes importantes. A ausência de elementos como resumos e palavras-chave nos trabalhos daquele período dificultou a análise. No entanto, o próprio Saracevic (1974a), um dos *outsiders*, confirmou a intenção de disseminar metodologias generalistas na Ciência da Informação globalmente. Adicionalmente, a resistência dos discentes, relatada por Gomes (1974), corrobora a imposição dessas metodologias na área. Esse panorama revela a persistente influência do positivismo na Ciência da Informação, que ainda se faz notar de maneira significativa na área.

No que concerne aos epistemicídios, a pesquisa constatou que o fenômeno se manifestou desde os primórdios da área, com o silenciamento sistemático de produções científicas nacionais nas pesquisas desenvolvidas pelos *outsiders* em âmbito nacional. Além disto, não houve cooperação entre pesquisadores internacionais e nacionais em orientações de dissertações e no desenvolvimento de artigos científicos. Essa prática de silenciamento, que invisibiliza e desvaloriza outrem, seu conhecimento produzido localmente, configura-se como uma forma de violência simbólica que contribui para a perpetuação da colonialidade do saber. Adicionalmente, os levantamentos bibliográficos realizados no âmbito desta pesquisa evidenciaram a ocorrência de epistemicídios de povos subalternizados, como a população negra e dos povos indígenas. O silenciamento e a desvalorização dos saberes e das experiências desses grupos sociais, que historicamente foram marginalizados e oprimidos, demonstram como a colonialidade do saber se articula com outras formas de dominação e se reinventa para manutenção do pensamento hegemônico. Inicialmente marcada por uma perspectiva colonizadora que retratava os grupos subalternizados como objetos passivos, a produção acadêmica sobre esses grupos tem conquistado voz de maneira mais expressiva nos últimos anos.

A busca por alcançar os objetivos específicos conduziram ao caminho de consecução do objetivo geral da pesquisa, qual seja, a análise das influências da colonialidade do saber na formação e institucionalização da Ciência da Informação no Brasil. Os resultados evidenciam

a presença inegável de marcas da colonialidade do saber na área, que se encontra profundamente influenciada por elementos de colonização epistêmica, detalhados ao longo deste estudo.

A colonialidade do saber na Ciência da Informação brasileira deixou sulcos em sua estrutura. O que inicialmente se apresentava como uma “simples” intervenção de atores externos na implantação de um novo campo científico, revelou-se, na verdade, uma imposição de eus alheios à nossa realidade. Destacam-se, nesse contexto, dois modelos de pensamento: o “*ego cogito*” de René Descartes e o “*ego conquiro*” de Enrique Dussel, que, segundo o filósofo argentino precede o pensamento cartesiano. Esses sulcos na composição das idiossincrasias do campo científico, no contexto brasileiro, fizeram com que esse fosse estabelecido nacionalmente, porém, como um modelo de colônia do Norte Global, especialmente dos EUA e não como Estado independente. Isso está enraizado na área tão qual a história do Brasil está atrelada a Portugal.

Cabe aqui pensar, aristotelicamente, em um processo de autoconhecimento ou de reflexividade, que os cientistas da informação brasileira precisam distinguir o que é seu por “essência” e o que é seu por “acidente”. O *ego conquiro* e o *ego cogito* não são essencialmente nossos, mas eus acidentais coloniais que foram incorporados à Ciência da Informação brasileira em sua brevíssima história. É fundamental ressaltar que esse “acidente” não se configura como um evento casual. Ao contrário, os resultados desta pesquisa revelam as condições e, em grande parte, a intencionalidade dessa influência externa, configurando um projeto deliberado de dominação epistêmica. Uma análise superficial poderia sugerir a hipótese de uma falta de intenção direta, mas tal argumento seria prontamente refutado pelos dados obtidos neste estudo.

A colonialidade do saber impactou profundamente e dolosamente o devir da Ciência da Informação brasileira. Retomando a analogia do rio, evocada anteriormente, e inspirando-nos em Heráclito de Éfeso, recordamos a máxima: “Nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio... pois na segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tampouco o homem!”⁶⁸. O rio da Ciência da Informação brasileira foi invadido por afluentes modernos coloniais em seu curso inicial, próximo às nascentes. Aqueles que se banham neste rio, desde o princípio, recebem a influência desses afluentes. Quem mergulhou nas águas da área em seus primórdios banhou-se em um rio; quem o faz hoje, imerge em um rio diferente, embora as águas dos afluentes modernos coloniais ainda lá persistam. Diante disso, é inevitável refletir sobre o quanto a

⁶⁸ Frase atribuída ao filósofo disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTM1NjQ5Mg/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

essência da Ciência da Informação brasileira foi alterada por esses "acidentes" e como isso reverbera na essência da brasilidade.

Face ao exposto, vale ressaltar que a assimilação dos "eus" acidentais modernos coloniais culminou no silenciamento de saberes na literatura científica da área. Tal silenciamento, nocivo a qualquer campo de conhecimento, é especialmente prejudicial quando ocorre em sua fase inicial, como evidenciado neste estudo. Nesse contexto, os primeiros epistemicídios na Ciência da Informação brasileira foram perpetrados por *outsiders* que, atuando como docentes, orientadores e autores de referenciais teóricos, negligenciaram as produções científicas dos professores nacionais, demonstrando uma postura de exclusão e de desvalorização do conhecimento local. A desconsideração dos saberes nacionais pelos *outsiders* criou um precedente para outros silenciamentos, especialmente, de populações vulneráveis. Tal precedente legitimou a violência epistêmica entre nacionais em uma espécie de canibalismo epistêmico, simbiose da violência física e cognitiva.

Em consonância com os profundos conceitos de epistemicídio elaborados por Carneiro (2005, 2018) e Santos (2009, 2019), e em estreita interface com as categorias analíticas da colonialidade do poder, do ser e do saber, compreende-se que o epistemicídio opera para além da simples destruição do conhecimento. Ele se manifesta ativamente no silenciamento deliberado dos saberes alheios, um processo mediado por relações de poder que elevam a voz e a perspectiva de um grupo dominante. Em sua intrínseca ligação com essas formas de colonialidade, o epistemicídio não apenas relega povos subalternizados às margens do conhecimento, mas também os empurra para as periferias existenciais. A eliminação de seu conhecimento, portanto, configura uma profunda obliteração de sua identidade e presença no mundo.

A fim de evitar a crítica estéril, em que pese este passado de institucionalização marcada pela colonialidade do saber, ressaltamos que a Ciência da Informação brasileira se encontra em um momento oportuno para o reconhecimento de sua essência e a desconstrução de elementos acidentais. Está lançado o convite, portanto, a uma jornada de (re)descoberta da identidade do campo no país, bem como à construção de um "eu" autêntico e representativo. Nesse sentido, é proposta a reflexão sobre um "*cogito, ergo informo*" ("*ego informo*" em forma contraída), que, em uma tradução livre, poderia ser interpretado como "penso, logo informo". Tal propositura busca centralizar a informação no estatuto epistemológico da área, alinhando-a aos interesses nacionais, desde o Estado e o terceiro setor até empresas e comércios locais, bem como às práticas informacionais e desinformacionais de todos os segmentos da sociedade, com especial atenção aos mais vulneráveis. Em suma, busca-se conferir ao campo informacional brasileiro

uma identidade que reflita a diversidade cultural do país, de modo que as pesquisas revelem as "brasilidades".

A partir da análise das problemáticas levantadas, argumenta-se que a colonialidade exerceu e continua a exercer uma dinâmica de influência sistêmica sobre a área, manifestando-se desde a sua ontogênese e permeando sua implantação e sua institucionalização, tanto no âmbito cognitivo quanto social. O desenvolvimento deste estudo permitiu demonstrar a tese de que a colonialidade não desempenhou um papel periférico na trajetória da Ciência da Informação brasileira. Pelo contrário, ela se configurou como um elemento estruturante fundamental, moldando suas bases teóricas, metodológicas e práticas de maneira significativa. Essa influência se manifesta em diversos aspectos cruciais, como a adoção acrítica de modelos estrangeiros, a persistente hierarquização do conhecimento, o estabelecimento de dependências epistêmicas, a marginalização de perspectivas críticas e o sistemático silenciamento de saberes nacionais. Essa conjuntura complexa reverberou diretamente na implantação, institucionalização e consolidação do campo da Ciência da Informação no país.

A descolonização da Ciência da Informação brasileira demanda um esforço contínuo e organizado de reflexão crítica, diálogo intercultural e construção de novos paradigmas epistêmicos que valorizem a diversidade de saberes e promovam a justiça social. Este estudo busca contribuir para esse processo, ao buscar oferecer uma análise relativamente aprofundada das raízes coloniais da área e apontando caminhos para a construção de uma área mais inclusiva e justa.

Em adição às dificuldades já expostas, é imperativo reconhecer que a escrita de uma tese sobre a colonialidade do saber constitui uma jornada intelectual exigente e complexa, demandando do pesquisador um amplo leque de habilidades e competências. Os desafios inerentes a essa temática são diversos, abrangendo desde a complexidade teórica até os obstáculos metodológicos e políticos. No âmbito da complexidade teórica, em particular, a pesquisa deparou-se com a necessidade de, pelo menos, aproximar as críticas intra e extraeuropeias ao modelo analítico moderno, marcado, especialmente, pelo cartesianismo e pelo positivismo, buscando um diálogo profícuo entre essas perspectivas. Embora reconhecendo a relevância das críticas do Norte Global, a pesquisa privilegiou a análise dos estudos críticos do Sul Global, em especial as contribuições dos intelectuais do Grupo Modernidade/Colonialidade, como Aníbal Quijano, Enrique Dussel e Walter D. Mignolo, bem como de Ramón Grosfoguel, crítico do referido grupo, mas reconhecedor de sua importância para a decolonialidade.

A aproximação nas análises das críticas intra e extraeuropeias, inobstante as particularidades do cenário histórico brasileiro e dos referenciais teórico-conceituais adotados no processo de institucionalização da Ciência da Informação, reflete a trajetória intelectual do autor desta pesquisa. Sua formação inicial, marcada por uma educação básica conservadora militar, foi complementada por uma formação cristã católica, influenciada pela Teologia da Libertação, em diálogo com setores mais conservadores da Igreja. Paralelamente, e posteriormente, sua trajetória acadêmica compreende 11 anos de vivência, abrangendo graduação, especialização, mestrado e doutorado, completados no ano de defesa desta tese. A vivência acadêmica capacitou e vem capacitando o autor a analisar criticamente a sociedade, reconhecendo suas potencialidades e suas fragilidades. Afastando-se de qualquer postura de pseudoneutralidade, sua trajetória acadêmica pauta-se na máxima aristotélica da virtude no meio, o que não se confunde com relativismo, mas sim com uma postura ponderada diante dos extremismos de diferentes espectros ideológicos.

No que tange ao desenho metodológico, o desafio central consistiu em encontrar abordagens que estivessem em consonância com o discurso de descolonização epistêmica presente em toda a tese. Seria incongruente denunciar o extrativismo colonial em suas diversas nuances e, simultaneamente, desenvolver um estudo baseado em metodologias extrativistas. Nesse sentido, o arcabouço teórico-metodológico proposto por Santos (2019), bem como o método indiciário revelaram-se particularmente adequados. O autor desta pesquisa pretende adotar a perspectiva metodológica aqui desenvolvida em futuros trabalhos, com as devidas revisões e ampliações. Inclusive, esperamos que o aporte teórico-metodológico deste estudo possa contribuir com o desenvolvimento de outros estudos e pesquisas decoloniais na Ciência da Informação.

No que tange aos desafios políticos, é fundamental reconhecer que a colonialidade do saber é um tema que envolve relações de poder e de dominação. A pesquisa sobre essa temática pode gerar tensões e conflitos, especialmente ao questionar narrativas hegemônicas e saberes instituídos. Nesse contexto, pretendemos adotar uma postura crítica e ética, consciente das tensões envolvidas e comprometidos com a responsabilidade na pesquisa. Com efeito, em tempos de polarização política, a busca por equilíbrio e moderação pode levar grupos radicais a rotular o pesquisador com uma postura moderada como pertencente a espectros ideológicos opostos. O cenário político, que se autoproclama laico, ergue seus próprios dogmas e deuses, e aqueles que não se submetem a eles são frequentemente marginalizados. A luta contra a colonialidade do saber é, por natureza, contra-hegemônica, mas isso não implica que os agentes dessa luta sejam imunes a críticas justas.

Outro desafio significativo enfrentado foi a gestão do tempo. A guinada teórica em direção à epistemologia da Ciência da Informação e uma mudança de orientação resultaram em um tempo de execução da pesquisa mais exíguo. A temporalidade, implacável e inexorável, impôs-se como um obstáculo constante. Embora o autor desta pesquisa goze de uma condição privilegiada de relativa estabilidade financeira, conciliar o desenvolvimento da tese com as demandas profissionais revelou-se uma experiência árdua, contrastando com o desenvolvimento da dissertação, que permitiu dedicação integral à escrita. O embate com *chronos* foi intenso, deixando a sensação de que um período mais extenso teria permitido um trabalho ainda mais aprofundado. Essa complexa relação pode ser sintetizada pelo dito latino *tempus fugit*, que, em tradução livre, significa "o tempo foge", "o tempo escapa" ou, em uma perspectiva mais contemporânea, "o tempo voa". Essa é a sensação que persiste. Apesar da pressão imposta por *Chronos*, a pesquisa também foi marcada por momentos de *kairós*, instantes de oportunidade e revelação. As prolongadas reuniões de orientação com o orientador desta pesquisa e a validação da mudança de rota teórica, materializada na inesperada premiação de um trabalho completo no XXIII ENANCIB, cujo tema central foi a colonialidade do saber, são exemplos marcantes. Na verdade, essa mudança de rota teórica foi a melhor coisa que ocorreu.

A presente pesquisa, como qualquer empreendimento acadêmico, enfrentou limitações impostas pela conjuntura desafiadora em que foi desenvolvida. Uma das principais limitações residiu na dificuldade de acesso a fontes primárias para a reconstituição completa do período inicial da Ciência da Informação. Embora a produção científica do período estivesse majoritariamente disponível, na pesquisa, deparamos com relativa dificuldade de acesso a documentos primários, tais como fotografias, atas de reunião, ofícios, memorandos e grades curriculares da época. O fato é que, na pesquisa almejávamos realizar uma imersão nos arquivos do IBICT, buscando documentos que pudessem complementar a análise do período de atuação dos *outsiders* no país. Contudo, essa imersão não foi possível devido a restrições de ordem financeira, temporal e laboral. Reconhecemos, sobretudo em decorrência da nossa formação e qualificação, que a imersão arquivística teria enriquecido a pesquisa, proporcionando uma visão mais completa do período analisado. Diante da dificuldade de acesso a fontes primárias em arquivos físicos, a presente pesquisa recorreu extensivamente a fontes digitais. Contudo, a internet revelou-se um campo limitado para o estudo do passado, mesmo quando se trata de um passado recente. Havia a expectativa de encontrar um corpo mais robusto de pesquisas sobre a atuação dos *outsiders* na Ciência da Informação. O fato é que persiste a dificuldade em localizar todas as dissertações por eles orientadas em formato digital e disponíveis para acesso online. A

pesquisa na web também revelou a fragilidade na manutenção de sites antigos, inclusive em instituições públicas como o IBICT.

A experiência revela a importância crucial de explorar o universo dos arquivos, das bibliotecas, dos centros de documentação, dos museus e dos serviços de informação e cultura, em geral, tanto aqueles que abrigam fontes documentais formais quanto os espaços de informação popular. Embora a internet tenha expandido o acesso a documentos, ela não é suficiente para suprir a necessidade da pesquisa empírica, pois ainda há um vasto acervo de informações não digitalizadas. Observamos, em alguns momentos, uma tentativa silente de segmentação entre os profissionais e os cientistas da informação, análoga à divisão entre físicos teóricos e experimentais. A experiência acadêmica, em vez de distanciar os cientistas da informação do campo empírico, deveria incentivá-los à imersão prática. Caso contrário, corre-se o risco de formar pesquisadores e profissionais que discursam sobre a importância dos espaços de informação, mas que se abstêm de vivenciá-los.

A pesquisa depara-se com a limitação da ausência de diálogo com profissionais que testemunharam a atuação dos *outsiders* no IBICT. A realização de entrevistas, rodas de conversa ou outras formas de interação com esses profissionais, certamente, seria fundamental para obter uma compreensão mais completa da postura dos *outsiders* no país. As dificuldades em concretizar esse diálogo residem na provável dispersão geográfica dos profissionais, no avanço da idade deles e nos desafios logísticos relacionados a recursos financeiros, operacionais e técnicos. É forçoso considerar, contudo, que a inclusão dessa perspectiva dialógica enriqueceria significativamente a tese, tanto do ponto de vista documental quanto teórico e metodológico. Tal interação permitiria superar a limitação do "conhecer-com" e alcançar a profundidade do "ser-com" esses profissionais, conforme proposto por Santos (2019), elevando a pesquisa a um patamar metodológico mais aprofundado. A despeito das limitações apontadas, é possível considerar que esta tese, no mínimo, abre uma promissora perspectiva metodológica no campo da Ciência da Informação.

Reconhecendo as limitações desta pesquisa, e aquelas que os leitores possam identificar, é importante salientar que a pesquisa científica é um processo em constante evolução. Há o compromisso de expandir este estudo, superando suas limitações em pesquisas derivadas desta tese. Almejamos submeter este trabalho à avaliação contínua por pares, seja por meio da publicação de artigos científicos, seja por meio de diálogos com pesquisadores experientes em eventos científicos como o ENANCIB e o EDICIC, ou, quem sabe, em um estágio pós-doutoral no futuro.

O autor desta pesquisa pretende, ainda, explorar a viabilidade de projetos de pesquisa em seu local de atuação, o IFPB, aproveitando a recente abertura para que técnicos administrativos coordenem projetos de pesquisa e de extensão. Em um cenário ideal, tais projetos seriam desenvolvidos em conjunto com atividades docentes na educação superior, seja em regime temporário ou efetivo.

É, portanto, certo que, além dos resultados aqui expostos, as possibilidades de avanço na pesquisa são diversas, e as aqui apresentadas representam apenas algumas das vias possíveis. O autor desta pesquisa permanece aberto a novas oportunidades e formas de dar continuidade ao estudo da temática e da problemática abordadas. Diante da persistência das colonialidades, é fundamental acompanhá-las e avaliá-las continuamente, identificando avanços e retrocessos na luta contra elas. Nesse contexto, defende-se a criação de espaços de diálogo e de debate para a construção colaborativa de um projeto nacional de descolonização e de libertação na Ciências da Informação. Nesse sentido, o vigésimo quinto ENANCIB, com o tema "Informação, decolonialidade e direitos difusos para o desenvolvimento sustentável", representa um marco importante. Tal iniciativa evidencia o crescente compromisso da área com a decolonialidade, conforme demonstrado pela criação do GT 12 e outras ações. A temática deste evento incentivará pesquisas de diversas subáreas a explorarem e aprofundarem debates sobre a descolonização de saberes na Ciência da Informação. Contudo, é forçoso conhecer e reconhecer que o "GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação" possui um potencial significativo para liderar esse debate, dada a sua ementa, que abrange a análise de escolas de pensamento críticas, correntes teóricas e inovações conceituais e metodológicas.

Seria extremamente valioso se, a partir do GT 1, emergisse um grupo de estudos dedicado à temática, análogo ao influente Grupo Modernidade/Colonialidade da América Latina. Aventuramos, inclusive, uma sugestão de nome para esse potencial iniciativa: "Grupo Decolonialidade, Epistemologias do Sul e Libertação da Ciência da Informação", ou algo similar. Tal empreendimento impulsionaria a continuidade do debate crucial sobre a temática para além da realização deste evento, bem como o início concreto de um processo de "ecologia de saberes" (Santos, 2019), fomentando uma fecunda aproximação entre a ciência e os saberes artesanais, além da essencial valorização das epistemologias do Sul. É perfeitamente possível que esse grupo germine inicialmente no Brasil e, em um momento posterior, acolha pesquisadores de toda a América Latina, replicando, de certa forma, a própria trajetória da Ciência da Informação no continente, que teve seu ponto de partida no Brasil e se expandiu para os demais países da região. Alternativamente, e talvez de forma ainda mais potente, o

grupo em questão poderia ser concebido desde o princípio como uma articulação sul-americana, com o Brasil assumindo um papel de liderança nessa importante construção coletiva.

É fundamental sublinhar que a sugestão não se refere à criação de um GT específico para a temática, mas sim à formação de um grupo de estudos abrangente na Ciência da Informação. Este grupo congregaria pesquisadores de diversos domínios temáticos, unidos pelo compromisso com um projeto de descolonização e de libertação da Ciência da Informação brasileira. É fundamental também reconhecer que a decolonialidade consolida-se como tema central em pesquisas importantes já mencionadas neste estudo. A proposta paradigmática intercultural de Cardona (2020) e os desenhos paradigmáticos de Araújo (2023, 2024) evidenciam a relevância desses estudos. O livro *Miséria da Informação: dilemas éticos da era digital*, de Bezerra (2024), também aprofunda essa discussão no último capítulo, ao analisar a luta de classes no século XXI e os neocolonialismos em um novo regime de informação dominado pelas *big techs*. A recorrente preocupação com o tema não demonstra um modismo temático, mas uma percepção da colonialidade em diversas ambiências, inclusive na Ciência da Informação.

A percepção de que a colonialidade e a Modernidade permeiam todas as lutas sociais pode ser um fator crucial para a convergência de esforços no combate às opressões coloniais de poder, do ser e do saber, especialmente os epistemicídios sofridos pelos povos originários, pela população negra e por outros grupos em situação de vulnerabilidade. A ausência dessa percepção leva à dispersão dos estudos informacionais de caráter crítico, resultando em lutas individuais com resultados pontuais, em contraste com a união necessária para a desconstrução da opressão moderno-colonial.

Para os andarilhos do saber que, ao alcançarem o limiar destas palavras derradeiras, ainda carregam a névoa da dúvida nos olhos, convoco a centelha da imaginação epistemológica (Santos, 2019), o refúgio da habitação fronteiriça (Mignolo, 2015) e o alvorecer da libertação epistêmica (Dussel, 2012), entre outros movimentos de resistência e de superação. Que a comunidade de cientistas da informação, como tecelões da sabedoria socioinformacional, trame sonhos e acenda a chama da justiça social e informacional em cada coração. Pois, se diante do peso ancestral das colonialidades, a luz da esperança se extinguir, nossas criações científicas se perderão como ecos no oceano do conhecimento.

Que a sabedoria ancestral africana nos inspire, como o eco de um tambor milenar: "Enquanto reza, vá fazendo". Que o desejo se transmute em ação, como a semente que, em seu íntimo, guarda a promessa de uma árvore frondosa, e que, ao germinar na terra fértil, floresce em solos jamais imaginados. Ou, na sinfonia da cosmovisão cristã de esperança operante

preconizada por São Francisco de Assis: “Comece fazendo o que é necessário, depois o que é possível, e de repente você estará fazendo o impossível”, que a alma almeje os céus, mas que os busque construir desde já, aqui e agora. Que a esperança se eleve como um canto, buscando o 'céu', mas plantando suas raízes no jardim do presente. Que a jornada seja a própria morada, revelando que o caminho é um lar, e que o cientista andarilho, ao seguir adiante, jamais se perderá, pois o movimento é a essência da vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. de. A Ciência da Informação e a sociedade brasileira: algumas representações de pesquisadores da área. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 169–180, set. 2006.

ALMEIDA, Júlia. Geopolíticas e descolonização do conhecimento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 1., 2011, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2011. v. 1. p. 1-10.

ALMEIDA, Vitória Gomes; ALVES, Ermeson Nathan Pereira.; SILVA, Dávila Maria Fonseca da. Territorialização de um epistemicídio. **Revista Folha de Rosto**, v. 7, n. 1, p. 9-27, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/665/529>. Acesso em: 28 jan. 2025.

ALMEIDA; Silvio Luiz de. Prefácio. In: HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

ALVARES, Lilian Maria Araújo de Rezende.; PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Memória e vanguarda da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: 45 anos da revista do IBICT. parte 1: análise de autores. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/111587>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ALVARES, Lillian; PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; REZENDE, Carolina. Revista Ciência da Informação: memória da pesquisa científica em Ciência da Informação no Brasil. In: SEMINÁRIO HISPANO-BRASILEÑO DE INVESTIGACIÓN EN INFORMACIÓN, DOCUMENTACIÓN Y SOCIEDAD, 2018, Madrid; Murcia. **Anais [...]** Madrid, 2018.

ALVES. Felipe Arthur Cordeiro. **A mediação da informação como epicentro do protagonismo social negro: do epistemicídio à [des]colonialidade nos anais do ENANCIB**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/20236/1/FelipeArthurCordeiroAlves_Dissert.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro Alves; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Raízes do epistemicídio negro: análise da produção científica do ENANCIB (1994-2019). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. 01-27, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/124693>. Acesso em: 02 jan. 2025.

ALVES, F. A. C.; ANDRADE, W. O.; SOUZA, E. D. Colonialidade de saberes na ciência da informação brasileira: o epistemicídio nas publicações científicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 17, n., 2024. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/667>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ALVES, F. A. C.; ANDRADE, W. O.; SOUZA, E. D. Colonialidade do saber e epistemicídio na ciência da informação: descortinando a produção nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, São Cristóvão, SE. **Anais [...]**. São Cristóvão, SE: PPGCI/UFS, 2023. Disponível em:

<https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1622/1423>. Acesso em: 25 jan. 2025.

AMADO, L. H. E. Autoritarismo e resistência indígena no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S. l.], v. 13, n. 4, 2019. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1939>. Acesso em: 21 fev. 2025.

AMARAL, R. M. do; MATIAS, M. S. de O.; SARVO, D. de O. Interdisciplinaridade da Ciência da Informação brasileira: intensidades e relações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/131695>. Acesso em: 18 jan. 2025.

ANDRADE, Valéria Beatriz; FONSECA, Antonio Luís. Formação continuada do bibliotecário: a importância da capacitação na área da informática para o profissional da informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 21, n. 47, p. 124–144, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p124>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ANZALDÚA, Glória. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 03, p. 704-719, dez. 2005. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência como forma de conhecimento. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 127-142, ago. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212006000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 maio. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/qhsrgPL7T6RbKKVbMwrPMNb/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Imaginação e sociabilidade**: novos conceitos para o estudo de usuários da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/187363>. Acesso em: 19 jan. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>. Acesso em: 12 jan. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Uma nova proposta de sistematização da Ciência da Informação: discutindo os paradigmas do campo. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 17, n., 2024. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/684>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ARAÚJO, C. A. A. Sistematizando a Ciência da Informação: quatro, e não três paradigmas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, São Cristóvão, SE. **Anais [...]** São Cristóvão, SE: PPGCI/UFS, 2023. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1525/1007>. Acesso em: 01 fev. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; CALDEIRA, Paulo da Terra; OLIVEIRA, Filipi Junior Pacheco de; SILVA, Adriano Pereira da; REIS, Deise de Freitas Tartaglia; MORAES, Bruno Moreira de; CALDEIRA, Everton Rafael. Um retrato da revista de Escola de Biblioteconomia da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. Esp., p. 134-153, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23141>. Acesso em: 27 jan. 2025.

ARBOIT, A. E.; BUFREM, L. S.; KOBASHI, N. Y. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil sob a ótica da evolução quantitativa dos cursos de graduação na área. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/9584/5604>. Acesso em: 01 fev. 2025.

ARGOLO, Wagner. Migração e glotocídio: o ocaso de uma língua geral. **Fórum Linguístico**, v. 10, n. 2, p. 91-101, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2013v10n2p91>. Acesso em: 02 fev. 2025.

ARRUDA, Welze Rocha; FELIPE, Carla Beatriz Marques; SANTOS, Raimunda Fernanda dos. Avaliação da qualidade das bases de dados BRAPCI e PERI da área de Ciência da Informação. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 7, n. 1, p. 121-137, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/8376>. Acesso em: 17 jan. 2025.

ATCON, R. P. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/DES, 1966.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

BARBOSA; Ricardo Rodrigues et al. Novo nome e novo paradigma: da Biblioteconomia à Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 5, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23298>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da Ciência da Informação. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (ORG). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador, EDUFBA, 2007, p. 13-34.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos. Alberto Lombardi. Origens da Universidade Brasileira, **Química Nova**, v. 30, n. 7, p. 1780-1790, 2007.

BARRETO, Marcos Rodrigues. Índios de papel – construção discursiva do preconceito sobre o indígena no Brasil. **Brasiliana: revista de estudos brasileiros**, [S. l.], v. 5, n. 1, pág. 9-32, 2022. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/23040>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BATISTA, A. P.; FARIAS, G. B. Grupos de pesquisa em ciência da informação da região nordeste do Brasil: análise da produção, temáticas e disseminação da comunicação científica. **Informação & Informação**, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: <http://brapci.inf.br/v/141868>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BAZI, Rogério Eduardo Rodrigues; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da. Constituição e institucionalização da ciência: apontamentos para uma discussão. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p.129-137, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/zvVcJhsc8SYkR4XBzyr8cQh/?lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BEMBEM, A. H. C.; OLIVEIRA, H. P. C.; SANTOS, P. L. V. A. C. O paradigma social e o tempo do conhecimento interativo: perspectivas e desafios para a arquitetura da informação pervasiva. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 4, 2015.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Miséria da informação: dilemas éticos da era digital**. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BICALHO, L. M.; OLIVEIRA, M. Aspectos conceituais da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2011v16n32p1>. Acesso em: 8 jan. 2025.

BOFF, Clodovis Maria. **A crise da Igreja Católica e a Teologia da Libertação**. Campinas: Ecclesiae, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952**. Promulga a convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Brasília, DF: Presidência da República, 1952. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1952/d30822.html. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (Acordo MEC-USAID)**. Brasília: MEC: EAPES, 1969. Disponível em: <http://www.dominionpublico.gov.br/download/texto/me002109.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. **MATRIZES**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38193>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Petrópolis: Vozes, 2014. Edição Digital.

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do Ensino Superior Brasileiro – uma busca da origem até a atualidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17., 2017, Mar del Plata. **Anais** [...] Mar del Plata, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004. 86 p.

BOYCE, B. Literature growth and the retrieval system in scholarly communication. **Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 1974.

BOYCE, B. R. Ordem e progresso. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 4, n. 1, 1975.

BRONOWSKI, Jacob. **As origens do conhecimento e da imaginação**. Brasília: UNB, 1997

BUFREM, Leilah Santiago. Complementaridade qualitativo-quantitativa na pesquisa em informação. **Transinformação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 1-7, 2001. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6446>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BUFREM, Leilah Santiago. Configurações da pesquisa em Ciência da Informação. DataGramaZero: **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, 2013. Disponível em: https://brapci.inf.br/repositorio/2017/03/pdf_83544cff14_0000014107.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

BUFREM, Leilah Santiago; SANCHEZ-TARRAGO, Nancy. A contribuição das linhas e grupos de pesquisa para a institucionalização da pesquisa nos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil: uma análise com Iramuteq. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: PPGCin/UFSC, 2019.

BUSH, Vannevar. As We May Think. **The Atlantic**, Boston, v. 176, n. 1, p. 101-108, jul. 1945. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

CÂMARA, A Economia Política da Informação e os contributos sociocognitivos de sua institucionalização na produção científica brasileira em Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. e5122, 2020. DOI: [10.18617/liinc.v16i1.5122](https://doi.org/10.18617/liinc.v16i1.5122). Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5122>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CAMPOS, Ricardo Ribeiro. O genocídio e a sua punição pelos tribunais internacionais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 45, n. 178, p. 91-103. abr./jun, 2008. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176525>. Acesso em: 27 fev. 2025.

CARDONA, Natalia Duque. Ciencia de la Información para qué y para quem? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia e de la Información en el contexto universitario. In:

Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: contribuições da Colômbia e do Brasil. CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 45-71.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação Sociológica. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acríica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv**, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607-630, jan. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2010000100028&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 mar. 2025.

CARNAÚBA, Maria Érbia Cássia. Sobre a distinção entre Teoria Tradicional e Teoria Crítica em Max Horkheimer. **Kínesis**, v. 2, n. 3, p. 195-204, 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4345>. Acesso em: 28 fev. 2025.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese (Doutorado em educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Escritos de uma vida.** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CASTRO, Edna. **Pensamento crítico Latino-americano.** São Paulo: Annablume, 2019.

CASTRO, Luciano Barreto de; PRESCOTT, Elianne. O Impacto do PADCT na Química e Engenharia Química. **Química Nova**, v. 20, p. 15-22, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/55HFhGWtCNVn9tXNTXZvvTD/?lang=pt#>. Acesso em: 18 jan. 2025.

CAVALCANTI, I. G. M.; BARRETO, A. A.; SOUZA, R. F. Acompanhamento das dissertações/teses apresentadas/defendidas no programa de pós-graduação do CNPq/IBICT - UFRJ/ECO, no período de 1972 a 1995. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/621/623>. Acesso em: 24 fev. 2025.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 1, p. 245-258, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/114094>. Acesso em: 16 mar. 2024.

CHELOTTI, Julia de David; Jarczewski; Rafaela Nagel. Colonialidade do saber e tratativa da natureza: a epistemologia dominante como instrumento legitimador da exploração ambiental. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 16., Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UNISC, 2019, n.p.

COELHO, Claudio Marcio. Aproximações teóricas e metodológicas entre Fredrik Barth e Carlo Ginzburg: microanálise e indiciarismo. In: RODRIGUES, Marcia Ferreira (Org.).

Exercícios de indiciário. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, 2006a, p. 41-64.

COELHO, Claudio Marcio. Raízes do paradigma indiciário. In: RODRIGUES, Marcia Ferreira (Org). **Exercícios de indiciário.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, 2006b, p. 09-40.

CORDEIRO, Douglas Farias; CASSIANO, Kátia Kelvis. A produção das mulheres na Ciência da Informação a partir de uma análise baseada em mineração de dados descritiva. **Informação & Informação**, Londrina, v. 28, n. 1, p. 181–204, 2023. Disponível em: <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/45558>. Acesso em: 01 fev. 2025.

COURTOIS, Stéphane. et al. **O livro negro do comunismo Crimes, terror e repressão.** 19 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

COSTA, João Frank da. O sistema nacional de informação científica e tecnológica (snict). **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, 1973. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/77068>. Acesso em: 18 fev. 2025.

COSTA, M. S.; LOPES, P. L. P. Origem, definição e interdisciplinaridade na Ciência da Informação: pontos de consenso e divergência. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16919/13678>. Acesso em: 27 fev. 2025.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação.** 11.ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CUSICANQUI, Silvia Romero. **Ch'ixinakax utxiwa:** uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: n-1 edições, 2021.

DAMASCENO, Maira; AMORIM, Gabriel; CARDOSO, Dorvalino. Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade: perspectivas teóricas e históricas. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem (TEL)**, v. 13, [s.n.], 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2177-6644.20220002>. Acesso em: 21 fev. 2025.

DAMIÃO, Abraão Prustelo. O Renascimento e as origens da ciência moderna: Interfaces históricas e epistemológicas. **História da Ciência e Ensino:** construindo interfaces, [s. l.], v. 17, p.22-49, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/view/34411>. Acesso em: 07 jan. 2025.

DAVANSO, Andressa Mello; ZANAGA, Mariângela Pisoni. Organização curricular dos cursos de Biblioteconomia brasileiros. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 16º ENCONTRO DE INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO DA PUC-CAMPINAS, 1., 2011, Campinas. **Anais eletrônicos [...]**. Campinas, 2011. Disponível em: http://www.academia.edu/1017248/Organiza%C3%A7%C3%A3o_curricular_dos_cursos_de_Biblioteconomia_brasileiros. Acesso em: 01 mar. 2025.

DOMINGUES, I. Em busca do método. In: DOMINGUES, I. (org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. Cap. 1, p. 17-40.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: 2005. p. 25-34. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624093038/5_Dussel.pdf. Acesso em: 26 fev. 2025.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Filosofía del Sur y Descolonización**. 1ª ed. Buenos Aires: Docencia, 2014.

DUSSEL, Enrique. Meditações anti-cartesianas: sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade Parte I. *Filosofazer*, [S.l.], v. 1, n. 45, p. 11-44, 2015. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Medita%C3%A7%C3%B5es-anti-cartesianas%3A-sobre-a-origem-do-da-Dussel/9a104a57f815114dc401bf40e97fd2030c0db394>. Acesso em: 06 mar. 2025.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 51–73, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6079>. Acesso em: 10 fev. 2025.

ELIEL, R. A. Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: estudo da convergência entre a produção científica e os marcos regulatórios da área. **Transinformação**, Campinas. 20, n. 3, p. 207–224, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/R SJpJS6GDbVGFcpJkNx Dq8C/#>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ENGLER, Steven; GARDINER, Mark. Q. A Filosofia Semântica e o Problema Insider/Outsider. **REVER: Revista de Estudos da Religião**. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv3_2010/i_engler.pdf. Acesso em: 02 fev. 2025.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: Das origens à reforma universitária de 1968**. Curitiba: Educar, n.º 28, 2006.

FELDMAN, D.; OLIVEIRA, D. A.; SOUZA, E. D. As linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação em ciência da informação no brasil: o domínio teórico da produção, mediação e gestão da informação. **Revista EDICIC**, v. 3, n. 4, 2023.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 400p.

FERREIRA, A. C. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 255–288, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5877>. Acesso em: 12 mar. 2025.

FERREIRA, Dina Maria Martins; PITA, Julianne Rodrigues. Colonialidade do saber no

ensino da educação básica: resistência ou reprodução do eurocentrismo?, **Revista escrita** (PUCRJ. online), v. 2020, p. 46645, 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=46645@1>. Acesso em: 05 jan. 2025.

FERREIRA, Fábio Alves; SILVA, Alex André da. A crítica da Filosofia da Libertação: a exterioridade como princípio de emancipação. **NEARI em revista**, v. 5, n. 7, 2019. Disponível em: <https://revistas.faculdededamas.edu.br/index.php/neari/article/view/1609>. Acesso em: 14 fev. 2025.

FIGUEIREDO, M. Z. A.; CHIARI, B. M.; GOULART, B. N. G. de. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. **Distúrbios da Comunicação**, [S. l.], v. 25, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14931>. Acesso em: 30 jan. 2025.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOSKETT, D. J. Alguns aspectos sociológicos dos sistemas formais de comunicação do conhecimento. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 1, n. 1, 1973.

FOSKETT, D. J. Teoria dos sistemas gerais e a organização de bibliotecas. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 2, n. 1, 1973.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. Resenha de: GOMES, Daniel Loureiro; LEITE, Marília Fernanda Pereira. Arqueologia do saber: um roteiro de leitura, *Revista Moara*, v. 1, n. 57, p. 273-280, 2020.

FRANCA FILHO, M. T. História e razão do paradigma vestefaliano. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**: RDCI, v. 15, n. 58, p. 1445-1465, 2006.

FRANÇA, Isadora Gonçalves. Colonialidade do Poder, Colonialidade do Saber e Oligopólios de Comunicação de Massa. **Revista Ítaca**, n. 39, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/61538>. Acesso em: 05 jan. 2025.

FREIRE, G. H. A. Construindo um hipertexto com o usuário. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 3, 2000.

FREIRE, Gustavo Henrique; FREIRE, Isa maria. **Introdução à Ciência da Informação**. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GARCIA, Amanda Veloso. O problema do extrativismo epistêmico e da etnobiopirataria: desafios para a promoção dos direitos humanos. **SciELO Preprints.7700**, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7700/14416>. Acesso em: 05 jan. 2025.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Conferências do Georgia Institute of Technology e a ciência da informação: “de volta para o futuro”. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/153>. Acesso em: 01 fev. 2025.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças; DANTAS, Esdras Renan Farias. Conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 1-25, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12309/11372>. Acesso em: 29 jan. 2025.

GARCIA, M. L. A. Informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1/2, p. 41-81, 1980. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/download/144/144>. Acesso em: 27 fev. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Barueri: Atlas: 2022. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ciro. **Projeto nacional**: o dever da esperança. São Paulo: Leya Brasil, 2020.

GOMES, H. E. Experiência do ibbd em programas de pós-graduação. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, v. 3, n. 1, 1974.

GOMES, Laurentino. **A escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, Maria Yêda Falcão Soares de Filgueiras. O Estado e o processo de implantação de uma política nacional de informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n. 2, 1988. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/287>. Acesso em: 19 mar. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2025.

GONÇALVES, M. B. Boaventura de Sousa Santos e a “Pós- Modernidade de contestação”: algumas notações marxistas. **Revista Aurora**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 3–17, 2011. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1265>. Acesso em: 14 mar. 2025.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 12 fev. 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 383-418.

GRONDIN, Marcelo. Prefácio. In: VIEZZER, Moema; GRONDIN, Marcelo. **Abya Yala, genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas**. Rio de Janeiro: Bambual Editora. 2021.

GUIMARÃES, T. A. *et al.* A ANPAD e o processo de institucionalização da comunidade científica brasileira de Administração. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. Especial, p. 523–537, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/73273>. Acesso em: 07 mar. 2025.

GURGEL, Ivã; PIETROCOLA, Maurício. O papel da imaginação no pensamento científico: análise da criação científica de estudantes em uma atividade didática sobre o espalhamento de Rutherford. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 91–122, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2011v28n1p91>. Acesso em: 18 jan. 2025.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

Hall, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: editora da UFMG; Brasília, DF: UNESCO no Brasil, 2003.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do eros**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 2, p. 238-248, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/s6NtnF3HwKy3FVxSHd7dTcP/?lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2025.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 2013. Disponível em: <https://ppec.ufms.br/files/2020/10/A-estrutura-das-revolu%C3%A7%C3%B5es-cient%C3%ADficas-Kuhn.pdf>. Acesso em: 11 jun.2024.

KLUNCK, Fernanda; LARA JUNIOR, Nadir; FÜHR, Jean Jeison. Ideologia como estratégia de colonização da subjetividade na sociedade capitalista contemporânea / Ideology as a

strategy of the colonization of the subjectivity in the contemporary capitalist society. **Revista de Psicologia**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 171–183, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/41381>. Acesso em: 12 jan. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. Sobre a reciprocidade e a capacidade de juntar mundo. In: KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura de S. **O sistema e o antissistema**: três ensaios, mundo três no mesmo mundo. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559280735/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

LANÇA, T. A.; AMARAL, R. M.; GRACIOSO, L. S. Multi e interdisciplinaridade nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 150-183, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3608>. Acesso em: 08 jan. 2025.

LANCASTER, F. W. Acessibilidade da informação na pesquisa científica em processo. **Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, 1975.

LANCASTER, F. W. Ameaça ou oportunidade? o futuro dos serviços de biblioteca à luz das inovações tecnológicas. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 23, n. 1, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/38266/29807>. Acesso em: 27 fev. 2025.

LANCASTER, F.W. O currículo de Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 17, n. 1, p. 1–20, 1989. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/44756>. Acesso em: 28 jan. 2025.

LANCASTER, F. W. The information services librarian. **Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 1976.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: 2005.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto organização. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n. 4, p. 1193-1204, 2009. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/discurso-do-sujeito-coletivo-complexidade-e-auto-organizacao/3239?id=3239&id=3239>. Acesso em: 07 ago. 2023.

LE MOS, Antônio Agenor Briquet de. Planejamento e coordenação da informação científica e tecnológica no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 2, 1986. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/231>. Acesso em: 18 mar. 2025.

LENE, H. Entre Comunicação e História: o indiciário como metodologia para pesquisas históricas sobre a imprensa. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 31–44, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/25800>. Acesso em: 05 jan. 2025.

LYOTARD, Jean François. **A Condição Pós-Moderna**. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 16ª ed. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 2015.

LIRIO, Évilyn Rosa; ALCURI, Ludmila Caliman Campos Vinhas. A REMOÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS CONTROVERSOS E O DIREITO À MEMÓRIA NO BRASIL. **Revista Vertentes do Direito**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 409–432, 2023. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/14757>. Acesso em: 25 jan. 2025.

LISSOVOY, Noah de; Bailón, Raúl Olmo Fregoso. Colonialidade: dimensões-chave e implicações críticas. **Revista X**. v. 16. n. 1, p. 101-117, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78401>. Acesso em: 02 mar. 2025.

LOUREIRO-ALVES, Monica de Fátima. **Conhecendo um campo de estudo**: aspectos da institucionalização cognitiva e social da ciência da informação. 2010. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAVALCANTE, Anderson Victor Barbosa. **Teoria crítica da Informação**: Teoria Crítica em Ciência da Informação no caminho da Escola de Frankfurt. 2023, 173f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2023.

LUZ, Frederiko Silva. “**Tem aqui na escola, perto de casa, em todo lugar**”: percepções de jovens estudantes de Aparecida de Goiânia sobre as relações entre educação escolar e violência. 2022. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

MACHADO, O. L. O relatório do general Meira Mattos em 1968: a educação superior e repressão ao movimento estudantil no Brasil. **Revista eletrônica Cadernos de História**, ano I, n. 2, set. 2006. <https://periodicos.ufop.br/cadernosdehistoria/article/view/5803/4336>. Acesso em: 27 fev. 2025.

MADRUGA, T. D. B.; COSTA, T.; OLIVEIRA, H. P. C. Estresse digital: evidências científicas, informacionais e tecnológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/197629>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 71-114, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em: 06 mar. 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 75–97, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6080>. Acesso em: 06 mar. 2025.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Dênis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura**, v. 15, n. 2, p. 231-242, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30132>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira.; FARIAS, Mayara Helenna Verissimo de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 577–596, 2020. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2300>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MARTELETO, Regina Maria. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, p. 19–40, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23116>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MARTINS, Carlos Benedito. Reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v.30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100002&lng=pt&tlng=pt. Acesso: 01 fev. 2025.

MARTINS, Gracy Kelli. **Institucionalização cognitiva e social da Organização e Representação do Conhecimento na Ciência da Informação no Brasil**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2014.

Martins, Ludmila Gonçalves. Tecendo fios e investigando rastros: a produção dos discursos sobre a infância. **Revista Ágora**, Vitória, ES, v. 15, p. 20-34-34, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/4216/3323>. Acesso em: 06 fev. 2025.

MATTOS, Carlos de Meira; GOMES, Hélio de Souza; SILVA, Jorge Boaventura de Souza; VEIGA, Affonso Carlos Agapito da; VASCONCELOS, Waldir de. Relatório Meira Mattos mostra situação do ensino universitário. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, RJ, n. 23122, p. 1, 25 ago. 1968. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=94975. Acesso em: 26 fev. 2025.

MEDEIROS, Ana Luiza.; VANTI, Nadia. Vannevar Bush e as matrizes discursivas de As we may think: por uma possível história da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 3, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/9652>. Acesso em: 05 maio. 2025.

MELO, Fábio de. **Por onde for o teu passo, que lá esteja o teu coração**: um diálogo com a consciência, a menina interior. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. Edição Kindle.

MELO FILHO, Edilson Targino de; SILVA JUNIOR, Jobson Francisco da. Enegrecendo o ENANCIB: a produção científica nas temáticas étnico-raciais no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 5, n. esp., p. 49-59, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/392>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MENEZES, V. S. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: redes coloniais de desencantamento. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 28, n., 2023.

MIGLIOLI; Sarah. ARAUJO; Débora. Abordagens e contribuições históricas da Grã-Bretanha para a Ciência da Informação: um olhar a partir do classification research group. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 3, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/36017/pdf>. 28 fev. 2025.

MIGNOLO, Walter. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: 2005. p. 35-54. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [online], v. 32, n. 94, pp. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 04 jan. 2025.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica, pensamento independente e liberdade decolonial. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 24-53, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78142>. Acesso em: 03 jan. 2025.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MIRANDA, A. B.; BARRETO, A. A. Pesquisa em ciência da informação no brasil: síntese e perspectiva. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23-24, n. 3, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/75925>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MORAES, Alice Ferry. Os pioneiros da Ciência da Informação nos EUA. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91413>. Acesso em: 06 mar. 2025.

MORAES, Vanessa Coelho. Refletindo sobre as concepções de revitalização linguística e língua morta a partir do contexto kiriri. **Revista de estudos do discurso, imagem e som**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 487-515, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/166615>. Acesso em: 02 jan. 2025.

MORITZ, G. de O.; MORITZ, M. O.; MELO, P. A. de. A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. 2011. Anais XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária da América do Sul e II Congresso Internacional IGLU. Florianópolis. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/26136/5.30.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MUELLER, S. P. M.; CAMPELLO, B. S.; DIAS, E. J. W. Disseminação da pesquisa em ciência da informação e biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/18649>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Celebrando os 40 anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 251–261, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/11618>. Acesso em: 15 jan. 2025.

MÜLLER, Jéssia Paola Macedo; SOUSA, Rodrigo Silva Caxias de. Cartografias Subalternas: travessias epistemológicas para a Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. e5786, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5786>. Acesso em: 06 fev. 2025.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. 2003, Rio de Janeiro. Anais [...] Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019a.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019b.

NOGUERA, Renato; DUARTE, Valter; RIBEIRO, Marcelo dos Santos. Afroperspectividade no ensino de filosofia: possibilidades da Lei 10.639/03 diante do desinteresse e do racismo epistêmico. **O que nos faz pensar**, [S. l.], v. 28, n. 45, p. 434-451, dez. 2019. Disponível em: <http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnfp/article/view/693>. Acesso em: 02 mar. 2025.

NUNES, Rafael Matos; SOUSA, Ana Claudia Medeiros de. Frederick Wilfrid Lancaster: uma reflexão sobre sua trajetória profissional e suas contribuições para a Ciência da Informação e para a Biblioteconomia. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, Marília, SP, v. 17, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/14204>. Acesso em: 23 jan. 2025.

ODDONE, N. Lydia de Queiroz Sambaquy e a Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: PPGCInf/UFSC, 2005. Disponível: <https://cip.brapci.inf.br/download/171603>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ODDONE, N.; GOMES, M. Y. F. S. F. Os temas de pesquisa em Ciência da Informação. In:

ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/nancioddone.html. Acesso em: 20 fev. 2025.

ODDONE, Nanci Elizabeth. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a Ciência da Informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, 2006. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1152>. Acesso em: 5 maio. 2025.

OLIVEIRA, Damião Bezerra; GOMES, Raphael Carmesin. Epistemologia de fronteiras em Walter Mignolo: compreensão, críticas e implicações na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 643–677, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/55175>. Acesso em: 26 fev. 2025.

OLIVEIRA, Gilmar Araújo de; SILVA, Éder da. “Tudo isso é Conversa para Comer sem Trabalhar”: capoeira, resistência decolonial. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 1, p. 161-176, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/743>. Acesso em: 01 jan. 2025.

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz; SILVA, Josevânia da. Ansiedade de informação revisitada: proposta de um questionário de medida. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: PPGCI/UEL, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1539/1720. Acesso em: 27 fev. 2025.

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz. de; SILVA, Laelson Felipe da Cruz; SILVA, José Jullyan Galdino. Elementos de arquitetura da informação pervasiva no contexto da associação nacional de pesquisa e Pós-Graduação em ciência da informação (ANCIB). **Biblos**, Rio Grande, v. 34, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12102>. Acesso em: 29 jan. 2025.

OLIVEIRA, Marina Costa de; MOLINA, Letícia Gorri. Gestão documental como ferramenta para a preservação do patrimônio arquivístico e da memória institucional da justiça do trabalho. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 106-118, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/38014>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ORTOLAN, Luciana Pereira. et al. As temáticas sobre o negro na Ciência da Informação brasileira. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 3, p. 14-29, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/35715>. Acesso em: 12 jan. 2025.

OVERMYER, LaVahn Marie. Libraries, technology, and the need to know. **Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, 1972. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/9/9>. Acesso em: 27 fev. 2025.

PAES, E. B. A construção da Lei de Acesso à Informação Pública no Brasil: desafios na implementação de seus princípios. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 62, n. 4, p. p. 407-423, 2011. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/80>. Acesso em: 16 jan. 2025.

PAIVA, Eliane Bezerra.; RAMALHO, Francisca Arruda. Usuários da informação: a produção científica no periódico 'Perspectivas em Gestão & Conhecimento'. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 47-68, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28410/1/2017_art_ebpaivafaramalho.pdf. Acesso em: 27 fev. 2025.

PALERMITI, Rosalba; POLITY, Yolla. Dynamiques de l'institutionnalisation sociale et cognitive des sciences de l'information. In: BOURE, R. **Les origenes des sciences de l'information et de la communication**: regards croisés. Paris: PUS, 2002. p. 95-123. Disponível em: <https://books.openedition.org/septentrion/113508?lang=en>. Acesso em: 28 mar. 2025.

PARANHOS, W. M. M. R. Análise do banco de dados do IBBD: atividades de pesquisa em química no Brasil, relativas a 1973. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 1, 1976. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/71/71>. Acesso em: 27 fev. 2025.

PAULA, João Antônio de. Limits of the scientific and technological development in Brazil. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 243-264, 1999. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org/repojs/index.php/journal/article/view/1053>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 14, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/298>. Acesso em: 4 maio. 2025.

PENHOLATO, D. B.. O Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC) e o Investimento na Modernização das Universidades Brasileiras. In: XXIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2016, Assis. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-SP, 2016.

PERES, L. A. O genocídio e o fim das Teorias das Relações Internacionais. **Revista InterAção**, [S. l.], v. 7, n. 7, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/16-38>. Acesso em: 30 jan. 2025.

PERTILE, Kimberly Victória. Colonialidade do ser e saber: geopolítica do conhecimento e análise do sistema ONU. **Revista Perspectiva**: reflexões sobre a temática internacional, [S. l.], v. 13, n. 25, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/104862>. Acesso em: 05 jan. 2025.

PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. **Problemata**, v. 10, n. 2, p. 167-194, 163 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/49136/28617>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PINHEIRO, A. C.; SILVA, G. R.; ARAUJO, C. A. A. A contribuição de Tefko Saracevic para a Ciência da Informação no Brasil. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/download/16931/13691/48033#:~:text=Entr>

e%20os%20resultados%20encontrados%20destacam,mais%20comum%20%C3%A9%20a%20confirmativa. Acesso em: 27 fev. 2025.

PIDNER, Flora. **Diálogos entre Ciência e Saberes Locais: dificuldades e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2002. p.61-86.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil, influências e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: PPGCI/UFBA, 2007. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/65/1/PinheiroENANCIB2007.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/609>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: 2005. 130p. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

RABAKA, Reiland. **Against epistemic apartheid: W. E. B Du Bois and the disciplinary decadence of sociology**. United Kingdom: Lexington Books, 2010.

RABELLO, Rodrigo; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Documentación y Ciencia de la Información: en busca de un horizonte epistemológico a partir de sus objetos de estudio. In: ENCUNTROS INTERNACIONALES SOBRE SISTEMAS DE INFORMACIÓN – IBERSID, 11., 2006, Zaragoza. **Resumen [...]**. Zaragoza: Facultad de Filosofía y Letras, 2006. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/24618/>. Acesso em: 08 mar. 2025.

RAMOS, F.P.; NEVES, M.C.D.; CORAZZA, M.J. A ciência moderna e as concepções contemporâneas em discursos de professores-pesquisadores: entre rupturas e a continuidade. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 10, n. 1, p. 84-108, 2011. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen10/ART5_Vol10_N1.pdf. Acesso em 05 de maio 2025.

RATZINGER, Joseph. **Jesus de Nazaré**. Rio Grande do Sul: Minha Biblioteca Católica, 2021.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. **Exercícios de indiciário**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, 2006.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. **Dimensões - Revista de História da UFES**, Vitória, n. 17, 2005.

RODRIGUES, Gabriela Fernanda Ribeiro; OLIVEIRA, Eliane Braga de; JUVÊNCIO, Carlos Henrique. A história da pós-graduação no Brasil: o caso da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16, 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: PPGCInf/UFRGS, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/200899>. Acesso em: 05 maio 2025.

ROSA, Alexandre Reis. **(O) braço forte, (a) mão amiga**: um estudo sobre a dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar. Lavras: UFLA, 2007.

SAMBAQUY, L. Q. Da Biblioteconomia à Informática. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 51-60, 1978. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/125>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SANTANA, Vanessa Alves.; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A responsabilidade social e ética e a inclusão de afrodescendentes em discursos de profissionais da informação em universidade pública. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. 1/2, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16695>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. **Ensino Superior**: trajetória histórica e políticas recentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 9., 2009, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 23-72.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

SANTOS, Silvio Telles dos. et al. Os cursos de graduação na Área de Ciência da Informação no Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 19, p. 1–31, 2023. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1885>. Acesso em: 02 fev. 2025.

SANTOS, Tania Coelho dos. O que é e onde começa a pós-modernidade? In: SANTOS, Tania Coelho dos; SANTIAGO, Ana Lydia; OLIVEIRA, Flavia Lana Garcia de (Orgs.) **Reconfigurações do Imaginário no Século XXI**. Curitiba: CRV, 2019b.

SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes. Análise da terminologia soviética “Informatika” e da sua utilização nas décadas de 1960 e 1970. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ; Fiocruz; UNIRIO, 2010. Disponível em: 25 fev. 2025.

SANTOS JUNIOR, R. L. D. Análise das ideias de A. I. Mikhailov sobre o impacto e a utilização das novas tecnologias na ciência da informação (1977-1986). **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 2, n. 3, p. 15-28, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36361>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SARACEVIC, T. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/22344>. Acesso em: 07 mar. 2025.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308>. Acesso em: 06 jan. 2025.

SARACEVIC, Tefko. Curso sobre Ciência da Informação para estudantes de Biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 1974a. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/download/35991/28238/108469>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SARACEVIC, T. Educação em ciência da informação na década de 1980. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, 1978. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/20232>. Acesso em: 07 fev. 2025.

SARACEVIC, T. Integrating in librarianship information. **Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, 1979. Disponível em: 07 fev. 2025.

SARACEVIC, T. Tecnologia da informação, sistemas de informação e informação como utilidade pública. *Ciência da Informação*, v. 3, n. 1, 1974b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/18697>. Acesso em: 07 mar. 2025.

Saviani, D. Paulo Freire, centésimo ano: mais que um método, uma concepção crítica de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, n. 41, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/d9hmYxnkQf46nXtLGGMkjHk/?lang=pt>. Acesso em 4 fev. 2025.

SETO, Kenzo Soares. Subimperialismo de dados: uma crítica ao colonialismo de dados diante das big techs sul-americanas. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 25, n. 2, 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SHERA, Jesse H. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, Hagar Espanha (org.). *Ciência da Informação ou Informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105.

SILVA, Alba Lúcia de Almeida; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A (in)visibilidade de negros(as) na produção de conhecimento em Programas de Pós-Graduação da UFPB.

Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 91-108, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/9645/5601>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SILVA, Darly Henrique da. Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 1, p. 5–28, jan. 2007.

SILVA, Edcleyton Bruno Fernandes da. **A formação da autoria na produção colaborativa na Ciência da Informação no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SILVA, E. B. F.; SOUZA, E. D. A formação da autoria na produção colaborativa na ciência da informação do Brasil. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 12, n. 2, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/26110>. Acesso em: 07 fev. 2025.

SILVA, Elaine Drumond Pires e; ZIVIANI, Fabricio; MARIA, Thais Campos; FROGERI, Rodrigo Franklin; FERREIRA, Daniela Assis Alves. Análise sociométrica do Grupo de Trabalho 4 do ENANCIB – Gestão da Informação e do Conhecimento: um estudo das relações entre os autores, coautores e instituições de ensino. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 4, p. 135–156, 2023. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/45264>. Acesso em: 07 jan. 2025.

SILVA, Elizabeth Rodrigues da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3026>. Acesso em: 02 jan. 2025.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa; PIRES, Talia da Silva; WENDT, Lucas George. Do colonialismo histórico ao colonialismo de dados: reflexões sobre a relação entre big data e o sujeito. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 75-90, ago.2023/jan.2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6481/6148>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SILVA, Fabrício Pereira da; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. Colonialidade do saber, dependência epistêmica e os limites do conceito de democracia na América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15980>. Acesso em: 6 jan. 2025.

SILVA, F. C. G. da; GARCEZ, D. C.; SILVA, R. A. da. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1–19, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1885>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Conhecimento e Razão Instrumental. **Psicologia e Razão**, v. 8,

n. 1, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/hP8Y8DR6P6hVD7pgng6pQ4B/#>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SILVA JÚNIOR; J. D. S; PIRES, A. C. B. **O apoio do PADCT III na aquisição de equipamentos para a pesquisa**. 2002.

SILVA, Fábio Mascarenhas e. A informação científica e tecnológica brasileira no âmbito da sociedade da informação: uma análise das iniciativas governamentais. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 18-30, 2005. Disponível em: Acesso em: 30 ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2063/2193>. Acesso em: 27 fev. 2025.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. **Ciência da Informação Brasileira e a Pós-Graduação: perspectivas históricas e múltiplas identidades**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

SILVA, Márcio Bezerra da; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Análise sobre políticas de informação: perspectivas do regime de informação no âmbito da inclusão digital ante os livros verde e branco. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/99206>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SILVA, Teresinha Elisabeth da; EIRÃO, Thiago Gomes. Mapeamento e tendências do GT5 do ENANCIB: um estudo dos trabalhos apresentados de 2011 a 2018. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: PPGCIn/UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1103/755>. Acesso em: 08 jan. 2025.

SILVA, Z. C. G.; OLIVEIRA, M. Desconstruindo a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação: aproximando os estudos em ciência, tecnologia e sociedade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017. **Anais [...]** XVIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2017.

SILVEIRA, Z. S. Relatório da equipe de Assessoria do Planejamento do Ensino Superior (EAPES) – Acordo MEC-USAID. **Movimento-revista de educação**, v. 7, n. 14, 28 nov. 2020.

SOBRINHO, Ricardo Kleine de Maria. Ciência e verdade sob a ótica das vítimas: os paradigmas críticos de Enrique Dussel. **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET**. Curitiba, v.3, n.7, p. 202-219, jan/jun. 2012.

SOUZA, B. G. Ciência da informação e o mundo neoliberal. **Scire: representación y organización del conocimiento**, v. 22, n. 1, 2016.

SOUZA, Edivanio Duarte de. **A epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar**. Belo Horizonte. 346f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação,

Universidade Federal de Minas Gerais. 2011.

SOUZA, E. D. Dimensões teórico-metodológicas da Ciência da Informação: dos desafios à consolidação epistemológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2008. **Anais [...]** IX Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2008.

SOUZA, Edivanio Duarte de. Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: elementos disciplinadores do campo científico. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, p. 49-64, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/13297/8568>. Acesso em: 02 de jan. 2025.

SOUZA, Edson Guilherme de. Sobre o lugar da imaginação na epistemologia e na educação. **Cadernos de Pedagogia**, v. 15, n. 32, p. 41-55, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1637>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SOUZA, R. F.; CARVALHO, P. R.; RAMOS, M. G. 50 anos do PPGCI IBICT: análise textual da produção científica com Iramuteq. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/41227/pdf>. Acesso em: 27 fev. 2025.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil: linhas de pesquisa, avaliação e perspectivas. In: COLÓQUIO MEDIAÇÕES E USOS DE SABERES E INFORMAÇÃO: UM DIÁLOGO FRANÇA-BRASIL. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Rede Mussi, 2008, p. 82-98.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C; SILVA, Gabriela Batista da; OLIVEIRA, Rita de Cássia Gomes de. A Biblioteconomia brasileira na década de 1980: um olhar discursivo a partir dos artigos publicados na Revista de Biblioteconomia de Brasília. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 2, p. 178–198, 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6233>. Acesso em: 27 fev. 2025.

TARAPANOFF, Kira. A política científica e tecnológica no Brasil: o papel do IBICT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 2, 1992. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/452>. Acesso em: 16 fev. 2025.

TEIXEIRA FILHO, Clóvis. **A interação entre jovens e marcas, mediada pela publicidade de causa: cotidiano, consumo e ação social**. 2022. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-12092022-153953/>. Acesso em: 09 jan. 2025.

QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 26–42, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57516>. Acesso em: 05 maio 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 73-118.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo nas ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: 2005. 130p. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, n. 37, 2002, n. p. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192>. Acesso em: 02 jan. 2025.

ULLOA, Boris Agustín Nef; GUIMARÃES, Adriana Barbosa. A cultura do encontro: palavras e gestos em Francisco. **Franciscanum**, v. 61, n. 172, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3435/343565769009/html/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, [S. l.], v. 18, n. 4, 2023. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/nutricao/article/view/9918>. Acesso em: 03 fev. 2025.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, p. 77-87, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.

VEGA-ALMEIDA, Rosa; FERNANDEZ-MOLINA, Juan-Carlos; LINARES, Radames. Coordenadas paradigmáticas, históricas y epistemológicas de la Ciencia de la Información: una sistematización. **Information Research**, v. 4, n. 2, p. 1-16, 2009. Disponível em: https://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/33033/VegaAlmeida_CienciaInformacion.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 fev. 2025

VERHINE, Robert Evan. Pós-Graduação no Brasil e nos Estados Unidos: Uma análise comparativa. **Educação**, [S. l.], v. 31, n. 2, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2767>. Acesso em: 01 fev. 2025.

VIEIRA, Anna da Soledade. Informação tecnológica no Brasil pós-PADCT. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 1, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/682>. Acesso em: 21 jan. 2025.

VIEZZER, Moema; GRONDIN, Marcelo. **Abya Yala, genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários das Américas**. Rio de Janeiro: Bambual Editora. 2021.

WHITLEY, Richard. **Cognitive and social institutionalization of scientific specialities and research areas**. In: WHITLEY, Richard. Social processes of scientific development. London: Routledge and Kegan, 1974. p. 69-95.

ZAHER, C. R; GOMES, H. E. Da Bibliografia à Ciência da Informação: um histórico e uma posição. **Ciência da Informação**, Brasília, v.1, n.1, p.5-7, 1972. Disponível em: <https://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1>. Acesso em: 18 jan. 2025.

ZAHER, C. R. Entrevista: Célia Ribeiro Zaher. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1,1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/604/606>. Acesso em: 18 jan. 2025.

APÊNDICE A – DISSERTAÇÕES ORIENTADAS PELOS OUTSIDERS

N ^o	Ano	Título	Autor(a)	Orientador(a)	Lattes	Observação
01	1972	Projeto CALCO: adaptação do MARC II para implantação de uma central de processamento da catalogação cooperativa	Alice Príncipe Barbosa	LaVahn Marie Overmyer	Não encontrado.	
02	1972	Classificação facetada em odontologia	Malvina Vianna Rosa	Jack Mills Douglas John Foscett	Não encontrado.	O estudo considerou Jack Mills como orientador
03	1972	Projeto de um sistema de classificação bibliográfica analítico-sintético (ou facetado) para a indexação e recuperação de informações em Biologia	Jandira Batista de Assunção	Douglas John Foscett Jack Mills	Não encontrado.	Foscett (orientador) Jack Mills (coorientador)
04	1972	Distribuição da literatura geológica brasileira: estudo bibliométrico	Laura Maia de Figueiredo	Tefko Saracevic	Não encontrado.	
05	1973	Análises bibliométricas da produção científica dos grupos de pesquisa sobre física do estado sólido na América Latina	Rosali Pacheco Fernandez	Tefko Saracevic	Não encontrado.	
06	1973	Análise comparativa da aquisição e circulação de periódicos em bibliotecas da Universidade de São Paulo na área médica e afim: uma metodologia bibliométrica	Celina Ippolito	Tefko Saracevic	Não encontrado.	
07	1973	Investigação sobre parâmetros de projeto de sistemas de recuperação da informação: abordagem teórica e aplicação prática em um ambiente universitário	Leila Maria Torres Rossete	Tefko Saracevic	Não encontrado.	
08	1973	Relações bibliométricas entre a frente de pesquisa (research front) e revisões da literatura: estudo aplicado à Ciência da Informação	Gilda Maria Braga	Tefko Saracevic	http://lattes.cnpq.br/2245026790419537 .	A dissertação não foi encontrada nos indexadores e foi publicada na RCI.
09	1973	Comportamento bibliométrico da língua portuguesa, como veículo de representação da informação	Elza Lima e Silva Maia	Tefko Saracevic	Não encontrado.	A dissertação não foi encontrada nos indexadores e foi

						publicada na RCI.
10	1973	Modelo para inclusão da Ciência da Informação nos currículos das escolas de graduação de Biblioteconomia e Documentação no Brasil	Rodolfo Tsupal	Tefko Saracevic	Não encontrado.	A dissertação foi localizada nos indexadores BDTD e Pantheon. A orientação foi confirmada com base em Cavalcanti, Barreto e Souza (1995).
11	1973	Catálogo em livro para as bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (estudo de viabilidade)	Dryse Barreto Taveira	LaVahn Marie Overmyer	Não encontrado.	Não indexado nas bases. Fonte de referência: Cavalcanti, Barreto e Souza (1995).
12	1974	Crescimento da literatura brasileira de doença de Chagas: análise bibliométrica	Paulo da Terra Caldeira	Bert Roy Boyce	http://lattes.cnpq.br/9324032673383739 .	
13	1974	Metodologia para definição de campos em banco de dados	Anna da Soledade Viera	Bert Roy Boyce	Não encontrado.	
14	1974	Investigação sobre a influência das variáveis tempo e assunto no vocabulário de um autor: uma análise bibliométrica da língua portuguesa como tentativa de estabelecer uma metodologia mais geral para a determinação de um texto	Darci Dusilek	Tefko Saracevic	http://lattes.cnpq.br/0316965387581574 .	
15	1974	Usuários de uma biblioteca universitária: estudo realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco	Maria Lectícia de Andrade Lima	Tefko Saracevic	Não encontrado.	
16	1974	Análises da comunicação entre autores no campo da literatura brasileira de tecnologia de alimentos	Maria Luiza Andrade Di Giorgi	Tefko Saracevic	Não encontrado.	Há registro da dissertação no Catálogo online da Biblioteca do IBICT Lydia de Queiroz Sambaqui, porém sem o arquivo em pdf.
17	1975	Modelo de um sistema de informação e indicadores científicos	Tania Mara Guedes Botelho	Frederick Wilfrid Lancaster	Não encontrado.	
18	1975	Sistema de informações para uma empresa de	Maria Ignez	LaVahn Marie Overmyer	Não encontrado.	

		fundações (SIEF	Azambuja de Lemos			
19	1975	Estudo bibliométrico da literatura brasileira de esquistossomose	Margarida Pinto Oliveira	Tefko Saracevic	Não encontrado.	
20	1975	Análise descritiva das atividades de pesquisa em química no Brasil, relativos a 1973	Wanda Maria Maia da Rocha Paranhos	Tefko Saracevic	http://lattes.cnpq.br/9828858806069070 .	A orientação foi confirmada com base em Cavalcanti, Barreto e Souza (1995).
21	1976	Estudo comparativo de algumas linguagens de indexação: usuários e tempo de pesquisa	Maria Antonieta Requião Piedade	Frederick Wilfrid Lancaster	Não encontrado.	
22	1977	Estudo das necessidades de informação dos técnicos das áreas-fim do Instituto Nacional de Pesos e Medidas e seu comportamento quanto à busca de informação: ou da aplicação de um método de análise e avaliação de desempenho de serviços de informação	Maria Virginia Ruas Santos	Frederick Wilfrid Lancaster	Não encontrado.	
23	1978	Estudo comparativo de julgamentos de relevância do usuário e não-usuário de serviços de disseminação seletiva da informação	Regina Celia Figueiredo	Tefko Saracevic	http://lattes.cnpq.br/1291255320579119 .	
24	1978	Avaliação de coleções e de serviços de bibliotecas para a área de ciência da computação	Rosane Teles Lins Castilho	Frederick Wilfrid Lancaster	http://lattes.cnpq.br/4213456424297494 .	
25	1978	Estudo comparativo dos métodos usados para medir a obsolescência da literatura científica	Elza Maria Ferraz Barboza	Frederick Wilfrid Lancaster	http://lattes.cnpq.br/5189430298471489 .	
26	1978	Estudo sobre a literatura do cacau no usuário 1950-1975	Eliane de Oliveira Saboia Ribeiro	Frederick Wilfrid Lancaster	Não encontrado.	Há registro da dissertação no Catálogo online da Biblioteca do IBICT Lydia de Queiroz Sambaqui, porém sem o arquivo em pdf.
27	1979	Relações entre o crescimento, a dispersão e a obsolescência da literatura de dosimetria termoluminescente	Gilda Gama de Queiroz	Frederick Wilfrid Lancaster	Não encontrado.	
28	1979	Avaliação do serviço de disseminação seletiva de informações do Centro de Informações Nucleares em relação à precisão, recuperação e novidade	Selma Chi Barreiro Soares	Frederick Wilfrid Lancaster	Não encontrado.	

29	1979	Construção de thesauri: experimento empírico para a coleta de termos em formação profissional	Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei	Frederick Wilfrid Lancaster	http://lattes.cnpq.br/1112112146102164 .	
30	1979	Modelo de um thesauro facetado em arquitetura	Nitzia Gicela Barrantes Serrano	Frederick Wilfrid Lancaster	Não encontrado.	
31	1979	O sistema MEDLINE no Brasil: uma avaliação parcial de seu desempenho	Maria Angela Lagrange Moutinho dos Reis	Frederick Wilfrid Lancaster	Não encontrado.	
32	1979	Avaliação de coleção técnico-científica de uma instituição de pesquisa	Solange Puntel Mostafa	Frederick Wilfrid Lancaster	http://lattes.cnpq.br/8365892972397703 .	
33	1980	Construção de um thesaurus para indexar prontuários médicos no campo da cardiologia	Laura de Lira e Oliveira	Frederick Wilfrid Lancaster	http://lattes.cnpq.br/6404145391001640 .	
34	1981	Estudo de usuários na área de engenharia básica da Petrobrás	Frida Issler de Andrade	Frederick Wilfrid Lancaster	Não encontrado.	

APÊNDICE B – PRODUÇÃO DOS INSIDERES (1970-1999)

Alice Príncipe Barbosa

BARBOSA, A. P. Classificações facetadas. **Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, 1972. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/19849>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Malvina Vianna Rosa

ROSA, M. V. Bibliografia Sul-Riograndense de Ciências Biomédicas: elaboração de uma linguagem padronizada. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 5, n. 1, 1976. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/74452>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ROSA, M. V. O papel da classificação na recuperação da informação: classificação facetada. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 1, n. 2, 1973. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/77145>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Jandira Batista de Assunção

ASSUNCAO, J. B.; TAVARES, R. V.; SANTOS, J. P. Recursos Humanos em Biblioteca Universitária. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 4, n. 1, 1975. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/73101>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ASSUNCAO, J. B.; FIUZA, M. M. Reformulação do currículo do curso da Escola de Biblioteconomia da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 3, n. 2, 1974. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/73076>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ASSUNCAO, J. B. Organização de um serviço de informação em Bioquímica. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 1, n. 2, 1972. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/72880>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Laura Maia de Figueiredo

FIGUEIREDO, L. M. Automação com microcomputador no sistema de bibliotecas da Puc-Rio. **Ciência da Informação**, v. 15, n. 1, 1986. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/21567>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FIGUEIREDO, L. M. O Conceito de Relevância e suas Implicações. **Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 1977. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/18932>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FIGUEIREDO, L. M. Distribuição da Literatura Geológica Brasileira: Estudo Bibliométrico. **Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 1973. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/21942>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Rosali Pacheco Fernandez⁶⁹

FERREIRA, D. V.; FERNANDEZ, R. P. Caracterização de uma comunidade científica através da literatura publicada: um estudo de caso. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 10, n. 2, 1982. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/70920>. Acesso em: 20 dez. 2024.

⁶⁹ É importante destacar que resenhas desta pesquisadora, bem como dos demais pesquisadores não constituíram o *corpus* deste estudo.

Celina Ippolito

Não há publicação registrada.

Leila Maria Torres Rossete

Não há publicação registrada.

Gilda Maria Braga

CHRISTOVAO, H. T.; BRAGA, G. M. Ciência da Informação e Sociologia do Conhecimento científico: a intertematicidade plural. **Transinformação**, v. 9, n. 3, 1997.

BRAGA, G. M. Laura Maia de Figueiredo (1929-1994). **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/20910>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRAGA, G. M. Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/21773>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRAGA, G. M.; BARRETO, A. A.; KURAMOTO, H. Laboratório de Tecnologia da Informação: criação de projeto de infra-estrutura. **Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, 1990. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/21762>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRAGA, G. M. Bibliometria: teoria e prática. **Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, 1987. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/19711>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRAGA, G. M.; *et al.* Recensões. **Ciência da Informação**, v. 15, n. 1, 1986. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/20837>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRAGA, G. M. Semantic theories of information. **Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 1977. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/17728>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRAGA, G. M. Informação, ciência, política Científica: o pensamento de Derek de Solla Price. **Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 1974. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/18561>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRAGA, G. M. Projeto de microfilmagem de jornais na Biblioteca Nacional: aspecto bibliométrico. **Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 1973. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/18223>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRAGA, G. M. Relações bibliométricas entre a frente de pesquisa (research front) e revisões da literatura: estudo aplicado a ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 1973. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/20772>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Elza Lima e Silva Maia

MAIA, E. L. S. Programas Internacionais para Troca de Informações Bibliográficas. **Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, 1975. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/19593>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MAIA, E. L. S. Comportamento bibliométrico da língua portuguesa, como veículo de representação da informação. **Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, 1973. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/17619>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Rodolfo Tsupal

TSUPAL, R. Leitura e atividades culturais na Biblioteca Pública: aspectos teóricos. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 2, 1987. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/17619>. Acesso em: 20 dez. 2024.

Dyrse Barreto Taveira

Não há publicação registrada.

Paulo da Terra Caldeira

KREMMER, J. M.; CALDEIRA, P. T. Em busca de uma política de descarte nas bibliotecas da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 1997.

CALDEIRA, P. T. O sistema de bibliotecas da UFMG na perspectiva de qualidade total. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 23, n. 1, 1994.

CALDEIRA, P. T. Revista da escola de biblioteconomia da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 19, n. esp, 1990.

CALDEIRA, P. T. O perfil do usuário de uma biblioteca de arte: o caso da Escola de Belas Artes da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 18, n. 1, 1989.

TARGINO, M. G.; CALDEIRA, P. T. Análise da produção científica em uma instituição de ensino superior: o caso da Universidade Federal do Piauí. **Ciência da Informação**, v. 17, n. 1, 1988.

CALDEIRA, P. T. O Currículo Pleno da Escola de Biblioteconomia da UFMG. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 10, n. 1, 1988.

ANDRADE, M. E. A.; CALDEIRA, P. T.; ABREU, V. L. F. G. Periféricos: uma análise introdutória para bibliotecários. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 17, n. 1, 1988.

CAMPOS, C. M.; CALDEIRA, P. T. Bibliografia especializada corrente no Brasil: três décadas de descontinuidade. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 17, n. 2, 1988.

CALDEIRA, P. T. O uso da biblioteca na área de artes: o caso da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 16, n. 2, 1987.

CALDEIRA, P. T. Duas Experiências de ensino da disciplina Bibliografia Brasileira. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 14, n. 1, 1985.

CALDEIRA, P. T. A situação do Brasil em relação ao controle bibliográfico universal. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 13, n. 2, 1984.

CALDEIRA, P. T.; CARVALHO, M. L. B. A importância dos recursos bibliográficos brasileiros para os usuários da informação científica. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 6, n. 1, 1983.

CALDEIRA, P. T. Subsídios para a determinação de bibliógrafos brasileiros. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n. 1, 1983.

CALDEIRA, P. T. O Controle Bibliográfico na área de Biblioteconomia no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 9, n. 2, 1981.

CALDEIRA, P. T.; CARVALHO, M. L. B. Bibliografia retrospectiva: um instrumento para a análise do desenvolvimento científico e cultural do Brasil. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 9, n. 1, 1980.

CALDEIRA, P. T. Bibliografia mineira. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 7, n. 2, 1978.

CARVALHO, M. L. B.; CALDEIRA, P. T. Algumas organizações ligadas ao controle bibliográfico no Brasil. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 7, n. 1, 1978.

CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. T. Controle de teses no Brasil. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 6, n. 2, 1977.

FERREIRA, M. L. A. G.; *et al.* Currículo mínimo de biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 6, n. 1, 1977.

CALDEIRA, P. T. Periódicos de ciências biomédicas: comparação das publicações dos professores do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG com os estudos de ordenação realizados por I. N. Sengupta. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 5, n. 2, 1976.

CALDEIRA, P. T. Processo de crescimento epidemiológico aplicado à literatura brasileira de doença de chagas. **Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 1975.

CALDEIRA, P. T. Guias de Referência. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 4, n. 2, 1975.

CALDEIRA, P. T. Dispersão e produtividade da literatura brasileira sobre doença de Chagas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 3, n. 2, 1975.

Anna da Soledade Vieira

VIEIRA, A. S. Monitoração da competitividade científica e tecnológica dos estados brasileiros. Um instrumento de macropolítica de informação. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 2, 1999

VIEIRA, A. S. Informação tecnológica no Brasil pós-PADCT. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 1, 1996

VIEIRA, A. S. Na janela do tempo com o IBBD e Drummond: passagens, transformações e novos desafios em educação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995

VIEIRA, A. S. Conhecimento como recurso estratégico empresarial. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, 1993

VIEIRA, A. S. Desenvolvimento de um novo profissional para um novo tempo. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 22, n. 1, 1993

VIEIRA, A. S. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: fontes para compreensão do discurso político-ambiental do governo brasileiro. **Ciência da Informação**, v. 21, n. 1, 1992

VIEIRA, A. S. Gerência de Recursos Informacionais: o advento do futuro? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 19, n. 2, 1990

VIEIRA, A. S. A Pós-Graduação na EB/UFMG: memória e perspectivas. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 19, n. esp, 1990

VIEIRA, A. S.; PAIM, I. Revisitando o mercado de informação: novo currículo, novo profissional? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 18, n. 1, 1989

VIEIRA, A. S. Pra não dizer que não falei de flores: uma proposta ecológica para a Biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 15, n. 2, 1986

VIEIRA, A. S. Repensando a Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, 1983

VIEIRA, A. S. Caminhos transdisciplinares para a formação de bibliotecários. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 12, n. 2, 1983

VIEIRA, A. S. Mercado de informação: do tradicional ao inexplorado. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 11, n. 2, 1983

VIEIRA, A. S. Política brasileira de informação ambiental. **Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, 1981

VIEIRA, A. S. Informação para gerenciamento ambiental no Brasil. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 9, n. 2, 1980

VIEIRA, A. S.; LIMA, E. A pós-graduação em Biblioteconomia e a formação de uma liderança nacional. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 6, n. 2, 1977

VIEIRA, A. S. A formação de Administradores de Bibliotecas: na berlinda o Programa da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 6, n. 2, 1977

VIEIRA, A. S. Como escolher os campos para um banco de dados. **Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 1975

VIEIRA, A. S. Um banco de dados para administração de projetos. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 3, n. 1, 1975

CARVALHO, M. M.; VIEIRA, A. S. A alebci e a formação do bibliotecário. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 3, n. 1, 1974

VIEIRA, A. S. A automação no Currículo de Biblioteconomia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 1, n. 1, 1972

VIEIRA, A. S. A Biblioteca automatizada na Inglaterra. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 1, n. 2, 1972.

Darci Dusilek

Não há publicação registrada.

Maria Lectícia de Andrade Lima

PACOMIO, M. T. A.; ANDRADE, M. L.; SCHMIDT, S. Bibliotecas de pós-graduação na UFPE. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 6, n. 1, 1983.

LIMA, M. L. A. Renovação. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 9, n. 1, 1985

LIMA, M. L. A. Relatório geral. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 7, n. 1, 1983

LIMA, M. L. A. Saudação aos novos Bibliotecários de 1981. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 5, n. 1, 1982

LIMA, M. L. A. Uso das coleções na Biblioteca Central da UFPE. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 11, n. 1, 1982

LIMA, M. L. A. Circulação e automação. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 4, n. 1, 1981

LIMA, M. L. A. 30 anos de ensino de Biblioteconomia em Pernambuco. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 3, n. 1, 1980

LIMA, M. L. A. Classificação em nossos dias. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 2, n. 1, 1979

LIMA, M. L. A. Intercomunicação entre Usuários de uma Biblioteca Universitária. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 7, n. 1, 1978

LIMA, M. L. A. Usuários de uma biblioteca universitária: estudo realizado no instituto de filosofia e ciências humanas da universidade federal de Pernambuco. **Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, 1974

Maria Luiza Andrade Di Giorgi

Não há publicação registrada.

Tânia Mara Botelho

BOTELHO, T. M.; ROBREDO, J. Telecottage: e need for the development of the quarterly information sector in developing countries. **Transinformação**, v. 4, 1/2/3, 1992.

ROBREDO, J.; *et al.* Problemas de implantação de serviços de informação em países em desenvolvimento. **Transinformação**, v. 2, 2/3, 1990.

BOTELHO, T. M.; BOTELHO, S. M.; BOTELHO, T. M. O espaço quartenário no setor da informação: significado e perspectiva. **Transinformação**, v. 2, v. 1, 1990.

BOTELHO, T. M.; CORTE, A. R. O mercado de trabalho do profissional da informação na área de Biblioteconomia na região Centro-Oeste. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 2, 1987.

BOTELHO, T. M. Informática: um projeto coletivo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 1, 1987.

BOTELHO, T. M. Informação e transformação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 14, n. 1, 1986.

BOTELHO, T. M. A Indústria de Informação no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 13, n. 2, 1985.

BOTELHO, T. M. Avaliação da recuperação de informações de sistemas on-line: considerações metodológicas. **Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 1982.

BOTELHO, T. M.; ALMEIDA, P. Uma base de dados com referências bibliográficas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 8, n. 2, 1980.

CARVALHO, M. M.; BOTELHO, T. M.; PARANHOS, W. M. M. R. Linguagens de indexação: uma experiência de análise e avaliação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 5, n. 1, 1976.

BOTELHO, T. M. Tecnologia básica para implementação de um sistema disseminador de informação técnico-científica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 3, n. 2, 1975.

BOTELHO, T. M. A Documentação como sistema. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 2, n. 1, 1974.

Maria Ignez Azambuja de Lemos

LEMOS, M. I. A. Sistema de informações para uma empresa de fundações (SIEF). **Ciência da Informação**, v. 4, n. 2, 1975.

Margarida Pinto Oliveira

OLIVEIRA, M. P.; ARAGAO, E. M. Padrões de comunicação científica dos professores/pesquisadores da Faculdade de Medicina/UFBA. **Transinformação**, v. 7, 1/2/3, 1995

OLIVEIRA, M. P.; ARAGAO, E. M. Padrões de comunicação científica na Universidade Federal da Bahia. **Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, 1992

OLIVEIRA, M. P.; CALDEIRA, P. T. Análise Bibliométrica da Literatura Médica Brasileira. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 5, n. 1, 1976

Wanda Maria Maia da Rocha Paranhos

SILVA, L. N.; *et al.* Cadastramento de usuários em biblioteca universitária utilizando microcomputador. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 18, n. 2, 1990.

PARANHOS, W. M. M. R. Reflexões sobre o ensino de informática para bibliotecários. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 13, n. 2, 1985.

PARANHOS, W. M. M. R. Análise do banco de dados do IBBD: atividades de pesquisa em química no Brasil, relativas a 1973. **Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 1976.

PARANHOS, W. M. M. R. O processo de comunicação e a entrevista de referência. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 3, n. 2, 1974.

Maria Antonieta Requião Piedade

Não há publicação registrada.

Maria Virginia Ruas Santos

SANTOS, M. V. R. A norma como fonte de informação bibliográfica. **Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, 1982

Regina Célia Figueiredo

FIGUEIREDO, R. C. Estudo comparativo de julgamentos de relevância do usuário e não-usuário de serviços de D. S. I. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, 1978.

FERRAZ, T. A.; FIGUEIREDO, R. C. O serviço de Disseminação seletiva de informação executado na Divisão de Informação e Documentação Científicas do Instituto de Energia Atômica de São Paulo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 2, 1978.

NOCETTI, M. A.; FIGUEREDO, R. C. Línguas naturais e linguagens documentárias: traços inerentes e ocorrências de interação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 1, 1978.

CASTRO, R. C. F.; *et al.* Procedimentos editoriais na avaliação de artigos para publicação em periódicos de ciência da saúde da América Latina e Caribe. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1996.

CASTRO, R. C. F.; *et al.* Periódicos Latino-Americanos: avaliação das características formais e sua relação com a qualidade científica. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1996.

CASTRO, R. C. F. Cartas. **Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, 1981.

Rosane Teles Lins Castilho

CASTILHO, R. T. L. Implantação do Banco de Dados SCAP no Núcleo de Computação da PUC/RJ. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 5, n. 1, 1977

Elza Maria Ferraz Barboza

BARBOZA, E. M. F. Recuperação da informação. **Ciência da Informação**, v. 20, n. 2, 1991.

BARBOZA, E. M. F. Organização dos slides da Fototeca do INFAOL. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 4, n. 2, 1975.

Eliane de Oliveira Saboia Ribeiro

Não há publicação registrada.

Gilda Gama de Queiroz

QUEIROZ, G. G. Automação de um sistema de endereçamento. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 8, n. 2, 1980.

Selma Chi Barreiro Soares

BARREIRO, S. C.; COUTINHO, O. C. A. Opinião do usuário brasileiro sobre os serviços bibliográficos oferecidos pelo Centro de Informações Nucleares (CIN). **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 10, n. 2, 1982

BARREIRO, S. C.; QUEIROZ, G. G. Incorporação automática de informações brasileiras no Sistema Internacional de Informação Nuclear (INIS). **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 8, n. 2, 1980.

BARREIRO, S. C. Sonar, SDI automatizado do centro de informações nucleares. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 6, n. 2, 1978

Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei

TARGINO, M. G.; DODEBEI, V. L. D. L. M. Curso A tecnologia da informação em bibliotecas e sistemas de informação: uma gestão eficaz: uma brasileira presença. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 21, n. 2, 1992.

DODEBEI, V. L. D. L. M.; MATTOS, E. L.; PIAZZAROLO, S. M. A Unirio e o bibliodatacalco: uma experiência. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 17, n. 1, 1989.

DODOBEI, V. L. D. L. M. Metodologia de coleta de documentos para bases de dados bibliográficos. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 14, n. 2, 1986.

Nitzia Gicela Barrantes Serrano

Não há publicação registrada.

Maria Angela Lagrange Moutinho dos Reis

Não há publicação registrada.

Solange Puntel Mostafa

MOSTAFA, S. P.; TERRA, M. A literatura informal ainda é cinza? **Informatio**, v. 3/4, 1999.

MOSTAFA, S. P.; MOREIRA, W. Referenciais teóricos da área de informação: sobre Isa e Vânia para os professores da ABEED. **Transinformação**, v. 11, n. 1, 1999.

SOUZR, T. B.; MOSTAFA, S. P. Catalogação cooperativa na rede bibliodatncalco: a questão repetitividade dos títulos no catálogo coletivo. **Transinformação**, v. 11, n. 2, 1999.

MOREIRA, W.; MOSTAFA, S. P. As garantias no texto de Froehlich. **Transinformação**, v. 10, n. 2, 1998.

WITTER, G. P.; MOSTAFA, S. P.; CARDOSO, I. V. Participação do conselho editorial de transinformação nos vários tipos de textos publicados. **Transinformação**, v. 9, n. 1, 1997.

MOSTAFA, S. P. Produtos de pesquisa do Proin. **Transinformação**, v. 9, n. 2, 1997.

MOSTAFA, S. P. Enfoques paradigmaticos da bibliotecologia; unidade na diversidad ou diversidad na unidad. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información (México)**, v. 10, v. 21, 1996.

MOSTAFA, S. P. Ciência da informação: uma ciência, uma revista. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, 1996.

MOSTAFA, S. P.; PACHECO, M. O mercado emergente de informação. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 2, 1995.

MOSTAFA, S. P. Paradigmas da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 19, n. 1, 1995.

MOSTAFA, S. P. Ancib e as perspectivas da ciência da informação. **Transinformação**, v. 7, 1/2/3, 1995.

MOSTAFA, S. P. Cultura e ciência: a crise dos paradigmas. **Transinformação**, v. 6, 1/2/3, 1994.

PACHECO, M.; MOSTAFA, S. P. Balcão de informações: o mercado emergente. **Transinformação**, v. 6, 1/2/3, 1994.

MOSTAFA, S. P.; MURGUIA, E. I.; MARANON, E. I. M. Os intelectuais e sua produtividade. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 1993.

MOSTAFA, S. P. Novos referenciais teóricos no XVI Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 3, 1993.

MOSTAFA, S. P.; *et al.* Reply to Alvin Schrader onhe domains of the Information Science. **Transinformação**, v. 5, 1/2/3, 1993.

MOSTAFA, S. P.; *et al.* Paradigmas teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, 1992.

MOSTAFA, S. P.; MURGUIA, E. I. O segredo, a informação e a cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 21, n. 2, 1992.

MOSTAFA, S. P. Pós-doutorado: uma estratégia de leitura, 1991, Londres. **Transinformação**, v. 3, 1/2/3, 1991.

MARTINS, S. S. C.; PICELLI, S. A. X. C.; MOSTAFA, S. P. Objetivos educacionais nos planos de disciplinas do curso de mestrado em Biblioteconomia. **Transinformação**, v. 1, v. 3, 1989.

MOSTAFA, S. P. A pós-graduação busca o fogo do conhecimento. **Transinformação**, v. 1, v. 1, 1989.

MOSTAFA, S. P. Curvatura da vara bibliotecária. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 16, n. 2, 1988.

MOSTAFA, S. P. Ainda sobre metodologia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 15, n. 2, 1986.

MOSTAFA, S. P. Estudos de Usuário ou Suco de Laranja na Biblioteca: Notas Ordinárias. **Cadernos de Biblioteconomia**, v. 8, n. 1, 1984.

MOSTAFA, S. P. A produção de conhecimentos em Biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 11, n. 2, 1983.

Laura de Lira e Oliveira

Não há publicação, no período.

Frida Issler de Andrade

Não há publicação registrada.